

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Robson de Oliveira

“NACI ERRADO E ESTOU CERTO”: A presença da Eugenia no
processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

de Oliveira, Robson

"Nasci certo e estou errado" : A presença da
eugenia no processo de institucionalização do Serviço
Social brasileiro / Robson de Oliveira ;
orientador, Simone Sobral Sampaio, 2019.
323 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós
Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Fundamentos do Serviço
Social. 3. Eugenia. 4. Genealogia Foucaultiana. I.
Sobral Sampaio, Simone . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. III. Título.

Robson de Oliveira

“NASCI ERRADO E ESTOU CERTO”: A presença da Eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro.

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina

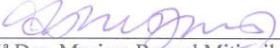
Florianópolis, 29 de março de 2019.

Prof.ª Dr.ª Beatriz Augusto de Paiva
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:


Prof.ª Dra. Simone Sobral Sampaio
Orientadora

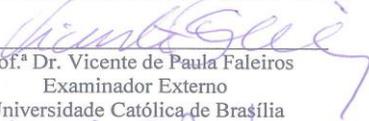
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC


Prof.ª Dra. Myriam Raquel Mitjavila
Examinadora

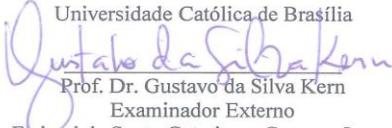
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC


Prof.ª Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento
Examinador

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC


Prof.ª Dr. Vicente de Paula Faleiros
Examinador Externo

Universidade Católica de Brasília


Prof. Dr. Gustavo da Silva Kern
Examinador Externo

Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Jaragua do Sul

*Dedico essa tese a Arnaldo.
Seu melhor trabalho foi conhecido apenas por seus amigos...*

Agradecimentos

No meu Trabalho de Conclusão de Curso, lá em 2010, agradei apenas ao leitor.

Eu tinha 23 anos e vislumbrava o futuro de forma receosa. Não era apenas o vazio deixado pela graduação, mas o fato de mal saber que pessoa eu queria ser pelos próximos anos de minha vida que me afetava...

Sobrevivi ao TCC e trabalhei como assistente social durante um ano em Itajaí. Aí, um ano depois, voltei para a Academia. Por quê? Porque eu queria, porque meu companheiro e meus amigos me apoiaram e porque a Simone é uma pessoa/orientadora extraordinária e eu realmente queria ver até onde eu poderia ir se caminhasse com ela mais um bocadinho.

Na minha dissertação, agradei a meu companheiro, minha orientadora, aos meus amigos, aos meus familiares, aos membros da banca e encerrei pedindo desculpas a todos aqueles que eu havia esquecido nos agradecimentos, convidando-os para um café. Por sorte ninguém me procurou ou reclamou por não ter sido mencionado.

Agora estou na tese, com 32 anos, tentando domar a ansiedade que esse gigante chamado vida impõe sobre nossos ombros todos os dias. Acredite, se eu competisse em um esporte chamado ansiedade eu não conseguiria dormir na noite anterior de tão empolgado que estaria. Atravessar quatro anos com essa tese foi possível apenas por terem sido mais quatro anos com meu companheiro, com minha amiga e orientadora Simone, com meus amigos e familiares. A vantagem - ou diferença, para ser menos presunçoso - é que estou mais seguro da pessoa que quero ser.

Esse ato de escrever os “Agradecimentos” me fez perceber que não importa realmente agradecer de novo, aqui. Todas as pessoas que amo já foram citadas, de alguma forma, nessa breve caminhada, que começou em 2006 e se encerra por aqui (para o caso do trabalho não ser aprovado desconsiderem a última parte). Poderia até incluir algumas pessoas novas, mas, pela minha experiência com a dissertação, ninguém realmente se importa ou se ofende de ser/não ser incluído nos agradecimentos de um trabalho.

Descobri recentemente, porém, que a CAPES se importa. Na verdade, preciso agradecer formalmente à CAPES pela concessão da bolsa, por um período parcial de meu doutorado. Ao menos é o que

exige a Resolução nº 206 de 4 de setembro de 2018. Então, eu vou agradecer à CAPES por ter viabilizado economicamente - em parte - a concretização deste trabalho. Segundo o artigo 3º da supracitada Resolução, o texto deve ser apresentado da seguinte forma:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Falando honestamente, dentro desse cenário e tendo que formalmente agradecer a um ente que, nas sábias palavras de minha avó manezinha da ilha, “Não fez mais que a obrigação!”, afinal se a profissão de pesquisador praticamente inexistente no Brasil e conhecimento não se produz fora dos recôncavos das universidades públicas, nada mais necessário do que a manutenção e permanência de um sistema de fomento à pesquisa que tenha entre suas prerrogativas o oferecimento de bolsas de iniciação à pesquisa, mestrado, doutorado, pós-doutorado e por aí segue... Impor um agradecimento, mesmo que seja uma única frase, fere nossa autonomia como pesquisadores. E isso ficará registrado aqui.

Vocês entendem porque não quero realmente escrever agradecimentos mais uma vez? As pessoas que importam – e isso inclui a banca hoje aqui presente – já foram agradecidas durante nossa caminhada, então, bola para frente que o campeonato de ansiedade não vai ser vencido sozinho.

Em síntese, o que eu quero dizer é que vocês sabem quem são, eu sei quem vocês são e, nos tempos em que vivemos, saber quem está do nosso lado pode ser a diferença entre vida e morte.

E que ninguém solte a mão de ninguém!

O que é trabalho social – seria ele um corte brusco na brutalidade das sanções judiciárias centrais, por meio de intervenções locais, através da brandura de técnicas educativas; ou seria ele o desenvolvimento incontrolável do aparelho de Estado que, sob a capa da prevenção, estenderia seu domínio sobre os cidadãos até que em suas vidas privadas, marcando com ferro discreto mas, não obstante, estigmatizante, menores que não cometeram nenhum delito? Ao contrário: interrogar o trabalho social sobre o que ele faz, considerar o regime de suas transformações em sua relação com o estabelecimento de seus alvos efetivos; não mais considerar a relação poder-saber segundo a concepção mágica que só pode imaginar, entre os dois termos, relação de contaminação ou desvirtuamento: de um lado essas generosas ciências humanas que levariam, por meio de seus conceitos, a um quase desaparecimento da opressão do homem, em proveito de uma administração racional das coisas; de outro lado, esse abominável poder que desviaria os saberes em seu proveito e anularia a pureza das intenções, em benefício de uma cega e extensiva dominação (DONZELOT, 1986).

RESUMO

Esta tese se inscreve no conjunto de pesquisas que analisam os fundamentos históricos do Serviço Social brasileiro. Sua questão central é a presença da racionalidade eugênica no interior do processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. Para isso, compõe uma análise orientada pelo método genealógico foucaultiano, para evidenciar as condições de possibilidades ofertadas pela sociedade brasileira, para a constituição de um social que permitiu a emergência de um tipo de profissão com o caráter interventivo como o Serviço Social. O período circunscrito vai do final do século XIX ao início do século XX. Nesta tese, investigamos certas práticas sociais influenciadas pela medicina social e direito, que ambicionavam a adequação dos considerados como disgênicos na sociedade. É nesse compósito que se privilegia, no âmbito da tese, a vinculação entre eugenia e medicina social e a maneira como essa articulação contribuiu para a institucionalização do Serviço Social no país. Essa tese está organizada em quatro capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo se realiza uma exposição de elementos centrais do método genealógico e de certos conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, que serviram à pesquisa. No segundo capítulo, a eugenia é apresentada como uma racionalidade que influenciou diferentes países, áreas do conhecimento e profissões, entre o final do século XIX e início do século XX. Apresenta-se, ainda, a maneira como a eugenia conseguiu agregar diferentes atores sociais em torno de preconceitos raciais e de classe parametrizados por um discurso científico através do exemplo da psiquiatria e da Liga Brasileira de Higiene Mental. O terceiro capítulo trata do processo de urbanização e industrialização, para explicar: a forma como a medicina social se constituiu no Brasil; a ação dos sanitaristas e higienistas na época e, ainda, a forma como esse processo de modernização requisitou um profissional como o Assistente Social. O quarto capítulo assume as camadas heterogêneas apresentadas para discorrer sobre: a institucionalização do Serviço Social, por via da intervenção no espaço privado dos pobres; a ação direta sobre as mulheres no espaço fabril e doméstico; a “sociedade do trabalho” como um componente elucidativo das ações perpetradas pela Igreja Católica a partir do século XIX; trabalhos de conclusão de curso no Serviço Social e, por fim, o trabalho

de uma assistente social no Laboratório de Biologia Infantil no início da década de 1940, orientado pelas propostas eugênicas. Desse modo, buscou-se demonstrar como a eugenia produziu o “social” que marca a institucionalização do Serviço Social brasileiro.

Palavras-Chave: Fundamentos do Serviço Social – Eugenia – Analítica Foucaultiana.

ABSTRACT

This thesis is part of a set of research that analyzes the historical foundations of Brazilian Social Work. Thus, the central issue is the presence of eugenic rationality within the process of institutionalization of the Brazilian Social Service. He carried out an analysis guided by the foucaultian genealogical method to demonstrate the conditions of possibilities offered by Brazilian society for the constitution of a social conception that would allow the emergence of a type of interventive profession such as Social Work. The circumscribed period goes from the end of the 19th century to the beginning of the 20th century. In this thesis we investigated certain social practices that were influenced by social medicine and law, areas that sought the adaptation of those considered as dysgenic in society. In this composite, privilege, within the scope of the thesis, the link between eugenics and social medicine and the way in which the articulation between both contributed to the attainment of Social Work in the country. This thesis is divided into an introduction, four central chapters and final considerations. In the first chapter, an exposition is made of the fundamental elements of the genealogical method and of certain concepts developed by Michel Foucault that served for the investigation. In the second chapter, eugenics is presented as a rationality that influenced different countries, areas of knowledge and professions between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. In addition there are clues and evidences about the way in which eugenics managed to add different social actors around racial and class prejudices parameterized by a scientific discourse through the example of psychiatry and the Brazilian League of Mental Hygiene. The third chapter deals with the process of urbanization and industrialization to explain the way in which social medicine was constituted in Brazil, the action of sanitarians and hygienists at the time and the process of modernization demanded by a professional like the Social Worker. The fourth chapter assumes certain levels of heterogeneous analysis presented in chapter one to discuss the institutionalization of Social Work through intervention in the private space of the poor; of direct action on women in the industrial and domestic space; the "labor society" as an enlightening component of the actions perpetrated by the Catholic Church since the 19th century; final

thesis in the Social Work and, finally, the report of a social worker in the Children's Biology Laboratory at the beginning of the 1940s, guided by the eugenic proposals. This way, we tried to demonstrate how eugenics produced the "social" that marks the institutionalization of brazilian Social work.

Keywords: Fundamentals of Social Work - Eugenia - Foucaultiana Analytic.

RESUMEN

Esta tesis se inscribe en un conjunto de investigaciones que analizan los fundamentos históricos del Trabajo Social brasileño. Así pues, la cuestión central es la presencia de la racionalidad eugénica en el interior del proceso de institucionalización del Servicio Social brasileño. Realiza-se un análisis orientado por el método genealógico foucaultiano para evidenciar las condiciones de posibilidades ofrecidas por la sociedad brasileña para la constitución de una concepción social que permitiera el surgimiento de un tipo de profesión de carácter interventivo como el Trabajo Social. El período circunscrito va de finales del siglo XIX al inicio del siglo XX. En esa tesis investigamos ciertas prácticas sociales que recibieron la influencia de la medicina social y del derecho, áreas que ambicionaban la adecuación de los considerados como disgénicos en la sociedad. En dicho compósito, se privilegia, en el ámbito de la tesis, la vinculación entre eugenia y medicina social y la manera como la articulación entre ambas contribuyó para la consecución del Trabajo Social en el país. Esta tesis está dividida en introducción, cuatro capítulos centrales y consideraciones finales. En el primer capítulo, se realiza una exposición de los elementos fundamentales del método genealógico y de ciertos conceptos desarrollados por Michel Foucault que sirvieron para la investigación. En el segundo capítulo, se presenta la eugenesia como una racionalidad que influyó diferentes países, áreas del conocimiento y profesiones entre el final del siglo XIX y principios del siglo XX. Además se dan pistas y evidencias sobre la manera en que la eugenesia logró agregar diferentes actores sociales en torno a prejuicios raciales y de clase parametrizados por un discurso científico a través del ejemplo de la psiquiatría y de la Liga Brasileña de Higiene Mental. El tercer capítulo trata del proceso de urbanización e industrialización para explicar la forma en que la medicina social se constituyó en Brasil, la acción de los sanitarios e higienistas en la época y el proceso de modernización que exigió un profesional como el Trabajador Social. El cuarto capítulo asume ciertos niveles de análisis heterogéneos presentados en el capítulo uno para discurrir la institucionalización del Trabajo Social a través de la intervención en el espacio privado de los

pobres; de la acción directa sobre las mujeres en el espacio fabril y doméstico; la “sociedad del trabajo” como un componente esclarecedor de las acciones perpetradas por la Iglesia Católica a partir del siglo XIX; tesis de conclusión de curso en el Trabajo Social y, finalmente, el informe de una asistente social en el Laboratorio de Biología Infantil a principios de la década de 1940 orientado por las propuestas eugénicas. De ese modo, se buscó demostrar cómo la eugenesia produjo lo "social" que marca la institucionalización del Trabajo Social brasileño.

Palabras clave: Fundamentos del Trabajo Social - Eugenia - Analítica Foucaultiana.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1. O Médico da Roça.....	18
Ilustração 2. Árvore da Eugenia.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
1.1. A genealogia foucaultiana: Regime de Verificação, Relações de Poder e o Nascimento do Serviço Social.....	25
1.2. População no interior da analítica foucaultiana: Governamentalidade e Razão de Estado.....	51
1.3. O Racismo de Estado como gabarito de inteligibilidade à população no Brasil.....	72
2. EUGENIA	81
2.1. Nascer bem sob a égide da modernidade: Eugenia no século XIX e XX.....	86
2.2. O avançar da Eugenia Moderna.....	94
2.3. A Eugenia no Brasil: suas particularidades, tendências e principais atores.....	107
2.4. As Instituições que serviram a esse amo: as faculdades de direito e medicina.....	131
2.5. O caso da Liga Brasileira de Higiene Mental.....	144
3. A MEDICINA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE MODERNA	159
3.1. A Medicina Social e o processo de urbanização ascendente entre os séculos XVIII e XIX.....	160
3.2. As estratégias para uma sociedade medicalizada: o caso da cidade.....	170
4. O NASCIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL	185
4.1. Certos campos de intervenção: a moradia a ser destruída.....	189
4.2. A influência da medicina social no interior da família.....	197
4.3. A produção da norma sobre a mulher do lar e operária.....	213
4.4. A relação entre o Estado e a Igreja Católica na institucionalização do Serviço Social.....	227
4.5. A reprodução do ideário eugênico nos primeiros anos do Serviço Social no Brasil.....	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	290

INTRODUÇÃO

“Nasci errado e estou certo”.

O título desta tese é uma referência à exposição¹ do artista brasileiro José Antonio da Silva². Seus quadros no início da carreira retratavam de forma lúgubre a vida no campo, compondo uma relação direta com o cotidiano que conhecia e experimentava até sua partida para Rio Preto, onde mais de uma década depois se consolidou como artista.

A maneira como pintou as procissões - entre outros rituais do catolicismo -, as plantações de algodão, a seca, as casas do campo e a vida do roceiro evidenciam uma aguda sensibilidade sobre um local em que o tempo transcorria mais estendido. As figuras que povoavam suas telas eram diversas, como roceiros, cangaceiros, peões e caboclos.

Uma dessas composições chama a atenção nesse vasto acervo, a tela pintada em óleo chamada “Médico de Roça”, cuja criação data de 1948. Na obra, o artista retrata o que parece ser o cômodo de um homem interiorano. Esse encontra-se na cama, de forma moribunda, observado à certa distância por uma mulher que parece conter lágrimas nos olhos e um bebê no colo. Ao fundo, instrumentos de trabalho, com destaque para uma foice, roupas e panelas. A frente da cama uma mesa com loções a serem administrados para a cura do homem. Essa distância que separa o doente da mulher é importante, pois na cama assistindo ao doente está o médico. Figura que por seus trajes destoa das demais no

¹Pinacoteca do Estado de São Paulo, <http://www.infoartsp.com.br/agenda/nasci-errado-e-estou-certo/>, acesso em 01/02/2019.

² Nascido em 1909 na cidade de Sales de Oliveira, no interior paulistano, teve sua vida marcada pela pobreza e dificuldades advindas da vida no campo. Foi um artista autodidata no cenário artístico brasileiro do século XX. Antes de se dedicar integralmente às artes havia sido trabalhador rural, mudando-se, em 1931, para São José do Rio Preto. Lá, acabou tendo que exercer diversas atividades para assegurar seu sustento, que iam de garçom a coveiro. A verve artística, todavia, foi uma constante em sua trajetória. Seu gosto pela pintura causava aos pais estranhamento. Para José, a arte era uma forma de escapar do duro cotidiano e criar algo, pois que para o artista “a vida não basta”. Em 1946, participou da exposição de inauguração da Casa da Cultura da cidade, ocasião em que suas pinturas chamaram a atenção dos críticos. Posterior a isso, tornou-se um dos principais artistas brasileiros do século XX. Pintou desde a infância até o final de sua vida e produziu, de maneira intensa, um acervo com mais de 500 obras (MATTAR, 2018).

quadro e que parece prescrever algum tipo de remédio. Já o doente possui cabelo comprido e barba, assemelha-se não apenas a figura clássica do Jesus Cristo barroco como possui ainda um crucifixo em seu pescoço.

O homem doente, a mulher contida, o médico que combate os males e a presença da igreja no “Jesus” interiorano. Talvez não haja forma melhor de entender a que essa tese se refere. Em síntese, se a eugenia é o nascer bem, então a obra de um artista como José Antonio da Silva parece declarar: “Pois que eu nasci errado e não há nada mais certo do que isso para esse mundo”. Afinal, é o que parece ironizar o homem acamado que está sorrindo nesse quadro.



Figura 1. O Médico da Roça. José Antonio da Silva/óleo sobre tela/ 1948.

A eugenia é a ciência do aperfeiçoamento racial, um tipo de racionalidade racista que, entre o final do século XIX e início do século XX, foi assumida como uma teoria que exigia um conjunto de ações interventivas para o refinamento dos genes da raça humana. Todavia, suas premissas são antigas. A mitologia da qual os eugenistas lançam mão não furta em colocá-la sempre em comparação com práticas

eugênicas exercidas, por exemplo, pelos gregos na Antiguidade ao selecionarem entre os recém nascidos os bem-nascidos e os digênicos, e assim seus defensores modernos justificam: ela sempre foi uma forma de assegurar a reprodução das melhores espécimes.

Na modernidade, porém, mais especificamente entre século XIX e XX, essa assumiu uma feitura discursivamente muito mais refinada, apoiando-se nos estudos de nomes como Galton. Este testou suas premissas em plantas para, posteriormente, justificar certas ações que deveriam ser levadas a cabo para preservação da espécie humana. A eugenia sustenta-se na supremacia de um discurso racista dirigido aos inimigos externos da nação e aos inimigos internos que ameaçam o esplendor do Estado.

O passado escravista e colonizador, de que diversos países da Europa fazem parte, encontraram na explicação ofertada pela eugenia moderna uma forma de legitimar o que era considerado como mera superioridade divina assegurada ao branco europeu (DIWAN, 2015). Como já dito, a eugenia ofertou um conjunto de propostas que não se voltavam apenas aos povos autóctones da América ou aos sequestrados do continente africano e submetidos à escravidão. Ela também identificava o inimigo interno, os perigos de uma raça já debilitada e fraca no interior da nação, que enfraquecia o Estado.

Em especial, havia uma classe que, entre o final do século XIX e início do século XX, precisava ser eugenizada urgentemente: a classe trabalhadora que aqui era considerada como um risco biológico e social. Tratava-se de uma classe perigosa em seus desvios, que recusava a servidão, com seus doentes, crianças abandonadas, loucos, bêbados, mulheres operárias, imigrantes, negros, prostitutas e - por que não? - comunistas.

Um elemento que assegurou a propulsão da eugenia moderna foi a ascendente adesão de diversos setores das ciências, escritores e políticos à teoria evolucionista de Darwin. Soma-se a isso o avançar do processo de medicalização da sociedade – onde o corpo médico teve um papel central –, bem como os processos de urbanização e industrialização ascendentes tanto nos países europeus como nos americanos.

No caso do Brasil, em específico, há alguns elementos que precisam ser considerados para entender o papel que a eugenia teve na concatenação da urbanização e industrialização, somado ao passado escravista e à amálgama de imigrantes que aqui aportaram. O racismo fomentado pela racionalidade eugênica se vinculava a um amplo conjunto de atores e sujeitos. Dessa forma, a urbanização e a

industrialização acabaram por possuir na eugenia um meio de compor um conjunto de ações que, por sua vez, visavam disciplinarizar e controlar melhor essa massa amorfa herdada do século XVIII, por meio de um processo de transição de povo para a população, na acepção de Michel Foucault.

O direito também contribuiu para isso. As primeiras faculdades possuíam disciplinas e trabalhos de conclusão de curso que discorriam sobre a questão da “raça” brasileira, por via da eugenia. Ao lado de juízes, advogados e outras figuras do direito estavam os médicos e demais profissões de caráter profilático.

Aqui, cabe uma advertência sobre a presente tese. A medicina foi uma personagem central não apenas para a constituição do pensamento eugênico, mas para a organização do espaço urbano e para o processo de industrialização no Brasil. Pode-se incluir, ainda, a proximidade do Serviço Social brasileiro, em seu processo de institucionalização, com profissões que possuíam as mesmas bases de formação da medicina - com destaque para a enfermagem. Por esse motivo, ainda que atento à presença da eugenia na área do direito, aqui abordaremos centralmente a proximidade entre Eugenia, Medicina e Serviço Social.

Esta pesquisa foi inspirada pelo método genealógico de Michel Foucault e as imprecisões quanto à abordagem da análise são de inteira responsabilidade do autor deste trabalho. De certa maneira, a obra de Roberto Machado de 1978, *Danação da Norma*, auxiliou em muito na forma como buscamos relacionar o nascimento de uma profissão – no caso o Serviço Social – com um tipo de racionalidade em voga no período: a eugenia.

Não se trata de um trabalho fácil ou simples porque, em primeiro lugar, a tese se propôs a investigar os fundamentos do Serviço Social por uma angulação inédita. Neste sentido, vale destacar que não encontramos nenhuma obra, tese ou dissertação que reconhecesse a relação da eugenia com a profissão no seu processo de institucionalização. Assim, a análise exigiu atenção não apenas ao método sob o qual este trabalho foi inscrito - pesquisas orientadas pelo método genealógico no Serviço Social são incomuns - como também à própria constituição da eugenia e, ainda, à forma como poderíamos identificar mediações que conjugavam o processo de institucionalização da profissão com a racionalidade eugênica.

Em segundo lugar, não queríamos repetir o que já debatemos e compartilhamos extensamente sobre a profissão nas últimas décadas. Não se trata de afirmar ou refutar as teses amplamente escrutinadas

sobre os fundamentos ou as principais tendências da profissão no pós reconceitualização - algo que Iamamoto (2008) já realizou anteriormente - mas de procurar em elementos até então silenciados, pouco ou nunca visitados, algo que dialogue conosco sobre quem fomos e o que somos enquanto profissão, ou melhor, sobre o que fizemos e o que fazemos como assistentes sociais.

Em terceiro lugar, a história da profissão aqui tecida se debruça sobre as condições que possibilitaram a emergência de uma concepção do “social” que, por sua vez, requisitou profissões com o perfil e a natureza do Serviço Social. Esta análise não está voltada, portanto, para o evoluir e progressão histórica individuais da profissão da(o) Serviço Social. Não propomos partir da institucionalização do Serviço Social para, então, discorrer sobre sua participação no processo de consolidação do modo de produção na era do capitalismo monopolista - algo que Netto (2001) e Iamamoto e Carvalho (1988) também já traçaram. O que nos propomos a fazer é investigar em elementos pouco escrutinados, de que forma nos compomos, quais ofícios assumimos e quais práticas herdamos de outras profissões no período.

Por esse motivo, embora essa tese se inscreva na ampla gama de trabalhos que abordam os fundamentos históricos do Serviço Social, pouca referência é realizada a pesquisas clássicas da profissão. Essa opção metodológica apoia-se na máxima: por que procurar no local iluminado algo que perdemos no breu?

Atores incontornáveis à institucionalização do Serviço Social serão citados aqui: o patronato, a Igreja Católica e o Estado Moderno. Mas o ponto fulcral da análise será apresentar de que forma a eugenia incutiu no Serviço Social, por via das concepções de mundo e intervenção presentes no *ethos* profissional, um tipo de racionalidade racista que, em sua consecução e desenvolvimento, contribuiu para a esterilização de milhares de pessoas no mundo e propôs cortes e segregações sociais que persistem até a contemporaneidade, sem esquecer a relação da eugenia com o holocausto.

Ser um eugenista entre o final do século XIX e início do século XX era receber uma chancela para categorizar e classificar os perigos biológicos da raça e, no limite – muitas vezes ultrapassado por médicos, advogados, cientistas, pesquisadores e membros da igreja –, erradicar formas de vida em desacordo com os valores eugênicos.

Essa tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro é denominado *Procedimentos Metodológicos* e trata de uma extensa apresentação do método genealógico como desenvolvido por Michel Foucault. Neste, serão apresentadas as categorias elaboradas pelo

filósofo francês, que serão retomadas ao longo da tese por serem centrais à análise aqui proposta. São elas: regime de verificação, governamentalidade, relações de poder, razão de Estado e racismo de Estado.

Em uma primeira leitura, talvez, este capítulo possa parecer mais extenso do que o necessário. Inclusive, no que diz respeito à metodologia, certos conceitos poderiam ser inseridos ao longo do texto, a fim de manter um diálogo mais direto e menos “formal” com certos elementos que elucidam a questão central da tese. Todavia, em virtude da escassez de pesquisas desenvolvidas na área do Serviço Social, que sejam orientadas pelo arsenal heurístico do autor, um capítulo que versasse sobre o método genealógico e demais categorias que façam referência à “caixa analítica” de Michel Foucault se mostrou necessário.

O segundo capítulo é intitulado *Eugenia* e utiliza alguns textos históricos junto a análises contemporâneas para melhor entendê-la. Parte-se de uma apresentação mais abrangente da eugenia, seu aporte na América Latina e a forma como essa seria instrumental ao processo de modernização da sociedade brasileira, no período que corresponde ao final do século XIX e início do século XX. Dessa maneira, analisa-se não apenas o seu evoluir histórico, mas, ainda, sua presença e influência nas primeiras faculdades de medicina e direito no Brasil.

A extensão e capacidade de delimitar profissões e práticas sociais por parte da eugenia são abordadas a partir da forma como a psiquiatria buscou superar uma crise paradigmática em seu interior por meio da adoção de preceitos eugênicos para conduzir seus agentes. Isso nos serve, justamente, para exemplificarmos a forma como essa racionalidade adentrou nas mais diversas áreas, indo além de uma afirmação que reconheça sua proximidade ao Serviço Social compossível pela natureza profilática de ambas. Na análise realizada sobre a psiquiatria, por via da Liga Brasileira de Higiene Mental, evidencia-se que a eugenia ofertava respostas refinadas e distintas às profissões, garantindo sua consolidação e reconhecimento social ao, mesmo tempo em que ofertava meios de distinção e campos de atuação específicos. E, mais do que isso, discursivamente colhia elementos empíricos de uma cultura racista, justificando a função social das mais diferentes profissões sob o argumento de intervir no social de forma técnica e racional, intervenção essa encharcada por uma apreensão de superioridade e inferioridade racial.

A Medicina Social e sua Relação com a Cidade Moderna é o título do capítulo 3, que busca concatenar o desenvolvimento da medicina social no Brasil, a partir do século XIX, com os processos de

industrialização e urbanização em andamento no país. O capítulo tenta demonstrar a forma como sanitaristas e higienistas foram decisivos para a consecução desse projeto de modernização. Sucintamente, enquanto os sanitaristas se voltavam aos projetos e ações vinculados à cidade, os higienistas propunham formas de agir sobre os indivíduos no fomento a uma vida mais saudável. No centro disso, está o desenvolvimento da medicina social que legitimava e assegurava a ação desses distintos atores.

O capítulo ainda busca problematizar o tipo de medicina fomentada no interior do Estado. Trata-se de uma medicina que em seus signos iniciais não se apoiava no trabalho como componente central ao desenvolvimento e sim na cidade, por via de suas estruturas de combate aos miasmas, cortiços, ruelas e prostíbulos e, por fim, na forma de compor uma população mais saudável que não colocasse a cidade em risco. Afinal, no período supracitado já existiam as divisões entre os bairros ricos e os bairros pobres.

Assim, a disseminação de doenças e pragas precisava ser evitada a todo custo. É nesse compósito de interesses que se gestam diferentes práticas sociais, orientadas por ofícios e profissões cuja missão consistia no ordenamento da cidade e na higienização dos corpos. Essas ações de caráter majoritariamente profiláticas fomentaram, de certa maneira, as bases do que o Serviço Social assumiria como intervenção.

Intitulado *O Nascimento do Serviço Social*, o capítulo 4 congrega distintos componentes – ou, na terminologia foucaultiana, Camadas Heterogêneas – para apresentar formas de intervenção e compreensão da sociedade que teriam, em muito, ditado os encaminhamentos subsequentes, assumidos pelo Serviço Social no Brasil.

Para isso, elegemos a maneira como a casa dos pobres foi delegada aos cuidados de “visitadoras sociais”, como um espaço a ser higienizado e organizado. Uma constante na afirmação de médicos - que contribuíram à formação de enfermeiras especializadas no referido ofício - era o argumento de que a casa deveria ser um local convidativo, onde a mulher pudesse assumir sua mais importante “vocação” como dona-do-lar-mãe-de-família e o homem pudesse ficar afastado da rua e dos vícios.

A conquista gradativa de autonomia pelas mulheres no espaço doméstico e urbano é abordada por via de sua massiva presença nas fábricas no início do século XX e as incontáveis tentativas por parte de setores conservadores de assentá-la no lar. Essa contínua disputa é

gradativamente expressa por legislações que versam, por exemplo, sobre a amamentação, tanto a tentativa de proibir sua prática quando formalmente classificada como “mercenária” quanto o direito conquistado de amamentação no espaço da fábrica sem desconto no salário e que fomentariam espaço para a realização de palestras e orientações por parte das superintendentes de fábricas e assistentes sociais.

As incontestáveis influência e importância do Estado e da Igreja Católica no processo de institucionalização da profissão são mencionadas. Contudo, não centramos a atenção nas entidades da Igreja já amplamente pesquisadas e que teriam fornecido as bases de seu laicato para o trabalho social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988) e, sim, na racionalidade emergente, desde o século XIX, que abalou as estruturas da Igreja, requisitando-lhe um posicionamento, para que esta não perdesse sua influência diante da ascensão da sociedade do trabalho. É essa mudança de concepção que agita certas estruturas da Igreja Católica. Neste trabalho, partiremos desta concepção a fim de entendermos que tipo de intervenção era desenvolvido pelo laicato católico na época, o que inclui as pioneiras belgas.

Analisaremos, ainda, a relação entre o processo de formação em Serviço Social na época e cursos como a enfermagem, bem como a emergência da racionalidade eugênica em seu interior. O substrato que serviu a esta análise, foi extraído de enxertos de trabalhos de conclusão de curso no Serviço Social, produzidos no período entre a década de 1930 e início da década de 1940. Além disso, consultou-se o trabalho desenvolvido por Pinheiro (1985) no Laboratório de Biologia Infantil, orientado pela racionalidade eugênica. Esses elementos nos auxiliaram a evidenciar o modo como a eugenia se fez presente no momento de institucionalização da profissão no Brasil.

Nas considerações finais, realiza-se um esforço de síntese da trajetória composta ao longo da tese. Busca-se assim explicar as vinculações presentes entre uma profissão como o Serviço Social e o ramo da ciência do aperfeiçoamento da raça nas primeiras décadas do século XX e posterior a institucionalização da profissão no Brasil.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

1.1. – A genealogia foucaultiana: Regime de Verificação, Relações de Poder e o Nascimento do Serviço Social.

O objetivo deste capítulo é realizar uma exposição sobre a genealogia foucaultiana, a analítica do poder e a noção de regime de verificação. Para isso, retoma-se alguns escritos do autor, bem como se recorre a alguns de seus interlocutores, que analisaram e desenvolveram pesquisas orientadas por esse arsenal heurístico. Além disso, certos elementos que guiarão a pesquisa serão gradativamente apresentados durante a própria discussão, pois é a partir da delimitação desses itens que o substrato empírico que nos serve de apoio poderá ser melhor organizado conforme a proposta aqui desenvolvida.

Os pesquisadores que utilizam a “caixa de ferramentas”³ de Michel Foucault tendem a identificar três eixos presentes nas pesquisas, cursos e entrevistas desse autor. A verdade, ou saber, comparece como eixo prevalente na década de 1960. São desse período obras como *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*; produzidas durante o que ficaria conhecido como sua fase arqueológica. A analítica do poder é seu principal enfoque na década de 1970 e faz parte da chamada fase

³ Essa noção de caixa de ferramentas, a partir das propostas de Foucault, recusa um certo tipo de ritual acadêmico apoiado, majoritariamente, no comentário entre autor-leitor-escritor. Essa prática corrente na academia, na acepção de Foucault, tende a neutralizar novas possibilidades de pensar ou agir sobre questões emergentes e acaba por anular a reflexão sobre certos temas a partir de observatórios pouco ou nunca explorados. Sua proposta passa justamente pela necessidade de fazer rugir certas tradições intelectuais e pensadores (FOUCAULT, 2012a). Em 1975, quando questionado em uma entrevista quanto a quais lutas sua obra poderia servir Foucault respondeu: “Meu discurso é evidentemente um discurso de intelectual e, como tal, ele funciona nas redes de poder estabelecido. Um livro, porém, é feito para servir aos usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mas eu ficarei contente. Todos os meus livros, [...] são, se quiserem, pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas quiserem abri-los, servir-se de tal frase, tal ideia, tal análise, como se servem de uma chave de fenda ou de um alicate para curto-circuitar, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive eventualmente os mesmos dos quais meus livros surgiram... pois bem, melhor ainda!” (FOUCAULT, 2012b, p. 36).

genealógica, havendo como principais composições nesse período *Vigiar e punir* e *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Na década de 1980, o eixo desloca-se para o sujeito, apoiado, principalmente, sobre a ética como experiência humano-histórica. Vale destacar que essas três fases não são estanques e há entrelaçamentos entre tais eixos.

A crítica ao presente que o autor compõe está apoiada em uma análise da história que opta por certa coesão ofertada pelo domínio de práticas detentoras de uma vertente tecnológica – que constituem as formas de racionalidade que organizam as maneiras de fazer – e uma vertente estratégica – que trata das locomoções dos sujeitos no interior desses sistemas práticos, em suas relações.

A crítica em Michel Foucault tem caráter sistemático e foi desenvolvida a partir de três eixos de especificidades e inter-relações diversas. São eles: o eixo do saber – como nos constituímos como aquilo que somos; o eixo do poder – ação dos homens sobre os homens, a arte de conduzir condutas, os homens enquanto produtores e alvos de relações de poder e, por fim, o eixo da ética – que consiste no domínio de si mesmo e na constituição dos sujeitos como seres morais.

Para Senellart (2008a), a analítica foucaultiana se afastaria de três discursos prevalentes do campo das ciências humanas: o revolucionário – a ênfase na multiplicidade implica a recusa de uma estrutura dualista e centralizada das relações de poder; o do individualismo liberal – o indivíduo não é anterior ao Estado, mas resultado e produtor das técnicas que conduzem e governam sua vida e, por fim, o libertário – não há “saídas de ” ou “linhas de fuga” que suspendam a presença dessas relações de poder, o que se requisita para sua “recriação” é a criação de novas condutas contra a governamentalidade estatal, com o auxílio de uma ética do cuidado de si.

A genealogia referida por Foucault tem uma relação de complementaridade com a arqueologia. Essa última se propõe a responder o “porquê” e o “como” da formação de certos discursos empiristas e científicos desde o que consideramos como ciência ou um discurso oficial. A genealogia auxilia na descrição das compatibilidades e incompatibilidades entre os saberes, por via de suas próprias positivities. Isso permite explicar o aparecimento de determinados saberes que, a partir de suas condições de possibilidade, compõem um dispositivo essencialmente estratégico. (MACHADO, 2012a).

Assim, busca por meio de uma análise atenta às relações de poder existentes, em um solo histórico determinado, desvelar a produção

de saberes através do binômio constituído entre poder-saber. Não se trata da constituição de uma história englobante ou universal, mas uma atenção às lacunas presentes em certos discursos e formas de saberes.

Machado (2012a) afirma que as análises genealógicas inauguraram uma nova fase nas pesquisas desse filósofo e reconhece os efeitos dessas no campo das ciências humanas. O que as pesquisas genealógicas de Foucault representaram – sem ignorar jamais a proximidade destas com as pesquisas arqueológicas – foi a abertura de um novo caminho para a análise das ciências e práticas a respeito das condições internas da construção de certas discursividades na relação entre poder/saber.

Se a arqueologia buscou estabelecer as inter-relações discursivas e suas articulações com as instituições e, assim, responder como os saberes emergem e transformam-se, a genealogia busca responder o porquê, por quais dispositivos e quais são as instâncias de autorização, ou melhor, quais são os regimes de verificação que possibilitam sua existência. É na compreensão dos elementos constituintes dos saberes, como um dispositivo essencialmente estratégico, que irá se explicar o aparecimento destes por via das condições de possibilidades para sua emergência. Essas formas de conhecimento irão comparecer como peças nas relações de poder ou acoplados a dispositivos políticos. Mas afinal, no que consiste um regime de verificação?

Ao investigar a transição do mercado de instância de jurisdição para um campo de verificação – acerca da produção, circulação de mercadorias e preços – Foucault (2008b, p. 49) define o regime de verificação como “[...] um conjunto de regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos”, ao que acrescenta:

Para que tenha um alcance político, a análise tem de visar não a gênese das verdades ou a memória dos erros. Saber quando determinada ciência começou a dizer a verdade, que importância tem? Lembrar-se de todos os erros que os médicos cometeram ao falar sobre o sexo ou a loucura não adianta nada... A meu ver, o que tem uma importância política atual é determinar que regime de verificação foi instaurado num determinado momento, que é precisamente aquele a partir do qual podemos agora reconhecer, por exemplo, que os médicos do século XIX disseram tantas tolices

sobre o sexo. Lembrar-se que os médicos do século XIX disseram muitas tolices sobre o sexo não tem politicamente nenhuma importância. Só tem importância a determinação do regime de verificação que lhes permitiu dizer como verdadeiras... afirmar como verdadeiras algumas coisas que, aliás, hoje sabemos talvez não o fossem tanto assim. É precisamente esse o ponto em que a análise histórica pode ter um alcance político. Não é uma história do verdadeiro, não é uma história do falso: a história da verificação é que tem importância politicamente. (FOUCAULT, 2008b, p. 50-51).

O regime de verificação possuirá na prática concreta dos sujeitos o solo para a assunção de certos discursos. Obras como *Vigiar e Punir* e o primeiro volume de *História da Sexualidade* permitiram a constituição de um tipo de análise histórica apoiada sobre o exercício do poder como uma relação que explicaria os meios de produção dos saberes e as práticas neles apoiadas em sua relação com a própria história e o sujeito. Nessas obras, o que está no centro é o saber enquanto detentor de elementos materiais, em termos de tecnologia. A materialidade que emerge desse saber passa, por exemplo, pela medicina – com a manipulação do corpo doente – indo até o controle extenuante do corpo, enquanto produtor e alvo da disciplina na sociedade de segurança.

Para essa tese, propomo-nos a utilizar a noção de regime de verificação, para analisarmos a configuração da População e do Racismo de Estado, no momento de ascensão do chamado Estado Moderno, por via da presença e influência da eugenia na constituição de práticas sociais e áreas do saber, sob o crivo da medicina e das ciências humanas, no final do século XIX e início do século XX. Pretendemos decifrar a racionalidade que constituiu o Serviço Social em sua emergência e que requisitou e delegou a essa nascente profissão certas práticas herdadas de outros ofícios e que, gradativamente, constituíram o que viria a se tornar o Serviço Social brasileiro.

De certa maneira, trata-se de compreender quais foram as tecnologias de poder gestadas e quais foram os tipos de racionalidade e discursividade emanadas das relações de poder que possibilitaram a institucionalização dessa profissão. Não se trata de partir do que se considera como “um berço” do seu nascimento - neste caso, a Igreja Católica -, chegando à assunção no interior da “máquina estatal”, mas de

entender quais as práticas concretas foram herdadas pela profissão - isto é, anterior a sua institucionalização - e como essas mesmas práticas se reconfiguram no interior da profissão.

Para isso, será utilizado o referencial legado por Michel Foucault, justamente porque esse autor ofereceu análises, em suas pesquisas, acerca dos sistemas de pensamento e práticas sociais que, em suma, expressam uma conceituação acerca do político como campo de emergência da vida. Pensar a forma como a racionalidade eugênica modula a medicina, direito e demais áreas do conhecimento entre o final do século XIX e início do século XX e reconhecer que, mais do que uma mera “teoria racista”, essa agregou um conjunto extenso de práticas sociais em diferentes âmbitos da sociedade é algo que pode ser melhor deslindado com recurso à analítica de Foucault.

É importante ressaltar a centralidade do poder nas análises genealógicas, que está apoiada no reconhecimento de que todo exercício de poder requisita um saber que o legitime e de que toda forma de saber apoia-se em relações de poder que a sustentam. É importante frisar que a relação poder-saber não é do campo do identitário ou da ordem da oposição, não se trata, assim, da assunção de uma espécie de *slogan* que afirmaria que “saber é poder”.

Em uma entrevista concedida em 1983, o filósofo discorreu sobre o tema ao afirmar que a assertiva “saber é poder” o contrariava, pois, nas palavras do autor: “[...] o meu problema é precisamente estudar as suas relações. Se fossem duas coisas idênticas, eu não teria que estudar suas relações [...]. O simples fato de colocar a questão de suas relações prova seguramente que eu não as identifico” (FOUCAULT, 2008b, p. 331).

Desta forma, sua apresentação da noção de poder distinguir-se-á radicalmente das leituras preponderantes em sua época. Por um lado, recusa uma certa leitura que emanava do marxismo e, por outro, critica contundentemente um certo tipo de discurso político-legalista sobre o poder.

Como bem observou Bernardes (2013), as concepções de Foucault sobre as relações de poder divergem entre si, no interior de sua própria obra. Parece haver uma espécie de transição, de uma noção guerreira de poder até uma concepção de relações de poder em termos de “governo”⁴. Em síntese, a “batalha perpétua” é o modelo do

⁴ Bernardes (2013) utiliza “governo”, porém, nessa tese, para efeitos de discurso, será utilizado o termo “governabilidade”, por ser extensamente utilizado nas traduções da obra para o português do filósofo francês.

poder-estratégia em *Vigia e Punir*; em *A Vontade de Saber* o que caracteriza o poder são as “relações de força”; e no curso *Em Defesa da Sociedade* são distendidas suas premissas para fundamentar historicamente o modelo da guerra como gabarito de inteligibilidade da história do “governo”.

De que forma Foucault exercia esse método? Uma das distinções presentes nas análises genealógicas sobre o poder – e, conseqüentemente, as relações de poder – era a recusa de endereçá-lo fundamentalmente ao Estado. O que importa e orienta o estudo nesse método é a formação histórica das sociedades capitalistas voltadas à materialidade da instituição carcerária; à sexualidade e à própria constituição de certas práticas sociais.

O processo de pesquisa do autor permitiu delinear o que, para Machado (2012), seria uma não sinonímia entre Estado e poder. O fato de que formas de saberes decisivas para a constituição da sociedade (como a medicina e a psiquiatria) teriam se desenvolvido, muitas vezes, sem relação direta com o Estado – mas por via de uma articulação de poderes locais e grupos específicos – justificaria um não mimetismo entre Estado e essas mesmas formas de poder. Ao discorrer e investigar as relações de poder e seu exercício, a proposta genealógica reconhecerá que nem todos os poderes periféricos e moleculares teriam sido confiscados, criados ou teriam nascido no Estado. Na análise do poder orientada pela genealogia, os micropoderes existem integrados, ou não, ao Estado:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são

dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não tem”; ele investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. [...] Finalmente, não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, foco de instabilidade comportando cada um de seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças (FOUCAULT, 2009a, p. 30).

Quando se pensa em um conjunto de pesquisas que abordam o nascimento do Serviço Social, há algo apropriado de se destacar: a definição de “berços”. Esses locais nada mais seriam do que um conjunto de atores que - aglutinados na ascendente sociedade industrial do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX - consubstanciarium as condições de possibilidade histórica para a existência da profissão. Esses atores são, principalmente, a Igreja Católica, o patronato e o Estado Moderno, na figura principalmente do setor de serviços públicos. Contudo, Foucault nos alerta que muitas das práticas sociais, quando analisadas, não se deram em locais tão bem delimitados ou definíveis e, ainda, que essas mesmas práticas quando analisadas historicamente podem revelar-se herdeiras de outros espaços e grupos sociais. Essa indicação nos exige atenção, justamente ao compor esse estudo, já que certas práticas sociais não necessariamente se escoravam ou se alojavam no Estado, compunham o patronato ou emanavam da Igreja Católica, por exemplo.

O poder é multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e, ao mesmo tempo, constitutivas de sua organização. As lutas e afrontamentos em seu interior as transformam e as invertem na própria constituição de sua rede – urdida por diversos nós –, ao tempo que certos pontos fornecem apoio, se reconfigurando e sendo reconfigurado.

Para Foucault (2001, p. 88), o ponto que permite sua inteligibilidade, desde seus efeitos mais gerais até os periféricos, não é passível de centralização; não há um ponto central de onde se estenderia uma espécie de foco único da soberania do poder; antes, um “[...] suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade,

induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizáveis e instáveis”. Sua onipresença se dá por sua produção nas relações entre os diversos pontos, provindo de todos os lugares. Sendo essencialmente exercício, constituindo-se por ato, as relações de poder possuem efeito material e são intrínsecas às relações humanas.

Quando referiu o exercício desse tipo de relação, Foucault a definiu como uma situação estratégica complexa, em uma sociedade determinada (FOUCAULT, 2001), que em sua capilaridade, bem como dispersão a caracterizava como uma ação sobre ações, nada mais do que a arte de conduzir condutas. (FOUCAULT, 1995). As posições das relações de poder são imanentes, ou seja, não se localizam em uma superestrutura, como mecanismo ideológico, elas não são exteriores aos processos de tipo econômico, de saber, da sexualidade, mas inerentes a esses, “[...] são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações”. (FOUCAULT, 2001, p. 90).

Assim, seu ponto de partida não pode ser identificado por via de uma relação entre dominantes e dominados. Seus efeitos são de atravessamento dos mais distintos pontos e suas diferentes ligações. Os efeitos específicos produzidos no interior dos aparelhos de produção, famílias e instituições são correlações de forças múltiplas que, ao atravessarem o corpo social em seus afrontamentos, efetuam redistribuições, alinhamentos, homogeneizações e, por fim, sustentam todos as grandes dominações como efeito hegemônico.

O aparelho de Estado, nas composições de Foucault, aparece como “[...] um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa” (MACHADO, 2012, p.15) já que essa relativa independência das relações de poder junto ao Estado e, ainda, na constituição de campos de saberes, não deteria um lugar privilegiado de emanção. Aqui, inverte-se a concepção centralista de um Estado organizado a partir de uma infraestrutura e superestrutura, para compreender as relações de poder a partir de um modelo rizoma, como Deleuze (2005) bem exemplificou.

Mas de que forma o Estado comparece na analítica foucaultiana? Responder a isso é ampliar a lente que busca compreender a maneira como o autor organiza suas pesquisas no método genealógico. Foucault irá desenvolver uma analítica sobre o Estado a partir do que denominou de processos de biorregulação - que englobaria o aparelho de Estado - para apresentar a gestão de processos biossociológicos das massas humanas.

Até o século XVII, essas massas humanas comporiam o que, no âmbito da soberania clássica, era constituído como povo e que, posteriormente, com a ascensão de um tipo de soberania apoiada no governo, possibilitou o desenvolvimento do biopoder, e o nascimento da população. É no nível do Estado que estão localizados os órgãos complexos de coordenação e de centralização desse mecanismo do poder. O que leva Foucault (1999) a perguntar: como conceber a biopolítica sem o Estado?

O curso de 1977-1978 ministrado por Foucault no Collège de France, *Segurança, Território e População*, tratou da noção de governamentalidade, a especificidade de sua ação e o tipo de poder que abarca. Em linhas gerais, a governamentalidade permite a Foucault abordar o problema do Estado e da População ainda que reconheça que as definições de Estado e População são muito mais disseminadas do que a de governamentalidade. Isso o leva a justificar a utilização dessa noção obscura, lacunar e difusa (governamentalidade) para explicar as outras duas (Estado e população) através das opções assumidas por ele em pesquisas anteriores.

Quando optou pelo observatório da disciplina para apresentar pesquisas que partiam de instituições específicas (como o exército, escola, hospitais, prisões), realizou um tríplice deslocamento para o exterior das ditas instituições, a fim de desenvolver sua análise. São esses deslocamentos que nos permitiram compreender melhor seu exercício no método genealógico, na consecução da análise sobre Estado e População.

O primeiro dos deslocamentos é a superação de um “institucional-centrismo”, possível com a passagem da instituição para o exterior. Para exemplificar, tomemos como exemplo o hospital psiquiátrico, que pode ser compreendido a partir de seus dados, sua estrutura, o tipo de poder médico e o saber psiquiátrico desenvolvido e organizado nele; ou, e essa é a opção de Foucault (2008a), pode-se reconhecer a possibilidade de proceder desde o exterior, ou seja, mostrar como o hospital psiquiátrico requisita, para a compreensão dos enunciados do saber psiquiátrico, algo que é ao mesmo tempo exterior e geral a sua própria estrutura.

Essa ordem de enunciados funciona como um projeto global destinado a toda a sociedade, que Foucault denomina vagamente como *higiene pública*. Explícita, ainda, a forma como essa ordem psiquiátrica coordena a partir de si um extenso conjunto de técnicas, que abrange a educação da criança, assistência aos pobres, instituição de patronato

operário, dentre outros. Esse método proposto permite identificar as tecnologias de poder existentes na instituição, a partir de seu exterior.

O segundo deslocamento está para além da função, ou seja, no lugar de conhecer a história de sucessos e fracassos da instituição na consecução de suas funções, trata de identificar a sua posição na economia geral do poder e a forma como ela a suscita. Dessa maneira, no lugar dos fracassos e sucessos de sua funcionalidade, verifica-se a forma como ela se inscreve em estratégias e táticas globais, onde os próprios déficits se constituem enquanto apoios.

Como exemplo para essa opção metodológica, Foucault (2008a) menciona a prisão e a recusa de analisá-la pelas funções esperadas, definidas como ideais, o que resultaria em um saldo positivo ou negativo, o que era esperado e o que foi alcançado. O estudo da prisão por meio da disciplina evidenciou que seus sucessos e fracassos compõem uma economia geral do poder, e que os próprios déficits devem ser inscritos nessa funcionalidade.

O terceiro deslocamento é em relação ao objeto. Esta última opção ressalta a assunção da disciplina como *locus* para a apreensão de certas instituições, práticas e saberes, sem optar, necessariamente, pelas normas e saberes já constituídos sobre os citados objetos. Foucault recusou um objeto já pronto (a doença mental, a delinquência, a sexualidade) para que se apreendesse “o movimento pelo qual se constituía através dessas tecnologias movediças um campo de verdade com objetos de saber” (FOUCAULT, 2008, p. 158). Em suma, o autor procura destacar as relações de poder emanadas da instituição e, ao analisá-las sob o prisma das tecnologias e funções, coloca-as sobre um foco estratégico, sem vinculá-las, *a priori*, a um objeto, ressitando-as do ponto de vista do campo, domínio e objetos de saber.

O componente e centralidade da luta comparecem como uma consequência política de suas análises, na proposta de decifração e afrontamento às relações de poder instituídas. Cabe ressaltar que, aqui, não se minimiza o papel do Estado nas relações de poder existentes, o que Foucault fez foi recusar uma relação apriorística de poder que emana exclusivamente do Estado e que, por isso, legitimaria uma relação promulgada, de maneira simétrica, por via da disputa entre classe dominante e dominada. O procedimento de pesquisa dá-se inversamente, ao partir da especificidade, dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que se relacionam a determinados campos do saber. Campos de saber esses que emergem das técnicas disciplinares, que são, acima de tudo, técnicas que servem à individualização.

A centralidade da proposta das pesquisas genealógicas não repousa sobre o saber como ideia ou pensamento, onde a consciência dos homens apareceria como reflexo e expressões das condições econômicas, mas considera o saber como materialidade, prática, acontecimento; enquanto componente de um dispositivo político que, como tal, articula-se junto a estrutura econômica. Trata-se de investigar a formação de domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares (MACHADO, 2012).

O que Foucault (2012) afirma elaborar, por via do método genealógico, é justamente uma forma de história que providencia a explicação sobre a constituição dos saberes, dos discursos e dos domínios de objeto, sem que para esse processo apoie-se em um sujeito que, por aderir a certas formas de saber, estaria destinado a transcender as suas limitações. Não se trata de uma ode ao irracionalismo, mas de compor uma crítica ao sujeito proferido pelo Iluminismo. Essa promessa, de retorno bucólico a uma essência não corrompida, a genealogia não se compromete a ofertar, pois, como afirmava categoricamente, “As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas”. (FOUCAULT, 2009a, p. 183).

Nas ciências humanas, o método é algo que detêm um espaço privilegiado no âmbito das pesquisas e polêmicas entre diferentes tradições intelectuais. Partindo da concepção de método enquanto via para algo e de metodologia como expressão racional que organiza esse mesmo caminho, entendemos a angulação distinta que intelectuais como Durkheim e Weber⁵ elaboraram e promulgaram em suas trajetórias. O

⁵ Cabe ressaltar a ausência de uma formalização, da parte de Marx, de um método, embora que detivesse uma metodologia explicitada em suas obras. Essa ausência de um método é algo central à compreensão das pesquisas e ação política exercidas por Marx, ao longo de sua vida. Parafraseando Lênin, Marx não nos deu uma lógica, mas legou-nos a lógica do capital. Ainda assim, existem pistas e meios para se propor um método a partir das tradições intelectuais às quais Marx se filiou, bem como a possibilidade de perseguir as pistas legadas por ele para compreender a organização de suas pesquisas, inspirando-se, assim, em seu arsenal heurístico. Enquanto uma breve introdução sobre o método de Marx escrito pelo próprio autor é interessante a consulta ao Posfácio da segunda edição de *O Capital*, em que responde às críticas que recebeu na ocasião da primeira edição da obra, críticas essas de forma – não havia um método claro – e não de conteúdo – as críticas pouco se voltavam a uma superação das premissas elencadas por Marx. Ao responder seus críticos, o intelectual prussiano explicava de forma didática – por via de uma fina ironia – no que e como consistia seu método. Já a literatura sobre o método marxiano é

recurso a Foucault nos interessa aqui à medida em que reconhecemos haver no interior da proposta genealógica diversas sugestões de instrumentos e técnicas que a diferencia da adotada massivamente, por exemplo, no campo do próprio Serviço Social quando essa volta-se sobre seus Fundamentos e/ou sua história.

História aqui talvez seja um elemento chave. É sintomático que no arsenal heurístico legado por Foucault, a relação entre história e sujeito sejam centrais, ou, como afirma Castro (2016), seria essa relação que permitiria elucidar toda a sua produção intelectual. Seu esforço era por compor uma metodologia histórica liberta de pressupostos antropológicos e de uma subjetividade que garantiria uma unicidade e sentido. Isto levará Foucault a opor a conceituação de história unitária ao conceito de “acontecimento”, permitindo-o, assim, compor “[...] histórias das práticas que constituíram historicamente a subjetividade ocidental” (CASTRO, 2016, p. 204).

Se as polêmicas alçadas por Foucault nos debates com historiadores deixaram claro a forma como esse fazia ranger a compreensão de uma narrativa histórica, era por via da genealogia que se ofertava um vasto e generoso observatório, que não se propunha necessariamente a reescrevê-la e sim a evidenciar o que até então parecia oculto ou pouco revelado⁶. Sua analítica da história não é do mesmo tipo que a dos filósofos, sua oposição dá-se em relação aos desdobramentos meta-históricos das significações ideais e das indefinidas teleologias. Isso nos permite afirmar que sua oposição é, em síntese, sobre as pesquisas de origem (CASTRO, 2016).

Sucintamente, podemos chamar de genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permita evidenciar um saber histórico das lutas, disputas e campos de força existentes. Por isso, não há gêneses lineares e finalidades já dadas ou *a priori*. Os acontecimentos objetivam reencontrar as diferentes cenas onde elas

vasta, indo de autores que o aprimoraram instrumentalizando-o em pesquisas específicas até aqueles que voltaram-se a investigar a própria constituição do “método marxiano”. Como sugestão de leitura sobre esse conjunto de interpretações, recomenda-se um breve e introdutório texto de José Paulo Netto (PAULO NETTO, 2011).

⁶ Um exemplo dessa relação com os historiadores pode ser verificada no debate publicado em formato de capítulo (Sobre a história da Sexualidade), no livro *Microfísica do Poder*. Na ocasião, Foucault se reuniu com diversos historiadores e foi extensamente interpelado e questionado sobre seu método de constituição da história (FOUCAULT, 2012a).

desempenharam papéis distintos, até definir o ponto de sua lacuna (FOUCAULT, 2012a).

Assim, não seria um empirismo ou um positivismo que permeariam o projeto genealógico, mas uma proposta de ativar saberes locais, descontínuos e até mesmo desclassificados. Saberes esses que, para serem considerados no interior da discursividade histórica, precisariam ser hierarquizados em nome de um conhecimento verdadeiro, por parte de um discurso científico já legitimado que estaria habilitado a falar. Não seria uma recusa ao saber, mas uma atenção à insurreição dos saberes, não tanto contra os conteúdos, mas contra efeitos de poder centralizadores ligados à instituição e ao mecanismo do discurso oficial. Assim, são os efeitos próprios de um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater (FOUCAULT, 2012a).

A genealogia seria, portanto, um empreendimento para libertar os saberes das hierarquias de poderes próprios à ciência, torná-los, assim, capazes de lutar contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. Quais os rebatimentos dessa compreensão para uma profissão como o Serviço Social? Foucault nos fornece algumas pistas:

Quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que as relações de poder não podem dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isso vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial. (FOUCAULT, 2012a, p. 278 279).

É sobre a constituição desses discursos de verdade, produzidos no interior de práticas sociais legitimadas e reconhecidas em uma profissão como o Serviço Social, que a genealogia pode escrutinar os interstícios que possibilitaram a emergência de certas práticas e desses

mesmos discursos. Assim, a genealogia enquanto método que se volta à história, às narrativas oficiais, aos registros, arquivos, trazendo luz às lacunas busca apreender e evidenciar as perspectivas consideradas “laterais” ou compreendidas como “colaterais”, em perspectiva com as narrativas mais difundidas.

Para entender a forma como Michel Foucault arquitetou seus estudos genealógicos, é importante uma breve referência ao filósofo prussiano Friedrich Nietzsche. Em sua leitura de Nietzsche, Foucault explica o uso que faz de duas interpretações distintas da palavra *Ursprung* (fundamento originário) através de *erfindung* como *invenção* e *herkunft* como *artifício*. O que o filósofo prussiano criticou foi a constituição de uma história que requisita o ponto de vista supra histórico, que teria por função recolher, por via de uma totalidade fechada em si, universais que nos permitiriam reconhecer em toda parte o mesmo sujeito, compreendendo os deslocamentos passados como reconciliações.

A partir das indicações de Nietzsche, Foucault conclui que se o sentido histórico se deixa envolver pela perspectiva supra histórica - o sentido metafísico - a genealogia não buscaria o apoio a qualquer absoluto, antes, a acuidade de analisar de forma a distinguir, repartir, dispersar, fraturando essa concepção de homem soberanamente explicado, quando observado em perspectiva desde o passado (FOUCAULT, 2012a).

Foucault (2012a) acredita que a pesquisa de origem, diferente da genealogia, tende a recolher a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade ensimesmada, sua forma imóvel e anterior a tudo o que lhe é exterior, acidental e sucessivo. A imagem construída do que era imediato, resulta naquilo que melhor se adequar à sua constituição. Assume por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias e todos os disfarces para chegar-se, por fim, a uma identidade primeira.

Na proposta da pesquisa genealógica foucaultiana, o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate. Isso expressa um elemento caro à constituição da história e à forma como se elabora uma compreensão dos diferentes processos de formação e constituição de fenômenos: gosta-se de acreditar que as coisas em seu início estavam em estado de perfeição. Desafiar essa aceção é objeto da genealogia foucaultiana.

Desde a aceção nietzschiniana *herkunft* refere-se a *proveniência*, mas não para restabelecer uma grande continuidade; não

se trata de demonstrar que o passado está vivo no presente, mas sim mostrar o que se passou na dispersão que lhe é própria, é demarcar os acidentes, a exterioridade do acidente. Sob a interpretação de Foucault (2012a), o aviso de Nietzsche é claro: não é para venerar a proveniência, pois que ela é crítica e submete-se constantemente à crítica. A *erkunfund* é a proveniência, mas não para estabelecer uma grande continuidade própria da meta-história e da supra-história, pois que a modernidade aprecia a meta história, a supra-história, momentos históricos que se homogenizam por via de uma linha histórica com começo, meio e fim.

Partindo de uma compreensão enviesada, muitas vezes denominada de dialética da história, pode-se afirmar que um dos efeitos disso (homogeneização de momentos históricos) é a produção de totalizações, ao invés de uma apreensão dialética de totalidade. Isso exige atenção, já que certos tipos de marxismos tendem a converter a totalidade em totalização, e, obviamente, elas não são sinônimas. A proveniência auxilia, não para estabelecer uma grande continuidade, pois essa não objetiva demonstrar que o passado está lá vivo no presente, mas para manter o que se passou na dispersão do que lhe é próprio e, assim, demarcar os acidentes. Quando identificados na constituição histórica de uma profissão como o Serviço Social, esses acidentes podem elucidar diferentes dispositivos que serviram a sua emergência.

Uma noção como a de herança no projeto genealógico irá comparecer não como acúmulo unitário, mas como conjunto de *camadas heterogêneas*. Diga-se, ainda, que a pesquisa da proveniência não objetiva e não resulta em sua consecução, ou na evidência e constituição de uma fundação, pelo contrário, seu objetivo é estremecer o que percebia-se como imóvel, fragmentando o que soava como ruído; evidenciando a heterogeneidade presente nos eventos (FOUCAULT, 2012a). Assim, a genealogia é uma análise voltada à proveniência. É possibilitada pela forma como as camadas heterogêneas que compõem a herança colidem em um interstício, um campo onde emergem diferentes forças em disputa.

Já a *Entertehung* – seria a , o ponto de surgimento. É o princípio e a lei singular de um aparecimento. É importante que se diferencie a *entertehung* do termo final de processo, ela não necessariamente conforma ou coincide com o resultado final alcançado desde o surgimento. Os fins aparente/últimos, não são nada mais do que o atual episódio de uma série de submissões, não havendo uma destinação que procure vir à tona desde o primeiro momento (FOUCAULT, 2012a).

Qual a precaução metodológica no trato da ? Não a tomar pelo termo final. Análises muito anteriores que explicam como algo emergiu, não devem ser assumidas como termo final, mas entendidas na singularidade das leis que a fazem surgir. Os fins aparentemente últimos não são nada mais do que o atual episódio de uma série de submissões. Não há uma destinação que procuraria vir à tona desde o primeiro momento, igualmente não há um *telos* ou um destino pré-definido. A genealogia não se presta a escrever uma história profética. As coisas não “surgem” finalizadas, respondendo a um destino prévio e a necessidades delimitadas *a priori*.

A noção de sentido histórico (*wirkliche historie*) é essencial, pois expressa um instrumento privilegiado da genealogia, já que esse não se apoia sobre nenhum absoluto – distingue, reparte, deixa aparecer as separações e as margens. A história “efetiva” por isso não apoia-se em nenhuma circunstância; ela requisita a reintrodução do descontínuo e assim faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. O acontecimento, nessa acepção genealógica, resulta de uma relação de forças que se inverte (FOUCAULT, 2012a).

As forças que se encontram em jogo na história não obedecem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Por isso, é um equívoco analisar um acontecimento em um outro lugar, tentando atrelar a cada coisa, fenômeno ou objeto uma característica premonitória, onde os fins explicariam os meios, por estarem meramente vinculados. Outro equívoco é a invalidação de um acontecimento, uma luta histórica de reapropriação, porque o efeito dele não foi o que se almejava. Desprestigia-se e desqualifica-se o acontecimento. A teleologia não é um *habeas corpus* para o que vier, ou seja, as coisas não atendem a uma finalidade de antemão, a um *telos* anterior.

A descontinuidade⁷ oriunda da arqueologia sempre vem à tona no interior da genealogia, isso também ocorre na pesquisa aqui proposta.

⁷ “A noção de descontinuidade, segundo Foucault, tem três funções: 1) constitui uma operação deliberada do historiador (que deve distinguir níveis, os métodos adequados a cada uma, suas periodizações); 2) é também o resultado da descrição; 3) Trata-se de um conceito que não cessa de ser ajustado (toma novas formas e funções específicas de acordo com os níveis que lhe são designados). [...] A arqueologia, que se situa a si mesma dentro desse marco de renovação do conhecimento histórico, tem dupla tarefa. Por um lado, desfazer-se daquelas categorias com as quais tradicionalmente assegurou, para além de todo o acontecimento, a continuidade do pensamento, da razão, do saber: autor, obra,

Afinal, se nada nasce acabado, pronto ou com fundamento que explique a si mesmo, que acontecimento é esse que provoca o nascimento da profissão no Brasil, sabendo que há descontinuidades e singularidades que se dão em uma cena, em um campo de forças de vozes múltiplas?

Trata-se de uma profissão cujas primeiras influências eram oriundas da Europa, mais especificamente, das assistentes sociais belgas. A sua função, a maneira como a profissão se institucionaliza e ao que ela deve responder são elementos que, ao chegarem ao Brasil, encontram um solo muito peculiar para sua propagação. O Serviço Social belga não se constituiu em seu pioneirismo e influência no Brasil como um universal que explicaria por si a constituição da profissão no país, tampouco, a posterior influência norte-americana oriunda do monroísmo a partir da década de 1940.

Como apontou Paulo Netto (2001) em sua pesquisa, há relações entre a profissionalização do Serviço Social e os movimentos específicos das mulheres, no final do século XIX e, mais intensamente, durante o século XX, que explicariam certas peculiaridades compartilhadas pela profissão nesses distintos solos históricos. Para o autor haveria “a hipótese de que, pela via da profissionalização no Serviço Social, contingentes femininos conquistaram papéis sociais e cívicos que fora desta alternativa não lhes seria acessíveis” (PAULO NETTO, 2011, p. 88). Corroborar com isso a presença do feminismo burguês europeu do século XIX, na protoforma do Serviço Social em certos países europeus, como demonstram Mouro e Carvalho⁸ (1987) e Verdès Leroux (1986).

Ainda sobre a construção da história por via do projeto genealógico, essa constituição e/ou construção de uma história efetiva não teme ser um saber perspectivo, pois a angulação do pesquisador, o observatório de onde emanam os elementos empíricos é decisivo para sua formulação. Evita-se a assertiva do sujeito de conhecimento que,

livro. Por outro lado, elaborar as próprias categorias, as quais permitem pensar a descontinuidade na ordem do discurso” (CASTRO, 2016).

⁸ “Também em Portugal a convergência entre o feminismo burguês e a filantropia cristã se manifesta num percurso que iniciado nos finais do Século XIX se integra em 1933 num projecto mais amplo veiculado pela Acção Católica Portuguesa, cujos valores, princípios, e projectos sociais subjazem ao projecto corporativista do Estado Novo. Assim, a eventual identificação que possa estabelecer-se entre este e o Serviço Social resulta, em nosso entender, da inspiração comum de ambos: a democracia cristã.” (MOURA & CARVALHO, 1987, p. 13).

desde uma noção conservadora, é requisitado a ser neutro, imparcial, e a produzir um saber também supostamente neutro. Sabe-se, de antemão, que o conhecimento em sua produção serve a propósitos que evidenciam que, se o conhecimento não é neutro, tampouco, o sujeito que o produz será.

O lugar de onde parte esse sujeito e a perspectiva que adota aqui servem para reconhecer que a angulação que o pesquisador assume na pesquisa faz toda a diferença. Para o conhecimento produzido e objetivado em um solo e tempo histórico específico, o sujeito de conhecimento tem um lugar privilegiado, sem par; é o sujeito que conhece, só que esse sujeito de conhecimento tem de ontologicamente/epistemologicamente buscar a verdade. Foucault questiona esse rito à medida em que evidencia a organização dos discursos oriundos de saberes historicamente determinados.

Sobre a economia política da verdade, presente em nossa sociedade, Foucault (2012) delimita cinco características historicamente importantes:

“a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); é objeto, de várias formas de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”)” (FOUCAULT, 2012a, p. 52).

O que o filósofo francês parece nos indicar é que o sujeito do conhecimento não pode temer o lugar de onde fala. Em suas pesquisas e discussões nunca esteve preocupado em dizer qual é a verdade, mas em investigar os meios de emergência e constituição de discursos de verdade.

Para isso, é necessário livrar-se da história supra-histórica, libertar-se do modelo metafísico e antropológico da memória. Dessa

forma, Foucault (2012a) discorre sobre os usos do sentido histórico a partir das modalidades platônicas.

O sentido histórico comporta três usos que se opõem, palavra por palavra, às três modalidades platônicas da história. Um é o uso paródico e destruidor da realidade que se opõe ao tema da história-reminiscência, reconhecimento; outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe a história-continuidade ou tradição; o terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história conhecimento. De qualquer modo se trata de fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo, metafísico e antropológico da memória. Trata-se de fazer da história uma contramemória e de desdobrar consequentemente toda uma outra forma do tempo. (FOUCAULT, 2012a, p. 80).

Referindo ainda as modalidades platônicas, essa concepção de sentido histórico apoia-se no uso paródico e destruidor da realidade em oposição ao tema da história reminiscência; ao uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe a história contínua ou tradição e, ainda, ao uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história conhecimento.

A história genealógica dirigida não tem por finalidade reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, obstina-se em dissipá-la. Também não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que retornaremos, mas, pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam. E, por isso, possibilita a clarificação dos sistemas heterogêneos (FOUCAULT, 2012a).

Mesmo que o Serviço Social já possua uma história permeada por locais de nascença (Igreja, Estado, Patronato) e de diversos acontecimentos (capitalismo monopolista, formação de uma classe trabalhadora, capitalismo dependente, urbanização e industrialização ascendente na sociedade brasileira do início do século XX), deve ser considerado a centralização da investigação que leve em conta elementos anteriores à sua constituição e nascimento no Brasil; que localize nos interstícios desses acidentes e acontecimentos justamente as condições de possibilidade para sua emergência como profissão e sua posterior institucionalização.

Uma pista disso são as práticas concretas exercidas, anteriormente à constituição da profissão, por meio de ofícios diversos exercidos por aqueles que podem ser aglutinados categoricamente como “agentes sociais”, que se dedicavam à organização e manutenção da vida social ordenada no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Essas práticas não apenas passaram a ser muitas vezes exercidas pelas assistentes sociais, como ainda teriam sido incorporadas à profissão, acopladas às noções de vocação e missão inerentes a uma profissão como essa em sua constituição.

Para além das práticas concretas, há ainda os tipos de saberes que influenciaram justamente a organização dessa profissão. Sabe-se que o pensamento médico-sanitarista era prevalente no processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX. Era necessário higienizar os sujeitos e assegurar ações de sanitarismo na organização desse modelo ascendente de cidade tendente à industrialização.

Nesse sentido é revelador justamente pelo seu caráter profilático e proximidade com órgãos do direito à época em sua institucionalização a presença de um tipo específico de racionalidade que influenciava médicos e advogados: a eugenia como substrato empírico que explicaria concatenada a uma ação interventiva sobre a população brasileira. A eugenia não foi um modismo, ela modulou práticas e compreensões de mundo em diversas profissões, durante o período acima mencionado. No Serviço Social brasileiro não foi diferente.

O Serviço Social nasce geopoliticamente de outros locais. Quando é aqui aportado, começa a sofrer mudanças e, também, a ser influenciado pelas injunções da própria história brasileira. A história de uma profissão, como essa, não comporta uma teleologia linear, uma história prévia, não possui uma origem monumento que repouse em si mesma, como se não dependesse das mudanças históricas que a atravessam.

No começo das coisas não é a identidade preservada da origem que se encontra, mas a discórdia. O disparate é algo presente enormemente na obra *A História da Loucura*, por esses elementos que se desencontram e importam para que possamos entender que não são elimináveis ou desprezíveis os efeitos que produzem, que não se deve, em busca de uma homogeneidade ou suposta harmonia histórico-narrativa, eliminar o que atrapalha; mas, potencializar, perceber em sua constituição o que ela ocasiona (FOUCAULT, 2013).

O que isso revelaria é que as coisas em seu início não estão em estado de perfeição. Desta forma, o início está muito mais relacionado a

um inacabamento e estado inacabado não é um *déficit* ou algo que não requisite ser escrutinado ou decifrado. Nietzsche (apud. FOUCAULT, 2012a) retoma a expressão, o sentido histórico, como um instrumento privilegiado da genealogia, só que ele não se apoia em nenhum absoluto, mas deixa operar as separações e as margens.

Quando Foucault (2013) escreve sobre o nascimento da loucura, por exemplo, discute a história da psiquiatria reconhecendo sua singularidade. O autor entende que na literatura, a loucura tem a sua singularidade, que no desenvolvimento da medicina e da psiquiatria a loucura tem sua singularidade, que no desenvolvimento arquitetônico das instituições (manicômios, hospitais) a loucura tem sua singularidade. Não pode haver homogeneização dessa história quando lida à luz da psiquiatria ou dos equipamentos médicos de confinamento da loucura pois que isso as converteria em um campo fechado.

Os pontos de intersecção dessa história podem revelar a constituição do discurso composto na modernidade sobre a loucura. O que essa premissa assevera é que se deve evitar a homogeneização na identificação dos discursos de verdade presentes no interior de certas práticas sociais.

A genealogia nos permite compor uma crítica a essa concepção de origem que professa que algo nasce com uma essência teleológica definida, cuja finalidade a atravessa, não importa o momento ou tempo histórico. A genealogia inviabiliza pensar a origem nesse estado de perfeição que segue inalterado numa gênese linear atemporal. As rupturas são descontinuidades que provocaram essas alterações e influem sobre os discursos unitários que tendem à homogeneização dos diferentes fenômenos (FOUCAULT, 2012a).

Qual o efeito dessa apreensão para o Serviço Social no Brasil? Se o Serviço Social na Bélgica era absolutamente aliado a um discurso da paz vinculado à reconstrução de um continente devastado pela guerra, aqui se tem outra realidade: tratava-se de um país-continente com quase 400 anos de escravidão, ex-colônia, que tenta se compor como nação. A origem em um lugar não necessariamente influencia e define o nascimento em outro lugar. *Erkunt* não é uma continuidade sem interrupção. Todavia, que interrupções foram essas que remodelaram o Serviço Social no Brasil? Não é uma interrupção por conta de um acontecimento que se sobressai isoladamente, mas em um campo de forças.

Afinal, o primeiro lugar em que o Serviço Social se institucionaliza no Brasil é o judiciário. Emanar primeiramente desse lugar é um demonstrativo e efeito desse quadro de relações de força.

Isso permite um espaço privilegiado de enunciação sobre quem é a classe laboriosa e a classe perigosa. A sociedade reconhece isso e, também, habilita uma profissão a dizê-lo, ao fornecer-lhe uma chancela que parece providenciar a partilha entre os bons e os maus pobres. Partilha essa de responsabilidade de algumas profissões inseridas no campo denominado social, incluindo-se, aqui, o Serviço Social. Anterior a essa chancela, todavia, o que constituiu as proveniências que viriam a permitir a existência dessa profissão no Brasil?

Sobre a constituição da população, podemos elencar: a escravidão e a recente alforria; a composição da classe trabalhadora por via de um corte racista (IANNI, 1978), mediante a chegada do imigrante europeu como sujeito ideal para produção e reprodução do *homo economicus* (PRADO JUNIOR, 2011) além do sistemático extermínio e obliteração dos povos originários dentro do sistema político (RIBEIRO, 1972).

A população, enquanto ator político sócio-histórico determinado, aqui tem como par a escravidão e o genocídio. Compõe-se por via de uma amálgama de sujeitos que não possuem, necessariamente, vínculos biográficos e emocionais com essas terras e, ainda, da obliteração dos povos originários já que, em certo momento do Brasil Colônia, os indígenas não eram mais do interesse da Igreja Católica - o que culminou na expulsão dos jesuítas -, sendo “igualizados” aos demais ainda no século XVIII. Por fim, acrescenta-se a própria racionalidade estatal moderna, que só consegue reconhecer o sujeito originário na condição de pobre sem qualquer resquício do que o constituiria historicamente.

Todas essas indicações acerca do nascimento da população no Brasil em meados do século XIX e início do século XX possuem um gabarito de inteligibilidade para a sua decifração no Racismo de Estado. Esse nada mais seria do que o meio pelo qual em uma sociedade gestada a partir do biopoder se pode exercer o “fazer viver e deixar morrer” sobre sua população (FOUCAULT, 2008a). Essa articulação é possível pela função da norma em uma sociedade intensamente governamentalizada, onde, em seu exercício de poder, articula-se a norma da disciplina e da regulação.

Dessa forma, há o racismo de Estado, perpetrado contra os povos originários, o exercido contra os africanos e seus descendentes escravizados e, ainda, aquele destinado aos imigrantes que aportaram no Brasil ao longo de todo o século XIX e início do século XX. Para cada um desses grupos, o Racismo de Estado desenvolve estratégias distintas, mas a forma de legitimar sua ação apoia-se sempre na prerrogativa da

norma que serve para a identificação do perigo biológico e social no outro. Esse outro é assim suscetível de ser classificado como desviante ou, em uma definição apoiada na analítica de Foucault, um anormal. É na identificação desse anormal que o racismo de Estado poderá exercer sua sanha assassina sobre grupos e populações inteiras.

Enquanto dispositivo de poder racional, científico e amplamente difundido ao longo do século XIX e XX, a Eugenia será aqui o observatório que nos permitirá destrinchar o funcionamento do racismo do Estado, abarcando as últimas décadas do século XIX (abolição da escravidão, fluxo de imigrantes) e primeiras décadas do século XX (nascimento do Serviço Social no Brasil). O que queremos responder é: **“De que maneira o Serviço Social brasileiro foi influenciado pelas estratégias de produção e controle da vida gestados pela racionalidade eugênica no início do século XX?”**

Sobre a constituição do Serviço Social, é importante frisar a ausência de consenso entre alguns dos principais intelectuais da área que se voltam à temática dos fundamentos da profissão. Paulo Netto (2001) atrela a constituição da profissão à tese do sincretismo, reconhecendo-o como um traço transversal da natureza do Serviço Social, que influi sobre a prática e suas referências científicas e ideológicas.

Tal compreensão é dividida pelo autor (PAULO NETTO, 2001) em três esferas: a questão social como um elemento fulcral na fundação do Serviço Social; o cotidiano enquanto elemento que forneceria o horizonte de constituição da profissão e, ainda, a manipulação de variáveis empíricas que asseguraria a especificidade da intervenção. Esse conjunto explicaria a relação da profissão junto à constituição do capitalismo monopolista e seus traços tardios no continente latino-americano.

Por sua vez, Simionatto (1999) vai entender que ainda que a profissão tenha sua institucionalização nos marcos internos do capitalismo, as funções desse profissional emergem de uma estrutura anterior, representando uma continuidade histórica. Todavia, essas funções não são administradas diretamente pelas classes subalternas, mas, pelas dominantes no exercício de seu domínio (ou supremacia) sobre o conjunto das demais classes sociais.

Para a autora, as funções do assistente social não são originadas das classes fundamentais – burguesia e proletariado – mas das formações sociais anteriores ao capitalismo. Caberia ao sistema, então, redirecionar essas funções fornecendo a essas um novo significado social. Afirma-se, assim, que tais funções podem existir em outras formas de sociedade pré ou pós-capitalistas. Essa tese reconhece a

vinculação entre uma concepção de protoforma do Serviço Social anterior à própria requisição pelo modo de produção capitalista.

Isso nos serve para frisar que o tema aqui pesquisado não possui um consenso e que o ato de compreender de formas distintas aponta para análises distintas, não apenas entre Netto (2001) e Simonionatto (1999), mas entre diversos outros pesquisadores que se debruçaram sobre a história da profissão.

Para a tese aqui desenvolvida, elegemos como elemento elucidador dessa profissão justamente a população para quem seu ofício se destinava, bem como os segmentos que foram convidados a assumir esse compromisso: mulheres da classe média urbana oriundas do laicato católico. No delineamento do que constituiria a população no Brasil, não temos de imediato uma concepção acerca das classes perigosas e classes laboriosas como assumidas por textos clássicos europeus. Quem comparece - a materialidade histórica que emerge - são os ex-escravos, seus filhos e netos, bem como a alforria formal no final do século XIX. Considera-se, também, a chegada dos imigrantes e a configuração de uma denominada classe trabalhadora, que contava com toda a sorte de sujeitos e biografias e que, em muito, influenciou os primeiros aportes de movimentos políticos de esquerda advindos da Europa.

Esse processo, anterior à institucionalização da profissão, é decisivo para o Serviço Social no Brasil. Se na Europa a população pode ser categorizada, desde a Revolução Industrial, entre classe laboriosa e classe perigosa, constituída a partir dos intensos processos de desapropriação dos feudos e destituição dos servos de seus meios de existência⁹, no Brasil, essa população se constituirá de outra maneira.

Há aqui um conjunto no interior da população, que sofreu um processo de embranquecimento e homogeneização, sendo alvo de um silenciamento histórico, ao ser convertido de escravo para “trabalhador livre” sem ser inserido no ciclo produtivo formal pela ordem escravocrata e industrial emergente. Inegavelmente, a legislação vai mudando na atenção com o escravo até culminar na formalização da sua libertação. Um dos efeitos disso é a própria constituição de um corte racista, no âmbito da constituição, do que se categoriza como classe trabalhadora.

Esses elementos trazem diversas questões a serem pensadas

⁹ Ainda que não utilize desse referencial, Foucault desenvolveu importante análise do tema, por via do que denominaria de ilegalidade de bens e ilegalidade de direitos, no âmbito da ascensão da sociedade capitalista moderna (FOUCAULT, 2009a).

para compreender a história da profissão no Brasil. Afinal, que população é essa que faz emergir uma relação social conflitiva e que, por isso, exigiria uma domesticação? De que forma a racionalidade eugênica esteve presente no processo de institucionalização da profissão e de que forma essa influiu nas práticas sociais anteriores e posteriores à institucionalização da profissão?

Tais perguntas permearão toda a composição da presente tese e se entendemos que o método genealógico detém na proveniência um conjunto de camadas heterogêneas, não apenas como herança ou acúmulo, é possível que esses elementos nos permitam compreender a herança do nascimento do Serviço Social no Brasil, por via da eleição de certas camadas heterogêneas.

O que se pode afirmar, peremptoriamente, por via das assertivas de Foucault (2012a), é que a pesquisa da proveniência não funda, mas agita o que se percebia imóvel, fragmenta o que pensava unido e demonstra a heterogeneidade não como acúmulo. É a partir da eleição dessas camadas heterogêneas que buscamos nesse trabalho investigar o nascimento do Serviço Social no Brasil.

Ou seja, a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão. Não há potência antecipada de um sentido, mas o jogo casual das dominações. A se produz sempre em um determinado estado das forças, o que requisita mostrar seu jogo; a forma como lutam, ou seu combate frente às circunstâncias adversas; a entrada em cena das forças e o lugar de afrontamento. Essa cena das forças é um interstício, os adversários não pertencem ao mesmo campo, ninguém é responsável isoladamente por uma .

Dessa forma, não se pode dizer que certas estratégias e ações se devem à classe burguesa ou ao proletariado apenas. É essa cena que produz a de um campo de forças, composto por campos distintos e com forças distintas. Não estão equalizadas, não tem a mesma potência, mas, nesse lugar onde se enfrentam fazem surgir um determinado fenômeno. Restabelecem, assim, os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações.

Em um campo fechado, o fenômeno tem a mesma explicação, então tudo pode ser estratégia de dominação da classe burguesa. Com isso, não queremos dizer que não haja dominação nas relações capitalistas, mas que essa assertiva bicausal do poder, com dominados e dominantes não explicaria a composição do interstício de onde emergiria essas forças distintas e os efeitos da colisão entre elas. A , portanto, é a entrada em cena das forças. Essa compreensão nos permite interrogar de qual cena o Serviço Social emerge no Brasil.

É necessário, então, identificar os campos de para compreender o nascimento da profissão no Brasil, por via de suas intersecções. Assumir a história como um circuito fechado em si mesmo reduz a diversidade do tempo tornando a história como algo exterior, uma história que pretende a tudo julgar com uma verdade eterna e uma consciência sempre idêntica. Nietzsche vai comparar a filosofia com o olhar médico para falar da diferença que, ao se constituir, estabelece novos cortes e diferenças (FOUCAULT, 2012a).

Dessa maneira, as camadas heterogêneas que serviram como eixos de análise são:

- A eugenia como racionalidade racista que influenciou áreas como a medicina e o direito, durante o final do século XIX e início do século XX;
- A luta perpetrada pela Igreja Católica, a partir do século XVIII, para se adaptar ao “mundo do trabalho” e a forma como conquistou espaço no interior do Estado Moderno brasileiro;
- A transformação societária que o Brasil atravessou após a abolição da escravidão até o Estado Novo, com o processo de urbanização e industrialização ascendente e a maneira como a medicina social influenciou em ambos os processos;
- O papel que as mulheres assumiram na constituição do modelo de família moderna, em sua inserção na vida produtiva do país e em profissões como o Serviço Social.

Quando analisadas, essas camadas nos permitirão evidenciar o eixo central deste trabalho:

- A presença da racionalidade eugênica na institucionalização do Serviço Social.

A seguir, apresentaremos alguns conceitos centrais do arsenal heurístico foucaultiano, que servirá para o desenvolvimento da tese.

1.2. População no interior da analítica foucaultiana: Governamentalidade e Razão de Estado.

O final do século XIX e início do século XX constituíram um período de profunda efervescência na história brasileira. No que se refere à composição da população, há a recente alforria e todo o processo que envolveu a libertação dos negros e sua conversão formal-legal em sujeitos livres, além do aporte dos imigrantes europeus, que deveriam contribuir para a constituição não apenas de um mercado formal livre de trabalho, mas à própria transposição para um tipo de racionalidade liberal, já bem desenvolvida nos países da Península Ibérica e Inglaterra.

Com o projeto de implementação do trabalho livre e a modernização do Estado a centralidade aplicada ao escravo nas análises sobre a formação sócio histórico brasileira tende a obnubilação, sendo agora remetida ao trabalhador imigrante como modelo de *homo economicus* apto a vender sua força de trabalho. Todavia, quais foram as estratégias de fomento à vida desse operário e como se respondeu a esse quando se percebeu que o imigrante não necessariamente corresponderia às expectativas da classe dirigente?

Nossa hipótese, nesse caso, parte da eugenia enquanto discurso racional que, para sua fundamentação, gestou um tipo de mitologia acerca de seu alvo. No nazismo, por exemplo, recorria-se como recurso à raça ariana e à descendência nórdica, até haver o colapso interno, com a função assassina do Estado – no caso, a ordenação da destruição das estruturas que permitiam o sustento e manutenção da sociedade alemã durante a II Guerra Mundial.

A eugenia no Brasil desenvolveu uma mitologia: “o branco imigrante nos salvará pois embranquecerá esse país”. Entretanto, com o aporte dos imigrantes e os hábitos “incivilizados” trazidos por eles, essa narrativa logo se alterou. A resposta da eugenia na elaboração de uma mitologia própria foi a exaltação aos bandeirantes e sua coragem em desbravar um local inóspito para convertê-lo em nação. À rebote disso ocorreu a produção cada vez mais acentuada de estratégias repressivas lançadas contra os imigrantes, quando esses, então, deixam de ser entendidos apenas como “imigrantes”. para constituir a ameaça interna ao desenvolvimento da nação, por via da “classe operária”.

Para a racionalidade eugênica, o negro alforriado e o imigrante (seja esse europeu ou asiático) são alvos diretos de sua ação. A intenção

de correção e ajuste independe da origem do indivíduo, todavia, a materialidade das estratégias vão se constituindo de maneira distinta.

Sobre a progressão histórica da racionalidade dirigente, é possível identificar diferentes elementos que objetivavam ao controle, por exemplo, das populações autóctones, por via das reduções jesuítas - organizações religiosas cujos regimentos internos obedeciam às orientações e preceitos monásticos, combinados com a utilidade desses sujeitos. Temos aqui, possivelmente, o que Foucault (2009a) definiu como a junção de dois modelos disciplinares muito específicos: o monástico e o da extração da força de trabalho.

Quando reconhecida a violência de classe e raça por via do autoritarismo desmedido - que permeia a nossa história e compõe a formação da nossa organização -, é possível melhor compreender a matéria prima da racionalidade autoritária, classista e violenta, que encharcou a composição de nosso país com uma “guerra de raças”.

A guerra de raças e o ódio de classe são elementos constituintes dessa história, que não podem se ausentar da presente análise. Centralmente, o problema posto é justamente a capacidade de produção da vida, que insistiu, e ainda insiste, em escapar ao controle. A apresentação acerca desses temas será orientada por análises que abordam a forma como a partir do século XVIII compõe-se gradativamente um tipo de racionalidade por parte das classes dirigentes sobre a população no Brasil (GORENDER, 2016a; CHIAVENATO, 2012; MACHADO, et al. 1978; COSTA, 1983; LEME, 1978; RAGO, 2016; SLENES, 2011).

Soma-se a isso a maneira como a analítica foucaultiana pode contribuir, por meio de temas como a biopolítica e a disciplina; o fenômeno da urbanização e a cidade - como elementos propulsores de economias políticas do poder; a emergência das lutas operárias no século XIX e XX; a razão e o racismo de Estado; entre outros. Como principal indicação, a partir da obra de Michel Foucault, optou-se pela consulta a uma espécie de “triade” sobre as relações modernas de poder, por via de três cursos ministrados no *Collégé de France*, entre os anos de 1975 e 1979¹⁰.

¹⁰ Esses cursos – respectivamente: *Em Defesa da Sociedade* 1975 – 1976; *Segurança, Território e População* 1977-1978 e *O Nascimento da Biopolítica* 1978 – 1979 – tratam de um esforço do autor em compor uma espécie de síntese acerca de sua produção intelectual desenvolvida até então, passando aí por diferentes propostas de pesquisa e abordagens sobre os métodos arqueológico e genealógico e a forma como essas se complementam.

A leitura desses três cursos permite uma compreensão sobre as diferentes abordagens, ao mesmo tempo em que busca esclarecer diferentes tópicos sobre suas pesquisas. Evidencia, ainda, as opções que o autor assumiu enquanto filósofo, na busca por uma compreensão sobre o presente que não partisse de prerrogativas e universais amplamente compartilhados, mas de silêncios e de indicações pouco, ou nunca trilhadas.

No resumo do curso *Em defesa da Sociedade*¹¹ – Foucault (1999, p. 320) apresenta um conjunto de questões que nortearam as investigações propostas: “Quem procurou no ruído e na confusão da guerra, [...] o princípio de inteligibilidade da ordem, das instituições e da história? Quem pensou primeiro que a política era a guerra continuada por outros meios?”.

Foucault (1999) parte de uma transição perceptiva desde a Idade Média até os Estados modernos, elencando indícios de uma espécie de evolução entre as instituições e práticas de guerra, no interior desse modelo de Estado. Essa investigação culmina na análise acerca do homem-corpo e homem-espécie, no prenúncio da biopolítica e, por fim, a função assassina a ser exercida por um Estado gestado sob as premissas organizadoras da biopolítica, por meio do racismo de Estado.

Um ponto chave aqui é, justamente, a substituição da luta de classes pela guerra de raças e a forma como expressam um tipo de estratégia constituinte dos Estados modernos. Esses são alguns dos elementos que buscaremos colher para adensar o debate sobre racismo.

O curso *Segurança, Território e População* coloca em seu

¹¹ Esse curso representa um grande passo no desenvolvimento das pesquisas do autor. Inicia com a análise das relações de poder no âmbito da anatomo-política do corpo e conclui com um denso debate sobre o que consistiria a biopolítica e sua relação com a gestão da população. Bertani e Fontana (1999, p. 345), ao escreverem sobre o curso, afirmam que esse poderia ser “[...] o ponto de encontro, a junção, a articulação do problema político do poder e da questão da história da raça”. Para esses autores, o curso comporia o que podemos chamar de genealogia do racismo apoiado sobre os discursos históricos e a luta das raças nos séculos XVII e XVIII e sua conversão, no que poderíamos chamar de um “racismo moderno”, entre os séculos XIX e XX. Não por acaso, o título desse curso em certos países de língua castelhana é “*Genealogia del Racismo*”, vide Foucault (1998) e < <https://www.book-info.com/isbn/987-9017-01-3.htm> > acesso em 31.03.2018. Ainda sobre o título, a tradução literal de “*Il faut défendre la société*” seria algo mais próximo de “É necessário defender a sociedade” (um título bem mais dúbio e provocativo, diga-se de passagem).

centro o tema da população e desenvolve o conceito do que Foucault (2008a) denomina governamentalidade. Trata-se da racionalidade desenvolvida a partir do poder soberano, que serviria à organização da sociedade, bem como dos mecanismos que garantiriam sua regulação. Dessa maneira, a “governamentalidade” política corresponde à “[...] maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos viu-se implicada, de forma cada vez mais acentuada no exercício de poder do soberano (FOUCAULT, 2008a, p. 491).

Para explicar a relação de poder exercida utilizando a concepção de governamentalidade, Foucault (2008a) busca inspiração no poder pastoral. Um tipo de poder que, originário do Oriente, é exercido não necessariamente sobre um território fixo, mas sobre uma multidão. Essa forma de poder tem como objetivo zelar cotidianamente por seu rebanho e assegurar sua salvação. Trata-se de um poder que individualiza, por reconhecer o valor da “ovelha”, mas que compreende o significado da multiplicidade da vida, na medida em que busca conduzir e preservar um rebanho.

Esses componentes passam a compor o que Foucault (2008a) chamou de Razão de Estado. Esta seria um novo tipo de matriz de racionalidade, que serve a uma espécie de transição de uma soberania clássica para um outro tipo, onde o príncipe é convidado a governar os homens. Homens esses que passam a produzir – e a constituir – a própria riqueza do governo, na condição de população, não mais de povo. População é, assim, concebida enquanto problema político, “[...] como um conjunto de elementos que, por um lado, se liga no regime geral dos seres vivos [...] e, por outro, pode dar ensejo a intervenções concertadas (por intermédio das leis, de maneira de fazer e de viver que podem ser obtidas por campanhas)”. (FOUCAULT, 2008a, p. 493).

Senellart (2008a) ressalta não apenas o aprofundamento no tema do biopoder, mas a mutação capital que essa representa, desde meados do século XVIII, no exercício do poder sobre a vida e a composição de uma “guerra interna” na sociedade, a fim de erradicar os perigos que nascem do próprio corpo social. Para desenvolver essas assertivas, Foucault (2008a) utiliza alguns observatórios, tais como o problema da cidade, destacando os dispositivos e estratégias da governamentalidade e a relação entre técnica de segurança e a população.

Nesse curso, evidencia-se a ampliação do campo de análise de Foucault sobre o Estado moderno. O que permite isso é a gestão dos processos biossociológicos das massas humanas, que passam a ter seu funcionamento aplicado para muito além das disciplinas tão bem

desenvolvidas e exercidas em espaços como o hospital, a escola, o presídio, o quartel ou a fábrica. “É no nível do Estado que se encontram os órgãos complexos de coordenação e de centralização necessários a esse fim” (SENELLART, 2008a, p. 520). É por estar atrelado a um tipo de bioregulação estatal que a biopolítica pode ser compreendida, o que requisitou – como mencionado no item anterior – o desenvolvimento de uma compreensão sobre o Estado.

Em *Nascimento da Biopolítica*, compõe-se uma análise do Estado liberal clássico e a ascensão de um novo tipo de governo, o neoliberal. Neoliberal aqui não é compreendido a partir de prerrogativas amplamente compartilhadas que o afirma como uma “ausência do Estado em detrimento do social para a ampliação dos capitais privados”.

O governo neoliberal, na analítica foucaultiana, é resultado de um Estado que jamais se ausenta, e de uma forma de governamentalidade que deve definir o quanto um bom governo deve interferir na vida social, centralmente na economia. Essa presença, por vezes exasperante, é materializada em temas assumidos como próprios do governo, tais quais os fenômenos postos a prova pelo conjunto de viventes (população): saúde, higiene, natalidade, longevidade, imigração, raças.

Há, enfim, uma espécie de “unidade na diversidade” presente entre esses três cursos, que permite identificar, em seu interior, temas atrelados à constituição do Estado moderno; à governamentalidade; seu racismo e racionalidade; à biopolítica e à disciplina, enquanto economias políticas do poder que servem à organização da multiplicidade da vida que vai do indivíduo à população e, por fim, à forma como emergirá um corpo de técnicos qualificados para intervir, em nome do Estado, pela defesa da sociedade e esplendor do Estado.

Um dos pontos de partida é, justamente, a análise da explosão demográfica do século XVIII na Europa, por via de um conjunto de documentos que versam sobre a arte de governar e que encontraram na definição de população o meio de exercer essa mesma arte.

O Biopoder é aqui um mecanismo que busca racionalizar o *locus* biológico da espécie humana. Se nossas sociedades, desde a economia geral de poder (incluindo aqui também a disciplina), converteram-se em sociedades dominadas por aquilo que Foucault (2008a) define como tecnologias de segurança. Um meio de decifrar esses mecanismos é voltar-se aos dispositivos de segurança em seu funcionamento, na forma como esses influem e são alterados pela coletividade de viventes classificados como população.

Para isso, o autor aborda algumas características presentes nesses dispositivos de segurança das sociedades modernas e a maneira como esses constituíram-se gradativamente como técnicas entre os séculos XVII e XIX. Assim, os temas elencados são: o problema do tratamento aleatório; a forma de normalização específica da segurança e sua distinção da normalização disciplinar; além da correlação entre as técnicas de segurança e a população. Esse último evidencia a condição simultânea de objeto e de sujeito à qual a população é submetida nas sociedades modernas.

Em termos diretos e esquemáticos, Foucault afirmará que “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (FOUCAULT, 2008a, p. 15 16).

A forma como Foucault (2008a) chegará a termo da sua compreensão de população é ilustrada por diferentes acontecimentos históricos que, gradativamente, delimitam esse fenômeno (a população) e a forma como essa, paulatinamente, se diferenciou da massa amorfa e indistinta (súditos) ou da coletividade que escapa ao seu controle (povo).

Partindo da teoria dos fisiocratas do século XVIII, Foucault (2008a) elege a circulação de grãos como exemplo para a compreensão da organização do mercado e a constituição do *homo oeconomicus* em seu interior. O fenômeno da fome que assolava nações inteiras na Europa assume uma outra feitura a partir dos dispositivos de segurança e delimita o surgimento da população.

A fome, sob a racionalidade que compreende a existência de algo como a população, agora é “escassez de alimento”. No interior da análise dos fisiocratas, a fome não é assumida como algo coletivo e/ou individual, pois se tratará de cumprir certos cortes naquilo que podemos definir como função intrínseca à escassez de alimentos – ou seja, a escassez de alimento possui uma função na arte de governo da população. Há toda uma série de indivíduos que deverá sofrer com a fome, de outros que deverão ter a fome sanada e tantos outros que precisarão buscar meios para sobreviver à fome.

A noção de indivíduos ou multiplicidade já não é pertinente. Aqui, deve-se trabalhar apenas com a população enquanto objeto da ação. O comparecimento dos indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos ocorrerão apenas como instrumento, intermédio ou condição para obter algo junto à população. Foucault (2008a) definiu população por via de uma distinção necessária. Se na relação de soberania clássica, o povo era uma constante em sua relação com o poder - pela via da submissão, ou pela

via da revolta -, a população passa a emergir enquanto materialidade, realidade. É a partir da quantificação e racionalização dessa realidade que se dá a relação com o soberano.

Em síntese, sua explanação inicial sobre o que constituiria a população apoia-se no fenômeno da escassez de alimento e da diferença entre população e povo. A população como sujeito político e coletivo, completamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes, emerge no século XVIII com essas cesuras, que são consituíntes da forma que assumiram junto ao soberano. Tratada como objeto, nada mais do que “[...] aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito” (FOUCAULT, 2008a, p. 55).

A população não representa uma ruptura radical com a noção de povo, o que ajuda a diferenciá-las é, precisamente, a maneira como os fenômenos ocorrem e são compreendidos, quando comparados aos mesmos fenômenos e processos decorrentes do povo. Para ilustrar sua assertiva, Foucault (2008a) utiliza o trecho de um texto de Abeille que trata da escassez-flagelo e enumera as diversas possibilidades de comportamento por parte das pessoas: algumas suportam a escassez-carestia e outras vendem seu trigo no momento correto. O comportamento desses indivíduos sintetiza os bons elementos da população, fazendo com que cada um dos indivíduos funcione como membro.

Porém, Abeille chama a atenção para o seguinte: e se as pessoas não aceitarem? E se em uma cidade em vez de esperar, de suportar a escassez e o alto preço, em vez das pessoas aceitarem passar fome, elas se lancem sobre as provisões, apropriando-se delas sem pagar e, além disso, se outras pessoas optarem por reter o cereal esperando sua valorização? Haverá revolta, haverá retenção inapropriada e egoísta.

Esses fatores para Abeille atestam que essas pessoas não fariam parte da população, elas são o povo. Ainda que exista no próprio nível da população, “O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população [...], como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema” (FOUCAULT, 2008a, p. 57).

Até o século XVII, a população não era tomada em sua realidade com seus fenômenos e seus processos próprios. Ou seja, a questão da população não era considerada em sua positividade ou generalidade na relação soberano-monarca. É no século XVII, período permeado pelo cameralismo e mercantilismo, que se identifica o início

de certas mudanças. Para os mercantilistas do século XVII, a população se constitui no princípio de uma dinâmica em relação ao poder de Estado e soberano. Na interpretação de Foucault (2008a), a população passa a ser um elemento que condiciona todos os outros pelas funções que ela cumpre em setores vitais, tais como a agricultura, manufaturas, na concorrência entre Estados e na disputa pelo valor da mão-de-obra.

O que Foucault (2008a) vai afirmar é que a presença da população na base da riqueza e poderio do Estado requisita, para isso, seu enquadramento em um aparato regulamentar. Todavia, todo esse processo é circunscrito aos mercantilistas e aos cameralistas que consideravam a população como uma força produtiva, desde que essa população fosse devidamente adestrada, repartida, distribuída, fiada de acordo com mecanismos disciplinares.

É dessa maneira que a população passou a ser considerada como um conjunto de processos que requisitam a administração no que possuem e a partir do que têm de natural. Para Foucault, há três elementos que explicam o comparecimento da população, não a partir da noção jurídico-política de sujeito, mas como um objeto técnico-político de gestão e da arte de governar.

O primeiro deles é a série de variáveis que a compõe. A prática governamental do século XVIII aponta para o reconhecimento de que variáveis como o clima, a circulação da riqueza, as tradições, entre outros, contribuem para essa constituição e dessa racionalidade a população converte-se em “[...] um dado que depende de toda uma série de variáveis que fazem que ela não possa ser transparente à ação do soberano, ou ainda, que a relação entre a população e soberano não possa ser simplesmente da ordem da obediência”. (FOUCAULT, 2008, p. 93).

A população não é algo que vá, necessariamente, aderir e obedecer a um soberano. O “faça isso” não é, por si, um fim invariavelmente esperado. É como se houvesse um campo de negociação entre o governo e a população que resulta diferente da relação soberano-súdito clássica:

A população aparece portanto, nessa espécie de espessura em relação ao voluntarismo legalista do soberano, como um fenômeno de natureza. Um fenômeno de natureza que não se pode mudar como que por decreto, o que não quer dizer entretanto que a população seja uma natureza inacessível e que não seja penetrável, muito pelo

contrário. É aí que a análise dos fisiocratas e dos economistas se torna interessante, porque essa naturalidade que se nota no fato da população é perpetuamente acessível a agentes e a técnicas de transformação, contanto que esses agentes e essas técnicas de transformação sejam ao mesmo tempo esclarecidos, refletidos, analíticos, calculados, calculadores. É necessário, evidentemente, não apenas levar em conta a mudança voluntária das leis, se as leis são desfavoráveis à população; mas principalmente, se se quiser favorecer a população ou conseguir que a população esteja numa relação justa com os recursos e as possibilidades de um Estado, é necessário agir sobre toda uma série de fatores, de elementos que estão aparentemente longe da própria população, do seu comportamento imediato, longe da sua fecundidade, da sua vontade de reprodução. [...] É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder. (FOUCAULT, 2008a, p. 93 94).

Outro elemento presente na constituição da população desde o século XVIII identificado por Foucault (2008a) é o desejo, desejo esse que comparece como motor de ação, como aquilo que fará os indivíduos agirem. Através de François Quesnay, Foucault ilustra com um exemplo: “afinal as pessoas irão morar onde for melhor para elas”. E, dessa forma, para a prática governamental interessa permitir que esse desejo, em certa medida, possa agir e que por via de certo número de conexões e funções sociais acabe produzindo a busca do interesse para o indivíduo. Esse processo permitirá a produção do interesse: “Produção de interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008a, p. 95).

Logo, se para os juristas medievais e os teóricos do direito natural, o soberano era aquele que dizia não ao desejo de todo o indivíduo, o problema do desejo para os fisiocratas, quando se voltam ao governo, é justamente de saber como eles podem dizer sim ao desejo desse indivíduo. Tudo o que vai estimular esse desejo, que possa

produzir efeitos benéficos deve ser considerado na relação entre governo e população.

A naturalidade da população aparece ainda através de uma terceira característica: a constância em torno de certos fenômenos. Fenômenos esses que variam, pois dependem de acidentes, acasos, condutas individuais e causas conjunturais. Esses fenômenos quando observados, contabilizados e racionalizados deixam de ser irregulares para serem regulares. Um exemplo disso é a forma como um fisiocrata como John Graunt observou que em Londres haviam mais meninos do que meninas nascendo, todavia, como a quantidade de acidentes diversos que atingem os meninos eram maiores do que os que afligiam as meninas logo a proporção se restabelece. Dessa forma, levanta-se diversos dados sobre a mortalidade que indicarão dados como: maior na cidade que no campo, maior entre crianças do que entre adultos (FOUCAULT, 2008a).

O que isso atesta é que a população não se constituiu como um conjunto de sujeitos jurídicos - seja numa relação individual ou coletiva com o soberano - mas em um conjunto de elementos que expressam constâncias e regularidades. Esse fato permite a identificação universal do desejo que produz, por fim, o benefício de todos. Esse processo que reconhece a produção de diferentes fenômenos no interior da população expressa o ingresso de uma natureza no campo das técnicas de poder.

Para Foucault (2009, p. 98), “a dimensão pela qual a população se insere entre os outros seres vivos é a que vai aparecer e que será sancionada quando, pela primeira vez, deixar-se-á de chamar os homens de “gênero humano”, começando a chamá-los de espécie humana”. A população quando considerada como parte de todas as espécies vivas, em sua determinação biológica ofertará, por um lado, a noção de sua espécie humana e a constituição de uma noção nova para público:

O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. A população é portanto tudo o que vai se entender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecido pelo público. Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no

sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir. (FOUCAULT, 2008a, p. 98 99).

A estatística já existia no momento de exercício do poder soberano clássico enquanto instrumento da administração estatal, evidenciando a regularidade de determinados fenômenos. Na arte de governar a população, o modo como se converte esse fenômeno em inteligibilidade se dá a partir de uma realidade incontornável aos sujeitos, já a partir do século XVIII: a realidade do modelo familiar. No interior dessa regularidade, esses fenômenos terão justamente efeitos econômicos específicos que, por sua vez, converterão a família em objetivo final da ação do governo.

Ao mesmo tempo, em sua progressão histórica, quanto mais a população se constituiu como realidade concreta, mais parece reduzir a importância do soberano. A justificativa disso na noção de governo presente na constituição e no que diz respeito à população é aquela ilustrada por Foucault (2008, p. 99): “o rei reina, mas não governa”. Essa inversão do governo em relação à soberania liga-se à população em sua série: mecanismos de segurança – população – governo e abertura do campo que se chama de política.

Em síntese, na análise de Foucault (2008a), há efeitos diversos originados com a emergência da população. Um dos principais é um tipo de deslocamento no interior das técnicas de governo que se voltaram, essencialmente, ao fenômeno família enquanto realidade apta e passível de sofrer intervenção. É também por via da população que a ideia de economia política pode se desenvolver, como essa será conhecida já a partir dos séculos XVIII e XIX, com a contribuição de intelectuais como Karl Marx.

A emergência da população não representa uma ameaça à soberania, mas exigirá, em suma, um aprofundamento dos processos disciplinares sobre esses processos individuais e, ainda, a aplicação de técnicas diversas no âmbito da biopolítica, para racionalizar essa realidade que irá incutir, por um lado, a relação número de habitantes e território e, por outro, as relações de coexistência estabelecidas entre os indivíduos que habitam um mesmo território (FOUCAULT, 2008a).

Em suma, a população é uma das grandes novidades surgidas no interior das técnicas de poder no século XVIII, enquanto problema econômico e político; produtora de riqueza; mão-de-obra e, ainda, como

multiplicidade de vida a ser conduzida. Na forma como os governos passam a gestar sua governamentalidade, não há uma noção acerca de povo ou indivíduos, o que importa é o governo da população, com seus fenômenos típicos e variações: mortalidade, natalidade, envelhecimento, doenças, fecundidade, alimentação, local de moradia, entre outros. Para Foucault (2001), essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições que intervenham sobre ela.

Ao voltar para a análise desse fenômeno no nível das técnicas e das tecnologias de poder, Foucault (2008a) ressalta o aparecimento, nos séculos XVII e XVIII, de técnicas de poder essencialmente centradas no corpo individual, nos procedimentos em que se assegurava, individualmente, a distribuição espacial dos corpos e, por fim, na organização de todo um campo de visibilidades que, por sua vez, objetivava aumentar suas forças através do exercício, treinamento, entre outros.

A População vincula-se diretamente com a segurança e disciplina, por via de um de seus efeitos diretos: a normalização. Em seu conjunto de elementos constituintes, a disciplina decompõe indivíduos, tempos, lugares, gestos, atos, operações; classifica a partir de um objetivo almejado; estabelece sequências ou coordenadas e, por fim, realiza um adestramento progressivo e controle permanente. Esse conjunto permite justamente que a disciplina diferencie e identifique os inaptos, os incapazes. Em outras palavras, a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar elege um modelo, constituído em torno de certo resultado e realiza a operação de identificar os capazes e os incapazes de responder a ele. O que isso aponta, fundamentalmente, é que no contexto da população em seu processo de normalização é a norma o elemento central e não o normal e o anormal.

É ao longo da sua segunda metade do século XVIII, que emerge outro tipo de tecnologia de poder, que não exclui a técnica disciplinar, mas a acopla, integra, modifica-a parcialmente sem suprimi-la, pois está em outro nível, outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos completamente diferentes. Essa noção técnica de poder, diferentemente da disciplina, aplica-se não ao homem-corpo mas ao homem-espécie. Foucault (1999, p. 289) assim explica:

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados,

eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala e se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, [...], que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma "biopolítica" da espécie humana.

Essa tecnologia do poder constitui-se como um conjunto de processos que se voltam às proporções de nascimentos e óbitos, taxas de reprodução e fecundidade da população. É nesse momento, já no século XVIII, que se instrumentaliza a medição por via de estatísticas e das primeiras demografias. Trata-se, assim, da natalidade e da morbidade e da constituição de uma política de intervenção.

Um exemplo disso é a forma como no final do século XVIII emerge o problema das endemias, ou seja, forma, natureza, extensão, duração e intensidade das doenças que afloram numa população, enquanto algo permanente e não como mera causa de morte. A doença converte-se em um fenômeno da população, no lugar da morte que obstrui a vida, a epidemia; trata-se, agora, da morte permanente que, introduzida de forma insidiosa, corrói, diminui e enfraquece a potencialidade da vida.

Esses são fenômenos e elementos que, a partir do final do século XVIII, consubstanciam e fomentam uma medicina voltada à higiene pública, centralização da informação e normalização do saber. Ou seja, higiene e medicalização da população tem aqui seu início para reger a multiplicidade da vida, por via das diferenças e necessidades, por exemplo, em relação à velhice e às incapacidades diversas, os acidentes

e anomalias. A racionalidade emanada da biopolítica vai contribuir à composição de instituições de assistência, vinculados em sua maior parte à igreja, bem como às poupanças, seguridade, entre outros que possam responder a essas necessidades.

Outro aspecto da biopolítica é a atenção ao meio, por via dos efeitos brutos do espaço geográfico, climático, hídrico; um meio que não é natural mas construído a partir das necessidades no espaço urbano e sua repercussão na população - essencialmente o problema da cidade.

Em síntese, é desse conjunto que a biopolítica vai extrair seu objeto principal, algumas de suas práticas e suas primeiras áreas de intervenção: natalidade, morbidade, incapacidades biológicas diversas, os efeitos do meio, entre outros. O que isso apontará no interior da sociedade é o aparecimento dessa personagem – a população - que nem a teoria do direito e nem a prática disciplinar conheciam anteriormente ao século XVIII, pois que a teoria do direito só conhecia o indivíduo e a sociedade, já as disciplinas lidavam com o indivíduo e seu corpo.

Para Foucault (2008a), não é com a sociedade que esse poder dialoga diretamente, tão menos com o indivíduo-corpo, mas com a multiplicidade inerente à noção de população. E é com essa concepção que a biopolítica irá lidar, com a população como problema simultaneamente político, científico e biológico; um problema do poder, ou seja, “a biopolítica vai se dirigir aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração” (FOUCAULT, 1999, p. 293).

Isso será materializado por via da implantação de mecanismos com funções distintas dos existentes nos mecanismos disciplinares. No âmbito da biopolítica vai se tratar de estimativas, previsões, estatísticas, entre outros. Ao invés de se voltar ao indivíduo, dedicar-se-á a intervir nas determinações de certos fenômenos. O estabelecimento de mecanismos reguladores da população irá se voltar a certos elementos que, mediante mecanismos globais, obtenham estados globais de equilíbrio, regularidade; têm-se, assim, a administração da população que não se apoia necessariamente sobre a disciplina do corpo, antes, na regulamentação dos processos biológicos do homem-espécie.

Em síntese, Foucault (1999) identifica a presença, desde o século XVIII, de duas tecnologias de poder. Essas, por sua vez, são desenvolvidas com certo grau de defasagem cronológica e são sobrepostas entre si. Uma se refere à individualização do corpo, outra diz respeito ao governo da população e aos meios de racionalização dessa existência.

O que Foucault (1999) identifica na relação entre essas duas formas de poder é a existência de duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. De um lado, um conjunto orgânico institucional (organo-disciplina da instituição) e de outro um conjunto biológico e estatal (a bio-regulamentação pelo Estado). Importa salientar que Foucault não faz aqui uma oposição entre público e privado, já que esses mecanismos independem dessas esferas. Esses tipos de regulação identificáveis a partir do século XIX são encontradas em nível estatal, mas também fora desse, por vida de instituições médicas, caixas de auxílio, seguros, entre outros.

Essa gestão governamental apresenta como alvo principal a população. Seus mecanismos essenciais vinculam-se a dispositivos de segurança, constituindo o que o autor denomina governamentalidade:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. [...] Por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008a, p. 143 144).

O que importa para Foucault (2008a) à análise não é tanto o Estado enquanto realidade, mas o processo histórico que levou à governamentalização dessa realidade. De forma tortuosa, esse processo

revela a maneira como as técnicas de governo e sua conversão em espaço centralizador do “político” - de lutas e dos embates para processos de governamentalização prementes à realidade - centralizaram a direção social da sociedade por via do Estado. Esse processo que é, ao mesmo tempo, interior e exterior ao Estado, por via de suas táticas, é o que constantemente irá definir o privado e o estatal, o que deve e o que não deve ser feito. Ou seja, “[...] o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais de governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 145).

Para evidenciar esses elementos, Foucault (2008a) realiza uma extensa análise apoiada sobre o poder pastoral, para entender a forma como se constituiu a relação entre súditos e soberanos. A partir da noção de obediência, desde a tradição cristã, essa será compreendida como forma de simplesmente alcançar um estado que objetiva a renúncia definitiva de toda vontade própria. Para Foucault (2008a, p. 237) o pastorado

[...] faz surgir toda uma prática da submissão do indivíduo ao indivíduo, sob o signo da lei, é claro, mas fora do seu campo, numa dependência que nunca teve nenhuma generalidade, que não garante nenhuma liberdade, que não leva a nenhum domínio, nem de si nem dos outros. É um campo de obediência generalizada, fortemente individualizado em cada uma das suas manifestações, sempre instantâneo e limitado, e tal que mesmo os pontos de domínio nele presentes ainda são efeitos de obediência.

Além disso, no interior do pastorado o ensino com relação à sua comunidade é permeado por certas características. A primeira consiste no reconhecimento da conduta cotidiana, não apenas ensinando o que se deve fazer, mas ao exercer todo um conjunto de observações e vigilâncias que requisita um olhar exaustivo do pastor sobre a vida das suas ovelhas. O segundo aspecto apoia-se sobre a direção da consciência enquanto exercício absolutamente permanente. Em terceiro, o exame de consciência que, efetivamente, faz parte desses instrumentos da direção. O exame tem por função constituir uma forma de confissão sobre o que se fez que deve ser transmitida para seu diretor (FOUCAULT, 2008a).

Na análise de Foucault (2008, p. 241), o pastorado cristão não se constitui como uma relação com a salvação, lei ou a verdade; “O pastorado cristão, ao contrário, é uma forma de poder que, pegando o

problema da salvação em sua temática geral, vai introduzir no interior dessa relação global toda uma economia, toda uma técnica de circulação, de transferência, de inversão dos méritos”. Toda a constituição dessa forma de poder oriunda do cristianismo contribuirá para a constituição de modos absolutamente específicos de individualização em nossa sociedade.

É que, de fato, essa individualização, assim assegurada pelo exercício do poder pastoral, já não vai ser definida pelo estatuto de um indivíduo, nem por seu nascimento, nem pelo brilho de suas ações. Vai ser definida de três maneiras. Primeiro, por um jogo de decomposição que define a cada instante o equilíbrio, o jogo e a circulação dos méritos e dos deméritos. Digamos que não é uma individualização do estatuto, mas de identificação analítica. Em segundo lugar, é uma individualização que vai se dar não pela designação, pela marcação de um lugar hierárquico do indivíduo. [...] Mas por toda uma rede de servidões, que implica a servidão geral de todo o mundo em relação a todo o mundo, e ao mesmo tempo a exclusão do egoísmo como forma central, nuclear do indivíduo. E, portanto, uma individualização por sujeição. Enfim, é uma individualização que não vai ser adquirida pela relação com uma verdade reconhecida, [mas] que, ao contrário, vai ser adquirida pela produção de uma verdade interior, secreta e oculta. Identificação analítica, sujeição, subjetivação – é isso que caracteriza os procedimentos de individualização efetivamente utilizados pelo pastorado cristão e pelas instituições do pastorado cristão. É, portanto toda história dos procedimentos de individualização humana no Ocidente que está envolvida na história do pastorado. (FOUCAULT, 2008a, p. 242-243).

Seria essa para Foucault a “história do sujeito”. O pastorado seria o prelúdio da governamentalidade a partir do século XVI de duas formas: pelos procedimentos que extrapolam o princípio da salvação, da lei e da verdade, pela constituição de um sujeito que permite que seus méritos sejam discernidos de forma analítica, de um sujeito assujeitado

por diversas redes contínuas de obediência e, ainda, um sujeito subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta (FOUCAULT, 2008a).

Dessa forma, no âmbito da governamentalidade e constituição dos sujeitos, vai se desenvolver um tipo de racionalidade, identificável por via de pistas colhidas de vários textos históricos e de intelectuais, como Palazzo e Chemnitz, que escreveram a partir do século XVI. A partir disso Foucault circunscreverá a “razão de Estado”, cujas características serão apresentadas a seguir.

No interior do que se define como razão do Estado não há qualquer tipo de naturalidade acerca da constituição dessa realidade. O Estado não é da ordem do natural, do inevitável ou do perpétuo. Em segundo lugar, há uma vinculação estrita entre essência e saber na constituição da razão do Estado. Essa razão representaria justamente a própria essência do Estado, e é o conhecimento emanado da razão de Estado que permite o acompanhamento da trama e a possibilidade de obedecer a essa. O aspecto conservatório que a razão de Estado detém é o que permite identificar o que é necessário manter e o que deve ser modificado. Não necessariamente a transformação do Estado, mas sua conservação (FOUCAULT, 2008a).

Outro elemento é a estatística, que a partir do século XVII comparece como um tipo de saber a ser instrumentalizado por quem governa. A manutenção do Estado é aqui um elemento entendido enquanto justificativa, que explica a forma como se aproxima o governo desse tipo de saber. Não basta ao governante ou ao soberano conhecer a lei, é preciso exercer uma direção providente na gestão da população, para que se garanta a manutenção do Estado. A estatística serve a isso. Ou seja, vai se esperar do soberano não necessariamente um conhecimento extensivo da lei e, sim, da realidade do Estado provida justamente pela estatística (FOUCAULT, 2008a).

Como explica Foucault (2008a), etimologicamente a estatística é o conhecimento do Estado, sobre suas forças e recursos. Isso passa pelo conhecimento acerca da população (natalidade, mortalidade), riqueza produzida (minas, florestas, indústria), estimativa da riqueza que circula na balança comercial, taxas e impostos. É esse conjunto que constituirá o saber do soberano, muito mais do que o conhecimento da lei, o que poderíamos chamar de vitalidade do Estado. “Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidades em aplica-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 365).

Ainda no que tange a esses diferentes elementos, Foucault (2008a) explicará que pensar a razão de Estado e seus diversos desdobramentos exige reconhecer o local que a população ocupa nesse processo pensando a finalidade do Estado, a obediência e o risco de sedição, o público e sua opinião. Isso exige a ação e, quando necessário, a mudança acerca de hábitos e comportamentos.

O Estado possui existência, ainda que não o suficiente. A razão de Estado seria, então, a racionalização de uma prática que estará dividida entre esse Estado já existente e esse dever. O Estado é o ser e a razão governamental é o tornar-se desse Estado. Governar a partir da razão do Estado é torná-lo sólido, permanente e forte diante de qualquer ameaça (FOUCAULT, 2008b).

Foucault (2008b) identifica que, a partir do século XVIII, a razão governamental passa a constituir limitações a si mesma, ou seja, uma regulação interna da racionalidade governamental. Não se tratará de uma limitação de direito, mas, de uma que serve justamente para o governo não atropelar as fronteiras impostas pelo seu exterior. Um governo que ignora essa limitação de até onde pode agir será um governo inábil. Essa regulação de uma limitação interna segue também um traçado de princípios gerais sempre válidos em todas as situações. Para o governo o problema será, então, definir qual será esse limite. Essa limitação não deve ser buscada, ainda, em qualquer tipo de traço natural ou em uma “escritura reveladora”, a limitação deve ser encontrada no interior da prática governamental.

Essa delimitação da razão governamental demarcará o que deve e o que não deve ser feito. Todavia, ela não incidirá sobre os súditos numa parte de liberdade reservada a outra em submissão imposta ou consentida. No lugar dos homens, o alvo será a própria prática governamental, definindo o que lhe cabe, entre o que pode e o que não pode fazer. Por fim, não se trata de uma limitação delimitada apenas pelos que governam e destinada aos governados, trata-se de uma prática que fixa a definição e a posição respectiva dos governados e dos governantes.

Para Foucault, esse conjunto de características demonstraria a entrada da razão governamental em uma constituição crítica que agora se voltará para o ato de não governar demais. Agora é o excesso de governo que se passa a recusar. Essa nova arte de governar é o que Foucault (2008b, p. 40 41) chama de governo frugal: “[...] quaisquer que sejam de fato a extensão e o desenvolvimento intensivo também desse governo, a questão da frugalidade esteve no próprio cerne da reflexão

que girou em torno dele”. E esse governo frugal é, sucintamente, o governo liberal.

Entre os séculos XVI e XVII o mercado caracterizava-se por ser um lugar de jurisdição, onde se dizia o preço justo das coisas, preço que deveria em sua forma final considerar a relação com o trabalho e as necessidades dos comerciantes. Era um lugar dotado de regulamentação, que assegurava, assim, a ausência de fraude e a proteção do comprador.

Já no século XVIII, o mercado passa a ser não mais um lugar de jurisdição, mas como algo que deveria obedecer a “mecanismos naturais” e à formação do que era denominado de “bom preço”.

O mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade. Não, é claro, que os preços sejam, em sentido estrito, verdadeiros, que haja preços verdadeiros e preços falsos, não é isso. Mas o que se descobre nesse momento, ao mesmo tempo na prática governamental e na reflexão dessa prática governamental, é que os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas. Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir [...] falsificar ou verificar a prática governamental. Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. (FOUCAULT, 2008b, p. 45)

Não se trata de ser apenas um governo justo, mas de produzir no interior do mercado a própria verdade. O lugar que, até o século XVIII, era lugar de jurisdição, converte-se em um lugar de verificação. E isso refletirá na constituição do próprio governo e na forma como esse se relaciona com elementos diversos, tais como as profissões, as políticas sociais e a noção de crescimento econômico da nação.

Sucintamente, um regime de verificação, que auxiliaria na decifração da constituição desse mercado, seria “[...] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais

enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2008b, p. 49). Isso serve à governamentalidade, surtindo efeitos diretamente sobre ela. Isto porque o Estado é um governo integral e absolutamente administrativo e essa administração está voltada para a vida da população (FOUCAULT, 2008b). Essa governamentalidade é, também, guiada por um tipo de razão governamental estabelecido desde o século XVIII, que tem como característica fundamental:

[...] a busca do seu princípio de autolimitação, é uma razão que funciona com base no interesse. Mas esse interesse já não é, evidentemente, o do Estado inteiramente referido a si mesmo e que visa tão-somente seu crescimento, sua riqueza, sua população, sua força, como era o caso na razão de Estado. Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo dessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. (FOUCAULT, 2008b, p. 61)

Esse conjunto oferta um quadro complexo sobre a forma como se desenvolveu entre os séculos XVII e XIX toda uma razão governamental cujo objetivo era converter a população em uma realidade material e em um problema a ser administrado por diferentes relações de poder (disciplinar – biopoder). A seguir, apresentaremos o Racismo de Estado, por meio da analítica foucaultiana.

1.3. – O Racismo de Estado como gabarito de inteligibilidade à população no Brasil.

Foucault irá defender que, contrariamente à teoria filosófico-jurídica, não haveria uma relação de complementaridade finalística entre o poder político e a guerra, pois que a sociedade não iniciaria quando a guerra cessasse. Ou seja, não há aqui um reconhecimento de conexão entre a lei e a natureza, “[...] a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm essa sua data e seus heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo”. (FOUCAULT, 1999, p. 59).

No interior da analítica foucaultiana, o que essa assertiva permitirá é justamente reconhecer a centralidade que a guerra das raças assumirá no interior da constituição, não apenas da lei mas, posteriormente, do Estado moderno.

[...] a guerra que se desenrola assim sob a ordem e sob a paz, a guerra que solapa a nossa sociedade e a divide de um modo binário é, no fundo, a guerra das raças. Muito cedo, encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade da guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por outra. O corpo social é no fundo articulado a partir de duas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulados no século XVII. (FOUCAULT, 1999, p. 70 71).

O resultado da emergência desse discurso da guerra de raças, que começa a funcionar no século XVII vai assumir um novo centro, tornando-se justamente o discurso do poder, agora centrado e centralizador no interior de Estados e nações. Não se trata da luta entre duas raças, mas entre uma raça considerada legítima, detentora do poder e produtora da norma, contra todas as outras. E, a partir disso, os discursos biológicos racistas – apoiados sobre a degenerescência, difundidos por instituições – funcionam no interior do corpo social

como princípio de eliminação, segregação e, finalmente, de normalização da sociedade

É nesse ponto que para Foucault (1999) emergirá um discurso que promulgará justamente a defesa da sociedade contra seus perigos externos, e, acima de tudo, internos: “Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo”. (FOUCAULT, 1999, p. 73).

Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir à estratégia global dos conservadorismos sociais. Aparece nesse momento [...] um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social. (FOUCAULT, 1999, p. 73)

Esse discurso histórico das raças, através das nações e das leis, passa a emergir no início do século XVII, não sendo esse um discurso que emana dos oprimidos. Historicamente, há diferentes exemplos de sua presença e grande circulação e polivalência estratégica. Por muito tempo, foi um discurso das oposições. Ele serviu, por exemplo, ao pensamento radical inglês na revolução do século XVII, alguns anos depois foi instrumentalizado pela aristocracia francesa contra o poder de Luís XIV, e, ainda, serviu à desqualificação das sub-raças colonizadas¹². Dessa forma, o que esse discurso representa é uma mobilidade e polivalência que permitiram sua transição da Idade Média até os séculos seguintes. Na leitura de Bernardes (2013), isso evidencia que sua

¹² Sendo que para Foucault o tipo de racismo de Estado que ascende a partir do século XIX tem suas raízes sobre os processos de colonização: “O racismo será desenvolvido, em primeiro lugar, com a colonização, isto é, com o genocídio colonizador”. (FOUCAULT, 1999, p. 287). Um dos principais discursos oriundos desse feixe organizador do Estado Moderno, o Racismo de Estado, é a racionalidade eugênica moderna, que emerge a partir do século XIX e se difunde em diferentes áreas do conhecimento, adentrando em diversos continentes e definindo a prática de vários atores sociais em sua relação com o Estado. A eugenia será tratada no capítulo II da tese.

acepção política funcionou independentemente do momento histórico ou modo de produção em que se alojava.

Outro elemento a ser destacado é o modo como a palavra raça comparece nesse discurso, distante de um sentido biológico. Ela expressa, na análise de Foucault (1999), uma certa ruptura histórico-política. Há no interior desse discurso a divisão, resultado da elaboração de uma história sobre dois grupos formados com guerras, invasões, vitórias e derrotas. Afirmam, assim, que há duas raças que apesar de compartilharem do mesmo espaço não se misturam em virtude das diferenças.

O discurso racista, através ou apesar de todas essas interferências, foi evidentemente um componente atrelado à história do que podemos chamar de processos revolucionários – o da Inglaterra do século XVII e o da França, e da Europa, no século XIX. Essa ideia da revolução, que perpassa todo o funcionamento político e toda a história do Ocidente, há mais de dois séculos, é muito enigmática para Foucault (1999):

Decifração das dissimetrias, tornar outra vez visível a guerra, reativação da guerra: não foi o todo do discurso revolucionário que não parou de agitar a Europa desde pelo menos o fim do século XVIII, mas foi mesmo assim uma trama importante sua, precisamente aquela que havia sido formada, definida, instituída e organizada nessa grande contra história que narrava, desde o fim da Idade Média, a luta das raças. [...] A história do projeto e da prática revolucionários não é, creio que, dissociável dessa contra história que rompeu com a forma indo-europeia de práticas históricas vinculadas ao exercício da soberania; ela não é dissociável do aparecimento dessa contra história que é a história das raças e da importância que seus enfrentamentos tiveram no Ocidente. Poderíamos dizer, com uma palavra, que se abandonou, que se começou a abandonar, no fim da Idade Média, nos séculos XVI e XVII, uma sociedade cuja consciência histórica ainda era de tipo romano, ou seja, ainda centrada em rituais da soberania e nos seus mitos, e que depois se entrou numa sociedade de tipo, digamos, moderno (uma vez que não temos outras palavras, e a palavra moderno é evidentemente vazio de

sentido) – sociedade cuja consciência histórica não é centrada nos soberanos e no problema de sua fundação, mas na revolução, em suas promessas e em suas profecias de libertações futuras. (FOUCAULT, 1999, p. 92-93).

Dessa maneira, esse racismo retoma e recicla a forma, o alvo e a própria função do discurso sobre a luta de raças, deturpando-os. É aqui que o tema da guerra histórica – com suas batalhas, suas invasões, suas pilhagens, suas vitórias e suas derrotas – será substituído pelo tema biológico, pós-evolucionista, da luta pela vida. A luta comparece, assim, como biológica; não mais no sentido guerreiro, mas no sentido da diferenciação das espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas.

Substitui-se, assim, a sociedade binária, dividida em duas raças, por uma sociedade biologicamente monística. O Estado que era injusto na contra-história das raças, vai comparecer agora como “[...] o protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça. A ideia de pureza da raça, com tudo o que comporta a um só tempo de monístico, de estatal e de biológico, será aquela que vai substituir a ideia da luta das raças”. (FOUCAULT, 1999, p. 95), ou seja:

Quando o tema da pureza da raça toma o lugar do da luta das raças, eu acho que nasce o racismo, ou que está se operando a conversão da contra-história em um racismo biológico. O racismo não é, pois, vinculado por acidente ao discurso e à política anti-revolucionária do Ocidente; não é simplesmente um edifício ideológico adicional que teria aparecido em dado momento, numa espécie de grande projeto antirrevolucionário. No momento em que o discurso da luta das raças se transformou em discurso revolucionário, o racismo foi o pensamento, o projeto, o profetismo revolucionário virados noutro sentido, a partir da mesma raiz que era o discurso da luta das raças. O racismo é, literalmente, o discurso revolucionário, mas pelo avesso. Ou ainda, poderíamos dizer isto: se o discurso das raças (a raça no singular) foi uma maneira de inverter essa arma, de utilizar seu gume em proveito da soberania conservada do Estado, de uma soberania cujo brilho e cujo vigor

não são agora assegurados por rituais mágico-jurídicos, mas por técnicas médico-normalizadoras. À custa de uma transferência que foi a da lei para a norma, do jurídico para o biológico; à custa de uma passagem que foi a do plural das raças para o singular da raça; à custa de uma transformação que fez do projeto de libertação a preocupação da pureza, da soberania do Estado assumiu, tornou a levar em consideração, reutilizou em sua estratégia própria o discurso da luta das raças. A soberania do Estado transformou-se assim no imperativo da proteção da raça, como uma alternativa e uma barragem para o apelo revolucionário, que derivava, ele próprio, desse velho discurso das lutas, das decifrações, das reivindicações e das promessas. (FOUCAULT, 1999, p. 95 96).

Para Foucault (1999), quando a história e a gestão do Estado entrarem em continuidade se permitiu a utilização do modelo de racionalidade administrativa do Estado como gabarito de inteligibilidade especulativa para a história. É isso que constitui o contínuo histórico-político que, por sua vez, permitirá afirmar que a análise da gestão do Estado compartilha do mesmo gabarito de inteligibilidade com o, aqui denominado, Racismo de Estado.

Racismo de Estado que, por sua vez, possuirá no âmbito da eugenia um tipo de dispositivo que vai estabelecer um *locus* privilegiado de produção da verdade na produção de conhecimento das chamadas ciências humanas – em ampla ascensão à época; no discurso anticolonial; na necessidade de extirpar o agente exterior que ameaça as fronteiras e, por fim, no agente interior, que cresce junto a nação, e que se constitui como um inimigo ao esplendor e crescimento do Estado. Propagar-se-á um tipo de regime de veridicação que vai afirmar e comprovar, de forma pormenorizada, a superioridade de uma raça sobre outra; a necessidade de eliminar certas raças; ou de se higienizar, sanear, disciplinar e controlar a reprodução de tantas outras.

Ao desenvolver sua densa análise sobre o que comporia o racismo de Estado, Foucault inicia identificando o momento e o campo de emergência de uma nova mecânica do poder que em seu cerne se revelaria incompatível com as relações de soberania tradicionais. Essa nova mecânica de poder agiria inicialmente sobre os corpos e sua funcionalidade, muito mais do que sobre a terra e seu produto. É, assim,

um mecanismo que serve a uma extração mais centrada no tempo e trabalho, do que em bens e riqueza e requisita uma trama cerrada de coerções materiais, não sendo uma prerrogativa primária à existência física de um soberano. Posteriormente, presencia-se em diversas sociedades, o desenvolvimento de um tipo de poder que não se volta ao indivíduo, mas, ao conjunto constituído pela população.

População que comparece como problema científico, biológico e político; que até então era um elemento desconhecido e pela teoria do direito (por só conhecer o indivíduo contratante e a sociedade, por via do corpo social e do contrato) e pelas disciplinas que se voltavam ao indivíduo-corpo. Dessa maneira, têm-se um poder oriundo do crescimento da intervenção e ordenação das esferas sociais, que visa o “bem-estar” dos indivíduos e população.

Como Foucault (1999) define o racismo de Estado e quais funções identifica em seu interior? Para o autor, o racismo de Estado representa, inicialmente, uma possibilidade de cisão nessa arquitetura do poder, onde se pode definir o que deve viver e o que pode morrer. Isso é viabilizado pelo aparecimento do discurso da raça, no campo da biologia da espécie da humana. Sob tal discurso, estabelecem-se hierarquias entre raças e a qualificação de certas raças como boas/superiores e outras como ruins/inferiores. Isso serve para que no interior de um conceito como o de população haja inúmeras divisões e fraturas. Essa, para Foucault (1999), é a primeira função do racismo: a fragmentação entre as raças da espécie humana, no interior do campo biológico.

Outra função do racismo seria uma espécie de continuidade do discurso guerreiro do “Para viver é preciso que massacre seus inimigos”. Essa acepção no racismo assumirá outra feitura, mas, fundamentalmente o mesmo princípio: “Quanto mais você matar, mais você viverá”. O racismo vai estabelecer entre a vida e a morte de certos grupos uma noção biológica de superioridade e perpetuação, ou seja, a morte da raça inferior (anormais, degenerados...) é o que fortalecerá a assunção, equilíbrio e superioridade das raças mais desenvolvidas. Trata-se, agora, de uma relação biológica e não mais militar ou guerreira.

A partir desses dois pontos, pode-se afirmar que “[...] tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça” (FOUCAULT, 1999, p. 306). O racismo é assim, para Foucault, a condição para o extermínio da vida, o exercício de um assassinio de Estado em uma sociedade de normalização. Aqui a morte vincula-se a um Estado que já não exerce a

relação por via da soberania com seus súditos, mas que ainda assim necessita exercer o poder de morte sobre os outros. Para que um mecanismo apoiado sobre o poder da normalização possa exercer o poder de morte ele precisa passar pelo racismo. Aqui, a morte não é apenas o assassinio direto, mas também a exposição de certos grupos à morte, é o fazer proliferar condições para a morte de certos grupos.

Resposta dupla, a racionalidade racista empertigada por características do evolucionismo, exercida desde um mecanismo biopolítico, permite a um só tempo a justificativa no âmbito da guerra do assassinato do inimigo (raças inferiores) e de expor seus próprios cidadãos à morte (purificação da raça).

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica pela qual os Estados, ou uma classe, tentaria desviar para um adversário mítico hostilidades que estariam voltadas para [eles] ou agitariam o corpo social. Eu creio que é muito mais profundo do que uma velha tradição, muito mais profundo do que uma nova ideologia, e outra coisa. A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado a técnica do poder, a tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do

racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza. (FOUCAULT, 1999, p. 308 309).

Dessa maneira, o racismo de Estado se desenvolve na modernidade como meio de apoiar a função assassina do Estado. A despeito do componente “temporal” ou “cronológico”, os genocídios dos processos de colonização e a escravização dos africanos não ficam de fora desse quadro, uma vez que tais atos lançam influências sobre o modo como se constituíram as “heranças” legadas a tais indivíduos no exercício de seu poder soberano.

A seguir, será apresentada a história do racismo de Estado da ascendente sociedade brasileira, no período datado do final do século XIX até o início do século XX por via de um de seus mais potentes dispositivos: a eugenia moderna.

2 – EUGENIA.

A proposta desse capítulo é apresentar o modo como a eugenia, enquanto estratégia biopolítica, definiu e influenciou a racionalidade estatal na sua relação com a população, por via de grupos específicos, como as mulheres, negros e imigrantes. Para isso, será utilizada a noção de população, por meio da analítica foucaultiana. Parte-se, ainda, da correspondência com a conceituação apresentada no capítulo anterior, a partir da formação sócio histórica brasileira, buscando aproximá-la a certos temas trabalhados pelo filósofo francês.

Sendo um dispositivo disciplinar e biopolítico, a eugenia requisita uma relação com a massa de viventes exponencialmente diferente da soberania clássica, ou seja, sua ação se apoiará na ideia de população ao invés de povo. Ao mesmo tempo a eugenia requisitará, ainda, um intenso processo de individualização do sujeito, definindo papéis e legitimando práticas a serem exercidas na condição de trabalhador, membro de uma família, cidadão, entre outros.

Em diversos momentos de sua obra, Foucault abordou a noção de população. Castro (2016) identificou a presença do tema em diferentes contextos como, por exemplo, ao reconhecer o problema da acumulação de homens como algo central ao desenvolvimento da racionalidade moderna de governo.

Segundo o autor, o filósofo francês optou por diferentes observatórios, dentre esses: análise dos dispositivos de segurança; expansão demográfica da Europa no século XVIII; a vinculação entre estatística – enquanto instrumento de administração estatal – e a população – como fenômeno com sua própria regularidade; além da vinculação da população ao modelo familiar, para a gestão governamental.

Aqui, utilizaremos, principalmente, as indicações oriundas dos cursos *Segurança, Território e População*, *Em Defesa da Sociedade* e *O Nascimento da Biopolítica*. Em seguida, a eugenia será apresentada enquanto corrente do pensamento racista que, no final do século XIX e início do século XX, conseguiu incutir sua racionalidade de “seleção” e “aprimoramento” da raça humana por via de projetos, leis e práticas sociais oriundas de diferentes atores (escritores, médicos, psiquiatras, políticos) em diferentes países, com ênfase no Brasil.

Sobre a eugenia moderna e sua presença no Brasil, a opção será por apresentá-la a partir das indicações de diferentes autores, que

desenvolveram reflexões sobre o tema, ainda que sob diferentes perspectivas. Centralmente, o que nos interessa é discorrer sucintamente sobre: a história da eugenia moderna e a maneira como aportou no Brasil no final do século XIX e início do século XX; seus principais autores, influências e características, quando analisada em perspectiva com as demais correntes presentes em países como Estados Unidos, como também do continente europeu; o projeto de nação que desenvolveu no país e a forma como propunha agir sobre a população e, por fim, as principais instituições que lhe forneceram ~~the~~ apoio e meios para a sua difusão. Para isso será utilizado um conjunto de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema da eugenia, pensando-a por via da sua relação com o Brasil. A seguir, uma breve apresentação das pesquisas que serviram como substrato empírico a esse capítulo.

Em sua análise, Stepan (2005) toma como exemplo países como Argentina, México e, principalmente, Brasil para vislumbrar o tipo de prática eugênica desenvolvida no continente latino-americano e entender a forma como essa dialogava com as principais tendências e correntes oriundas de países como Alemanha, Estados Unidos e França. A proposta de Stepan (2005) finca raízes na história da América Latina, abordando o conhecimento social produzido e conformado pelas tendências políticas, históricas e culturais do continente.

Tal proposta, por sua vez exige, justamente, uma desmistificação do que constituiria a eugenia, quando tal assunção se dá em países que não são considerados “centrais” para essa ciência e prática. Há um conjunto de correntes e ações exercidas pela racionalidade eugênica de cariz científico exercidas na América Latina, desde o início do século XX, que Stepan (2005) busca apresentar e desmistificar, como, por exemplo, a falsa ideia de que nos países da América Latina as estratégias eugênicas teriam sido mais brandas ou menos incisivas e, por isso, não estariam filiadas à tradição das práticas eugênicas clássicas ou tradicionais.

Diwan (2015) reconhece que, em sua consecução, a eugenia contou com diferentes pontos de apoio que, por sua vez, viabilizaram seu desenvolvimento. Pode-se citar o alienismo, higiene, educação, educação física, educação sexual, legislação, genética, imigração e cruzamentos controlados. Todos esses segmentos, que permitiram a propagação da eugenia, fornecendo-lhe apoio, partiam de um mesmo ideal: o aperfeiçoamento da raça humana.

Enquanto Stepan (2005) compõe aquilo que podemos considerar como uma historiografia da eugenia na América Latina elegendando, para isso, suas principais influências teóricas, intelectuais e as

ações efetivadas entre o final do século XIX e início do século XX, Diwan (2015) irá compor um estudo voltado à identificação de seus adeptos, financiadores, as instituições que a apoiaram e as que buscaram obstruir seu crescimento e os processos que permitiram, dentro dessa racionalidade, a associação do corpo imperfeito e disgênico à fealdade, anormalidade e doença, com ênfase na trajetória daquele que é considerado o “pai” da eugenia moderna brasileira, Renato Kehl.

O processo que envolveu a ascensão do liberalismo e do trabalho assalariado no Brasil foi o momento em que a questão racial tornou-se central à compreensão da população no Brasil. Para Mota (2003), o que ocorreu foi a aderência a um racismo “científico”, a partir de 1880, que viabilizou a permanência de certas estruturas autoritárias na constituição política do país. É na identificação dessa racionalidade - presente entre intelectuais, cientistas, médicos e artistas - que o autor irá se apoiar para desenvolver sua pesquisa. Para isso, adota duas das principais estratégias em voga na época, para o processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira: a eugenia e o higienismo.

Essas duas correntes, presentes nas duas primeiras décadas do século XX, herdaram certas concepções acerca de segmentos populacionais, que apresentavam forte viés racista. Tais concepções, oriundas do século XIX, partem do biológico para “cientificamente” justificar certas formas de racismo. Ao autor, importa entender a eugenia como pensamento cultural, que afluíu com segurança no Brasil, por trazer opções para as questões sobre a população que preocupavam tanto a intelectualidade, como a classe política brasileira.

Marques (1994), em sua pesquisa, analisa os discursos médicos dos Congressos de Higiene e Eugenia, Congresso de Proteção à Infância e Conferência Nacional de Educação, realizados ao longo da década de 1920. Utilizou como material empírico as teses inaugurais e de doutoramento sobre higiene e eugenia, defendidas nas Faculdades de Medicina de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, bem como livros publicados por médicos nessa mesma década, que iam de manuais de higiene utilizados nas escolas a informativos que fornecessem detalhes das campanhas eugênicas pelo país.

A opção da autora pela década de 1920 é justificada por se tratar do período em que começam a ser elaboradas as estratégias de inserção das práticas orientadas pela eugenia no campo das políticas públicas, durante a década de 1930.

Romero (2002) começa sua pesquisa deslindando a visão bucólica e sacra que os primeiros portugueses tiveram ao aportarem no Brasil. Para eles, a terra era um paraíso com frutas e animais para o bem

viver, algo radicalmente diferente do cenário europeu do início do século XVI. Todavia, ao adentrar nesse território, esse homem branco precisou se confrontar com a natureza e esse encanto inicial foi se perdendo.

As doenças propagadas, a violência dos povos autóctones, a proliferação de doenças – trazidas, na maior parte das vezes, por esse sujeito exterior – os insetos, a morte por febre e a cumplicidade do nativo com os territórios inóspitos ao branco é o que explicará o avançar histórico da perspectiva racista propagada pelo agente colonizador, por via de documentos que versem sobre a higiene e sanitarismo no Brasil do século XIX ao XX.

De certa forma, a história traçada por Romero (2002) é uma história da sujeira, onde se retrata, justamente, o modo como a civilização e o progresso teriam afetado esse homem desbravador - posteriormente o colonizador e, por fim o imigrante. Esse suposto Éden repleto de possibilidades, mas, também, de pestes e febre. Essa terra - não apenas perigosa, mas, doente - requisitava ser sarada e o desenvolvimento de uma medicina era imperativa ao posterior desenvolvimento da Colônia – Império – República.

Esses autores serviram para elaborarmos um quadro acerca do desenvolvimento e influência do pensamento eugênico na constituição da sociedade brasileira no início do século XX, e, assim, compreender a maneira como essa racionalidade teria influído nas práticas sociais herdadas pelo Serviço Social já na década de 1930.

Por isso, esse capítulo possui uma análise sobre os principais estabelecimentos de ensino no Brasil, que acolheram e promoveram as ideias eugênicas, no início do século XX. Tal análise permite identificar a maneira como a eugenia influenciou a formação de um conjunto expressivo de intelectuais, com certa racionalidade oriunda de um darwinismo social aplicada a um cenário de extrema miscigenação, e por isso, “degeneração racial”. Aqui, diga-se de passagem, a eugenia não foi aplicada e propagada sob os moldes europeus e norte-americanos. Todavia, ofícios como o de visitadoras sociais, superintendentes de fábricas e assistentes sociais serão profundamente influenciados por tais moldes.

Ou seja, buscaremos fundamentar historicamente a presença e influência da racionalidade eugênica – bem como sua presença no Serviço Social – por via dos estabelecimentos de ensino, organizações políticas e associações eugênicas, prática dos médicos higienistas e sanitaristas bem como antropologistas criminais que foram espaços, atores e instrumentos de fomento para a produção e desenvolvimento de

uma racionalidade, que encontrou nas teorias raciais da época um elemento nodal para a explicação do Brasil.

Para isso, faremos recurso também a um estudo desenvolvido por Schwarcz (1993) sobre as primeiras faculdades de direito e medicina no país. A maneira como as teorias evolucionistas consubstanciaram todo um conjunto de produções racistas, que objetivavam explicar a constituição da população brasileira. é um ponto nodal a esse trabalho, na medida em que essas ideias não ficavam restritas aos estabelecimentos de ensino, sendo alimentadas por leituras da sociedade emanadas de preconceitos prévios, não apenas desses intelectuais, mas da própria população.

Quando esse tipo de apreensão sobre a sociedade brasileira, produzida pelos intelectuais da época e amplamente difundida pela população em geral, entrava em contato com as teorias europeias e norte americanas, o que se proporcionava, sucintamente, era uma espécie de chancela, que legitimava certas relações sociais, embasadas pelo discurso racista contra o negro e o imigrante.

Por fim, apresentamos brevemente o papel que a eugenia exerceu no interior da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), junto aos psiquiatras, na delimitação de qual seria seu objeto de trabalho e produção do saber e também da maneira como a racionalidade eugênica impregnou de ideias racistas essa Liga, mudando radicalmente os objetivos iniciais que essa instituição apresentava na ocasião de sua fundação, por Gustavo Reidel.

Outro motivo para apresentarmos a história dessa Liga se dá também pela centralidade e importância que as campanhas de combate ao etilismo assumiram no interior da profissão de Serviço Social em sua institucionalização. Algo que a profissão herdou, em muito, das práticas e experiência da LBHM, somado a isso a presença de relatos amplamente difundidos no interior da categoria profissional que versam sobre a atuação do assistente social, durante a década de 1940, no laboratório de Biologia Infantil, coordenado por médicos psiquiatras, que compunham a Liga e que direcionavam o trabalho do profissional de Serviço Social a partir de preceitos eugênicos de trabalho junto à população. (cf. PINHEIRO, 1985).

2.1. – Nascer bem sob a égide da modernidade: Eugenia no século XIX e XX.

Em uma entrevista realizada no ano de 1977, Foucault teve a oportunidade de discernir de forma esmiuçada no que consistia o sentido e qual a função metodológica do “dispositivo”. Em síntese, seria esse “[...] um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2014, p. 45). O dispositivo é a rede possível de se estabelecer entre esses elementos.

Na análise do dispositivo, Foucault (2014) procurava identificar a natureza desses vínculos entre elementos heterogêneos. Esse discurso pode se apresentar como “[...] programa de uma instituição, ora pelo contrário, como um elemento que permite justificar e mascarar uma prática, que permaneça, ela, muda, ou funcionar como interpretação secundária desta prática, dar-lhe acesso a um plano novo de racionalidade” (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Levar em conta esse jogo de posições e suas modificações é outro importante componente da análise desenvolvida sobre os dispositivos. Há, ainda, uma função estratégica a qual o dispositivo responde, que Foucault (2014) chama de “[...] formação, que, em um dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Na relação existente entre suas pesquisas arqueológicas e genealógicas, Foucault (2014) afirma que o dispositivo é um caso muito mais geral da episteme, “[...] a episteme é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo que é, ele próprio, discursivo e não discursivo, sendo seus elementos muito mais heterogêneos” (FOUCAULT, 2014, p. 47). O dispositivo, é assim, uma forma de delimitar as relações de poder exercidas a partir de quadros específicos, que versam sobre temas como a disciplina, o biopoder, a sexualidade, a segurança, a arte de governar.

Assumir a eugenia como um dispositivo é reconhecer que na tessitura de seu desenvolvimento, ela abarcou diferentes instituições; apoiou-se sobre inúmeros discursos das ciências biológicas e sociais e, dessa maneira, desenvolveu uma racionalidade racista de base científica, que encontrava amplo respaldo nas concepções preconceituosas que versavam sobre as etnias. Tais entendimentos foram herdados,

principalmente, das experiências coloniais e posições assumidas por certos países no ascendente cenário geopolítico dos séculos XIX e XX.

Para ser estudada, a eugenia exige que seja desvendado o regime de veridicação que, à época, legitimou seus preceitos e assertivas racistas enquanto verdades. Os elementos que ela trazia, suas premissas estruturantes e seu componente de verificabilidade eram traduzidos em termos como hereditariedade, degenerescência e miscigenação.

No cerne de sua justificativa, está a defesa da melhoria da raça humana, por via de uma aculturação extremada da realidade; a ignorância plena das necessidades postas socialmente pelos segmentos da população classificados como “disgênicos” e o exercício de ações concretas, que iam da influência na legislação - que reconhecia e sancionava seu projeto - até a aderência às premissas eugênicas, que gradativamente se expandia, alcançando as relações sociais mais rotineiras - das conversas cotidianas até o trato direto com desconhecidos - impregnando-as com um léxico racista.

A chancela que a eugenia conseguiu obter por via dos principais estabelecimentos de ensino, já no início do século XX, garantiu a sua participação em ações vinculadas ao sanitarismo e ao higienismo de forma abrangente e avassaladora. Um dos maiores exemplos da autoridade que a eugenia conseguiu alcançar foi a prevalência que assumiu no interior da psiquiatria, por via da LBHM, em um momento de crise paradigmática dessa profissão nas primeiras décadas do século XX.

Sua derrocada só ocorreria após a Segunda Guerra Mundial, com a condenação das práticas exercidas pelo regime nazista que eram orientadas pela racionalidade eugênica. Após isso, uma gradativa obliteração foi implantada, impondo certo silêncio sobre seus principais intelectuais, realizando a mudança dos nomes de suas principais associações e, posteriormente, reconhecendo que, em nome da ciência, “talvez tenhamos ido longe demais”.

Em seu livro *Sexo e Civilização*, de 1921, Renato Kehl publicizou aos leitores brasileiros o símbolo da eugenia, a *eugenics tree logo*. A árvore símbolo da eugenia traz os seguintes dizeres: “Como a árvore, a eugenia extrai sua matéria prima de diversas fontes e organiza-as numa entidade harmoniosa” e, como título: “A eugenia é o próprio sentido da evolução humana”. Dentre as matérias em suas raízes, pode-se ler áreas eminentemente biológicas como também algumas vinculadas às ciências humanas, tais como a sociologia e outras que evidenciam seu projeto de transformação da sociedade atreladas a lei, política e economia.

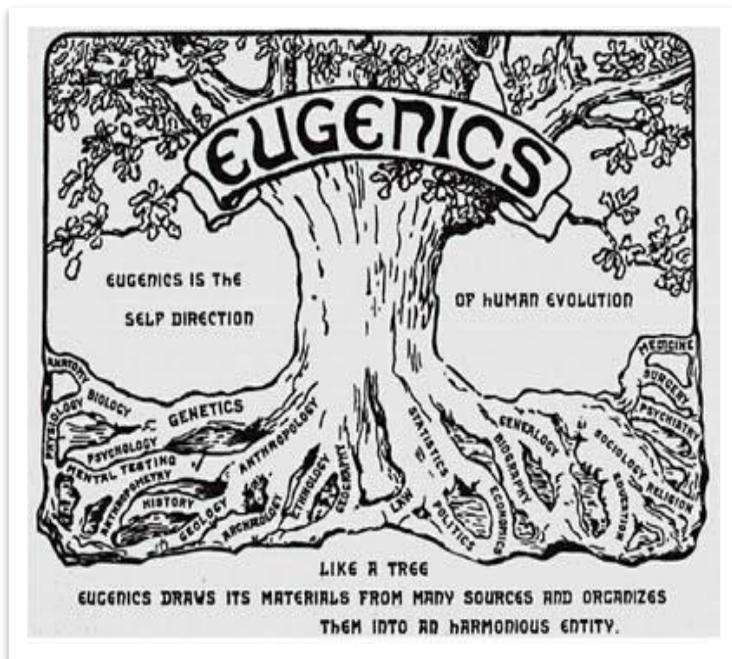


Figura 2 - Árvore da eugenia. Cunhada no congresso eugênico ocorrido em Nova York, em 1921, e divulgado no Brasil por Renato Kehl, no livro *Sexo e Civilização*. Fonte: <http://www.abc.net.au/radionational/programs/earshot/eugenics-tree/7574404> acesso em 13 maio de 2018.

A eugenia moderna é, de certa forma, resultado de um momento histórico específico. Uma racionalidade burguesa oriunda da sociedade industrial em crise e repleta de ambiguidades e subjetivismos que detém um cerne que serve, ao mesmo tempo, como ponto de elucidação e partida: a superioridade racial construída no pensamento ocidental com o avançar dos séculos.

Ao escrever sobre a eugenia, Bauman (1991, p. 33) afirma que esse não foi um projeto desatrelado da ordem racional formada no início do século XX, mas “[...] um produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna”.

Corroborando com essa apreensão, Diwan (2015) explica que a eugenia moderna não lida com a incompreensão sacra, mas se

desenvolve como disciplina científica, buscando a implantação de uma seleção humana apoiada em premissas biológicas.

Historicamente, a ideia de superioridade não é exclusiva dos eugenistas modernos. A defesa da pureza racial comparecia na sociedade grega clássica e, também, na própria justificativa da inferioridade dos povos africanos e ameríndios, na colonização de territórios exteriores à Europa - exemplos de um tipo de racionalidade que caracteriza as diferenças por via de superiores e inferiores, entre etnias, povos e territórios. Servia, dessa forma, a cortes distintos que afirmam categoricamente que antes do negro ser negro, antes do indígena ser indígena haviam os fiéis e os pagãos, os homens santos e aqueles sem alma e deus.

No interior do projeto eugênico, está o mito da superioridade da raça. A maneira de compreender a história, desde a perspectiva eugênica, evidencia uma interpretação determinista apoiada unicamente em uma espécie de veracidade, sem vinculá-la aos meios materiais e espirituais que legitimaram esse discurso histórico. O que se demonstra é que a biologia foi capaz, a partir da interpretação eugênica das raças ao longo da história, de elencar grupos considerados símbolos da mais elevada raça que, por motivos genéticos, tiveram sua derrocada ao entrar em contato com agentes exteriores (outras raças).

Há dois exemplos iluministas, anteriores ao movimento eugênico, que podemos colher para delimitar a forma como os intelectuais lidavam com as diferenças no interior de uma mesma população. O primeiro refere-se ao *O Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau. Na obra, ao separar a natureza da sociedade, por via da superação das desigualdades por leis em um contrato social, o autor permite afirmar que, embora diferentes na sociedade, todos os homens são iguais por natureza.

Já Thomas Malthus, em sua obra *Ensaio sobre as Populações*, via com temor o crescimento populacional resultante da sociedade industrial. O aumento populacional para Malthus não equivalia ou acompanhava a capacidade da terra de gerar recursos que sustentassem a população, o que levaria a um desequilíbrio que era agravado pela natureza “assistencialista” da sociedade, onde a “sobrevivência do mais forte” não era mais um imperativo. As ideias de Thomas Malthus pautadas na lei da inevitabilidade biológica, giravam em torno do risco da superpopulação humana. O autor alegava, assim, que era através da

reprodução seletiva que seria possível uma certa “melhora” na espécie humana, algo já observado entre os animais¹³.

A essas tendências atrela-se o posterior projeto eugênico. A hereditariedade como sistema racional de seleção e aperfeiçoamento da raça humana, sucintamente, defendia que se a natureza não selecionava mais os melhores e mais aptos, ou em termo mais apropriado, diferenciando os eugênicos dos disgênicos - em virtude das leis, políticas sociais, efeitos da guerra e reprodução desenfreada entre os de raça mais baixa - então que os homens realizassem essa seleção.

A entrada da vida no campo biológico e político, como bem assinalou Foucault (2001), é o que fornece inteligibilidade à eugenia moderna. Dentre as leis da hereditariedade, haveria a do “retorno à mediocridade”, que aponta para a inevitabilidade de uma geração destinada ao declínio e perdição:

A explicação dada pelos eugênicos é categórica em apontar os motivos dessa volta à mediocridade. As graves transgressões cometidas pelo homem contra a sua espécie seriam primeiramente as guerras, que concorreriam para a eliminação dos melhores elementos e a conservação dos inferiores (doentes, degenerados e incapazes); a filantropia contra-seletiva, que favorecia a conservação de elementos que, abandonados à sua sorte teriam fatalmente de desaparecer; a filantropia médica que não só permitia a vida dos que deveriam sucumbir, como prolongaria a de outros, cuja existência constituía sobrecarga para os válidos; o sentimentalismo, sempre a agir em favor dos fracos e dos incapazes.

¹³ Há outros exemplos específicos ocorridos posteriormente, como o do cientista francês Prosper Lucas, que em 1850 criou tabelas genealógicas com as características mentais e morais de criminosos condenados e orientou o governo francês a obstruir a reprodução de tais linhagens, o que conduziria, segundo Lucas, à redução da criminalidade e melhoria da sociedade francesa (STEPAN, 2005). Contemporaneamente, o vencedor do Prêmio Nobel de Medicina de 1962, James Watson, que descobriu a estrutura molecular do DNA, afirmou em 2019 que o QI dos homens caucasianos é superior ao de homens negros por via da relação entre raça e genética. Seu prêmio Nobel foi revogado após anos de declarações racistas perpetrados em artigos científicos, livros e programas de televisão (GELEDÉS, 2019).

Outros fatores seria a imigração residual, que favorecia os cruzamentos entre genes incompatíveis; o urbanismo artificializador e degenerador; e a higiene, que reduzia ao mínimo os fatores que concorriam para o banimento dos incapazes (MOTA, 2003, p. 41).

A **biologia** foi um campo central para o posterior desenvolvimento das ideias eugênicas a partir da segunda metade do século XIX. Dentre os seus campos destaca-se a fisiologia, aplicada na medicina experimental; a microbiologia, que auxiliou na criação do higienismo no combate às doenças e epidemias e o evolucionismo, que posteriormente teria repercussão mundial. (DIWAN, 2015).

A **fisiologia** contribuiu para a explicação da sociedade como um organismo e desse como uma máquina. Para Claude Bernard e seu entendimento da fisiologia, a sobrevivência do organismo vinculava-se ao equilíbrio entre seus órgãos e ao realizar a transposição dessa ideia para o social demanda equilíbrio entre seus grupos para sua sobrevivência.

Por parte da **microbiologia**, a influência de Louis Pasteur foi tanto na medicina quanto em todo o quadro social. Como aponta Diwan (2015), suas ideias contribuíram para a fundação da saúde pública e medicina social. A criação da vacina e o combate às doenças epidêmicas permitiram a biologização da política, ao ditar normas que sanariam doenças como tuberculose, sífilis e raiva. A forma de proliferação dessas práticas permitiu aos higienistas o reforço da relação entre o social e o biológico, na medida em que estes profissionais se colocavam não apenas a serviço da sociedade, como ofertavam uma opção material ao caos e doença que proliferavam no período.

Já o **evolucionismo** pode ser considerado como a última grande descoberta da biologia do século XIX, teoria essa que permitiu o rompimento com o criacionismo e, décadas mais tarde, a publicação da obra *A Origem das Espécies*, que popularizou a hereditariedade e a genética - elementos centrais à eugenia. Sua tese de sobrevivência do mais forte encontrou eco, no século seguinte, em áreas como a economia e as ciências humanas, possibilitando a alcunha do termo darwinismo social para expressar a transposição das teses de Darwin ao social (DIWAN, 2015).

Há aqui dois grupos: os higienistas e os evolucionistas. Ambos contribuíram, de formas distintas, para a biologização da sociedade. Os higienistas buscavam providenciar respostas mais técnicas e, por isso,

distinguiam-se dos evolucionistas-darwinistas, que eram mais enfáticos quanto à interferência no social e o que essa representava para a evolução humana. Os higienistas eram adeptos da teoria de Jean-Jacques Lamarck, intelectual francês que, no século XVIII, desenvolveu a lei dos caracteres adquiridos, apregoando que o meio ambiente e o comportamento têm a capacidade de influenciar os caracteres hereditários (DIWAN, 2015).

A burguesia inglesa, que acompanhou esse debate e foi influenciada por essa racionalidade, inspirou-se tanto na biologia quanto na hereditariedade, para consolidar e legitimar seu poder econômico, por via da defesa do sangue e ciência - não mais exclusivamente pela religião. Essa racionalidade legitimava a superioridade burguesa, sendo o contraponto de desqualificação destinado aos operários. Tal hierarquia social manteria os trabalhadores como desqualificados, fixos na base. Essa Inglaterra se constituirá como berço do darwinismo social e da eugenia, que se irradiaria aos demais países e continentes, nas décadas seguintes.

A ameaça operária de 1848 e a das teorias de esquerda convertem e legitimam a pobreza como sinônimo de perigo e inferioridade. Urbanização e industrialização fazem da Inglaterra um local degenerado aos olhos das autoridades por todo o século XIX. Os eugenistas, médicos e higienistas vêem diante de si um campo amplo para sua atuação, pois era necessário expurgar esses males sendo essa a missão desse corpo de intelectuais e técnicos (DIWAN, 2015).

Em 1883, quando o termo eugenia foi cunhado, era perceptivo que não se tratava de uma ideia nova, os gregos já adotavam formas de eliminação de indivíduos inadequados. A diferença aqui é o sistema racional a qual a eugenia se filiava nas últimas décadas do século XIX. Da tradição antiga herdou o entendimento de que ao não compartilharem da beleza e boa forma pela natureza, certos indivíduos não deveriam ser autorizados a perpetuarem sua condição.

Essa ideia será apresentada por meio da moderna ciência da hereditariedade. A eugenia moderna é resultado do entusiasmo de cientistas, médicos, juristas e higienistas que, ao vivenciarem um processo intenso de transformação intelectual e social ao longo do século XIX, associaram a vida humana a processos biológicos¹⁴.

¹⁴ O pai da eugenia moderna foi Francis Galton, um cientista, viajante, geógrafo e estatístico francês que, a partir do novo evolucionismo, inspirado nas teorias de Charles Darwin – seu primo –, conseguiu associar a hereditariedade humana à política social, em 1865. Foi por via do debate sobre a evolução que Galton

O livro considerado como precursor do pensamento eugênico moderno, intitulado *Hereditary Genius*, foi lançado por Galton em 1869. Na obra, o autor buscava comprovar que a aptidão humana não passava necessariamente pela educação, mas pela hereditariedade. Buscava, assim, definir o talento humano como transmissível e não elaborado por via das experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos.

Durante quase duas décadas, Galton se ocupou em provar que o talento é uma herança, por via de dados da elite inglesa e da comprovação de que o crime e a marginalidade eram, conseqüentemente, resultado de herança genética. Em *Inquires into Human Faculty and its Development*, publicado em 1883, utilizou pela primeira vez a palavra eugenia e a definiu da seguinte forma:

Mencionar vários tópicos mais ou menos conectados com aquele cultivo da raça, ou, como podemos chamá-los, com as questões “eugênicas”. Isto é, com problemas relacionados com o que se chama em grego de “eugenes”, quer dizer, de boa linhagem, dotado hereditariamente com nobres qualidades. Esta e as palavras relacionadas, “eugenia” etc. são igualmente aplicáveis aos homens, aos brutos e às plantas. Desejamos ardentemente uma palavra que expresse a ciência do melhoramento da linhagem, que não está de nenhuma maneira restrita a união procriativa, senão, especialmente no caso dos homens, a tomar conhecimento de todas as influências que tendem, em qualquer grau, por mais remoto que seja, dar às raças ou linhagens sanguíneas mais convenientes uma melhor possibilidade de prevalecer rapidamente sobre os menos convenientes, que de outra forma não haja acontecido. (GALTON apud. DIWAN, 2015, p. 41 42).

Em 1884, Galton montou um laboratório de Antropometria na *International Health Exhibition*, para identificar os biotipos pré-determinados a condições mais eugênicas ou disgênicas na sociedade

colheu ideias que, ao serem agrupadas, constituíram o centro da eugenia moderna: “A importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural” (STEPAN, 2005, p. 30).

inglesa, utilizando retratos. Pretendia, com isso, propor medidas de controle para casamentos e impedir a reprodução de certos grupos, para que não se degenerasse a raça. Para Galton, a elite inglesa era depositária dos melhores caracteres, mas não conseguia se reproduzir com a mesma sanha das classes mais pobres, portadores de genes degenerados, o que não apenas o revoltava mas o impulsionava a radicalizar cada vez mais a sua compreensão da eugenia.

Em sua vasta produção, chegou a publicar um manifesto, *Hereditary Improvement*, em 1873, onde afirmava, sucintamente, que o valor da raça está acima da educação e do meio ambiente e de que, por isso, os débeis deveriam poupar a sociedade do fardo de sua descendência. Em seus últimos anos de vida todas as atividades que desenvolveu na área foram pela ampla divulgação das ideias eugênicas, difundindo-as em diferentes setores e entre diferentes profissões no interior da sociedade.

Em 1901, Galton pronunciou uma conferência em homenagem ao biólogo inglês Julian Huxley, reiterando a necessidade de aperfeiçoar a humanidade e a raça inglesa, em franca decadência. Essa conferência impressionou Charles B. Davenport, zoólogo - e posteriormente eugenista norte-americano -, que se tornaria um dos maiores defensores e divulgadores da eugenia no mundo. Em 1903, Davenport fundou a Associação Americana de Reprodução nos Estados Unidos, onde foi o responsável direto pela nomeação de Galton como membro honorário da instituição, por suas contribuições à ciência do aperfeiçoamento humano (DIWAN, 2015).

Galton faleceu em 1911 e no ano seguinte ocorreu o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia promovido pela Sociedade de Educação Eugenista, em Londres. A eugenia atingia, assim, no início da segunda década do século XX, *status* de ciência, conquistando adeptos por todo o mundo.

2.2. – O avançar da Eugenia Moderna.

As premissas eugênicas oriundas dos interlocutores de Galton aglutinavam diferentes leituras. Essas incluíam desde ações mais radicais e conservadoras até algumas atreladas a um feminismo que ansiava o direito da autodeterminação das mulheres sobre seus corpos orientadas por preceitos eugênicos. O que elas tinham em comum, independentemente do prisma político de onde partiam, era justamente a tendência à substituição de leis que englobassem a proteção social para

outras que favorecessem a reprodução de bons elementos na sociedade.

O desenvolvimento decisivo da eugenia se deu mundialmente entre as décadas de 1900 e 1940, com a descoberta das teses de Gregor Mendel e a genética tornando-se um mecanismo eficaz de controle social e político, sob a vestimenta de um discurso técnico-científico. Há no interior da eugenia diferenças de interpretação sobre suas ações e projetos, o que, por sua vez, levaria a vertentes distintas, que ficaram conhecidas como eugenia positiva e eugenia negativa

A eugenia elaborada por Francis Galton ficou conhecida como eugenia positiva, eugenia clássica ou mesmo eugenia galtoniana. Tinha por objetivo principal criar o “haras humano”, povoando o planeta de gente sã, estimulando casamentos entre os “bem dotados biologicamente” e desenvolvendo programas educacionais para a reprodução consciente de casais saudáveis desencorajando casais com caracteres supostamente “inferiores” de procriar. No outro extremo, a eugenia negativa representava a radicalização dos métodos de aperfeiçoamento da raça. [...] As medidas propostas pelos adeptos da eugenia negativa visavam prevenir os nascimentos dos “indesejáveis” biológica, psicológica e socialmente através de métodos mais ou menos compulsórios. A eugenia negativa postulou que a inferioridade é hereditária e a única maneira de “livrar” a espécie da degeneração seria através da esterilização eugênica (consentida ou não); da segregação eugênica (por exemplo, o confinamento em sanatórios); das licenças para a realização de casamentos e das leis de migração restritiva. Por definição a eugenia negativa prevê também métodos como a eutanásia, o infanticídio e o aborto. No entanto, boa parte dos eugenistas do século XX rejeitou essas medidas. Durante os anos de 1939 e 1945, os países ocupados pela Alemanha nazista implantaram tais medidas, tirando a vida de milhões de pessoas de diferentes grupos étnicos e religiosos, adultos ou crianças, em nome da “pureza” racial ariana. (DIWAN, 2015, p. 50).

Além da Alemanha Nazista, muitos outros países exerceram a eugenia negativa. Destaca-se os Estados Unidos, cuja lei de esterilização inspirou a implementada na Alemanha Nazista. A primeira lei de esterilização norte-americana data de 1907 e foi implementada no estado de Indiana. Logo após ocorreu a aprovação de leis de igual teor em outros estados desse país. Segundo Diwan (2015), mais de cinquenta mil pessoas foram esterilizadas entre 1907 e 1949 nos Estados Unidos, sendo que a última lei de esterilização a ser revogada data de 1970. Segundo estimativas, foram esterilizados aproximadamente 20.308 homens e 29.885 mulheres. Após 1949, os Estados Unidos continuaram esterilizando, havendo 10 mil novos casos até 1960.

A experiência alemã se vincula à ascensão de Hitler ao poder em 1933, ainda que as ideias eugênicas já existissem na Alemanha anterior ao “Führer”. Durante o regime nazista, centenas de milhares de pessoas foram esterilizadas em consonância com o discurso eugênico. Quanto aos demais países europeus, não houve aceitação das leis de eugenia negativa voltadas à esterilização, com exceção da Suécia e Dinamarca. O que a Europa fez em seu conjunto foi assumir medidas mais positivas voltadas à medicina social.

Para Stepan (2015), até o final do século XIX haviam obstáculos diversos que impediam os eugenistas de levar a cabo seu projeto. Havia uma repulsa moral e aversão à interferência política na reprodução humana. As próprias deduções de Galton sobre a biologia evolucionária, a partir dos escritos de Charles Darwin, perturbaram o naturalista britânico, que chegou a mencionar Galton em suas obras mas sempre de forma muito prudente, sem abraçar ideias radicais que contemplassem a intervenção sobre a reprodução humana.

A mudança desse cenário ocorrerá gradativamente por volta do final do século XIX, com a ascendente competição econômica entre as nações e a emergência de demandas de grupos marginalizados. As aquisições de políticas sociais que atendessem aos operários e a emergência das lutas feministas eram afrontas à organização e ordem até então existente.

Essa época é marcada ainda pela perda de um certo otimismo marcadamente vitoriano. Em seu lugar ascende um generalizado pessimismo em relação à vida moderna e suas principais características. Esse conjunto de incertezas, quanto ao futuro trazido à rebote pela modernidade, gerou as condições de possibilidade para um movimento científico de reforma. Sai de cena a racionalidade evolucionista para ceder espaço à noção de degeneração atribuída ao vício, crime, imigração, trabalho feminino e ambiente urbano (STEPAN, 2005).

Nessa racionalidade, eram incontestavelmente hereditárias muitas doenças comuns entre os pobres, tais como a tuberculose, sífilis, alcoolismo e doenças mentais. Esse argumento fortalecia uma espécie de medo pela degenerescência e decadência social. A convicção de Galton (apud. STEPAN, 2005, p. 32) apontava que “[...] a raça moderna estaria sobrecarregada, e provavelmente seria levada à degeneração pela excessiva labuta imposta por demandas que exigem mais do que suas forças lhes permitem”.

Galton buscava ofertar através da ciência respostas aos mistérios que cercavam a hereditariedade pelo desenvolvimento conceitual e técnico. Ao partir da evolução, influenciado pelos estudos da área com animais e plantas, concluiu que a sociedade poderia “[...] aprimorar o estoque genético humano por meio da seleção deliberada dos adequados em detrimento dos inadequados” (STEPAN, 2005, p. 32). Isso exigiria um conhecimento extensivo acerca da hereditariedade, algo que ainda não estava plenamente desenvolvido quando Galton se aproximou pela primeira vez da eugenia.

No conjunto de tendências e intelectuais eugenistas da época, o que inclui a polêmica entre Lamarck e Galton, esse último possuía um posicionamento central na tradição científica e era membro pleno de diferentes associações e espaços de disputa. Essa condição usufruída por Galton acabaria por influenciar a forma como se construiu uma linguagem acerca da variação e seleção humana que, partindo das ciências sociais e biológicas do período, espalhou-se para diferentes áreas da vida social.

É antes do século XX que a eugenia se torna um movimento social com cientistas defendendo a ideia de que a sociedade deveria reconhecer como elemento central a sua reprodução, a hereditariedade e formas de se intervir nesse quadro para evitar a proliferação dos menos “vantajosos” à espécie. Para isso, os eugenistas miravam na legislação social, por já terem em mãos a ciência da hereditariedade humana. Tratava-se, agora, de lidar com as objeções morais lançadas contra o controle social da reprodução humana, que bloqueavam o imperativo da ação prática sobre a realidade.

O ambiente dos Estados Unidos e da Europa foi bastante propício ao desenvolvimento das ideias eugênicas no início do século XX. Com a efervescência social - fruto da urbanização, industrialização e trabalho feminino - a eugenia era considerada como um elemento que serviria à manutenção da ordem social. Era, assim, amplamente defendida, já que a compreensão da hereditariedade como um valor fixo desde o nascimento e que determinaria uma larga gama de

comportamentos humanos, passou a ser amplamente difundida na sociedade.

Somado a isso, há o surgimento de diversas sociedades eugênicas que possuíam os mais variados objetivos, tais como pesquisas genéticas, a discussão e promoção de novas políticas e leis inspiradas pela eugenia até mesmo associações que visavam, sucintamente, concentrar e organizar a difusão das ideias eugênicas e de sua contribuição junto a sociedade.

Entre as primeiras organizações úteis a essa difusão, podemos mencionar *German Society for Racial Hygiene* (Sociedade Alemã para a Higiene Racial), fundada em 1905, em Berlim; *Eugenics Education Society* (Sociedade para Educação sobre Eugenia) da Inglaterra, em 1907 e 1908; o *Eugenics Record Office* (Escritório de Registros de Eugenia), sediado nos Estados Unidos em 1910 e a *Société Eugénique Française* (Sociedade Eugênica Francesa), de Paris, em 1912. Como bem ressalta Stepan (2005), foi por meio dessas sociedades que os temas da eugenia foram inseridos em diferentes áreas, tais como antropologia, psiquiatria e sociologia, com o estabelecimento de subáreas eugênicas.

Muitas das leis propostas pelos eugenistas no início do século XX enfrentaram resistência, devido ao teor radical de suas prerrogativas. Certos países que já possuíam tradição na área da saúde pública viram parte de seus técnicos e cientistas se colocarem abertamente contrários a essa abordagem, não apenas pelo risco de legislar e gestar políticas sociais baseadas em um conhecimento ainda tão parcial e incompleto, mas por defenderem a abordagem ambientalista, central à constituição da saúde pública. A abordagem ambientalista, por si só, contrariava as prerrogativas da eugenia, já que para essa o meio não influía na qualidade racial da população, apenas sua carga hereditária.

Ainda assim, o interesse do Estado em intervir e regular a população era elemento já bem estabelecido na Europa e Estados Unidos, ao que se tornou uma possibilidade premente colher certas tendências e ideias eugênicas para compor os mecanismos de regulação que iriam intervir sobre a população (STEPAN, 2005).

A entrada no século XX representou, assim, um giro na forma como os eugenistas podiam versar sobre o controle da reprodução humana, sendo suas ideias já amplamente compartilhada entre biólogos, que centravam na herança hereditária a potencialidade e degenerescência dos grupos sociais, como afirmaria o britânico Wicksteed Armstrong, no livro *Survival of the Unfittest* de 1930: “Há três métodos para a redução da perigosa fertilidade dos inadequados: a

câmara de morte, a segregação e a esterilização” (ARMSTRONG, apud. STEPAN, 2005, p. 36).

Muitos eugenistas passaram, a partir da segunda década do século XX, de uma eugenia “positiva”, apoiada nos privilégios e incentivos à reprodução dos mais aptos, a uma “negativa”, que objetivava impedir a reprodução dos considerados inadequados. Todo um conjunto da população que incluía as famílias pobres em cortiços e a margem do modo de produção, alcoólatras, doentes mentais e demais “inadequações hereditárias” tornou-se alvo privilegiados dos eugenistas. Tanto é que na década de 1930, a esterilização humana se tornou o principal interesse no programa eugênico. Stepan (2005) a reconhece como a mais radical ideia emanada das correntes eugenistas – a esterilização compulsória dos inadequados – que atuaram sobre as normas de regulação das relações e organização familiar.

A prática nessa área, alçada pelo regime nazista, não foi a primeira a ser efetuada. Na verdade, as primeiras leis de esterilização na Europa foram oriundas de Vaud, Suíça, em 1928 e da Dinamarca, em 1929. À época, tais leis foram consideradas métodos moderados, científicos e progressistas para a implementação de um projeto de higiene genética para esses países. Não se tratava de uma justificativa como a nazista na defesa da supremacia nórdica. A lei dinamarquesa se alojava na defesa da construção de condições salutaras de vida para todo o corpo social e, para isso, requisitava-se o controle da reprodução da população, por via de medidas eugênicas.

Os números dessa prática na Suíça e Dinamarca são impressionantes, já que entre os anos de 1930 e 1949 mais de 8.500 dinamarqueses foram esterilizados por motivos que variavam de anormalidade sexual à doença mental. Na Suécia, ao menos 15 mil pacientes diagnosticados como doentes mentais foram esterilizados por lei aprovada em 1934 e suspensa apenas após a 2ª Guerra Mundial. Essas leis eram, em tese, voluntárias, mas em registros da época fica claro que o componente persuasivo e compulsório era ineliminável dessa prática (STEPAN, 2015).

A América Latina foi um lugar de resistência às ideias eugênicas, em muito, graças ao conservadorismo anticientífico da Igreja Católica, ainda que tenha ocorrido a penetração de suas ideias. Em virtude de sua colonização ibero-hispânica, da forte tradição católica no continente e do conservadorismo presente na instituição religiosa, ocorreram inúmeras resistências e bloqueios às ideias mais radicais. Se há algum componente que permite explicar a aderência a ideias eugênicas, apesar das dificuldades e bloqueios no continente latino-

americano, é o anseio de compor uma identidade nacional, algo que aconteceu mais intensamente na Argentina e México (DIWAN, 2005).

Entre as tendências predominantes da eugenia na Europa e Estados Unidos era percebido que a eugenia desenvolvida na América Latina e Brasil soava muito mais sociológica do que biológica. A eugenia desenvolvida no continente era oriunda de uma variante que raramente era incluída nos relatos oficiais, fundamentalmente não mendeliana, produtora de resultados e valores particulares.

Para Stepan (2005), essa variante deixava de ser mencionada, pois nos países onde a eugenia era estudada, o mendelismo forneceu fundamentos aos programas e propostas eugênicas, uma base para seu desenvolvimento. Em síntese, a tese da “hereditariedade de características adquiridas” de Lamarck¹⁵ forneceu o substrato para a compreensão das mudanças induzidas de maneira exterior a um organismo vivo, que poderia ser transmitida às futuras gerações, a partir de transmutações. Para ilustrar sua tese, Lamarck usava o exemplo da girafa, que por esticar seu pescoço para obter alimento, transmitiu a

¹⁵ A tese de Lamarck, publicada 50 anos antes de *A origem das espécies* de Darwin, tornou-se popular após a divulgação da pesquisa do naturalista britânico por funcionar como uma explicação alternativa a evolução. Enquanto a proposta de Darwin trazia como elementos centrais a variação aleatória, luta pela sobrevivência e seleção natural, Lamarck propunha uma evolução que não desprezava ou desconsiderava a adaptação às mudanças no meio ambiente de forma lenta e gradativa. Em síntese, “Tratava-se, portanto, de uma evolução que parecia menos brutal, menos impessoal e mais humana que aquela proposta pelo naturalista inglês” (STEPAN, 2005, p. 79). Na virada do século XIX o lamarckinismo sofreu alterações após a descoberta das leis da hereditariedade de Mendel em 1900, o que contribuiu para que a primeira passasse a ser considerada como uma “[...] teoria particular sobre o funcionamento da hereditariedade” (STEPAN, 2005, p. 79). Representava uma alternativa as incertezas e certas radicalidades de discursos eugênicos oriundos de correntes mais populares nos países europeus e no norte da América. Stepan (2005) identificou a presença do “neolamarckismo” em uma tese médica defendida em 1907 no Rio de Janeiro o que de certa forma reitera sua presença no debate e formação médica do início do século XX. Trata-se da tese de João Florentino Meira, intitulada *Neolamarckismo* apresentada na Escola de Medicina do Rio de Janeiro e revisita as ideias neodarwinianas e as neolamarckianas endossando as oriundas dessa última (STEPAN, 2005). Em síntese as tendências neolamarckianas abraçaram preocupações presentes no Brasil há muito tempo tais como o progresso, saúde e nacionalidade e assim influenciaram na composição das instituições eugênicas não apenas do país mas na América Latina.

característica do pescoço alongado às gerações posteriores. Essa foi uma tese muito mais influente no continente latino americano do que a mendeliana.

À particularidade do desenvolvimento da eugenia no continente, pode ser adscrito ainda a noção de homicultura, palavra introduzida no debate médico latino-americano em 1911, pelos cubanos Eusébio Hernandez e Domingo Ramos. Esses médicos buscavam conceituar um novo entendimento junto a hereditariedade humana. Dessa maneira, homicultura estava relacionada a outra palavra também popular nos círculos médicos da época, a puericultura,¹⁶ que tratava do desenvolvimento biológico da criança.

Em sua origem, a puericultura vincula-se a uma espécie de analogia entre a agricultura e a natalidade humana e é definida por intelectuais como Adolphe Pinard¹⁷ (1844 – 1934) como “a pesquisa do conhecimento relativo à reprodução e à conservação e aprimoramento da espécie humana” (STEPAN, 2005, p. 86).

A proposta da homicultura substituiria a puericultura por ser mais ampla, não se restringindo à criança ou sua mãe, mas a todo e qualquer indivíduo desde antes do nascimento até a vida adulta. A homicultura dividia-se em diferentes partes: “patrimatricultura”, a cultura dos pais; matrifeticultura, o cuidado da mãe e do feto juntos; a prognocultura, cuidado das gônadas e a pós genicultura, sendo o cuidado do indivíduo após o nascimento” (STEPAN, 2005, p. 87).

Ainda que não tenha obtido tantos adeptos no país, essa concepção foi popular o suficiente para ser título das reuniões pan-

¹⁶ O que a puericultura fazia na época era centrar sua racionalidade em uma espécie de unidade composta por mãe e filho fazendo da obstetrícia, ginecologia e pediatria especialidades médicas centrais ao desenvolvimento saudável da população pois, sendo as crianças recursos biológicos-políticos da nação, o Estado era impelido a regular sobre sua saúde. A puericultura se vinculava a uma visão tradicional do papel da mulher e defendiam seus principais asseclas a manutenção das mulheres na condição de reprodutoras, criando seus filhos a partir de princípios médicos. As características da puericultura na medicina brasileira são explicadas pela influência que essa sofria da desenvolvida na França no século XX, tais como a ênfase em analogias e esquemas analíticos oriundos da agricultura, a defesa de uma concepção conservadora da família, superação de pós-natalismo com altas taxas de mortalidade materna e infantil e a consequente preocupação sobre o crescimento inadequado da população (STEPAN, 2005).

¹⁷ Médico obstetra francês que exerceu grande influência na área de puericultura no Brasil.

americanas de eugenia, que reconheciam que a homicultura, por ser mais abrangente que a puericultura, centrava-se nos problemas de hereditariedade típicos da reprodução humana. Em síntese, a homicultura representou uma etapa entre a puericultura do final do século XIX e a eugenia neolamarckiana do início do século XX, confirmando a presença do pensamento “hereditário” na racionalidade médica do período no Brasil (STEPAN 2005).

Pinard, em 1899, já redefinía sua compreensão sobre a puericultura. A forma como suas propostas influenciaram a eugenia no continente latino-americano foi elucidativa da opção que o movimento eugênico teve aqui por esse intelectual. Afinal, sua meta inicial não se voltava ao impedimento da reprodução dos “desajustados”, mas ao estímulo do crescimento de uma população saudável em condições também salutares. Como salienta Stepan (2005), tratava-se de uma abordagem distinta da predominante em países da Europa e dos Estados Unidos, tendo considerável acolhida onde a junção entre temas como hereditariedade neolamarckiana e a “puericultura pré-natal” foi amplamente utilizada pela racionalidade eugênica no país e continente.

A própria Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, adotou as influências francesas – onde Pinard prevalecia – reproduzindo seus estatutos fielmente. Outro componente que, segundo Stepan (2005), explica essa aderência é assinalado por Renato Kehl, quando esse afirmou que até 1918 os médicos brasileiros ignoravam a eugenia pelo fato de a maior parte de seus textos serem escritos em alemão e inglês. O acesso aos textos escritos em francês teria providenciado essa ponte e prevalente influência.

Esse é um dos elementos que ajudam a distinguir a forma como a eugenia foi praticada pelos médicos latino-americanos daquela praticada em países como os Estados Unidos e Alemanha. No continente sul-americano, buscava-se ligar essa racionalidade a um ambiente sanitário e à saúde racial, associando e conjugando esses dois. Assim, passava a ser chamado de “eugenia preventiva”, “eugenia social”, “eugenia e medicina social” e “higiene eugênica” um conjunto de preocupações que raramente comparecem nos compêndios clássicos da “eugenia mundial”.

Os efeitos da adoção dessa perspectiva vinculada à Lamarck e à Pinard são evidentes. Como bem aponta Stepan (2005), eugenistas próximos a Weissmann e Mendel compreendiam que a genética requisitava a supremacia da hereditariedade mediante a outros fatores. Este entendimento afastava a eugenia das políticas tradicionais de saúde pública ou de reforma social já que “[...] a ação dos médicos no cuidado

dos doentes e as medidas de bem-estar social eram vistas como interferências desnecessárias na seleção natural e eliminação dos inaptos” (STEPAN, 2005, p. 93).

Ou seja, toda ação emanada da medicina que visasse a preservação e suscitação da vida entre segmentos considerados marginais era um empecilho ao cumprimento do projeto eugênico. Isso quer dizer que reformas sociais, saúde pública e demais direitos apenas contribuiriam para a formação de uma população cada vez mais “disgênica”, pois “[...] os pobres inadequados se reproduziam com maior rapidez que os adequados da classe média” (STEPAN, 2005, p. 93).

E era essa postura conflitiva com a proposta do desenvolvimento de uma saúde pública em diversos países, que contrariava as autoridades que consideravam as reformas ambientais como centrais à missão e função técnica dos agentes representantes do Estado:

Esse divórcio entre saúde pública e eugenia esteve frequentemente ausente na América Latina. Os eugenistas sentiam-se desconfortáveis com a distinção entre eugenia e ambiente, e afirmavam que o aprimoramento da raça humana dependia de ambos, hereditariedade e ambiente. Um dos atrativos do neolamarckismo foi precisamente o fato de que, ao confundir-se a distinção entre natureza e cultura [nature and nurture, no original], preservava-se um lugar para a ação proposital e para escolha moral. Assim, o neolamarckismo prestava-se a uma forma particular de “aprimoramento ambiental”. Ainda que esta visão não fosse, de modo algum, a única que poderia ser derivada das premissas lamarckianas, Jacques Léotard observa, a respeito da França, que os médicos franceses da década de 1920 tinham muitas razões para preferir interpretar o neolamarckismo em sua forma de promoção do aprimoramento porque isto legitimava a higiene, a dietética, a puericultura e a medicina preventiva. O pró-natalismo dos médicos franceses embasava uma preocupação generalizada com o aprimoramento das condições que circundavam a reprodução, em vez da redução da reprodução dos inadequados. [...] O lamarckiano e eugenista

britânico Caleb William Saleeby, cujo conceito de venenos raciais era, em muitos aspectos, similar ao dos latino-americanos, cunhou o termo “eugenia preventiva” para a parcela do programa social de eugenia que tratava da erradicação dos venenos raciais e das doenças venéreas. A eugenia preventiva distinguia-se, então, da eugenia “positiva”, que se preocupava em incentivar a reprodução dos adequados, e da eugenia “negativa” desenhada para controlar ou evitar a reprodução dos inadequados (STEPAN, 2005, p. 94).

Extraia-se de uma orientação geneticista a possibilidade de desenvolvimento de um projeto sanitário, convertendo-a em um tema estritamente político. Os anos seguintes da primeira guerra mundial permitiram o início da reforma médico-urbana-sanitária no Brasil. Esses fatores viabilizaram um espaço político para a aplicação de propostas eugênicas.

Como salienta Stepan (2005), a proposta eugênica lamarckiana na década de 1920 era congruente com as propostas de saneamento desenvolvidas na época. Dessa forma, sua influência contribuiu para que a eugenia caminhasse em direção a uma postura mais reformista dentro do projeto de saneamento. A força do saneamento dava-se à época pela proliferação de explicações racistas para o clima e subdesenvolvimento das nações latino-americanas.

Tais componentes levaram os intelectuais higienistas na América Latina a voltarem-se aos progressos na área do saneamento, para questionar “[...] a visão tradicional de que a raça e o clima latino-americanos combinavam-se para produzir nações degradadas e atrasadas” (STEPAN, 2005, p. 95). A higiene pública comparecia, assim, como um meio de resgatar o país da degeneração racial e climática. Esses são fatores que levaram a uma ampla associação no país entre eugenia e saneamento, ou nos termos de Olegario Moura: “saneamento-eugenia é ordem e progresso” (MOURA apud. STEPAN, 2005).

O que temos aí é a adoção da eugenia como um tipo de prática que abarcaria da defesa do desenvolvimento da nação, por via da população, passando à organização da vida familiar até a educação física. A eugenia se converteu em uma poderosa metáfora adscrita a diferentes setores da vida social, para se pensar e defender a saúde (STEPAN, 2005).

Um exemplo da forma como a proposta neolamarckiana da eugenia no Brasil funcionou junto ao corpo médico pode ser colhido nas campanhas de combate ao alcoolismo na década de 1920. Acreditava-se que o consumo de álcool durante extenso período infligiria defeitos hereditários aos descendentes. Os médicos partiam, assim, da ascendência do paciente, buscando sinais de idiotia, doença mental e delinquência juvenil, para a vinculação de um diagnóstico que abarcasse a família em razão do alcoolismo. Algo que a LBHM irá exercer com as mesmas prerrogativas e preceitos e que, posteriormente, terão suas práticas sociais e orientações herdadas pelo Serviço Social enquanto profissão, já a partir da década de 1930.

Não havia separação possível entre herança social ou uma forma biológica de hereditariedade, herança genética ou “congênita” - fatores desenvolvidos durante a gestação e parto, que afetavam a corrente sanguínea da mãe, mas não a genética. O ataque ao consumo de álcool e a moralização incutida aí tornaram-se uma ação da eugenia, inclusive na delimitação de comportamentos sociais toleráveis e intoleráveis. Esse corte servia justamente à separação entre as classes e delimitava novas formas de compreensão sobre o imperativo da raça nas relações sociais (STEPAN, 2005).

Há muito visto como mal social e moral em si mesmo, especialmente entre as populações pobres [...], o alcoolismo era agora reformulado com “inimigo da raça”, uma vez que o vício supostamente causava condições hereditárias ligadas ao crime, à delinquência juvenil, à prostituição e às doenças mentais, e porque seus efeitos afetavam várias gerações subsequentes. O higienista brasileiro Afrânio Peixoto, por exemplo, fez campanha contra o álcool porque ele, dizia Afrânio, levava as crianças a nascerem defeituosas, predispostas desde a infância a contrair meningite, a convulsões, deficiência mental, loucura e crime. A Liga Brasileira de Higiene Mental colocou os efeitos hereditários do álcool no cerne de suas preocupações, alertando o público sobre os males dos intoxicantes, que apresentavam como uma influência “esterilizadora” sobre as massas por causarem baixa taxa de reprodução, além de nódos hereditários. [...] A Liga promoveu semanas “antiálcool” em 1927, 1928, 1929 e 1931[...] Em

outubro de 1929, a Liga criou uma seção especialmente para fazer campanha contra o alcoolismo e para estimular o interesse público e conseguir apoio financeiro para seu trabalho. (STEPAN, 2005, p. 100).

É na década de 1930 que Renato Kehl passa a produzir um discurso mais racista e conservador e que se opunha à proposta de uma eugenia reformista próxima ao debate sanitário. Era justamente o fato de as pessoas confundirem saneamento com eugenia que o impelia a radicalizar sua proposta. Se no início da empreitada eugênica, os parceiros sanitaristas haviam sido úteis à difusão da eugenia - justamente devido ao fato de as pessoas não compreenderem exatamente no que ela consistia - agora Kehl queria combater uma concepção de eugenia abraçada pela elite que a associava à higiene pessoal e exercícios físicos¹⁸.

Insistia, assim, que a higiene não seria o suficiente para o melhoramento do estoque hereditário do Brasil e que esta não daria conta dos reais problemas raciais-eugênicos. Todavia, o próprio Kehl tinha dificuldade em abandonar interpretações lamarckianas, chegando a reconhecer, em 1929, que a tuberculose e a sífilis não causavam danos às condições hereditárias, mas danos congênitos limitados a uma geração (STEPAN, 2005).

Dessa forma, o conjunto dos eugenistas no Brasil demonstrava certa empolgação com a implementação de políticas sociais de proteção à população, ao mesmo tempo em que as legislações sociais e trabalhistas foram, por muito tempo, apenas retórica; o que acabava por influir, também, na própria constituição da eugenia e na impossibilidade de “atacar” esse suposto adversário.

Para Stepan (2005), o que a eugenia gerou, objetivamente, foi

¹⁸ “Prática a eugenia quem vive higienicamente, quem se esforça, portanto, para manter o organismo em boas condições? Não. É mistér não confundir higiene com eugenia. Esta ultima ciência é mais exigente do que a primeira. Enquanto a higiene, como também a eutení (saúde perfeita), têm por finalidade fazer com que as condições susceptíveis ás influencias do meio (fenotípicas) melhorem; a eugenia têm por objeto melhorar e corrigir as condições hereditárias (genotípicas), tanto dos indivíduos como das coletividades. De um modo figurado poderíamos dizer: a higiene cuida do corpo do indivíduo, enquanto a eugenia cuida, em especial, de suas células reprodutoras, isto é, de suas sementes.” (KHEL, 1932, p. 80).

um conjunto de prescrições que operavam como sanções ao comportamento. Propôs um conjunto de soluções ineficientes e inadequadas para a solução dos problemas à qual a população pobre se via submetida, principalmente por se tratar de um país onde as taxas de mortalidade e de trabalho infantil sempre foram altas. O que a eugenia preventiva fez, nas palavras de Stepan (2005, p. 106), foi tratar “[...] os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza como metáforas biológicas de hereditariedade e aprimoramento da raça”.

Dessa maneira, o discurso acerca dos degenerados em virtude dos problemas raciais - ou melhor, “venenos raciais” - resultou na criação de programas estatais de registro e controle sanitário dos pobres; uso das técnicas de higiene mental na eugeniização dos operários indisciplinados e a centralização da virtude moral como peça da educação sanitária, algo que será melhor tratado no próximo subitem.

3.2.- A Eugenia no Brasil: suas particularidades, tendências e principais atores.

Renato Kehl é indubitavelmente o pai da eugenia moderna no Brasil. Há muitos documentos que explicam de onde poderiam ter emergido não apenas a inquietação do autor com o tema, mas também a inspiração para crer na eugenia como estratégia de “salvação” da população miscigenada existente no país. Havia já diversas teorias que circulavam no Brasil trazidas pelos filhos da elite republicana em seu retorno da Europa, bem como expedições científicas realizadas pelo país, nas quais estavam inscritos cientistas, antropólogos e intelectuais europeus. Essas ideias e impressões justificavam a aparente impossibilidade de progresso concatenado a certos países, seja os demais países tropicais ou a África na nova ordem econômica mundial.

Essas expedições autorizadas por D. João, a partir de 1822, tinham como objetivo “inserir o Brasil no cenário científico internacional, devido à diversidade natural e à abundância de dados para o estudo da zoologia e da botânica” (DIWAN, 2015, p. 88). Essas expedições traziam alemães, franceses e norte-americanos para conhecerem a natureza tropical.

Até o final do século XIX, o Brasil se tornou um ponto de visita para os homens da ciência. O país já contava com instituições científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Jardim

Botânico, os museus nacionais, além das faculdades de direito e medicina, tornando o Brasil um laboratório amplo de pesquisa sobre a diversidade, natureza, fauna, flora e o próprio homem (SCHWARCZ, 1993).

O que saltava aos olhos dos pesquisadores era a diversidade étnica do país, aparecendo em seus relatos como opositora ao progresso. Para esses homens da ciência, aqui se produzia elementos degenerados e instáveis, incapazes de contribuir ao desenvolvimento do país. Miscigenação como fenômeno antievolucionista, hibridização resultando na permanência do gene mais fraco e potencializando defeitos e imperfeições. O Brasil era um laboratório para o tema.

As assertivas dos europeus sobre a impossibilidade de desenvolvimento do Brasil, em virtude de sua formação racial, criou nos intelectuais brasileiros a necessidade de formarem, a partir de seus referenciais, uma compreensão sobre o Brasil que conseguisse romper com aquela composta pelos estrangeiros. Para isso, Comte serviria com seu positivismo e a reforma da sociedade para o funcionamento do homem tal como uma máquina. Os republicanos aderiram a essa ideia, distanciando-se, assim, da visão “católica e régia”, ao se aproximarem de uma visão mais racional e científica (DIWAN, 2015).

Como afirmaria Adorno (1994), a depuração dos sangues “inferiores” contribuiria para a conversão da população em algo mais homogêneo racialmente. O que comprometia esse processo era a insistente sobrevivência da cultura negra e indígena. Na acepção dos intelectuais influenciados pela eugenia, revisitava-se a ideia de cruzadas, trazendo, agora, a civilização aos bárbaros dos trópicos.

Esse tipo de preocupação levou os eugenistas a ocuparem todos os espaços possíveis desde as academias médicas, sociedades filantrópicas, casas legislativas, escolas, delegacias de polícia e tribunais de justiça, compondo uma insidiosa rede de contatos e apoio entre discursos, instituições e personagens, que incluíam o médico, educador, jurista, agentes de controle social, a dona de casa e o provedor do lar.

No *Compêndio de Hygiene*, publicado em 1925, o doutor José Paranhos Fontenelle classificou a eugenia como a ciência que poderia ofertar à sociedade a “raça boa”, por via de estratégias e, através de todos os conhecimentos científicos disponíveis, melhorar física e mentalmente as gerações futuras. Os objetivos da eugenia, segundo esse compêndio, podiam ser divididos em 5 áreas:

- Objetivos éticos: melhoria da vida individual e impulsionamento ao desenvolvimento de suas qualidades, consciência do ser atrelada a sua realidade biossocial;
- Objetivos estéticos: expurgo da fealdade e aprimoramento físico dos homens;
- Objetivos científicos: colhida da natureza, observação e categorização de elementos que sirvam ao desenvolvimento da eugenia;
- Objetivos raciais: melhoria da raça por via da potencialidade dos considerados eugenicamente excelentes, em contraposição à inferiorização da raça oriunda do cruzamento entre si de raças inferiores, ou entre sujeitos eugenicamente excelentes com outros inferiores;
- Objetivos sociais: a fertilidade como projeto que objetiva não a quantidade de filhos, mas a qualidade da prole (FONTENELLE, 1940).

Dentro da proposta eugênica de compor uma história sobre a formação da população no Brasil, é possível elencar, dentro da racionalidade dos eugenistas como se iniciou a desordem hereditário-racial no país. Em 1929, o médico eugenista Pedro Monteleone¹⁹

¹⁹ Para Monteleone (1929), a origem brasileira inicia com os portugueses, em 1500 e o contato com as populações nativas divididas em dois grupos, os tupis e os tapuias que, posteriormente, dividiram-se em outros ramos: cariris, carijós, caetés, potiguaras, tupinambás, aimorés. Essa complexificação entre os nativos contribuía, na leitura de Monteleone, ao quadro de confusão de genes que condicionaria toda a composição posterior da população. Nesse quadro, incorpora-se o português, sendo que os próprios portugueses em seu interior já traziam certas misturas de genes desde a Europa, basicamente os dólicos-louros – os primeiros colonizadores e os dolicóides portugueses de menor estatura indolentes e tranquilos. A arianização do indígena no Brasil não teria ocorrido de forma intensa como, em outras colônias do continente sul-americano, não por falta de interesse do português colonizador, mas pelo exíguo tempo compartilhado entre esses até a introdução do principal elemento corruptor da formação nacional: o negro. Para Monteleone (1929), a mistura perpetrada a partir da inserção do negro no país gerava uma massa disforme sem qualquer característica assemelhada, além da degenerescência e dano típicas da hereditariedade fraca e miscigenada do país. O sangue índio quando submetido ao branco poderia ofertar saídas que poderiam resultar, a longo prazo, no aprimoramento do povo brasileiro, mas a presença do sangue negro, a terceira raça básica de nossa formação era, tanto para Oliveira Vianna quanto para

defendeu sua tese intitulada *Os cinco problemas da eugenia no Brasil* em que traçava a história dessa população a partir das premissas eugênicas, por via de um discurso antropológico e histórico.

As ideias eugênicas apresentadas por Monteleone (1929) defendiam que quanto mais se purificasse o sangue, afastando a prole de suas origens negras, mais corrigido resultaria e que, próxima à quarta geração de cruzar exclusiva com branco, os elementos hereditários da etnia negra seriam gradativamente perdidos, restando apenas resquícios. Para Monteleone (1929):

1ª Geração	Branco + Negro = $\frac{1}{2} b + \frac{1}{2} n$ (mulato)
2ª Geração	Branco + Mulato = $\frac{3}{4} b + \frac{1}{4} n$ (aquartelado)
3ª Geração	Branco + Aquartelado = $\frac{7}{8} b + \frac{1}{8} n$ (quinteado)
4ª Geração	Branco + Quinteado = $\frac{15}{16} b + \frac{1}{16} n$ (moreno)

Tabela 1 – Miscigenação proposta por eugenistas como forma de purificar a população brasileira da presença da etnia negra. (MONTELEONE, 1929).

O tipo apontado como ariano era central, segundo o ideal. Era a partir dele que se validaria gradativamente todas as outras raças, por sua superioridade intelectual. Os eugenistas supunham que deveria haver no compósito da população tipos elevados em locais mais desenvolvidos e civilizados.

Para os eugenistas, como Monteleone (1929), o tipo brasileiro que emergiria da racionalidade e prática eugênicas teria como características a força, robustez, lucidez, intuição, senso de realidade, criatividade, imaginação, originalidade, ambição, auto-controle e domínio de si. Em síntese, qualidades que remetiam na época a uma conceituação muito mais próxima do sujeito burguês – como esse se enxergava – do que de qualquer outro componente da sociedade. Um sujeito puro era, antes de tudo, um sujeito bem nascido e gerado, que

Monteleone (1929), a verdadeira tragédia responsável pela desordem somática e psicológica. A necessidade de traçar os tipos negros que aqui existiam e a enormidade descendência que aqui constituíam, era um problema real à pesquisa de Monteleone e que confirmava a degeneração resultante nos aspectos morais, físicos e psicológicos sobre o povo brasileiro. A solução disso, para os eugenistas, era o embranquecimento da população.

possuía em sua constituição física nenhum sinal de fealdade e que trazia um equilíbrio físico, psíquico e moral elevados.

Monteleone (1929) afirma em sua tese que esse tipo já existe em franca expansão no Brasil, mais especificamente na região sul, em virtude da arianização de sua população. Todavia, nas regiões Norte e Nordeste do país os habitantes ainda “patinavam” em virtude de uma formação racial heteronômica e racialmente inferior.

Stepan (2005) explica que, ao se inscrever como uma forma de “ciência”, a eugenia possuía como apoio principal as recentes descobertas sobre a hereditariedade humana, em um momento onde os discursos racistas e segregacionistas emanavam de diferentes centros, da questão racial, à problemática dos imigrantes, passando pelo quadro das colônias e ex-colônias na América, África e Ásia. Esses elementos contribuíram para a condição de movimento social que a eugenia possuiu, extrapolando o mero espaço das ciências, fazendo-se sentir na organização da sociedade e racionalidade dos sujeitos.

De forma geral, a eugenia conquistou cientistas, intelectuais, políticos e a própria população, ao desenvolver propostas que permitiriam à sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária; ao encorajar indivíduos e grupos “adequados” à reprodução de sua estirpe e, por via de estratégias diversas, ao evitar que os inadequados transmitissem seus genes às gerações futuras. Em suma, o que fez no momento de sua emergência foi encorajar a administração científica e “racional” da espécie humana, ao introduzir ideias inovadoras e polêmicas na área social e política, o que inclui a seleção social deliberada contra os indivíduos supostamente “inadequados”, cujas estratégias incluíam as cirurgias esterilizadoras e o racismo.

Ainda assim, é necessário ressaltar as particularidades da eugenia no país. Para Stepan (2005), essas particularidades começam pela presença da concepção lamarckiana de hereditariedade em detrimento da corrente mendeliana da genética, que representava a estrutura dominante na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha.

Essa perspectiva adotada no Brasil apoiava-se em reflexões científicas já amplamente difundidas em países como a França. Seu mérito era o de auxiliar na estruturação dos debates sobre a degenerescência, determinando como essa estratégia – a eugenia – dialogava com as áreas do higienismo e do saneamento.

Ou seja, a aplicação da eugenia brasileira desenvolvia-se de maneira distinta das correntes prevalentes em temas como sexualidade e reprodução, o próprio tipo de racismo emergente de uma sociedade escravista influenciaria diretamente o discurso e as práticas eugênicas

levadas a cabo em final do século XIX e início do século XX. Essa proximidade com correntes já difundidas na França é coerente não apenas com o perfil colonizador do país, mas também pela influência intelectual que os autores e escritos franceses tiveram sobre o Brasil durante séculos.

Stepan (2005) sintetiza da seguinte forma a trajetória do higienismo e a sua relação com a eugenia na América Latina:

Nas últimas décadas do século XIX, a ideia da eugenia emergiu em muitas áreas da América Latina como parte dos debates sobre evolução, degeneração, progresso e civilização. Seu desenvolvimento mais sistemático, no entanto, surgiu depois da Primeira Guerra Mundial, com o estabelecimento de sociedades e organizações eugênicas específicas. A partir de então, a eugenia tocou ou influenciou a história da medicina, da família, da maternidade, da população, da criminologia, da saúde pública e do bem-estar social. Muitos esforços legislativos referentes à reprodução humana, ao controle das doenças e à regulamentação da imigração para a América Latina somente podem ser integralmente entendidos se levarmos em conta os conceitos eugênicos que, no mínimo, deram-lhes estrutura retórica e embasamento médico-moral. A eugenia foi importante porque ocupou o espaço cultural no qual se deu a interpretação social, e porque articulou novas e poderosas imagens da saúde como questão de hereditariedade e raça (STEPAN, 2005, p. 15).

O que isso aponta é que, justamente pela racionalidade eugênica, constituiu-se no interior das leis que versavam sobre a população e migração, na concepção de medicina e saúde e, por fim, no interior do projeto de organização da classe trabalhadora a presença de uma concepção de “social” que influenciou enormemente o nascimento do Serviço Social no Brasil. Em verdade, a virada do século, com o recente rompimento formal do escravismo e a assunção do mercado de trabalho livre, requisitava a emergência do social enquanto espaço da constituição de uma ordem jurídico-política contratual, por via do agrupamento, onde os trabalhadores se submetiam ao mercado de trabalho.

Outro ponto a se ressaltar é que raça é um componente caro ao movimento eugênico. Ao se apresentar como a ciência do aperfeiçoamento racial, trazia incutida a ideia de que esse aprimoramento poderia passar pela melhoria genética da raça humana ou na construção do ufanismo nacionalista do “nosso povo”. Como ressaltava Stepan (2005), na maior parte das vezes, os eugenistas se interessavam por segmentos específicos da população, que eram prontamente divididos por raças distintas e desiguais.

As propostas eugenistas assim partiam de diferenciações no interior da população, para segmentos que se consideravam superiores. A delimitação dos inferiores apoiava-se, além das indicações oriundas do evolucionismo e darwinismo social, em signos e elementos da linguagem que afirmava e ratificava as diferenças apoiadas em elementos raciais, étnicos ou de gênero (STEPAN, 2005).

Essas diferenças eram assumidas, majoritariamente, pelo prisma biológico e, em raras vezes, quando se voltava ao social, trazia incutido uma leitura despolitizada e desistoricizada das relações sociais, ressaltando apenas que os modos de vida desses grupos inferiores vinculavam-se a diferenças fixas de ordem biológica. Por exemplo, a imigração dos asiáticos era indesejada nas primeiras décadas do século XX no Brasil, pois esses eram considerados incapazes de se adaptarem à sociedade. A forma como se referia aos imigrantes asiáticos por parte do representante do governo, Oliveira Vianna, já deixava clara a tônica desse tratamento: “o japonês é como enxofre, insolúvel”. A organização de uma legislação sobre os imigrantes interessava aos eugenistas na mesma medida que aos representantes do governo. Essa presença dos eugenistas no governo continuou ao longo da década de 1930 e a legislação que auxiliaram a formular restringiu a entrada de asiáticos e judeus, que foram descritos nos documentos como “não assimiláveis socialmente” (DIWAN, 2015).

É necessário ressaltar que dentro desse conjunto há, por exemplo, o preconceito enfrentado pelos portugueses ao tentarem migrar para o Brasil. No final do século XIX, eram considerados os imigrantes europeus de mais baixa estirpe, sendo dada a preferência para o processo de branqueamento do país aos imigrantes de origem italiana e alemã (MOTA, 2003).

Mas não era apenas pela questão da imigração que a eugenia se erigia nesse período, a questão sexual e de gênero era uma constante também nas ações e reflexões de seus principais defensores. No centro da eugenia, estavam as mulheres como alvos privilegiados já que seu enfoque como movimento social no campo da reprodução humana não

permitiria que essas passassem ilesas. A reprodução humana era assim um ponto nevrálgico ao desenvolvimento da ciência e políticas sociais, buscando evitar que a “má-hereditariedade” se proliferasse.

Sua preocupação junto às mulheres vinculava-se à condição dessas na reprodução, de maneira muito mais enfática que ao homem. Ou seja, as estratégias eugênicas lançadas sobre homens e mulheres eram distintas. Nesse período, as mulheres eram muito mais vulneráveis a esse aliciamento, o que facilitava a administração de suas vidas reprodutivas. (STEPAN, 2005).

Nesse quadro, as mulheres tornaram-se muito mais suscetíveis à influência eugênica, não apenas pela condição a qual estavam submetidas na sociedade da época, mas também pela relação que exerceram no espaço urbano brasileiro, por meio da nascente medicina social. Essas profissionais tornaram-se personagens centrais para a insidiosa ação do médico no interior da família burguesa – que migrava do modelo colonial para o moderno (cf. COSTA, 1983) – visando seu disciplinamento e higienização. Posteriormente, essa mesma ação será incutida também sobre a família de segmentos pobres da população e terá diferentes frentes de ação e estratégias que incluíam o espaço da fábrica (cf. PENA, 1981), passando, também, pelo espaço doméstico (cf. RAGO, 2016).

Em ambos os casos, a mulher será sempre um ator central, inicialmente na relação que comporá com o médico no disciplinamento da família e, posteriormente, por via das superintendentes sociais, visitadoras sociais e demais profissionais que, ao assumirem a alcunha do termo “social” em seu título, abriam para si todo um campo de ação possível, sob a justificativa de melhor disciplinar e higienizar a população. Essas ações ocorreram com orientação da racionalidade eugênica e possuíram, em uma linha ascendente da mulher da alta classe para a mulher da classe trabalhadora, os meios de se espraiar para a organização da família, no final do século XIX e início do XX.

Isso não seria possível, todavia, sem a acentuada valorização que as ideias eugênicas conseguiram usufruir entre os diferentes segmentos da intelectualidade e vida política. Isso se dava, em muito, graças às ideias de hereditariedade biológica, na medida em que forneciam “[...] um novo conjunto de conceitos e princípios políticos com os quais podiam ser expressas e constituídas as diferenças dentro do corpo social” (STEPAN, 2005, p. 17).

Localizando o Brasil no interior desse movimento, nas primeiras décadas do século XX, é perceptivo sua condição de líder na América Latina em ciências biomédicas e saneamento e de pioneiro nos

estabelecimento de uma sociedade eugênica. Oriundos de uma população racialmente mista, majoritariamente analfabeta e massivamente pobre, os intelectuais que aqui viviam, profundamente influenciados pela intelectualidade francesa, já expressavam há tempos preocupação com a formação de um povo e identidade nacional. Afinal, que povo e nação sairia desse arremedo trágico, fruto da miscigenação racial?

A eugenia serviu justamente a isso, para propor um cenário que soasse menos trágico aos ouvidos dessa intelectualidade. A ideia de que o aprimoramento racial era cientificamente possível foi o ponto por onde gravitaram os médicos e reformadores sociais na época, havendo aí tendências raciais-higiênicas e espaço político na defesa da contribuição da eugenia à nação.

Na América Latina, as referências à eugenia começam a comparecer no discurso médico anterior a primeira Guerra Mundial. No Brasil, a fundação da primeira sociedade eugênica ocorreu em 1918 – dez anos depois da britânica e seis após a francesa –, indicando uma proximidade latente entre os intelectuais do continente com os estudos e pesquisas desenvolvidos na Europa. Para Stepan (2005), todavia, a origem dos movimentos eugênicos na América Latina vinculava-se muito mais às especificidades estruturais e políticas da região do que às tendências europeias. E no caso, não só as tendências, mas os fatos que ocorriam na Europa naquele momento, acabariam por influenciar profundamente o movimento eugênico na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Um dos principais foi a primeira Guerra Mundial e a participação do Brasil no conflito. Se na Europa seus efeitos voltavam-se à destruição do continente e à crise de diversas nações, na América Latina tratava-se muito mais, de concretizar a regeneração nacional, vinculando-se, assim, a um discurso de patriotismo e à convocação da assunção por parte da América Latina de um papel central no cenário mundial.

Outro fator que teria contribuído para o crescimento da eugenia no continente é o que Stepan (2005) denomina de crise do “subdesenvolvimento”. As mudanças radicais que haviam ocorrido no continente entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX eram inegáveis. No caso do Brasil, o fim da Monarquia, a proclamação da República, o fim formal da escravidão, o fomento à imigração e a constituição de um mercado formal de trabalho apoiado sobre noções liberais são alguns dos fatos ocorridos no período.

Economicamente, todavia, o Brasil permaneceu como fornecedor de matérias primas em uma posição periférica de dependência.

Isso contribuiu para uma espécie de “desenvolvimento distorcido”, onde o “social” pouco espaço e condições possuía para galgar alguma “qualidade de vida”. Os efeitos disso eram perceptíveis por meio da pobreza e do crescimento das desigualdades, destacando-se a população negra de ex-escravos e seus descendentes. O país adentra no século XX, nos termos de Stepan (2005), como uma sociedade altamente estratificada não apenas socialmente, mas racialmente; formalmente liberal, mas governada por uma pequena elite branca; com menos de 2% de sua população votando nas eleições nacionais; composta majoritariamente por pessoas pobres e analfabetas; com significativo controle por parte da Igreja Católica e o liberalismo democrático sendo interpretado por muitos intelectuais como uma moda passageira sem poder de influenciar o futuro do país.

A partir de 1920, era perceptível a pauperização extremada a qual se viam submetidos diversos segmentos da população no Brasil, onde comparecia com certo destaque os ex-escravos e seus descendentes. Esses eram os sujeitos que mais demandavam atenção por parte dos médicos, especialistas em saneamento e reformadores brasileiros. A base da hierarquia social para esses técnicos estava repleta desses pobres que proliferavam doenças de natureza diversa. No discurso e racionalidades eugênicas, o pobre era pobre por ser anti-higiênico, ignorante e de hereditariedade inadequada.

Essas assertivas sobre a população pobre foi um dos componentes que permitiu a fusão entre discurso racista e hereditariedade no Brasil. Em um país onde mais de 700 mil escravos alforriados se depararam com condições desfavoráveis para a competição no mercado livre de trabalho, em meio a um surto de urbanização que os movia do centro para a periferia, sua tragédia formalmente era serem sujos, ignorantes e portadores de doenças e não, parte constituinte de um país de passado escravista de economia dependente e subdesenvolvido (cf. GORENDER, 2016a).

O crescimento urbano influenciava negativamente as condições de existência desses sujeitos. Fora dos bolsões da classe média e alta pouco se fazia para conter diretamente as endemias. Fato que mantinha as taxas de mortalidade ainda altas, ao mesmo tempo em que as ações de saneamento perpetradas pelo Estado junto à população pobre, em sua maioria autoritárias, despertavam resistências diversas por parte desses (STEPAN, 2005).

Em 1904, o doutor Oswaldo Cruz desencadeou em seu conflito com a população a conhecida “Revolta da Vacina”. Tratou-se de um levante popular, que enfrentava as autoritárias leis sanitárias e violentas intervenções urbanas emanadas do prefeito da capital federal, Pereira Passos, que incluíram a demolição de cortiços e casas classificadas como insalubres, bem como a intervenção em ruas e praças, o que alterava, também, espaços de sociabilidade coletiva.

O ápice foi a promulgação da lei 1.261 de 31 de outubro de 1904, que obrigava todos os habitantes da cidade de se vacinarem contra a varíola. Foi por meio da violência que o governo conseguiu impor sua vontade, materializada na política sanitária. Esse episódio foi o argumento final de que precisavam os médicos para efetivamente defenderem a necessidade de uma cura compulsória a essa população doente. Em síntese: “Para tornar o Estado saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888” (DIWAN, 2015, p. 92).

Ainda que não diretamente vinculado às reações contra as práticas higienistas, é importante lembrar que, a partir do início do século XX, há um processo de radicalização nas lutas sociais, com um cenário onde o desemprego, a fome, migração e imigração eram tônicas, eclodindo a primeira greve geral do país em 1917 com a paralisação de 40 mil trabalhadores em São Paulo.

Foi durante as greves de 1917, no Brasil, que Renato Kehl – um jovem graduado em farmácia e medicina que se tornaria a maior autoridade na área da eugenia no Brasil – convocou uma reunião entre os médicos para revisar o código matrimonial civil do país. Essas revisões permitiriam, pela primeira vez, o casamento consanguíneo. É pela temática da reunião – o casamento – que Kehl decide apresentar a eugenia como mecanismo de racionalização dessa instituição e após a reunião, enviou uma circular a médicos da prefeitura e estado de São Paulo, com a proposta de criação de uma nova sociedade científica dedicada a eugenia.

É nesse mesmo ano que alguns médicos fizeram a primeira defesa formal da eugenia, como um “caminho médico suprapolítico”, que poderia amenizar as tensões oriundas do processo de urbanização e industrialização crescente (STEPAN, 2015). Ao mesmo tempo em que essa greve revelou a força e potência da classe operária, também, evidenciou as estratégias ao alcance das classes dominantes, com o aparato repressivo e milícias que visavam sufocar esses levantes.

Essa elite educada, branca e temerosa da violência – embora não visse problema em ordenar a violência contra a população pobre – entendia que a presença do imigrante branco europeu seria agora um problema em virtude, principalmente, de sua filiação a correntes do pensamento de esquerda, como os anarquistas por exemplo.

O que importa destacar a partir da presença da eugenia no país é que não se tratava aqui de uma experiência como a inglesa, onde a eugenia adentrava após se colher por anos os efeitos da legislação de bem-estar social, e que se permitia atestar a insuficiência dessa última para aprimorar física, mental e moralmente os trabalhadores. O que ocorria no Brasil²⁰ era o reconhecimento da necessidade de ingresso a esse modelo de administração do social, ao mesmo tempo em que ficava evidente - ao longo da década de 1920 - que isso ocorreria de forma muito mais simbólica do que efetiva, pois que não ocorria uma redistribuição séria de recursos econômicos e sociais. Fato que, por sua vez, incorria na abertura de caminhos às propostas eugênicas, mas sempre em um campo árido no que se refere a qualquer desenvolvimento estrutural e de reconhecimento político de cidadania e direitos aos trabalhadores (STEPAN, 2005).

Em parte, isso explica a importância e a necessidade de, para compreendermos a eugenia no Brasil, investigar a assunção da medicina social no país, a influência que essa deteve no desenvolvimento urbano e a presença dos sanitaristas e higienistas nesse mesmo processo. Sem considerar esse componente, a eugenia, que precisou se acoplar a esses atores para assegurar sua presença e influência, jamais teria obtido quaisquer condições de possibilidade para atingir a importância histórica à consolidação e desenvolvimento de profissões como o direito,

²⁰ A eugenia, inicialmente, fortaleceu-se no interior das escolas de medicina no Brasil, algo esperado não apenas pela tardia implementação das universidades, mas também por serem os locais onde os estudos biológicos se desenvolviam. Dentre os ramos de ensino e profissionalização não apenas no Brasil, mas na América Latina, a medicina era o mais avançado, não sendo, assim, uma profissão restrita à técnica, mas, por representar um local de diversas discussões. Como bem ressalta Stepan (2015, p. 50), “Nas décadas de 1870 e 1880 no Brasil, por exemplo, muitos médicos republicanos e darwinistas participaram ativamente nos movimentos em prol da abolição da escravatura e da monarquia”. O crescimento institucional da medicina iniciada no começo do século XIX, com a transferência da Coroa, e transcorrida até 1930 é um dos principais componentes que dará conta do projeto eugênico do Brasil, no início do século XX.

medicina, psiquiatria e o serviço social, como ocorrido no período no Brasil²¹.

O início de uma abordagem biológico-engenheírica-tecnocrática (STEPAN, 2005) na saúde pública brasileira, com inspiração na medicina social europeia, é o que classificará as populações saudáveis como essenciais ao desenvolvimento social e econômico, o que fazia com que as altas taxas de enfermidade fossem vistas como empecilho ao progresso. Um desdobramento natural disso foi a relação que a medicina desenvolveu junto ao Estado nas primeiras décadas do século XX, pois “[...] como a educação médica e as organizações de saúde pública da América Latina eram geralmente financiadas pelo Estado, este era visto como aliado natural dos médicos” (STEPAN, 2005, p. 51).

Esse mesmo Estado parceiro legitimava esse trabalho e detinha certas expectativas junto ao corpo médico. Quanto mais altas se tornavam as promessas da medicina mais era esperado uma efetividade desse corpo na organização e contribuição à ordem social. As doenças que eram mais associadas à pobreza eram aquelas que mais forçavam os médicos a trafegarem entre a medicina e o social.

Dessa forma, não apenas a sífilis ou a tuberculose, mas toda uma literatura prescritiva da medicina sobre o alcoolismo emerge no período, e, ainda assim, essas campanhas de cunho moral e disciplinador pouco representaram na redução efetiva da mortalidade dos segmentos mais pobres da sociedade, principalmente entre as crianças. Como bem demonstrou Chalhoub (2017), isso é explicado, justamente, pelo interesse em atuar sobre certas doenças e em conter diversas outras, delimitadas por via de cortes sociais.

E no centro disso tudo, encontram-se a família e a ameaça que a modernidade parecia representar para seu colapso. A classe média de orientação católica venerava a ideia da família, sendo que nas primeiras décadas do século XX emergiram diversas ameaças à sua concepção tradicional, o que incluía a presença das mulheres no mercado de trabalho, os novos costumes trazidos pelos imigrantes, a prostituição, a prole ilegítima, métodos contraceptivos (aborto), alcoolismo, o intenso processo de migração interna, a urbanização e a pauperização.

A solução a esse conjunto de problemas era sanear, moralizar e eugениzar a população por meio da ação sobre a família, com o enfoque sobre as mulheres e crianças, no disciplinamento e controle do ciclo

²¹ A medicina social será abordada no capítulo 3.

reprodutivo feminino e no combate à mortalidade dos recém-nascidos. Esse projeto, do qual a eugenia era parte essencial, atraía a classe médica, já muito próxima da vida social pela contribuição e centralidade que detinham no projeto modernizador da sociedade por serem pouco afeitos a uma análise crítica das desigualdades econômicas, políticas e raciais da sociedade brasileira (STEPAN, 2005).

Outro componente que contribuiu à emergência da eugenia foi a racionalidade racista presente no continente. Considerava-se o povo brasileiro como racialmente miscigenado e resultado de anos de cruzamentos entre brancos, negros e indígenas. A preocupação racial já comparava nos primeiros esboços da racionalidade portuguesa colonial e se intensificou com a transferência da Coroa em 1808. A questão da raça e a forma como se pensava a organização das relações sociais estavam no cerne do debate sobre o destino do Brasil como nação.

A elaboração desse discurso do Brasil como nação possuía como elemento deletério as interpretações racistas, que aportavam do exterior e que traziam diferentes leituras onde, em suma, o povo aparecia como uma nação de mestiços sem qualquer traço civilizatório, enterrados na sujeira, devassidão e doença. Em outros casos, intelectuais afirmavam que por sua libertinagem racial, o Brasil e seu povo pagariam um alto preço não conseguindo escapar da condição de país periférico e subdesenvolvido.

Uma das primeiras respostas ao temor do não branqueamento das classes mais educadas e abastadas da América Latina – e Brasil – foi o desenvolvimento de políticas de migração. Em síntese, “A mão-de-obra imigrante branca, acreditava-se, contribuiria para a formação de uma sociedade mais progressista e para a melhoria da imagem do país como nação potencialmente branca” (STEPAN, 2005, p. 53).

É todo um conjunto de produções na área da ciência, com ênfase na produção de Raimundo Nina Rodrigues – fundador, na década de 1890, da antropologia científica no Brasil, centrada na questão da raça, por via das novas técnicas de antropometria – e na literatura de Euclides da Cunha,²² que contribuiu para o desenvolvimento de uma racionalidade palatável à eugenia no país, sendo essa, por definição, a ciência do “aprimoramento racial”, em que gravitava ao seu redor

²² Todo o capítulo *O Homem*, da obra *Os Sertões* (CUNHA, 2004) desenvolve extensa reflexão sobre a formação da população brasileira, com menções aos estudos de Nina Rodrigues. Também realiza uma extensa categorização em torno dos tipos nacionais que aborda por via do português, do indígena e do negro.

intelectuais e profissionais convencidos dos meios de assegurar o desenvolvimento da nação.

Na proposta desenvolvida pela faculdade de medicina de Salvador, influenciada por Nina Rorigues, a miscigenação era uma obstrução ao desenvolvimento, proporcionando loucura, criminalidade e doença. Já no Rio de Janeiro, a tentativa de difundir as descobertas sobre certas doenças tropicais, como a doença de chagas e a febre amarela e além do desenvolvimento de políticas sanitárias no Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos acabavam por ratificar a ideia de degeneração emanada da miscigenação do povo.

Os eugenistas vinham justamente para fornecer alternativas a esse cenário, ao mesmo tempo em que requisitavam para si a formulação de uma mitologia depreciativa sobre a mistura de raças do país e a redenção possível apenas com a aplicação de certas estratégias, tais como o branqueamento pelo cruzamento, o controle da imigração, regulação dos casamentos, segregacionismo e, no limite, a esterilização.

Em 25 de janeiro de 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo é fundada. Essa organização foi pioneira na difusão formal da eugenia, não apenas no Brasil, mas na América Latina. No momento de sua fundação, contava com 140 membros - maior que a francesa, que em seu auge não contava com mais de 100 membros - e atraiu a atenção da classe média da cidade de São Paulo. A maior parte dos membros era formada por médicos, sendo que não havia mulheres em seu interior (STEPAN, 2005).

A partir da segunda década do século XX, os temas médicos tornaram-se cada vez mais comuns no cotidiano dos paulistas através, principalmente, de jornais e de discussões fomentadas pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Isso viria a auxiliar na consolidação de um saber eugênico na esfera pública. O problema racial passava, assim, a ser adscrito em diferentes frentes como matéria da eugenia, o que resultou, também, na cada vez maior filiação da elite paulista à Sociedade Eugênica (DIWAN, 2015). Segundo seu estatuto, a Sociedade Eugênica de São Paulo tinha como objetivo:

Estudar as leis da hereditariedade; a regulamentação do meretrício, dos casamentos e da imigração; as técnicas de esterilização; o exame pré-nupcial; a divulgação da eugenia e o estudo e aplicação das questões relativas à influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações

sucessivas e sobre aptidões físicas intelectuais e morais. (ANNAES DE EUGENIA apud. DIWAN, 2015, p. 100).

Entre as publicações oriundas da associação estão os *Annaes de Eugenia* publicada em 1919 e que traziam conferências e artigos que tratavam da eugenia em sua relação com o Brasil, Diwan (2015, p. 100) identifica a diversidade de temas abordados que iam da esterilização até a higiene e que possuíam em comum “[...] a aposta na intervenção direta no corpo dos indivíduos com a intenção de mudar o “corpo coletivo”, tendo em vista a formação da nacionalidade brasileira.

No ano de 1922, o psiquiatra Gustavo Reidel fundou no Rio de Janeiro a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Inspirando-se na psiquiatria norte-americana, os membros da Liga buscavam realizar o tratamento de forma individual e atuavam sobre os doentes e criminosos e não sobre suas ações. Por isso, eram considerados à época uma instituição progressista (STEPAN, 2005).

O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, tratou de diversos temas, tais como o casamento e eugenia, educação eugênica, proteção à nacionalidade, tipos raciais e eugenia, a importância dos arquivos genealógicos, imigração japonesa, campanhas anti venéreas, tóxicos e a eugenia, tratamento dos doentes mentais, educação sexual e a proteção de crianças e mães. As principais polêmicas do Congresso voltaram-se à exigência de uma legislação nacional que restringisse a imigração e entrada no país de indivíduos classificados eugenicamente como inadequados (STEPAN, 2005).

Após a Revolução de 1930 e os distúrbios cometidos no período, houve uma ampliação do espaço político para a propaganda eugênica. Isso era possível pois que o ideal eugênico esperado de uma sociedade “[...] racionalmente administrada e medicamente purificada transcendia os conflitos de classe e era compartilhado por outras ideologias nacionalistas, antidemocráticas e corporativistas que floresciam no mesmo período” (STEPAN, 2005, p. 61).

Quanto à preocupação e ações efetivadas pela eugenia, a partir da temática da raça, é importante salientar que eram pelas uniões sexuais que certos limites da miscigenação podiam ser bloqueados. A questão racial foi um imperativo por todo o discurso eugênico, fazendo-se presente justamente pela composição presente no país, especialmente no que se relaciona a sexo e reprodução. Segundo Stepan (2005, p. 117), “As raças que mereciam particular atenção dos eugenistas (os latinos, mulatos, mestiços, judeus, russos, anglo-saxões) não eram entidades

biológicas preexistentes, distintas, mas categorias sociopolíticas criadas graças ao trabalho científico e às relações sociais de poder”.

Nesse mesmo ínterim (1920 -1940), o discurso de raça e gênero se vincularia, de forma incisiva, ao da nação, por via de um nacionalismo que emergiu, em muito, influenciado pela guerra mundial. Os efeitos disso são delineados por Stepan (2005), como a ideação da nação por via da raça e de sua população, em termos puramente biológicos e purificados; atreladas a normas de hereditariedade e delimitando o fluxo de entrada no país por via da raça dos indivíduos.

A eugenia fomentou uma ligação entre gênero e raça na composição da identidade e no discurso de nação. No centro disso, a permanente afirmação das elites de que não haveria na América Latina qualquer nação, em virtude de uma suposta “incoerência biológica” presente na população - uma heterogeneidade aterrorizante no lugar de uma unidade biológica. Isso tudo se dava porque, além do mito da superioridade racial, a mitologia eugênica moderna requisita, também, uma ideia de nação que aglutine seus objetivos e projeto.

Na década de 1930, já é possível compor um conjunto de conquistas e defasagens do projeto eugênico no Brasil. A inscrição da eugenia como compromisso do Estado por meio da promoção da educação foi inscrita na Constituição de 1930. Contudo, a alta taxa de analfabetismo da época (cerca de 80%) e o sistema de educação primário e secundário mal estruturado fez com que a “educação eugênica” tivesse importância mais atrelada ao campo simbólico no debate ao aprimoramento da raça, do que efetivamente enquanto ação concreta (STEPAN, 2005).

Por influência da Igreja Católica, os eugenistas encontravam-se em um ambiente pouco favorável na década de 1930. Em um momento onde a Igreja conseguia certas concessões constitucionais atreladas ao casamento e à proibição do divórcio, os eugenistas viam suas propostas de esterilização dos inadequados obterem pouco ou nenhum avanço no campo legal. Propostas vinculadas à legalização do aborto e controle da natalidade também obtiveram pouco ou nenhum avanço (STEPAN, 2005).

A conquista do período para as propostas eugenistas ficou a cabo da cláusula nubente, que exigia a apresentação por parte dos casais de uma prova de saúde física e mental antes do casamento. Essa exigência inscrita na Constituição à época fomentou todo um comércio ilegal de falsificações - vide o fato de que tais documentos não eram

acessíveis às pessoas mais pobres por meios formais. O exame pré-nupcial²³ também era obrigatório e, assim como a cláusula nubente, esbarrava na ausência do aparato administrativo que supervisionasse e fiscalizasse a aplicação da lei. Somado a isso Stepan (2005) atenta-se ao fato de a eugenia ter sido incluída na Constituição de 1930 como indicativo do lugar privilegiado do qual gozava como ciência no discurso do Brasil moderno e da importância do aprimoramento da raça para o Estado brasileiro. Há um ponto importante a se destacar, que é a relação entre sanitaristas, higienistas, alienistas e eugenistas. Suas propostas e ideais eram semelhantes, mas nem sempre convergiam. A possibilidade de intervir e interferir no rumo das políticas públicas trazia à tona essas diferenças e disputas. No interior da classe médica, havia uma espécie de polidez na forma como encaminhavam certas temáticas entre si. Os conflitos surgiam mais abertamente quando se tratava de temas trazidos por agentes exteriores.

Essas relações emanavam do processo de medicalização da sociedade e do papel que os médicos assumiam em seu interior, o que os tornava mais capacitados para atuarem à frente dessas políticas. Todavia, com a gradativa autonomização dessas áreas, principalmente no higienismo, ocorreram tensões e polêmicas em virtude dos interesses distintos, o que acabou por gerar novos grupos e departamentalizações das formas de saber²⁴.

²³ Sobre os testes pré-nupciais no Brasil, esses eram destinados a ambos os sexos, e não apenas às mulheres como ocorria em outros países. Isso em virtude da associação que se fazia da devassidão dos hábitos dos pobres e o fato dos homens serem encarados como seres basicamente sexuais, instintivos e irresponsáveis, e por isso, com grande probabilidade de estarem infectados com doenças (STEPAN, 2005).

²⁴ Após a instituição do governo provisório de 1930, Renato Kehl organizou a Comissão Central Brasileira de Eugenia, inspirada na Comissão da Sociedade Alemã de Higiene Racial. As condições e atribuições da Comissão foram publicadas em um artigo no ano de 1931, nos *Archivos brasileiros de Hygiene mental*, com o nome “A campanha da eugenia no Brasil”, em que, basicamente, busca centralizar as decisões e tendências da eugenia no país. A Comissão era formada, principalmente, por familiares de Kehl, não possuía sede, tão menos reuniões, sendo todos os temas tratados por correspondência. Promulgava, enquanto objetivo central, manter em voga os debates acerca da hereditariedade e regeneração integral do homem, mas de forma que as polêmicas, já despertadas pela eugenia no primeiro congresso brasileiro, não obstruíssem a visão e intenções de Kehl. O presidente (Kehl) era, assim, a autoridade que deveria direcionar as discussões da comissão (DIWAN, 2015).

Em 1932, é formulado um inquérito sob a égide da comissão, em parceria com o consultor jurídico do governo, Oliveira Vianna, que abordava o problema da imigração no Brasil para o recém criado Ministério do Trabalho. Desde 1925, ocorriam defesas da imigração restritiva ao Brasil, inspirada por leis norte-americanas. Durante esse período, ocorreu a redução da imigração europeia e aumento da asiática no país.

Esse dado preocupava os eugenistas, pois isso poderia comprometer o projeto de branqueamento da nação que, desde a abolição da escravidão, esmerava-se em converter o país em um país de brancos. Entre os anos 1890 e 1920, mais de 1,5 milhões de imigrantes europeus entraram no Brasil. Se, por um lado, não carregavam o estigma preconceituoso dos ex-escravos, por outro, conheciam o comunismo e os efeitos das reivindicações de massa, fomentavam revoltas e exigiam o reconhecimento de direitos (DIWAN, 2015).

Os médicos, assim, assumiram uma espécie de “missão” pela civilização da população brasileira e progresso da nação. Como destaca Mota (2003), exerceram cargos, desempenharam tarefas e ocuparam posições que não se vinculavam em um primeiro momento à medicina, mas que precisavam ser confiadas a homens distintos – e os médicos eram a classe técnico-profissional que melhor atendia a isso.

O que os atores envolvidos diretamente na luta médica e sanitária afirmavam era que “[...] a medicina e o sanitarismo estavam aptos a resolver as mazelas brasileiras, diagnosticando os males e indicando os caminhos a serem trilhados, não apenas em sua área de especialidade, mas em todo o conjunto administrativo e social do Brasil” (MOTA, 2003, p. 25). Diante das conquistas e avanços obtidos pela medicina no campo social e político era perceptível a compreensão que detinham sobre seu potencial enquanto profissão e sobre o campo de legitimidade que precisavam proteger.

É importante, também, deslindar a parceria desenvolvida entre higiene e eugenia no Brasil. A higiene voltava-se a diferentes aspectos da vida em sociedade, tendo em vista que a correção do homem era seu objetivo final. Havia, dessa maneira, uma tendência por parte dos manuais de higiene em dividir em três campos a ação: a higiene do meio, a higiene individual e a higiene pública. Cada uma dessas possuía enquanto fim a descoberta de certos interstícios da vida em sociedade e ação sobre o homem. A higiene do meio atuava sobre a água, solo, ar e habitação; a individual cuidava da biometria, das potencialidades e reforma do homem, cuidados corporais e vestuário; por fim, a coletiva tratava o estudo das populações, características etnográficas e

demográficas, os problemas sociais, principalmente os atrelados à puericultura, doenças transmissíveis e alcoolismo (MOTA, 2003).

É a partir de 1920 que o debate sobre o racismo e as estratégias de branqueamento da população passaram a adotar um conjunto de ideias não apenas atreladas ao higienismo, mas gradativamente apresentando cada vez mais premissas eugênicas. Essas passavam a ser divulgadas amplamente nos manuais de higiene acatadas por médicos e inspirando os projetos de políticos nos objetivos de intervenção não apenas sobre a cidade, mas sobre a população. Os eugenistas assim conseguiam difundir seu projeto ao se vincularem aos higienistas e influenciando por diferentes frentes os médicos.

Mas, para os eugenistas as ações sanitárias e higiênicas não eram suficientes para a restauração nacional e emancipação do povo de seu quadro de incivilidade. Para eles, não havia por parte das ações já desempenhadas pelas estratégias higiênicas e sanitárias soluções para os transtornos que afligiam a população. Não bastava agir sobre o homem, por via da educação sanitária, se essa não se demovia o centro de seus desvios: a hereditariedade. Por isso, uma parcela significativa dos eugenistas defendia uma ação conjunta com os sanitaristas (MOTA, 2003).

A higiene já possuía, no século XIX, uma extensa trajetória de intervenção no quadro de organização da vida na cidade, por via da polícia sanitária. Em 1919 já havia esse tipo de intervenção, com relatórios expedidos pelas delegacias de saúde à Diretoria de Saúde Pública com os seguintes itens adscritos: habitações cadastradas, pessoas recenseadas, intimações expedidas, fossas construídas (liquefactores e filtrantes) e poços (fechados e munidos de bombas e aterrados) (MARQUES, 1994).

Era por meio dessa ação higiênica sobre a cidade, casas operárias e ruas que a eugenia vinha contribuir, qualificando a higiene na imposição de normas na regulação da vida da população urbana. Para Marques (1994, p. 27), isso ocorria porque “[...] a eugenia se utilizaria de todos os dispositivos já experimentados pela higiene, desde a ordenação do meio ambiente até os padrões de habitação das diferentes classes sociais, atingindo finalmente quem ainda restaria disciplinar: a espécie”.

Há uma relação entre a produção do discurso higiênico e o direito que também precisa ser ressaltada. O professor Hélio Gomes, da Faculdade Nacional de Direito e livre docente das Faculdades Nacionais de Medicina e Odontologia publicou um livro, em 1940, chamado *Noções de Higiene*, onde discutia os danos causados pelas doenças:

- a) Multiplicação da doença. DANO HIGIÊNICO;
- b) Redução da Capacidade de Trabalho do doente. DANO ECONÔMICO;
- c) Aumento das despesas com a profilaxia e o tratamento financeiro. DANO FINANCEIRO;
- d) Mortalidade e aumento da letalidade. DANO DEMOGRÁFICO;
- e) Diminuição da resistência biológica do doente. DANO EUGÊNICO;
- f) Atrofia de alguns sentimentos sociais pela doença. DANO SOCIAL;
- g) Tristeza contrariedade, pessimismo, falta de fé – consequências da doença. DANO MORAL. (GOMES, apud. MARQUES, 1994, p. 28, grifos do autor)

A maneira como esses danos se articulavam resultava em ataques a toda a sociedade, o que justificaria os combates a esses malefícios. Nesse trabalho, Gomes (apud. MARQUES, 1994) estabelece diversas das relações entre direito e higiene, sendo que a noção de dano foi emprestada do direito à higiene, por via de diferentes ações a serem exercidas pelos técnicos, tais como a notificação compulsória, a internação obrigatória, a visita domiciliar, a fiscalização dos gêneros alimentícios e a lei de combate aos entorpecentes (MARQUES, 1994).

A construção do pobre como fonte dos males biológicos foi suficiente para a compreensão deste como a origem dos problemas sociais, mesmo porque a proliferação dos discursos higienistas e eugênicos na constituição de uma racionalidade sobre o social não ofertava outros tipos de alternativas.

Em síntese, a eugenia detinha diferentes funções no interior da sociedade que, por sua vez, serviam aos cortes na população - através do discurso sobre a raça travestido de discurso científico - e expressavam as preocupações da elite diante das classes populares. Como identifica Marques (1994), esses podiam ser delimitados como principal fonte de contágio e transmissores de doenças; compareciam, ainda, como fonte de degeneração racial, fazendo referência tanto aos hábitos culturais quanto às características físicas (lábios grossos, nariz esborrachado, seios grandes, pés chatos) e degenerados por seus hábitos libertinos, propagação de doenças e incapacidade de frearem seus instintos. As

diferenças raciais assim delimitadas serviam como gabarito de inteligibilidade para a determinação das desigualdades sociais, convertendo-as em fenômenos naturais da vida e justificando a dominação do branco sobre os demais.

A partir de seus principais intelectuais, a eugenia foi enfática ao constatar a degeneração racial e moral dos habitantes do país como resultado da heterogênea mistura de tonalidades. Essa mistura era o que explicava a suposta ausência de um centro moral, mentalidade e caráter dessa população. Somado a isso, em seu interior, ela ofertou uma espécie de saída para os perigos decorrentes da selvageria, pois as técnicas eugênicas serviriam para purificar o miscigenado sangue brasileiro. Essa depuração do sangue dito inferior converteria esse composto populacional em um conjunto mais homogêneo. Para isso, a hereditariedade como promulgada pela eugenia, precisava ser enfatizada nessas estratégias e técnicas junto à população para a construção do “homem brasileiro”. A construção do cidadão no Brasil deveria dar-se primeiro pela biologia, para ser assim superior etnicamente (MARQUES, 1994, p. 38).

Essa oferta ao país, de converter essa extensão descabida com gente tão feia e degenerada em uma nação com possibilidade de crescer seria possível pela constituição da “raça brasileira”. Não apenas pela estratégia do branqueamento, mas pela manipulação do amplo arsenal disponível à eugenia no país para a “intervenção genética”, agindo, assim, sobre doenças que deformavam a raça, na disciplinarização sexual da população e no controle social e político que objetivassem a harmonia da ordem biológica (MARQUES, 1994).

A eugenia, portanto, caía como uma luva na república brasileira recém-inaugurada, pois vinha justificar as diferenças da população perante um Estado cujo ideal político calcava-se na igualdade de todos. O princípio da soberania popular nunca se realizaria numa república que tratava alguns como cidadãos e outros como degenerados racialmente, “de índole indefinida, mentalmente inconstante, de vícios políticos e sociais”. O povo não era soberano, os eugenistas, inclusive, provavam “cientificamente” que a sociedade não estava alicerçada sobre o povo mas sobre uma “heterogênea mescla racial”. *A etnia substituíra a cidadania.* À qualificação de classes perigosas conferidas aos pobres pela higiene, ainda no

século XIX, a eugenia somou características étnicas de tal forma que perfis epidemiológicos demonstraram que os pobres pretos morriam mais jovens que os pobres pardos e assim por diante sendo este mais um atributo decorrente da degeneração racial dos habitantes do país (MARQUES, 1994, p. 39 grifos nosso).

Tendo isso em vista, a reforma do povo brasileiro torna-se o projeto eugênico por excelência, e para isso, recorre-se às seguintes estratégias: remodelação completa e definitiva do tipo nacional; propaganda cívica por via de ideias de superioridade; difusão de ideias patriotas nas escolas; conferências públicas nas fábricas; intervenções diretas sobre a organização da vida do operário; o fomento de políticas higiênicas que afaste as causas dos males. Ou seja, uma política eugênica que, ao selecionar os indivíduos, tornaria a raça mais sólida; além da vinculação entre os processos de militarização da vida social no país com a eugenia-saneamento (MARQUES, 1994).

Todas essas estratégias encontraram ressonância nos primeiros currículos dos cursos de formação para assistentes sociais, primeiro por serem cursos fundados muitas vezes junto a profissões de caráter profilático, como a enfermagem. Segundo, por serem profissões requisitadas a dar continuidade às práticas já assumidas por outros ofícios e profissões, que possuíam no domicílio dessa classe mais empobrecida um *locus* para sua disciplinarização – por via dos preceitos higiênicos e civilizatórios.

Por fim, por ser essa uma profissão que terá na instrumentalização das mulheres seu foco, pensou-se em estratégias e ações que possuíam nessa figura não apenas o meio de adentrar no lar, mas nas próprias ações desencadeadas no espaço urbano – a rua como espaço de malefícios a ser evitada pela família – e também nas fábricas, por via de palestras que abordavam temas como a amamentação, economia doméstica e planejamento familiar.

A ação partia assim do domicílio, adentrava o espaço urbano na organização da cidade e suas segmentações – periferia, comunidade, vilas operárias, centro – chegando até a fábrica. A assistente social viria a herdar certas práticas das superintendentes das fábricas, das visitadoras sociais, de ações vinculadas à saúde e que possuíam nos nichos vinculados à Igreja Católica um espaço privilegiado de convocação desse exército técnico. Exército esse que deve moldar o “social”, a partir

de certos preceitos e ideias higiênicas, sanitaristas e eugênicas, que terão nas assistentes sociais um campo fértil de perpetuação.

Essa racionalidade empertigada pela eugenia passava a requisitar a categorização dos tipos humanos por via de duas estratégias distintas: seu ordenamento em categorias passíveis de disciplinamento e assistência aqueles colocados no limite da lei – criminosos e loucos. Outro componente que servia à categorização e compreensão desse social e queurgia ser superado referia-se aos hábitos herdados das relações escravocratas. Os operários eram vistos muitas vezes como extensão da propriedade, com relações sociais apoiadas no trabalho livre, regadas à violência e repressão. Por fim, havia a intervenção em ambientes como bares, tabernas, casas de prostituição, que visavam o expurgo dos sujeitos que passassem por lá e a correção dos que trabalhavam e viviam nesses espaços.

Se a higiene, a filantropia higiênica e a educação associaram-se [...] estabelecendo laços entre seus habitantes de forma a permitir a efetivação do modelo jurídico-político liberal, a eugenia estabeleceu-se como “instrumento científico” por excelência para articular esses saberes. O caráter-técnico científico desfrutado pela eugenia como ciência do aperfeiçoamento da raça, portanto capaz de intervir sobre a população para constituí-la, excluí-la ou conformá-la, conferia-lhe o poder de costurar instâncias constitutivas do social as quais nem a higiene, nem a filantropia, nem a educação, isoladamente, tinha sido capaz de articular. Tratava-se de um discurso integrador das estratégias de controle sobre o sexo que não se impunham através da lei, mas por meio do poder político de gerar e gerir a vida da população e da cidade, decorrendo daí a possibilidade de progresso biológico e social (MARQUES, 1994, p. 41 42)

O compósito de ideias, propostas e ações promulgadas e orientadas pela racionalidade eugênica foram assim formuladas por diversos atores, ou “homens da ciência” - em um termo utilizado por Schwarcz (1993) - que incluíam médicos, juristas, pedagogos e filantropos e ocupou um lugar privilegiado no contexto político da

época. Esse lugar era fundamentalmente assegurado em virtude da formulação de verdade científica ofertada pela racionalidade eugênica sobre o projeto do “homem brasileiro civilizado”.

Esse homem seria o responsável por acertar o passo para o progresso no país. Sabemos, assim, que a eugenia foi decisiva à elaboração de um certo discurso sobre as raças e empertigou diferentes profissões e suas respectivas áreas do saber, início do século XX, pela maneira como se acoplou entre os sanitaristas, higienistas, no direito e na medicina. Ou seja, desde a medicina, psiquiatria, direito e educação, a eugenia influenciou sobre as relações de trabalho e na constituição das famílias.

A seguir, apresentaremos os espaços produtores do saber eugênico e responsáveis pela formação desse conjunto de intelectuais e profissionais que aderiram às ideias eugenistas.

2.4. – As Instituições que serviram a esse amo: as faculdades de direito e medicina.

Em seu trabalho, Schwarcz (1993) parte da representação mestiça composta sobre o Brasil ao longo de todo o século XIX e início do século XX, para identificar a forma como a questão racial se apresentava na análise desenvolvida por intelectuais de diferentes áreas do saber, oriundos de diferentes instituições, com a missão de destrinchar os assim denominados “problemas da nação”. O objetivo da autora é entender a relevância e as variações desse tipo de teoria racial no Brasil, no período de 1870 a 1930, em diferentes contextos.

Dessa maneira, compõe-se uma história social das ideias emanadas dos modelos raciais, na sua dinâmica de construção e reconstrução de conceitos e modelos, atenta ao contexto onde se inseriam. Isso permite a identificação instrumental na política e história do conceito de raça que, por sua vez, transborda para além de uma conceituação biológica, definida por via de aspectos sociais. Para Schwarcz (1993, p. 24), o conceito de raça ancora-se na pesquisa como “[...] um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise”.

Embora influentes e amplamente difundidas pela Europa já no início do século XIX, as teorias raciais aportam tardiamente no Brasil. Sua acolhida ficou por conta de diversos estabelecimentos científicos de

ensino e pesquisa que, na época, representavam os centros de aglutinação da reduzida elite intelectual nacional. É a partir da década de 1870 que um novo ideário, originário do positivismo-evolucionista, adentra de forma mais intensa no país, contribuindo para que os modelos raciais de análise passem a cumprir uma função central na compreensão da população brasileira.

Os estabelecimentos elegidos por Schwarcz (1993) para apresentar o aporte, desenvolvimento e principais ações influenciadas pelos modelos raciais da época são os primeiros museus do país, institutos geográficos e históricos, bem como as faculdades de direito e de medicina. A partir desses espaços, mais tarde no século XX, identifica-se a forma de propagação do ideário racista, com ênfase na influência eugênica, por via de revistas e publicações científicas.

Isso permite desvendar o modo pelo qual a ideia de raça se tornou decisiva no campo das teorias e da organização política da sociedade brasileira, chegando a ser formalmente um ponto irradiador de legitimação de diferenças sociais, ofertando o substrato racional que justificava a composição de certas leis e na concretude das estratégias levadas a cabo por higienistas, médicos, sanitaristas e psiquiatras. Esses modelos raciais, segundo Schwarcz (1993), justificavam cientificamente a organização de certos tipos de hierarquias.

Todavia, já a partir do final do século XIX, certos intelectuais percebiam que a composição de um discurso pessimista e segregador acerca da mestiçagem, produzida desde o exterior do país e aqui incorporado, inviabilizava a constituição de um projeto nacional.

É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodavam modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias

formalmente excludentes, usos e decorrências inusitadas e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (SCHWARCZ, 1993, p. 24 25).

Schwarz (1993) persegue esses “homens de sciencia” por via dos estabelecimentos onde atuaram e busca dar contornos mais nítidos ao desenvolvimento de certa ciência positivista e determinista aqui desenvolvida, que possuía como objetivo angariar propostas à constituição da nação.

Esses sujeitos eram cientistas, políticos, pesquisadores e escritores, que transitaram entre certos limites das teorias raciais, em um misto de aceitação das teorias estrangeiras, em sua condenação do “cruzamento racial” com adaptação dessas a uma realidade gestada, justamente, desde o processo de miscigenação racial.

Cabe destacar que essas instituições, que servem como locais de análise do desenvolvimento dos modelos raciais, eram estabelecimentos de ensino e propagação do saber. Todavia, a organização dessa rede é, historicamente, bastante recente no Brasil. Anterior ao século XIX a educação era controlada pelos jesuítas e o ensino na colônia portuguesa se restringia apenas a escolas elementares. Esse quadro é alterado quando D. João VI transfere para o Brasil a maior parte de sua corte e o domínio metropolitano. Com seu desembarque em 1808, reconhece-se a necessidade de desenvolver instituições centralizadoras que auxiliem na difusão e legitimação da dominação já existente no período colonial.

Ou seja, todos os estabelecimentos analisados por Schwarz (1993) eram, em termos históricos, bastante recentes e enfrentavam toda uma monta de obstáculos para sua consolidação, com a ausência de espaço físico, já que parte significativa desses estabelecimentos foi alocada em prédios já existentes e com pouca estrutura. A presença ativa de membros da Igreja Católica resultava muitas vezes em conflitos desencadeados por uma elite pouco afeita aos processos de ensino, incluindo aí os conflitos físicos perpetrados por alunos contra professores nas faculdades; a exigência por parte da Igreja de que a ocupação de certos espaços pelas faculdades tivesse como contrapartida a contratação de padres como professores e, por fim, a ausência de investimento e recursos para a efetivação de pesquisas e manutenção dos espaços e serviços. Um exemplo disso são os institutos de história e geografia que, a partir das primeiras décadas do século XX, passaram a depender quase que exclusivamente da doação da elite agrária e urbana

paulista, o que contribuiria para seu afastamento gradativo dos ideais monárquicos.

Um conjunto de instituições analisadas na pesquisa de Schwarcz (1993) é formada pelas Faculdades de Direito de Recife (fundada em 1827) e de São Paulo (fundada em 1828). A independência política brasileira em 1822 marcou profundamente a fundação dessas escolas que eram convidadas a conformar quadros autônomos de atuação, que pudessem providenciar respostas aos problemas locais da nação. O esforço, por parte desses juízes, era por fundar uma nova imagem do país, desvinculada de seu passado colonial, com as singularidades típicas de um país recém-liberto da metrópole e, ainda assim, sob comando de um monarca português. O desafio era provar, tanto no interior do país como na forma como esse era enxergado pelos demais países, sua independência. Uma estratégia se dava através de novas leis, mas a requisição ia além, era necessária uma nova consciência (SCHWARCZ, 1993).

A chave para isso era o investimento na formação de “[...] uma elite independente e desvinculada dos laços culturais que nos prendiam à metrópole europeia” (SCHWARCZ, 1993, p. 186). Substituiu-se, assim, a hegemonia estrangeira com o estabelecimento de instituições de direito, que contribuiriam para o desenvolvimento da “intelligentsia” brasileira.

Todavia, essas duas escolas foram bastante diferentes, com divergências teóricas e a formação de perfis profissionais distintos. Por um lado, São Paulo era mais influenciada pelo modelo político liberal e a escola de Recife – que se colocava mais próxima a questão racial – inspirava-se na tradição darwinista social e evolucionista.

No ano de 1879, foi realizada uma reforma curricular na faculdade de direito de Recife, que dividiu o curso em duas seções distintas: “ciências jurídicas e ciências sociais”. O primeiro estava relacionado aos cursos de direito natural, romano, constitucional, civil, criminal, comercial, legal, teoria e prática do processo. A outra seção, “ciências sociais”, possuía cadeiras de direito natural, público, universal, constitucional, eclesiástico, administrativo, diplomacia, história dos tratados, ciência da administração, higiene pública, economia e política (SCHWARCZ, 1993).

Em meados de 1875, há uma nova geração assumindo a vanguarda nas principais cadeiras da faculdade. Objetivavam expurgar antigos modelos e abraçar novos padrões. Para isso, adotaram todo um conjunto de jargões evolucionistas que tiveram ampla aceitação em Recife, com destaque para a influência dos alemães Haeckel e Buckle e

outros autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon e Bolineau, entre outros.

Esse grupo da década de 1870, que seria conhecido como “Os Reformadores de Recife”, acolheram de forma abrangente o darwinismo. Na leitura de Schwarcz (1993), é a partir desse momento que se constrói uma nova concepção de direito, atrelada a uma noção “científica” que agrega em seu interior a biologia evolutiva, as ciências naturais e uma antropologia física determinista. Ao mesmo tempo, o direito começou a se afastar das demais áreas das ciências humanas. Ansiava por se associar aqueles que tivessem leis e certezas e menos especulações metafísicas. Os efeitos da assunção dessa perspectiva são perceptíveis já no início do século XX, com a adoção do ideário determinista e evolutivo na escola de direito de Recife.

Essa ciência, cujo léxico estava encharcado pelo determinismo, se espalhava para áreas como a literatura, por exemplo, em romances como “A Carne”, publicado em 1888, por Júlio Ribeiro, fazendo emergir o naturalismo na literatura. Os intelectuais de Recife se esforçavam por olhar o país de uma outra forma, o que lhes demandou a absorção de interpretações estrangeiras e sua utilização com certas distorções no país. Estavam, assim, dispostos a adaptar e propor uma espécie de “saída científica”. No conjunto de intelectuais da época havia a figura de Silvio Romero, cuja contribuição para o debate racial é incontornável (SCHWARCZ, 1993).

A produção intelectual de Silvio Romero se destacava na época pelo radicalismo, que propunha a proximidade ao naturalismo evolucionista e oposição ao positivismo francês. Leitor de intelectuais como Haeckel, Darwin e Spencer e, ainda, utilizando das referências desses, Romero tinha na mestiçagem um projeto para obter a tão almejada homogeneidade nacional. O que ofertava de novo não se restringia a argumentação, mas incluía uma composição teórica que detinha na leitura etnográfica um conjunto de propostas para a construção de um projeto nacional. “O princípio biológico da raça aparecia como o denominador comum para todo o conhecimento. Tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar se o que se buscava explicar era justamente o futuro da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 202).

Afirmava ser avesso às tendências meramente contemplativas de intelectuais e certas correntes do pensamento da época. Foi na concretude da figura do mestiço que encontrou os meios de compor seu projeto de “branqueamento” do país. Não existia um grupo étnico definitivo e dessa forma o mestiço comparava como produto final de

uma raça ainda em formação. Misturava a perspectiva poligenista com a luta pela sobrevivência para ressaltar a figura do mestiço e, no lugar de condenar a mestiçagem – como fazia a maioria dos intelectuais na época –, reconhecia nela a viabilidade nacional.

A partir de seus escritos, definiu sua proposta como uma espécie de “arianismo de conveniência”, no qual se aglutinava o modelo da seleção, sem alocar essa realidade e sem incorrer no tom panfletário de denúncia dos demais intelectuais que se debruçavam sobre o tema. A mistura das três raças não era algo que Romero ansiava expurgar em seus escritos e projeto, pois era esse o traço essencial e constituinte da população: “este será um dia, um verdadeiro país de mulato. O primeiro imperador foi deposto porque não era nato, o segundo há de sê-lo porque não é mulato” (ROMERO, apud. SCHWARCZ, 1993, p. 203).

Todavia, como bem ressalta Schwarcz (1993), o “elogio da mestiçagem” não significava que Romero fosse um defensor da igualdade entre os homens, seu determinismo racial não lhe permitiria tal posicionamento, reconhecia, justamente, a desigualdade na constituição dos homens em virtude das diversas origens, todavia enxergava possibilidades de aperfeiçoamento independentemente da raça.

Romero contribuiu para que o direito no Brasil alcance um novo patamar, combinando antropologia com conjecturas e análises incisivas sobre os problemas da nação (Schwarcz, 1993).

Um outro campo que influenciou enormemente o debate sobre as raças na área do direito no Brasil foi a antropologia criminal. Essa influência possuía nas figuras de Lombroso e Garófalo algumas das principais influências. O que se entendia era que, por um lado, o criminoso representava um retorno à selvageria e, por outro, constituía-se como uma anomalia moral. Em suma, a interpretação de quem era o criminoso acabou por modificar o conceito de crime. A antropologia criminal ofertava critérios científicos ao direito, apoiada sobre disciplinas como geologia, biologia e a antropologia. A pena não se relacionava apenas ao ato, mas ao criminoso mediante as suas “[...] taras orgânicas e físicas, hereditárias e adquiridas de preferência ao delicto que deve ser punido exclusivamente de acordo com esse critério” (REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE RECIFE, apud. SCHWARCZ, 1993, p. 216)

A partir de suas principais influências e ideias, concluíram que uma nação mestiça era uma nação refém e dominada por criminosos, um país composto por uma sub-raça que por si explicaria o estado de delinquência a qual se encontravam submetidos.

Na década de 1920 que começa a emergir um debate no interior da revista de direito que abarcava temas como a higiene, saúde e educação, convertendo-se, gradativamente, em um tema central. Era necessário que houvesse alguma “higienização”, para não chafurdar de forma tão cega na “degenerescência” da raça. Ou, como acena Schwarcz (1993, p. 219) “Um novo argumento se esboçava. Higienizar o país e educar seu povo é assim que se corrige a natureza e se aperfeiçoa o homem.”

É apenas no início da década de 1930 que a presença massiva de artigos inspirados pela antropologia criminal vai dando lugar a outros temas concomitantemente à composição de um discurso crítico a essa matéria e seu determinismo. Isso foi possível pela difusão da proposta de compreender o “problema nacional”, não apenas sob a égide da raça.

A partir desse quadro oriundo da faculdade de direito de Recife, Schwarcz (1993) conclui que não há mais o radicalismo presente em outros momentos, ainda que não abandone plenamente os modelos científicos até então adotados na década de 1870. A saída adotada foi o encontro de uma organização teórica que suaviza certas afirmativas mais radicais. Não se tratava mais de um fatalismo racista exacerbado ou de um elogio à mestiçagem com conotação de inferioridade aplicada a esses. Havia, a partir da década de 1920 e 1930, o esforço de ponderação em busca de algo próximo a um equilíbrio discursivo. Agora, o fomento à boa população passaria não pelo modelo do darwinismo social, mas pelo aumento do sangue branco na população, por via da mistura de raças. Ou seja, uma engenharia da boa mestiçagem tornou-se um tema constante nesse período na revista de direito da faculdade de Recife.

Abandonava-se certos radicalismos, mas se assegurava a permanência de certas premissas que, não questionava, por exemplo, a desigualdade social ou as soluções autoritárias perpetradas contra parte da população. Como identifica Schwarcz (1993, p. 222) em um artigo da revista publicado em 1923: “O Estado [...] é gerado pela força da luta de raças, é portanto uma força natural de determinismo racial e sociológico, como a consciência é uma formação natural do determinismo biológico”.

Se a interpretação degeneracionista ofertada pelo darwinismo social era parcialmente abandonada, o resultado disso foi o aporte de outras teorias em voga. Segundo Schwarcz (1993, p. 222) “A análise evolucionista combinada a um leve determinismo racial funcionou como modelo de inevitabilidade, argumento autoritário que elidia a discussão sobre o conflito social”. Começava a ocorrer o fortalecimento de um discurso de naturalização do Estado e sociedade e, assim, se passava a

defender a necessidade do Estado centralizar como força integradora as “realidades raciais”.

Dessa maneira, entendia-se o problema da miscigenação e seu local na constituição de um projeto de nação por via do Estado. Agora era necessária uma centralização estatal onde os intelectuais do direito almejavam elaborar formas interventivas. Em suma, o paradigma evolucionista já na entrada da década de 1930 era considerado ultrapassado por esses intelectuais. O Estado, portanto, deveria compor a verdade sobre a questão racial em seu conjunto de leis e ações.

Essa síntese, o debate racial presente na escola de direito de Recife, desde sua fundação até a década de 1930, serve para vislumbrarmos não apenas sua trajetória histórica, mas para diferenciarmos de forma tenaz essa abordagem daquela adotada pela escola de São Paulo. O projeto da escola de direito de São Paulo foi aprovado em 31 de agosto de 1826 e convertido em lei em 11 de agosto de 1827. Sua inauguração ocorreu em 1º de março de 1828 e sua implementação vincula-se diretamente à independência política de 1822.

Um dos motivos para sua fundação foi apoiar o desenvolvimento de quadros próprios na formação de uma elite que contribuísse aos rumos da nação, a partir da defesa da perspectiva liberal, premente em São Paulo. Sua instalação no estado se deu por certos fatores considerados positivos à época, como a proximidade com o porto de Santos; o baixo custo de vida e clima ameno e, ainda, por permitir o afluxo de estudantes vindos de províncias do sul e de Minas Gerais. Essa escola acabaria por constituir um dos principais centros de formação de intelectuais do país (SCHWARCZ, 1993).

A produção dos intelectuais dessa escola não se restringiu ao âmbito jurídico, apenas sendo marcada por certo ecletismo. Também agregou nas mesmas publicações ensino, militância política, jornalismo, literatura e advocacia, sendo responsável por formar parte significativa dos profissionais que, posteriormente, estariam inseridos na burocracia estatal.

Na produção de sua revista, é possível vislumbrar o direito como objeto em constante transformação, cuja missão consistiria na descoberta de leis que compõem a evolução humana. É, assim, produto de determinada evolução e produtor de progresso e civilização (SCHWARCZ, 1993). Em um artigo da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo (RFDSP), publicado em 1896, o direito é definido como: “uma forma de desvendar a acção benéfica e incessante desse poderoso fator de civilização que acompanha sempre o homem em sua marcha

progressiva para o ideal de perfectibilidade” (RFDSP, apud. SCHWARCZ, 1993, p. 231).

A escola acaba por agregar um discurso messiânico de desenvolvimento da nação influenciado por um evolucionismo de base católico, que acena para uma espécie de inevitabilidade do progresso, ao mesmo tempo em que recorre ao divino. A faculdade converte-se já nas primeiras décadas do século XX em um “centro de eleitos” que serão responsáveis pela condução da nação (SCHWARCZ, 1993).

Essa instituição não apenas se afastava de influências monárquicas como, ainda, se filiava a uma clientela financeiramente privilegiada. A Faculdade de Direito de São Paulo acabou se tornando uma parte central no jogo de interesses políticos vigentes no início do século XX.

Fazia-se presente na escola o debate da medicina pública a partir da primeira década do século XX, sendo que a perspectiva médico-sanitária comparecia de forma subordinada sem representar uma ameaça, o médico era aqui importante, ainda que não ameaçasse de forma alguma o exercício de autoridade exercido pelos juristas.

Sobre as demais tendências e orientações teóricas, Schwarcz (1993) fornece algumas indicações.

Não basta, todavia, ficar girando em torno de uma discussão sobre especificidades profissionais. Para além de um discurso sobre competências existia um claro repúdio às teorias deterministas raciais, que informavam ambos os domínios – a antropologia criminal e a medicina legal. A desconfiança com relação a esses modelos representava nesse local um apego a outras tradições teóricas, uma aposta no liberalismo político e em uma interpretação que via com ceticismo explicações exclusivamente calcadas na raça. [...] O bom jurista era aquele que bem se assessorava, utilizando-se “das modernas teorias sobre as raças”; no entanto, em suas conclusões não se submetia exclusivamente às suas determinações. (SCHWARCZ, 1993, p. 235).

Elogio ao Estado liberal era uma constante na escola de São Paulo, conformando um modelo que combinava democracia e evolução, onde as raças mistas não eram preocupação central, diferente da escola de Recife. A questão chave a essa escola era justamente a relação entre

esse Estado liberal e a construção da nação. A partir de um artigo publicado na RFDSP em 1930 é descrito o seguinte sobre a relação entre direito e Estado

A energia criada pela vida social para seu próprio regime é o Direito, e o que regula o funcionamento do Direito é o Estado... O agrupamento humano que é a mesma sociedade, o povo, a raça ou a nação é um complexo de indivíduos que se vinculam entre si pela tradição, usos e costumes, constituindo uma unidade por suas condições históricas e organizações políticas (RFDSP, apud. SCHWARCZ, 1993, p. 236).

O Estado é assim compreendido como “um resultado natural e evolutivo” de todo um processo anterior e que teria como função organizar os diferentes elementos que até então conviviam em caos. A soberania do Estado é assim a autoridade suprema que viabiliza a ordem social ofertada à nação, raça e povo enquanto que o Estado, como figura acima de todos e impermeável aos conflitos dessa tríade (SCHWARCZ, 1993).

Embora recusassem o determinismo racial, aderiram à perspectiva evolutiva que definia os homens como desiguais, ainda que capazes de evoluir e se aperfeiçoar caso a ação do Estado se colocasse acima dessas diferenças raciais. Na década de 1930, tem-se mudanças significativas que aglutinam junto à defesa do Estado liberal o apelo à democracia, compreendida como resultado da ansiedade da evolução humana.

Em síntese, dentre essas duas escolas, é possível afirmar que “De Recife vinha a teoria, os novos modelos – criticados em seus excessos pelos juristas paulistas; de São Paulo partiam as práticas políticas convertidas em leis e medidas” (SCHWARCZ, 1993, p. 240). Apesar das diferenças, ambas faculdades vislumbravam projetos para o Brasil, seja “Por meio de uma mestiçagem modeladora e uniformizadora, apregoada por Recife” ou “Por meio da ação missionária de um estado liberal, como tanto desejavam os acadêmicos paulistanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 245).

A figura do jurista permanecia intocada nesse evoluir histórico de diferentes tendências e ações, mas nesse momento já ansiava por se distinguir dos demais cientistas nacionais. As outras profissões se submeteriam aos “eleitos”, na direção a ser percorrida pela nação. Não

desprezavam a contribuição das outras áreas, pois serviam a eles, mas não se enxergavam próximos ao trabalho empírico dos médicos ou dos teóricos naturalistas dos museus. Eram, em suma, mestres do processo civilizatório e artífices do caminho que as ciências e a nação deveriam percorrer.

A outra face dessas instituições de ensino são as escolas de medicina. Ao analisar a história das primeiras faculdades de medicina do Brasil, Schwarcz (1993) destaca, por parte da faculdade baiana, a forma como as publicações e ensino da universidade trafegou por diferentes campos entre 1870 e 1930. Em cerca de meio século, as discussões sobre higiene pública mobilizavam boa parte dos escritos, até a década de 1890. Já a partir da última década do século XIX a medicina legal ganha certo destaque, principalmente com a ascensão da figura do perito que atuava ao lado da polícia, determinando a criminalidade e a loucura; para então, na década de 1930, ter boa parte do seu espaço de debate ocupado pelas ideias eugenistas em seu corte entre população enferma e sã.

O tema racial em ambas as escolas é também muito presente em seus respectivos arsenais teóricos. Na Bahia, Schwarcz (1993) destaca a forma como se constituiu um “cruzamento” entre criminalidade, loucura e degeneração. Já entre os médicos cariocas o próprio convívio entre as raças que viviam no território e a forma como suas diferenças físicas seria responsável não apenas pelas doenças mas obstáculo à “perfectibilidade” biológica.

O contexto no qual as escolas de medicina passam a se desenvolver, a partir da segunda metade do século XIX, fornece algumas pistas das opções por elas assumidas. Com as epidemias de cólera, febre amarela e varíola, chamava-se a atenção para a delimitação da missão higienista dos médicos. Outro fator determinante foi a Guerra do Paraguai, que resultou no retorno ao país de um significativo número de doentes e aleijados, o ofício de cirurgião nesse caso era urgente. Somado a isso há ainda o crescimento desordenado das cidades e certas características da organização e população urbana, como o aumento da criminalidade, alcoolismo e alienação. A imigração era campo de reflexão e ação ativa por parte dos médicos também, afinal, havia uma associação direta entre as doenças endêmicas e certas populações migrantes na leitura dos profissionais, como por exemplo a febre amarela associada à época aos imigrantes italianos (SCHWARCZ, 1993).

Na revista *Gazeta Médica*, revista de medicina da faculdade da Bahia, o tema da higiene pública possui uma importância central e

corresponde a uma tendência da medicina que entendia a prática da higiene como forma revolucionária de atuação na coletividade. Tratava-se de “prevenir antes de curar”, atacar as formas de malefício sobre a saúde antes que se manifeste, esse lema era o que mobilizava os higienistas especialistas no ramo. Soma-se a isso, a ideia de saneamento enquanto compromisso dos médicos sanitaristas; a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação e, quanto aos higienistas, a responsabilidade por pesquisas e atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que afligiam as populações²⁵ (SCHWARCZ, 1993).

A higiene no Brasil se tornou tema prioritário em virtude, principalmente, das epidemias que desde o período colonial assolavam o país e requeriam a ação médica dos especialistas. Entre essas doenças, as mais comuns eram: tuberculose, febre amarela, varíola, lepra, peste, sarampo, febre tifoide, mal de chagas, beribéri, malária, coqueluche, cólera e escarlatina. Somado a isso, havia o conjunto de propostas gestadas na epidemiologia que objetivavam identificar e agir sobre os doentes.

A partir de 1880, uma produção teórica, mais especificamente baiana, passa a desenvolver estudos no campo da epidemiologia arraigado a uma preocupação latente na questão racial. Em 1894, por exemplo, em um artigo que trata da sífilis, essa era classificada como mal degenerativo atrelado ao desenvolvimento físico e intelectual de determinadas raças e comparecia, ainda, como resultado da degenerescência mestiça (SCHWARCZ, 1993).

Essa apreensão sobre a sífilis não era um caso isolado, como bem destaca Schwarcz (1993). Havia artigos que abordavam diversos temas como: “As Raças e seus Cheiros” (1921), “Raça e civilização” (1880), “Raça e Degeneração” (1887), “O Cruzamento Racial” (1891) e, ainda, os textos de Nina Rodrigues, que passaram a ser divulgados pela Gazeta no período.

A partir desse compósito, será constituída uma produção que

²⁵ Cabe ressaltar que a distinção tanto teórica quanto prática entre os sanitaristas – responsáveis pelos grandes projetos públicos – e higienistas – vinculados diretamente às pesquisas e à atuação médica mais individualizada – funcionou muito mais formalmente do que na prática já que as duas formas de atuação aparecem muitas vezes nos artigos e documentos analisados na pesquisa de Schwarcz (1993) de maneira indiscriminada, não sendo essa uma homogeneização por parte da pesquisadora, mas uma tendência histórica por ela identificada.

terá como cerne “[...] o estabelecimento da diferença entre as raças e a condenação da mestiçagem” (SCHWARCZ, 1993, p. 272). A leitura que esses cientistas fizeram da realidade nacional se apoiava sobre os modelos social-darwinistas e compreendia a hibridação das raças e sua degeneração como nosso maior mal. Contribuiu, ainda, ao campo de desenvolvimento dessa perspectiva a presença da medicina legal na Bahia, que facilitou a utilização de diversas teorias darwinistas sociais.

É a partir de início do século XX que os ensaios sobre medicina legal tornaram-se constantes na revista. O objeto privilegiado dessas pesquisas não é mais a doença ou o crime, mas a figura do criminoso. Um dos efeitos disso é justamente o abandono de um léxico mais próximo à medicina para a adoção de um linguajar da polícia e de juízes. A medicina legal assumiu um lugar de tanto destaque, que passa a ser tema predominante das teses de doutorado defendidas no período, nessa faculdade.

Como destaca Schwarcz (1993), desde 1839 existem referências a dissertações que abordavam esse tema, mas a partir da década de 1880 ocorreu um aumento de 5 vezes, sem que o número total de teses por ano tenha se elevado na mesma quantidade. “No período que vai de 1839 a 1880, apenas vinte alunos tinham escolhido temas de medicina legal; após essa data (e até 1915), cem dissertações de doutorado haviam sido defendidas nesse departamento” (SCHWARCZ, 1993, p. 275). Schwarcz (1993) divide os objetos abordados em quatro temas: problemas relativos à autonomia da profissão; estudos sobre o alcoolismo, epilepsia, embriaguez e alienação; temas práticos de medicina legal e a análise do perfil do criminoso.

O perfil do criminoso deteve o maior número de teses, que, seguindo as diretrizes da escola italiana, analisaram, frequentemente, a correlação entre “criminalidade e degeneração”: “Era na condição de médicos peritos, especializados no estudo da mente do criminoso, que esses profissionais defenderam a criação de uma prática diversa. Afinal, estava em jogo a supremacia e autonomia no reconhecimento do crime e na qualificação do criminoso”. (SCHWARCZ, 1993, p. 275).

A degeneração racial possuía na medicina legal um campo profícuo de legitimação enquanto teoria racista. Dessa maneira, a embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade eram instrumentalizados como fenômenos que corroboravam com os modelos darwinistas sociais. Desses, aproveita-se também da condenação pelo cruzamento e os perigos e imperfeições da hereditariedade mista: “Sinistra originalidade encontrada pelos peritos baianos, ‘o enfraquecimento da raça’ permitia não só a exaltação de uma

especificidade da pesquisa nacional como uma identidade do grupo profissional” (SCHWARCZ, 1993, p. 277).

O que as escolas de medicina e direito nos permitiram vislumbrar foi a forma como se compôs no interior da elite intelectual formada no Brasil um tipo de concepção acerca da constituição racial. Essa parecia vir balizada por dois componentes centrais, por um lado a doença que as raças mestiças e inferiorizadas infestavam na sociedade e, por outro, a presença de um tipo de “tendência” à criminalidade, por parte desses mesmos segmentos.

A essa empresa a eugenia foi útil, uma vez que fornecia, em certa medida, um conjunto de ideias que influenciaram a forma como essas faculdades desenvolveram sua compreensão sobre as raças. Todavia, um dos maiores exemplos da presença da racionalidade eugênica que se tem conhecimento no desenvolvimento de um substrato teórico-político sobre a população brasileira é a que se acometeu sobre a Liga Brasileira de Higiene Mental.

3.5. - O caso da Liga Brasileira de Higiene Mental.

A apresentação da LBHM²⁶ servirá justamente para delimitarmos a forma como as ideias eugênicas adentraram nesse campo e acabaram por irradiar para certas práticas e profissões, por via da proposta de eugeniização da população, por meio, principalmente das campanhas de combate ao consumo de álcool.

Para isso, é importante compreendermos a forma como a psiquiatria se constituía na época. Costa (1989) aponta que já nos anos 30, os psiquiatras pensavam poder prevenir a incidência das doenças mentais recorrendo às noções de higiene psíquica e racial. A forma que encontraram para legitimar esse posicionamento se daria por via das ideias eugênicas. O substrato empírico utilizado por Costa (1989) foi a

²⁶ A LBHM foi fundada no estado do Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, e possuía como objetivo central a melhoria na assistência aos doentes mentais, através da modernização do atendimento psiquiátrico. A LBHM era uma entidade civil composta pelos mais importantes psiquiatras da época e subsidiada com recursos federais. Riedel era um profícuo psiquiatra, tendo também fundado um ambulatório de profilaxia onde foi diretor e organizou um serviço aberto para psicopatas, um laboratório de psicologia e uma escola de enfermagem onde eram formadas monitoras de higiene mental.

análise do contexto histórico cultural, que teria influenciado as teorias psiquiátricas no período entre 1928 e 1934. Já o material de análise foram os textos publicados nos “Archivos Brasileiros de Hygiene Mental”, que funcionavam como a revista da Liga e instrumento de publicização do grupo no Rio de Janeiro.

Há uma importante relação entre o desenvolvimento da psiquiatria enquanto profissão e campo de saber e as ideias eugênicas que influenciaram justamente o Serviço Social em seu nascimento. Ao relatar sobre seu cotidiano no Laboratório de Biologia Infantil, Pinheiro (1985) narra ações não apenas vinculadas à racionalidade eugênica, como também a diferentes compreensões dos fenômenos sociais, por via do arsenal categorial que o assistente social acessava no espaço em questão, por via das orientações eugênicas.

Costa (1989) apresenta a forma como o discurso eugênico conseguiu adentrar no interior da campo da psiquiatria e, assim, influenciar diversas áreas e profissões por via de uma pesquisa histórica, que aborda não apenas a eugenia mas um de seus principais órgãos propagadores no Brasil, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

Entre os anos de 1923 e 1925, a Liga era inspirada pelas posições de Riedel. Todavia, a partir de 1926, ocorre um giro em suas principais influências. Segundo Costa (1989), isso foi em virtude do contexto político e pelo contato com ideias alemãs, francesas e norte-americanas. Há, assim, uma mudança de orientação por parte dos diretores, de modo que, para alcançar certos objetivos para “normalização” da população, passou a lançar mão de ideias e estratégias eugênicas. Os princípios da eugenia e da higiene mental incentivaram psiquiatras que pretendiam colaborar para a criação de uma nação próspera, moderna e mais saudável.

Importa ressaltar que, nesse período, o sujeito que se constituía pela psiquiatria, nas palavras de Costa (1989, p. 14), era “o doente mental passado, presente e futuro”, era um sujeito racionalizável, por via de sua origem racial e pelos modelos de pensamento biologizantes. Os psiquiatras partiam de uma ideação acerca da natureza humana, um certo tipo de essência intrínseca ao sujeito, acessível pela decifração das leis da hereditariedade, pela noção de degeneração ou de quaisquer outros termos inventados e manipulados pelo vocabulário racista.

Quando decifrada essa essência, era possível prevenir a reprodução ou propagação dos caracteres psicossociais indesejáveis. Isso se dava no interior do projeto eugênico de diferentes formas e com os mais distintos métodos, que incluíam a castração, controle de imigração, casamentos eugênicos, exames pré-nupciais. Era a natureza

biológica ratificando a existência de raças inferiores e as diversas estratégias para o aperfeiçoamento da raça humana, que incluíam a não propagação dos genes indesejáveis - o mantra da eugenia tornava-se um elemento central à psiquiatria nesse período.

Castro (1989) identifica as preocupações que perpassavam a psiquiatria anterior a sua aderência ao discurso eugênico, que envolvia, justamente, a necessidade de se legitimar mediante a comunidade médica. Em sua consulta aos textos brasileiros das décadas de 1910 e 1930, é possível entender que a partir do afastamento da psiquiatria da neurologia, essa tornou-se uma especialidade autônoma, que resultou em algumas das crises de paradigmas que encontrariam na eugenia um espaço de estabilização.

Uma perspectiva que se desenvolveria por esse motivo na psiquiatria era a preventista. Esse discurso tende a impor uma redução do corpo e indivíduo à massa:

São os loucos que perambulam, que estão aí pela cidade, que são improdutivos, que não podem trabalhar, que, na linguagem preconceituosa dos anos 20, 30, eram negros e mestiços abastados, conseqüentemente com problemas mentais e inaptos socialmente pelo fato de permanecerem raça inferior. Essa população informe, cuja cor era exclusivamente aquela não-branca, que não tinha fisionomia nem feição, constituía um perigo para os precusores da psiquiatria brasileira. Ao contrário do organicismo, a teoria e a prática que davam conta do problema era a prevenção (COSTA, 1989, p. 45)

O espaço requerido pela psiquiatria na dimensão social vai, assim, espalhar-se por toda a sociedade, dos rádios, passando pelas escolas, jornais, entre outros. Enquanto discurso sobre essa massa vivente, como ressalta Costa (1989), esses nunca compareceram como sujeitos históricos atrelados a uma classe social. Se há um sujeito que a psiquiatria irá perseguir será justamente o “Estado”, já que em sua ânsia de firmar-se como profissão e campo do saber, esta não procurava mais sua aprovação junto aos pares médicos, mas no Estado, nas verbas e apoio à legitimação de seu projeto. A justificativa para isso era clara, as estatísticas alarmantes sobre o perigo real materializado na doença mental desassistida requisitavam um profissional como o psiquiatra, para deter essa degenerescência inerente aos povos miscigenados.

Um dos aspectos que Costa (1989) utiliza para explicar as opções assumidas pelos membros da LBHM era a crença que esses tinham no mito de que a ciência psiquiátrica seria universal. Não consideraram o contexto em que desenvolveram suas teses, sua pertença à determinada classe social, valores advindos de certo período histórico.

Esse preconceito resultou na elaboração de programas parametrizados pela racionalidade eugênica em um momento onde a psiquiatria nazista era, mundialmente, uma de suas principais referências. Se para os psiquiatras nazistas a eugenia era um conceito científico inquestionável, aos médicos brasileiros restava aceitar essas indicações e buscar aplicar esse modelo. Segue-se a isso a defesa, por parte dos psiquiatras, da esterilização dos doentes, erradicação dos processos de miscigenação, proibição da imigração de não-brancos e a instalação de tribunais de eugenia.

A eugenia serviu como garantia científica a palavras de ordem nazistas e fascistas. Com o patrocínio intelectual do programa eugênico, ganharam espaço posicionamentos racistas, xenófobos e autoritários, que exprimiam pura e simplesmente as aspirações político-sociais de alguns psiquiatras. E, acima de tudo, era apresentada por esses psiquiatras não como um produto de suas convicções subjetivas, mas como uma ciência apoiada em fundamentos racionais. Como explica Costa (1989, p. 60), “[...] se a doença mental era transmitida hereditariamente, a única prevenção logicamente possível era o extermínio físico ou a esterilização sexual dos indivíduos doentes”. Para o autor, isso decorria do fato de que no conjunto de inteligibilidade da época não havia uma contraproposta que conseguisse se apresentar como projeto alternativo.

Ainda assim, essas ideias não conseguiram adentrar no domínio da psicologia normal, no substrato racional do organicismo, pois não havia base na teoria psiquiátrica organicista que endossasse a crença de que indivíduos não-brancos possuiriam caracteres psíquicos nocivos. Isso, inclusive, contribuía ao impedimento da implementação de programas eugênicos como a esterilização.

Para Costa (1989, p. 61), foi quando os psiquiatras partiram da noção de prevenção como “ação psiquiátrica anterior ao surgimento dos sinais clínicos da doença”, que se permitiu a dominação dos preceitos e ideias que orientavam a LBHM pela eugenia. A questão acerca da eugenia na LBHM não se escorava em sua cientificidade ou ausência dessa, mas em seus fundamentos vinculados à psiquiatria organicista.

O que faltou aos psiquiatras da Liga não foi uma compreensão correta do que era a ciência. Faltou-lhes, isto sim, a referência cultural. O que neles estava ausente era a dimensão histórica da cultura em que viviam. A necessidade fundamental dos psiquiatras era a de modificar a realidade brasileira com a qual não estavam de acordo. A prevenção foi nada mais nada menos que a adaptação da Psiquiatria a seus interesses privados. Os psiquiatras acreditavam que o Brasil degradava-se moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação do povo brasileiro. A prevenção eugênica apareceu-lhes como o instrumento mais rápido e eficaz para sanear a situação. Desde então, a coerência científica pouco importava. Qualquer teoria poderia justificar a prevenção, pois os psiquiatras encarregavam-se de fazer coincidir a realidade com a representação científica que queriam que ela tivesse. Assim, o alcoolismo tornou-se causa de pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade. A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros, por ser mais generalizada entre eles. A miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social, porque a população brasileira era miscigenada. (COSTA, 1989, p. 61-62).

Para compreender essa questão é importante nos atentarmos a certos elementos da história da psiquiatria no Brasil e a forma como essa define a organização da LBHM. Nas três primeiras décadas do século XX, a psiquiatria no Rio era atrasada, psiquiatras referências da época, como Juliano Moreira, limitavam-se a reproduzir o discurso dos franceses e seguir, na prática, o pessoal leigo ou religioso que atuava na administração dos hospitais. Juliano Moreira tentaria modificar esse quadro, por via da inauguração de uma psiquiatria que teria seus fundamentos teóricos, práticos e institucionais pautados em um desenvolvimento coerente com as necessidades, bem como especificidades, do Brasil do início do século XX.

Essa empreitada, todavia, revelou-se infrutífera em certa medida. Como destaca Costa (1989), os psiquiatras obtiveram certo reconhecimento no campo jurídico, com o desenvolvimento de

pesquisas e com a consolidação dos processos de formação no âmbito das faculdades de medicina (o que representaria o início do internato psiquiátrico). Ainda assim, essa psiquiatria demonstrava distanciamento e pouco preparo para lidar com fenômenos culturais da época. O mais proeminente era, justamente, a dificuldade da psiquiatria em delimitar seu próprio campo de atuação.

O que ocorria é que os psiquiatras não conseguiam mediar a relação entre o objeto da psiquiatria com os problemas culturais emergentes na época. O que havia na relação entre esses dois era apenas uma “causalidade biológica”, que justificava e legitimava a atuação médica em todos os níveis da sociedade (CASTRO, 1989). Então, por mais que buscasse se comprometer com a elaboração de um projeto para a psiquiatria, tudo o que Juliano Moreira conseguia realizar era associar a doença mental, a situação social dos imigrantes ou a complexidade étnica presente no Brasil, ao sistema de interpretação biologizante oriundo dos psiquiatras organicistas alemães.

No caso, os sucessores de Juliano Moreira acabaram por aprofundar ainda mais essa associação, como explica Castro (1989, p. 72): “[...] o biologismo não se limitava mais a explicar o funcionamento psíquico e cultural da sociedade. Ele deveria poder determinar o modo concreto da organização e funcionamento de todas as instituições sociais, desde a família até o Estado”. Esse biologismo – oriundo da eugenia – presente na LBHM era derivado das aspirações culturais dos psiquiatras e conseguiu implantar-se no pensamento psiquiátrico porque dialogava de forma premente aos preconceitos da época.

Se em seus primeiros anos, a LBHM seguiu as orientações do projeto de Reidel, a partir de 1926 ocorreu uma guinada em direção à eugenia. Se até esse ano, atividades vinculadas à eugenia e educação aos indivíduos eram exercidas pelos psiquiatras no interior do estabelecimento psiquiátrico, é após isso que a prevenção passa a ocupar um espaço central nas ações desse profissional. A prevenção era realizada como assistência aos doentes, por via das reformas dos serviços psiquiátricos e aperfeiçoamento profissional da equipe, que incluí enfermeiros e monitores de higiene mental. Essa ação passa a ser encarada como insuficiente se não for considerada, também, a preservação da saúde mental dos pacientes.

A prevenção passa a ser pensada, desde 1926, como ação destinada ao período pré-patogênico, ou seja, antes do aparecimento de sinais clínicos. A saúde mental passa a ser o principal campo de atuação, e, nas palavras de Costa (1989, p. 79), “Daquele momento em diante, o

alvo de cuidados dos psiquiatras passou a ser o indivíduo normal e não o doente. O que interessava era a prevenção e não a cura”.

É nesse contexto, no ano de 1928, que ocorre a primeira reformulação do estatuto da LBHM. A ênfase da ação preventiva dos psiquiatras passa para o meio escolar, profissional e social. Esse deslocamento se dá em virtude da concepção sobre a prevenção no interior da psiquiatria. Os profissionais aos poucos migram de uma prática tradicional e acabam por penetrar no domínio cultural, que até então não era uma constante no trabalho desses profissionais.

De 1928 a 1934, acentua-se uma espécie de distanciamento da teoria e da prática psiquiátricas, esses profissionais passam a se identificar muito mais como higienistas propriamente. Já a higiene mental recebe certo destaque. Sendo inicialmente um conhecimento complementar, em certo momento passa a se constituir “[...] como a teoria geral que contém e orienta a prática psiquiátrica” (COSTA, 1989, p. 79).

Essa transformação possuía na eugenia sua pedra angular, a LBHM²⁷ conseguia, assim, justificar sua nova prática ao mesmo tempo em que para os psiquiatras, as mudanças impostas aos programas de higiene mental decorriam dos progressos teóricos eugênicos. Para Costa (1989), essa noção caucionava cientificamente o avanço da higiene mental no campo social. Para isso, a eugenia dilatou as fronteiras da psiquiatria, dando vazão aos anseios culturais dos psiquiatras, que encontraram nela meios de assumir posicionamentos políticos e ideológicos sobre o rótulo de “ciência eugênica”.

Em síntese, a integração entre eugenia e a LBHM ocorreu por via de aspectos culturais com as premissas de melhoria progressiva da raça, que era o equivalente psiquiátrico da ideologia de embranquecimento progressivo da população. Posteriormente, ocorrerá por parte dos psiquiatras brasileiros o abandono do projeto de arianização ou embranquecimento progressivo, que vão reter do racismo a ideologia de pureza racial, peculiar aos países europeus e à América

²⁷ A constituição do povo brasileiro era, assim, tema que mobilizava a LBHM desde 1923. Em 1929, esses objetivos são reiterados no editorial do primeiro número de “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental” que propunha, em seu editorial, reconhecer nos elementos culturais brasileiros os meios para desenvolver e propagar as ideias de higiene mental e eugenia. Desde esse momento, até 1934, a eugenia crescerá a tal ponto no interior dos programas de higiene mental, que acabará por se tornar seu principal objetivo e orientação teórica.

do Norte. “A ideologia do embraquecimento racial corresponderia a noção de eugenia como higiene psíquica individual e, à ideologia de pureza racial corresponderia a noção de eugenia enquanto higiene social da raça” (COSTA, 1989, p. 84).

Costa (1989) elenca algumas das ações realizadas pela LBHM sobre a influência do pensamento eugênico, que soavam estranhas aos objetos da psiquiatria, como por exemplo, as campanhas anti alcoolismo. Desde 1926, a LBHM insistia na adoção por parte do governo de alguma lei proibicionista inspirada na norte-americana, inclusive, em 1930, os psiquiatras chegaram a elaborar uma lei que tratava do tema, sendo recusada pelo Congresso Nacional. À época, os psiquiatras classificavam o alcoolismo como uma doença hereditária, que poderia ser tratada e prevenida por via de medidas eugênicas. A justificativa se dava por via de projeções intimidantes: “o número de alcoólatras degenerados aumentaria progressivamente, caso não pudesse controlar sua prole” (COSTA, 1989, p. 126).

Nas três primeiras décadas do século XX, o alcoolismo estava estritamente ligado às condições de vida das massas urbanas. Uma prova deste fato pode ser encontrada na oscilação da taxa de alcoolismo da comunidade negra. Os negros, após a Abolição da escravatura, vieram habitar as cidades, onde foram submetidos a brutal – mesmo que oculta – discriminação racial, social, econômica da parte dos brancos. Em consequência, observa-se uma profunda desagregação na organização social e psíquica destes indivíduos, pouco habituados à ordem competitiva das cidades, que se faz acompanhar de uma degradação moral em todos os níveis de suas condutas. Ao cabo de alguns anos, o alcoolismo dos negros aumentava de modo alarmante. [...] Contudo, na medida em que progredia a integração social desta comunidade, o alcoolismo tendia a baixar. Deste modo constata-se que a taxa de alcoolismo entre os negros, que era de 6,7% no tempo da escravatura, sobe a 23,9% em 1904, para descer, em 1934, a 11,95%. Como nessa época os negros e brancos pobres tinham um nível de vida mais ou menos semelhante, pode-se supor, legitimamente, que o alcoolismo da camada pobre da sociedade era,

sobretudo, determinado por sua condição sócio-econômica. Submetidos a condições de vida extremamente inumanas, os negros e brancos pobres foram forçados, para sobreviver, a recorrer à marginalização, vagabundagem, à prostituição e ao alcoolismo. O alcoolismo era uma constante nesta situação social e, por isso, os psiquiatras tomaram-no por causa da desorganização moral e social da sociedade. Para eles, a desestruturação da sociedade brasileira tinha verdadeiramente uma origem alcóolica. A manifestação mais marcante deste equívoco é o endurecimento das campanhas antialcoólicas a partir de 1930. Após a revolução de 1930, a LBHM volta à carga contra o alcoolismo de maneira feroz e, neste estágio, é fácil perceber que o objetivo dos programas de higiene mental não era o de curar ou prevenir o alcoolismo, mas o de regenerar a sociedade conforme um código moral particular (COSTA, 1989, p. 128 129).

É a partir de 1934 que as ações da LBHM para resolver as questões da higiene mental tornaram-se muito mais agressivas, com trabalhos desenvolvidos em parceria com a polícia sendo ampliados significativamente. Isso atesta, justamente, uma correspondência entre a ação da polícia e a perspectiva doravante defendida pela LBHM. A Liga não visava mais combater a doença mental, mas agir sobre as qualidades morais individuais dos doentes mentais.

As campanhas anti alcoolismo converteram-se, assim, em cruzadas moralizadoras para extirpar da sociedade brasileira a devassidão e os vícios. Dessa forma, a LBHM passa a deter como tarefa fundamental a correção dos hábitos sociais das pessoas e o saneamento moral do país, atrelada a uma prática que, discursivamente, vinculava-se à psiquiatria. A presença dessa racionalidade desproporcionalmente moralizante, que evidenciava o caráter incoerente de afirmações feitas pelos psiquiatras sobre a doença mental e desenvolvimento psíquico, denuncia uma racionalidade racista e classista atravessada por valores elitistas. Os psiquiatras, quando falavam sobre as “classes perigosas”, eram arautos do proibicionismo e da moralização, quando referiam os vícios da população abastada tratavam-nas como excessos contornáveis ou insignificantes.

Isso foi atestado por Costa (1989) através de um editorial publicado em 1931, na revista da LBHM, que afirmava haver diferenças evidentes entre o alcoolismo das pessoas respeitáveis e o de todos os outros. Ou seja, havia um corte social entre consumo de álcool por classe. A LBHM mostrava-se incapaz de compor qualquer autocrítica para reconhecer que seu anti alcoolismo se escorava na defesa dos padrões morais do grupo social a que pertencia a maior parte dos psiquiatras.

As afirmações perpetradas por esses profissionais não tinham qualquer fundamento científico, as imagens das doenças eram muito mais permeadas pelas representações morais que as cercavam. Dessa maneira, alcoolismo e sífilis se vinculavam à ociosidade, prostituição e demais vícios e o comportamento dessa população era compreendido unicamente pelo prisma moralista da reprodução de suas existências, sempre em contraposição a um outro: branco, regrado e higiênico.

No que se refere a questões religiosas, havia uma propalada neutralidade da LBHM bastante duvidosa. Em certos trabalhos, como o de Olinto de Oliveira, por exemplo, declarava-se que o problema da sexualidade na infância, adolescência e entrada na vida adulta seria solucionado adotando-se o casamento católico. Ou seja, a doutrina católica servia como componente de controle aos objetivos eugênicos (OLIVEIRA, apud. CASTRO, 1989).

Mirandolino Caldas, por exemplo, em seu estudo “Causas e Prophylaxia do Suicídio” afirma que religiões como o budismo e de matriz africana poderiam contribuir ao suicídio dos sujeitos, já a religião católica exerceria influência oposta. Ou seja, o moralismo dos psiquiatras possuía uma base católica que não era, obviamente, a doutrina oficial da Igreja, ainda que fortemente mencionada e instrumentalizada por eles (CALDAS, apud. COSTA, 1989).

Costa (1989) atenta-se para o fato de que o catolicismo no Brasil nunca foi puritano. Uma forma muito mais “flexível” dessa religião foi aplicada e, por isso, foi preciso realizar certas concessões para conseguir se instalar em locais como os meios rurais, o que a obrigou a conviver com religiões africanas e indígenas, sem mencionar a moral sexual e o próprio uso que os membros da Igreja Católica faziam disso informalmente. Suas concessões no plano doutrinal almejavam resguardar sua autoridade e, graças a isso, crenças religiosas díspares conseguiram coexistir em certa medida. Isso mudou com a urbanização e a industrialização no início do século XX. Os intelectuais das décadas de 1920-1930, em particular no Rio de Janeiro recusavam esse catolicismo “ecclético” e “mais tolerante”. Escritores e poetas

promulgavam o aprofundamento do catolicismo romano por via de seu “desaportuguesamento” e “desafricanização”.

A renovação espiritual propagada a partir desse momento exerceu uma profunda influência sobre a intelectualidade brasileira, especialmente sobre seus segmentos antiliberais. A intolerância e o puritanismo deste catolicismo serviam perfeitamente à renovação moral e política da primeira república (COSTA, 1989).

Um dos principais apoios a esse movimento se deu por via do Movimento Integralista. Essa renovação espiritual encabeçava o movimento de reforma moral ansiado pelas elites intelectuais que desejavam transformar a sociedade brasileira. O Movimento Integralista angareou um amplo apoio e extensão, com seguidores inseridos em inúmeros grupos políticos, sociais, religiosos e raciais da época²⁸.

De certa forma, a eugenia servia a isso, os psiquiatras da LBHM utilizavam de elementos oriundos do catolicismo que pudessem contribuir na construção desse brasileiro puritano, disciplinado, intransigente e racista; almejava-se que o brasileiro fosse o europeu branco.

Em suma, a LBHM era uma organização racista que justificava esse posicionamento com “fundamentos racionais”. Seu alvo era, essencialmente, a população negra e certos segmentos dos imigrantes e o fundamento do racismo médico se dava, principalmente, através da interpretação das estatísticas psiquiátricas. Isso foi se constituindo desde o início do século XX, com mais ênfase na década de 1930, quando a psiquiatria brasileira passou a associar a incidência e prevalência de certas doenças mentais a sua distribuição étnica. Dessa maneira, conseguiam chegar a conclusões que apontavam na população negra uma prevalência de doenças de origem toxinfeciosa (sífilis e alcoolismo), quando comparada sua incidência com a população branca. Esses dados eram assumidos de forma isolada e instrumentalizados para a constituição de estigmas raciais.

O alcoolismo é outro exemplo das décadas de 1920 e 1930. A maior parte dos psiquiatras afirmava ser o alcoolismo mais frequente entre os negros em virtude de sua herança racial. Todavia, esses apresentavam números inferiores de doenças constitucionais (esquizofrenia, psicose maníaco-depressiva), que eram atribuídas mais frequentemente aos homens brancos antes do início do século XX. Costa (1989) explica que o alcoolismo entre os negros era em torno de 6,7%, a paranoia era de 7,4%, a psicose maníaco-depressivo era de 9,4%. Entre

²⁸ Sobre a relação do Movimento Integralista com a eugenia ver Geraldo (2001).

os anos de 1895 a 1904, a porcentagem de alcoolismo entre a população negra era de 11%, paranoia de 16% e a mania 28%. Nesse momento, já se tratava de uma população urbanizada, de “trabalhador livre”, o que permite afirmar que “[...] o alcoolismo crescia na medida em que se degradava o comportamento social e psíquico dos indivíduos, pressionados pela nova situação econômica em que viviam” (COSTA, 1989, p. 160).

Para os psiquiatras, esses dados corroboravam com a hipótese de uma tendência hereditária dos negros a se tornarem alcoólatras e, como o alcoolismo e a sífilis eram amplamente associados à decadência moral e sexual, os programas de higiene mental acabaram se tornando, como Costa afirma (1989), projetos de propaganda racista, sob a égide da racionalidade eugênica. O racismo da LBHM também se fazia presente contra os imigrantes, com psiquiatras como Porto Carrero e Xavier Oliveira atuando intensamente pela implantação de um organismo de controle de imigração, em nome da prevenção eugênica dos brasileiros.

Durante a década de 1920, uma onda de xenofobia foi produzida no país, tendo no imigrante um dos alvos principais. Isso se dava em virtude de algumas questões inerentes à época, já que o imigrante competia com o brasileiro pobre. Nesse momento, a porcentagem de trabalhadores estrangeiros no ramo da indústria era de 39,2%. Esse número torna o conflito ainda mais evidente quando analisado a partir do conjunto total de trabalhadores com mais de 20 anos: 84.747 estrangeiros e 91.474 brasileiros. Tal quadro foi agravado nas décadas de 1920 e 1930, com a imigração atingindo um percentual ainda maior: entre 1890 – 1900 entraram no país 1.129.315 imigrantes e entre 1920 -1930 chegaram mais 840.000 (COSTA, 1989).

Os imigrantes se tornaram alvo de ações do Movimento Integralista - por seu antiliberalismo e nacionalismo violento - bem como de industriais e proprietários de terras – principalmente os paulistas – que possuíam como alvo os imigrantes que haviam enriquecido no Brasil. Os psiquiatras da LBH transpuseram essa problemática para o interior do programa de higiene mental, revestindo-a com um vocabulário tomado de empréstimo da eugenia. (COSTA, 1989).

As levas imigratórias eram descritas pelos psiquiatras como ameaças ao desenvolvimento urbano. A acolhida que as instituições ofertavam aos imigrantes era também criticada, chegando-se a afirmar que o imigrante era melhor acolhido do que o “povo da terra”. Nesse momento, os imigrantes passam, também, a serem portadores de

doenças como o alcoolismo, com ressalvas e defesas feitas por parte da LBHM à Lei Seca norte americana.

Costa (1989) ressalta, ainda, que esse desprezo pelos estrangeiros era justificado pela Liga, por via de estatísticas. Dessa maneira, a hospitalização de estrangeiros era mencionada como justificativa ao perigo que representavam. Contudo, a tendência à redução dessas hospitalizações com o passar dos anos não era apontada, tão menos demonstravam qualquer preocupação em entender os elementos causais desse fenômeno. E, ainda nessa prática, havia por parte da LBHM um corte racista em seu interior, como identifica Costa (1989, p. 175).

Nesse sentido, nada é mais ilustrativo da parcialidade da LBHM, na observação dos fatos, que a ausência de referência à hospitalização de italianos e alemães. Estes últimos não deveriam seguramente, estar ausentes dos hospitais psiquiátricos nos anos 20-30. Sobretudo os italianos, que, dentre os imigrantes foram os mais numerosos. O preconceito contra o estrangeiro duplicava-se de uma conotação claramente racista. A eugenia da LBHM buscava provar, antes de mais nada, que a doença mental era um predicado dos indivíduos não brancos (negros, árabes, japoneses, chineses, etc) ou dos brancos menos respeitados pelos psiquiatras, como os portugueses.

Por fim, os programas eugênicos da LBHM foram a versão psiquiátrica de temas culturais correspondentes em certos meios intelectuais dos anos 1920 – 1930, impregnados de racismo. Certos aspectos que se faziam presentes de forma intensa no pensamento dos psiquiatras - como o antiliberalismo, o moralismo, o racismo, a xenofobia - permitiram que a eugenia fosse um instrumento de que os psiquiatras se serviram para participar da renovação cultural da sociedade brasileira, sem, com isso, deixarem de ser psiquiatras.

Alguns dos aportes dos projetos da LBHM justificam isso, tais como:

- O desejo de empregar medidas repressivas brutais no tratamento e na prevenção da doença mental (lei proibicionista americana,

colaboração com a polícia na repressão ao alcoolismo, esterilização sexual dos doentes, segregação, etc).

- A crítica dissimulada, sob forma de defesa dos princípios eugênicos, às instituições políticas, jurídicas, sociais, religiosas e médicas da democracia liberal.
- O desejo de instaurar no Brasil os tribunais de eugenia e a reforma eugênica dos salários, como instrumentos jurídicos-institucionais, criados na Alemanha nazista. (COSTA, 1989).

A eugenia compôs, assim, um quadro elucidativo à racionalidade racista, que perpassou a prática de diferentes atores e setores da sociedade. Essas práticas foram gradativamente absorvidas e regularizadas pelo Estado, algumas com maior incidência, como as campanhas de combate ao etilismo e outros sem sucesso, como os empreendimentos que envolviam o controle reprodutivo de populações específicas.

Não se julga uma experiência histórica pelo seu êxito ou o seu fracasso. O que a LBHM ambicionava sobre o Estado era uma maior participação em seus propósitos, o que não ocorreu. Todavia, ela já tinha a seu favor uma longa constituição do racismo estrutural da sociedade brasileira.

Todavia, nada disso teria sido possível sem o aporte da medicina social. Foi por meio da influência que a medicina social exerceu junto a demais atores (higienistas, sanitaristas) que se permitiu um desvelamento e desenvolvimento acerca do espaço urbano, da ascensão da sociedade industrial e da consecução do projeto de uma cidade disciplinada. A medicina social foi um dos componentes centrais ao possível desenvolvimento que a racionalidade eugênica exerceu no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Ao se acoplar e buscar complementar a medicina social, a eugenia assegurou a expansão do seu campo de ação, como vimos anteriormente.

A seguir, apresentaremos brevemente o desenvolvimento da medicina social no Brasil, para que possamos vincular o projeto eugênico ao nascimento da profissão de Serviço Social.

3. A MEDICINA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE MODERNA.

É sintomático que o desenvolvimento industrial e intensa urbanização de certas regiões já esteja em pleno desenvolvimento no Brasil, a partir da década de 1930 - não apenas a década de institucionalização do Serviço Social, mas também a década da emergência de uma lógica que perpassaria a assunção da saúde pública no Brasil: o corpo sadio e urbanizado que deveria servir à produção. Como demonstrado no capítulo precedente, embora a eugenia aporte de maneira mais intensa no país entre as décadas de 1920 e 1940, a verdade é que suas teses já estavam sendo amplamente refutadas na Europa, em virtude, principalmente, das ações do regime nazi-fascista e das práticas levadas a cabo no holocausto.

Essa saúde pública que se desenvolverá no país emerge em um solo com profundas desigualdades sociais e pauperismos de segmentos vastos e específicos da classe trabalhadora, onde o trabalho estava fundado em raízes históricas escravistas e de profunda organização informal. O projeto de saúde pautado na urbanização terá influência eugênica, principalmente por via dos sanitaristas e higienistas, criando hierarquias de saber e práticas, elegendo prioridades para o planejamento e ação, buscando, por fim, o melhoramento da raça.

A eugenia é essencialmente uma concepção racista e permitiu que no Brasil se justificasse o atraso econômico em virtude de sua população negra com um contingente gigantesco de descendentes de escravos e imigrantes pobres, em suma, um conjunto de não adaptados – e não adaptáveis – ao sistema. Sua estratégia de “melhorar a raça”, em suma, objetivava expurgar os indesejáveis, embasando-se, para isso, no aprimoramento genético inspirado na zoologia e na botânica.

Certos sujeitos não deveriam ser autorizados a propagar sua desgraça, era o que se concluía à época por via dos estudos da hereditariedade. Dessa forma os pobres, os negros, os doentes mentais, os pertencentes às “classes perigosas”, os sindicalistas e agitadores políticos entraram em algum momento nesse universo de indesejáveis a serem refreados em sua reprodução biológica e social.

O que ocorreu no país, pensando desde as estratégias da medicina social e a constituição de uma saúde pública é que, em suma, higienizar virou sinônimo de eugenizar e eugenizar requisitava, para sua consecução, a ação orientada pelo sanitarismo. Pois a modernização e

cura do país só seriam possíveis limpando as ruas, organizando as cidades, higienizando as casas, ordenando as famílias e disciplinando os corpos que escapavam ao controle.

Esse capítulo objetiva apresentar: a forma como a medicina social se organizou historicamente no país; o intenso processo de urbanização e a conversão da cidade em um objeto privilegiado para a constituição de uma saúde pública. Esses elementos nos permitirão identificar a institucionalização da profissão de assistente social no país a partir da década de 1930.

3.1. – A Medicina Social e o processo de urbanização ascendente entre os séculos XVIII e XIX.

Em sua extensa pesquisa publicada no final da década de 1970 no Brasil, os pesquisadores Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogerio Luz e Katia Muricy desenvolveram uma análise orientada pelo método genealógico de Michel Foucault sobre o nascimento da medicina social e psiquiatria no Brasil, partindo do período colonial até início do século XIX. Uma das principais preocupações da obra é o desvelamento da produção de discursos no interior da prática de certas profissões.

Para Machado e demais pesquisadores, a investigação dessas práticas, parametrizadas nesses discursos, permitem compreender o tipo de saber e poder que essas profissões - tais como a Medicina, a Psiquiatria e o Serviço Social - exercem e produzem em nossa sociedade, por meio de uma análise atenta à sua historicidade.

Na investigação proposta pelos pesquisadores, história e atualidade se complementam, na medida em que a investigação de práticas progressas auxiliaria na explicação do modo específico da de exercícios do poder, por meio do nascimento da medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil, partindo do período da Colônia até a década de 1930.

Desvelar a racionalidade da medicina social por via de seu saber, sua relação com o Estado e suas técnicas de atuação permite elencar pistas para identificar quais papéis certas instituições desempenharam no Brasil, como meio de exercer um controle sobre os indivíduos e as populações, em um conjunto de ações atreladas às ascendentes ciências. Ao mesmo tempo, permite evidenciar de modo crítico o funcionamento da sociedade, a partir do cotidiano de

reprodução da vida social, dos aparelhos que objetivam administrar a gestão de nossas vidas e das instituições que produzem, aperfeiçoam ou orientam esse comportamento.

Essa intenção volta-se à medicina social e seus instrumentos nascidos fora do aparelho de Estado, que desempenharam papel decisivo na configuração posterior dessa medicina, ao mesmo tempo em que fomentava uma configuração específica ao Estado (MACHADO et. al., 1978).

Busca-se, ainda, evidenciar uma “[...] peça do mecanismo de nossas sociedades, de importância decisiva para o surgimento e manutenção de técnicas normativas nascidas no bojo de um tipo de conhecimento que se dá como objeto a totalidade da vida social” (MACHADO, et. al, 1978, p. 71). Técnicas essas que, gradativamente, deslocaram-se de seu solo originário e acabaram por impregnar outras formas de saberes e práticas.

Através dos documentos consultados na pesquisa (Documentos da Câmara de São Paulo emitidos desde o século XVII, leis, regulamentos, ofícios, cartas, jornais, teses, panfletos) é possível identificar elementos acerca da normalização da vida social brasileira, desde a Colônia, passando pelo Império, até a República. Esses documentos permitem conhecer os esquemas que anseiam regular a coletividade por via de diversos dispositivos, além do modo como se pretende adequar os indivíduos à ordem, em nível disciplinar. Como estratégia principal que orienta a análise dos pesquisadores, a medicalização da sociedade – viabilizada com o apoio de uma parte da intelectualidade da época – e a intervenção sobre o espaço urbano e a população nas cidades.

O que é tensionado no germe da medicina social em pleno século XVIII é a necessidade de um processo de transformação por parte da Colônia, com suas cidades, populações e instituições, pois os objetivos impostos por Portugal só podem ser atingidos com a devida transformação da realidade. Essa transformação requiritava que a Colônia aderisse a certas indicações oriundas de uma disciplinarização militarizada do espaço. A necessidade de organização da população era um imperativo, não só pela defesa do território contra inimigos externos, mas também para potencializar a vida já existente no espaço. Um exemplo de problema cuja solução era vislumbrada pela lógica militar eram os “vadios”.

À luz dos interesses do Estado, face ao perigo ou mesmo à situação de guerra, é colocada a

importante questão da desordem interna da população que, em parte, reflete concretamente, no plano interno, a figura ameaçadora do invasor. É assim que a carta régia dirigida ao Conde Cunha em 22 de junho de 1766, assinalando as dificuldades de recrutamento de pessoal para a tropa, pede providência contra os vadios que, capazes de prestar serviço militar, ou se escondem no mato, cometendo toda a sorte de insultos, ou tomam ordens como clérigos, engrossando as fileiras daqueles sacerdotes que não têm de viver. O Rei não só assinala o problema – “cruéis e atrozes insultos que nos sertões desta capitania têm cometido os vadios e as facinorosos que neles vivem como feras, separados da sociedade civil e comércio humano” – como propõe medidas para resolver a situação: reuni-los obrigatoriamente em povoações civis, providas de autoridades administrativas como juiz ordinário, vereadores e procurador do Conselho “repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes” (MACHADO, et al, 1978, p. 111).

O que a proposta do Rei expressa é a intenção de fixar e integrar os “vadios” na cidade. A cidade é, assim, parte de uma relação que confere ao homem uma realidade positiva e regeneradora. Isso, de certa forma, expressa a maneira como o sertão e o campo são encarados em sua contraposição à cidade. Se para a classe dirigente, esses eram encarados como uma forma de rebaixamento do homem à condição de animal, a cidade aparece como local para restauração dessa humanidade perdida. Para Machado (et. al. 1978, p. 112), “A proposta de trazer os vadios de volta à cidade põe em evidência a necessidade do conhecimento e do controle da população, tidos como possíveis quando restritos aos limites da existência urbana”.

O que nos interessa ressaltar aqui é essa contraposição entre cidade e campo que marcará, de forma indelével, a constituição da medicina social no Brasil - basicamente urbana - e o próprio nascimento do Serviço Social, uma profissão que se identificará com os marcos urbanos e com a ascendente sociedade industrial, não apenas na Europa e no Norte da América, como também no Brasil.

Dessa forma, no cerne desse projeto, está uma clara oposição entre o comportamento urbano (civilizado) e o comportamento no

campo ou interior (selvagem). A cidade não é apenas um marco civilizatório, mas é o dispositivo que permite a efetivação de um controle necessário sobre um grupo a ser dominado. A integração à cidade é justificada pela ordenação que essa propõe. Dessa maneira, uma racionalidade que entende a ociosidade e a vadiagem como elementos a serem combatidos pelo mecanismo administrativo passa a ser elaborada, tendo na figura do Marques de Lavradio um de seus principais idealizadores. As propostas de Marques envolvem a construção de casas separadas pelo sexo de seus ocupantes, para seu cerceamento e o impedimento da livre circulação, bem como o ensino de ofícios e fomento ao casamento, para que posteriormente se conceda a esses “vadios” recuperados terras, gado, instrumentos agrícolas, contrapondo ao isolamento arbitrário e espontâneo, o isolamento que objetivaria a recuperação por via da integração e produção. (MACHADO, et al, 1978).

Isso possibilita, na análise de Machado (et al., 1978, p. 114), “[...] idealizar a cidade como princípio de ordenação e conhecer, para corrigir, a singular distância que separa desse modelo, sua realidade confusa, imperfeita e perigosa”. Ou seja, a construção da cidade enquanto elemento de controle e investimento sobre a população. Não se trata de colocar o Brasil rural como questão nesse momento, mas de reconhecer a necessidade de investimento e planejamento sobre a urbanidade.

O modelo de organização militar viabiliza o exercício da autoridade jurídico-administrativa, ao responder pelas condições da população. Marques de Lavradio, por exemplo, critica medidas punitivas que não corrigem o ato delituoso, mas agravam a desordem. Esse tipo de ordenação política não oferta as respostas requisitadas pelo povo. Assim, torna-se necessário um saber fundado na experiência, que consiga ofertar um princípio a partir da utilidade das penas previstas em lei.

O mesmo autor já ressaltava a importância do trabalho e criticava a ociosidade.

A América produz infinita gente, produção está tão necessária para um país tão extenso que necessita de cultura, a qual não se pode fazer sem muitos povoadores, porém a maior parte destas gentes que nascem pouco ou nenhum aproveitamento se tira deles; a preguiça, a falta de providência para fazerem trabalhar a gente branca

e ainda parda, recaindo todo o trabalho sobre os escravos negros, fazem com que por falta de meios se não possam criar as crianças que nascem, e outras com a ociosidade destroem as suas saúdes nos primeiros anos de sua mocidade. As mulheres, por não se empregarem e por falta de meios para se sustentarem se prostituem; desta prostituição procedem os infinitos achaques com que vêm ao mundo os que nascem; na facilidade que os homens têm com o trato das mulheres se segue também os poucos que buscam o estado de casados e tudo isso concorre para que, sem embargo de serem muitos os que nascem ou porque uns morrem nos primeiros anos, ou que outros se impossibilitam logo que principiam a estar em estado em que podiam ser úteis todos aqueles indivíduos e tem deixado este Estado de ter tirado as grandes utilidades que lhe oferece um país tão precioso; e para se evitar algumas destas desordens pode ser que fossem úteis algumas fábricas, obrigando-se as gentes ociosas a trabalhar nelas; evitando-lhes por este modo aqueles desconcertos e indigência a que os conduz a mesma ociosidade, reduzindo-os a uma vida não só mais conforme aos interesses particulares de cada um, mas também a todo o Estado. (LAVRADIO, apud. MACHADO; et al., 1978, p. 121 122).

Conclui-se disso a dificuldade em ofertar o trabalho como remédio a todos os males em tempos coloniais. A saúde e a doença emergem agora com um conjunto de novas características, já no âmbito dessa nova orientação da administração colonial. Assim, para a classe dirigente, a população do Rio de Janeiro não era apenas caótica, revoltosa e ignorante, mas também uma população doente, o que requisitaria um projeto de militarização da sociedade para tentar sanar esse males (MACHADO, et al., 1978).

A repressão no período colonial não possuía qualquer contraparte com a prevenção ao crime ou reintegração do criminoso. O alto grau de reincidência e a criminalidade pareciam ser resultado da ociosidade e vagabundagem já que não haviam, na leitura da época,

ocupações para os indivíduos. Um dos motivos para isso era o atraso econômico e cultural ao qual o Brasil via-se submetido em virtude dos interesses de Portugal e influência inglesa. Efeito desse atraso era a não difusão da disciplina do trabalho, escola ou da família como apoio ao Estado no controle da marginalidade, algo central ao desenvolvimento da racionalidade estatal. Assim, a questão era como fixar os indivíduos em locais que permitissem a observação da conduta da população. Desde o arcabouço institucional da colônia, apenas duas instituições haviam construído espaços dessa natureza, que poderiam auxiliar: a igreja e o exército (COSTA, 1983).

Os problemas que decorriam da tentativa de militarização da sociedade foram expostos pelo Marques de Lavradio no relatório de transmissão de sua administração (1769-1779) ao Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos, em que relatou as dificuldades por parte da Colônia de adequação à inovação disciplinar.

A estratégia proposta por Lavradio envolvia o desenvolvimento de uma sinonímia entre Estado e população. Inicialmente, para armar o sujeito era necessário partilhar o poder e suas formas repressivas e, concomitantemente a isso, fazer a população acreditar que defender o Estado é defender a si mesmo. Lavradio, assim, acreditava que ao habituar os pequenos grupos e pequenas autoridades a progressiva e continuamente obedecerem ao Rei, acabaria gradativamente por converter esse hábito em algo natural (COSTA, 1983).

O exército como destino residual da cidade, primeiro como absorvedor dos vadios e, em seguida, como duplo disciplinador: regenera quem está dentro e pune quem está fora.

Essa proposta revelava, em suma, a fragilidade política a qual o governo colonial se encontrava no que concerne ao controle da cidade e do povo. Havia um contrassenso entre as instâncias eficazes, que não se identificavam com o Estado e o conjunto de leis e a polícia que, por sua vez, não conseguia ordenar o meio urbano. O governo, na figura das elites agrárias, precisava resolver o seguinte problema: “[...] como implantar a mecânica de sujeição militar sem criar soldados nem distribuir armas ou, em outros termos, como levar os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal sem os riscos de insurreição armada.” (COSTA, 1983, p. 28).

É no final do século XVIII, com a assunção da saúde dos habitantes pela administração do poder colonial, tendo como foco principal a cidade, que se permitirá por via do intenso processo de militarização da sociedade a composição da base para o desenvolvimento da medicina social a partir do final do século XIX.

Essa relação começa a ser atestada materialmente com o hospital militar, que em seu esforço pela reintegração do soldado, ocasionou mudanças em sua constituição interna. Havia também o leprosário, que funcionava como entidade, assumindo critérios médicos e buscando, em seu planejamento, o isolamento do leproso incurável, visando, assim, proteger a cidade do risco de contágio. Para tanto, tais instituições eram estabelecidas em locais afastados dos centros urbanos em franca ascensão.

A prerrogativa acerca da saúde dos habitantes possui também sua contrapartida sobre a população negra escravizada. Esses comparecem como portadores de um perigo a ser evitado. Os relatos da época informam que os negros ao chegarem à Colônia, saíam direto dos navios e, sem maiores cuidados, entravam em contato com a cidade, concentravam-se nus em espaços circunscritos e, por esses motivos, colocavam, para a racionalidade administrativa, uma série de ameaças à cidade e ao povo.

Ainda que houvesse galpões para onde eram conduzidos em sua chegada, esses eram utilizados apenas como meio de fazê-los recuperar as forças e melhor prepará-los para as exposições públicas, sem atenção ou cuidado a elementos vinculados a presença de pestes, miasmas e doenças (CHIAVENATO, 2012).

A solução inicial foi a separação, no momento do desembarque, entre os escravos sadios e os doentes, em locais diferentes na cidade para impedir o contato de ambos com o povo. É a associação, como descrita por Machado (et al., 1978), entre população/escravo e saúde/doença que justifica o conjunto de mudanças na forma do desembarque dos negros escravizados, que chegavam aos portos, em meados de 1740, bem como as ações pioneiras na racionalização higiênica dos portos.

Essa intervenção urbana refletiu na destruição e deslocamento de certos armazéns de escravos para outras localidades da cidade do Rio de Janeiro. Além dessa ação, ocorreram outras, tais como abertura e calçamento das ruas; construção de estradas; de pontes e de fontes, que objetivavam solucionar a insalubridade da cidade, visando solucionar problemas relativos à água estagnada, aos dejetos, à falta de fluxo nas vias, entre outros.

O que o projeto de urbanização intenta realizar é uma acepção da cidade que a considere como um todo organizado e articulado. Machado (et al., 1979, p. 146) assim explica: “Esquadrinhar, dividir, isolar implicam em estabelecer relações entre elementos e objetos aparentemente dispersos e desvinculados mas que se agenciam, na

medida em que qualquer desordem singular pode acarretar o mal funcionamento do todo”.

O médico objetiva, nesse quadro, perceber o espaço urbano em crescimento como uma realidade integral. Dessa forma, considerava não só as características naturais do Rio de Janeiro, tais como o clima, localização de morro, regime de chuvas e ventos, mas a cidade como produto e resultado da ação do homem. É no final do século XVIII que o planejamento urbano irá comparecer nos pareceres médicos, com uma justificativa pragmática: lutar contra as pestes e miasmas exige a construção de uma cidade higiênica.

Os documentos analisados por Machado (et al., 1978), datados de 1798, que versam sobre a relação dos médicos e demais autoridades da Câmara com as transformações da cidade, não se restringem apenas a analisar elementos vinculados à natureza e sua relação com a cidade, mas critica também a imoralidade como causa para as doenças – são incluídos aí a ociosidade, vadiagem e prostituição – e propõe como solução a ocupação dos indivíduos – independentemente do gênero – e o envio das famílias identificadas como produtoras de um modo de vida promíscuo e sem condições econômicas de se manter na cidade para viver no campo e interior. Estabeleceu-se, assim, o longo processo de estigmatização dos miseráveis.

Machado (et al., 1978) realiza um conjunto de reflexões sobre a entrada no século XIX e os avanços à medicina social no solo histórico brasileiro. Por esse motivo, afirma que não faz sentido considerar toda medicina como social. O que justificaria isso é a ausência na relação entre as instituições médicas e o Estado, até o século XIX, de um vínculo explícito entre saúde e sociedade.

Não há por parte da administração colonial uma organização que considere o planejamento no combate às doenças e, por isso, não há um regime de saúde, no período anterior ao século XIX. Sucintamente, a produção de saúde não está no interior das intencionalidades da administração colonial. Desta forma, o que acena para o debate sobre as condições de nascimento de uma profissão como o Serviço Social é, justamente, a necessidade que se constitua um tipo de racionalidade sobre o “social” no interior do Estado. Esse social não seria apenas a compreensão sobre as requisições postas a certas profissões, mas sim, o entendimento de que tipo de ação esse Estado pretende cancelar.

Nesse período, o *modus operandi* do Estado em situações que exigissem sua ação era sempre reativa ao aparecimento de alguma irregularidade ou infração à lei, caracterizando-o como instância geral de fiscalização na esfera econômica e política. Contudo, não havia um

projeto que possuísse em seu centro a saúde, tampouco, a exigência de um planejamento preventivo.

Isso mudará a partir do século XIX, quando se desenvolvem duas características centrais à medicina no Brasil: sua penetração na sociedade - o que incorpora plenamente o meio urbano como alvo de sua reflexão e prática – e a condição da medicina como apoio científico indispensável ao exercício do poder de Estado (MACHADO, et al., 1978). Esses elementos emanados das faculdades de medicina e das requisições postas a essa profissão contribuíram para um tipo de compreensão acerca do social.

O que se verifica com essa transformação do objeto da medicina é seu deslocamento da doença para a saúde. A doença deixa de ser uma essência isolada que exige a ação do médico e passa a compor um novo projeto na medicina, que requisita o exercício de um saber político por parte desse agente que, por sua vez, deve lutar contra as causas da doença e tudo o que possa ocasionar o mal estar físico e moral na sociedade, ameaçando o esplendor do Estado.

Essa inserção do indivíduo no social, de reconhecimento do meio e ação para proteção, que mesclam a um só tempo o médico e o político, resulta na convocação do médico a atuar nos componentes urbanísticos e institucionais, para neutralizar os perigos. Isso por via do controle que agora se refina com novas terminologias: virtualidades, prevenção e periculosidade (MACHADO, et al, 1978).

O resultado disso é o que Machado (et al, 1978) afirma ser o processo de transformação do médico em cientista social no século XIX. Ele passa a integrar sua ação à lógica da estatística, geografia, demografia, topografia e história. Contribui no planejamento urbano para que se atrele as transformações da cidade à saúde da população; modifica as instituições, já que o hospital agora não será apenas um órgão de assistência aos pobres, mas uma instituição que se apoia no ato de curar e o hospício já não enclausura mais o louco e sim doente mental; legitima a clínica, condenando formas alternativas de cura e, por fim, oferta mudanças ao modelo disciplinar, que vigora tanto para a escola, como para a prisão, entre outros.

Isso é o que chamamos de “medicalização da sociedade”, que Machado (et al, 1978) assim define:

[...] É o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente

pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado; é a certeza de que a medicina não pode desempenhar esta função política sem instituir a figura normalizada do médico, através sobretudo da criação de faculdades, e produzir a personagem desviante do charlatão para a qual exigirá a repressão do Estado. As técnicas de normalização – que instituem e impõem exigências da ordem social como critérios de normalização, considerando anormal toda realidade hostil ou diferente – aonde foram refletidas e aplicadas pela primeira vez no Brasil senão na medicina social do século XIX que se auto-definiu como uma medicina política? Medicina que medicalizou a sociedade mesmo que até hoje não tenha conseguido medicá-la. (MACHADO, et al, 1978, p. 156).

É o equacionamento dos termos saúde e sociedade que permite a produção de um novo tipo de indivíduo e de população para a ordem vigente e para as grandes transformações que despontam, tais como o intenso processo de industrialização em curso desde a metade do século XIX.

Para Costa (1983), a solução encontrada foi a inserção da medicina higiênica no governo político dos indivíduos. A medicina trava já uma extensa luta desde o início do século XIX contra a tutela jurídico-administrativa da Colônia. O despontar desse novo sistema a fez avançar a partir do momento em que o discurso sobre a higiene incorporou a cidade e a população no campo do saber médico.

Todo esse processo, por sua vez, viabilizará justamente o desenvolvimento posterior de um tipo de prática que, orientado pelas necessidades do meio urbano, reconheceu a higiene enquanto componente ineliminável para uma população sadia, bem como seu

disciplinamento, que requisitou a ação de sujeitos orientados por um tipo de racionalidade, que agregaria componentes sacros aos preceitos da medicina social.

3.2. - As estratégias para uma sociedade medicalizada: o caso da cidade.

É em 1829, com a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que se compõe o espaço cultural da medicina brasileira e se elabora o conteúdo da medicina social conjuntamente a planos de implantação e defesa, tanto do controle da formação profissional como do exercício médico, a fim de se contrapor aos chamados “charlatões”. Trata-se aqui da relação que a medicina ambiciona ter com o Estado e dos meios de regular tal relação, afinal, se a medicina está a seu serviço, pois que o Estado se deixe instrumentalizar pela medicina. Desde o momento em que o saber médico sobre a sociedade se volta aos componentes do espaço urbano, o objeto da medicina consegue deter uma espécie de totalidade, não havendo assim fronteiras definidas sobre o que seria passível de sua intervenção no interior da vida social (MACHADO, et al., 1978).

Todavia, a medicalização da sociedade não pode depender apenas da Sociedade de Medicina ou do Estado, enquanto instâncias e aparelhos de apoio que absorvam e legalizem esse discurso e prática. É necessário que haja múltiplos focos de poder homogêneo ao projeto médico que, em sua articulação com os demais, contribuam na construção de um projeto de saúde para o Estado e sociedade.

Como estratégia para isso é percebida, após sua fundação, a presença de representantes da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em instituições como a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os membros da Sociedade de Medicina adotam diferentes meios para assegurar a difusão de sua influência e presença em diferentes locais, uma dessas é também a aproximação a políticos, militares e religiosos. Avançam, assim, por diversas frentes que, em sua articulação, compõem em unidade o projeto da medicina social, construindo o saber e as práticas oriundas da medicina, expandindo-se para o território, criando condições para seu funcionamento articulado no país; unificando essas práticas e saberes (MACHADO, et al, 1978).

O que isso acentua é o fato de que a medicina social precisou se articular politicamente para assegurar seu avanço. Todavia, não se

constitui como um poder paralelo ou meramente externo ao Estado; é política tanto pelo modo como intervém e penetra na sociedade, como também por sua relação com o Estado. Relação essa que expressa sua necessidade junto a esse ente para atuar na prevenção das doenças na população; e, ao mesmo tempo, sua utilidade ao Estado como componente dessa relação que não pode ser ignorado, por ofertar uma prática apoiada na ciência e que legitima o próprio Estado em sua relação com a sociedade. A medicina social, que nasceu no século XIX, luta por sua hegemonia, centraliza politicamente suas práticas e saberes e figura em seu interior como um órgão especializado, que serve ao Estado e é por esse potencializado (MACHADO, et al, 1978).

O que ocorre aí é um processo de cooptação da higiene pública pela medicina social. Um exemplo da forma como a higiene pública vê-se submetida a essa relaciona-se às formas de combate às epidemias no Rio de Janeiro. Uma epidemia de febre amarela ocorrida entre os anos de 1849 e 1850 teve como mentor das estratégias de respostas a esse quadro a Academia Imperial de Medicina.

No plano elaborado por essa entidade, intitulado *Providências para prevenir e atalhar o progresso da febre amarela, mandadas executar pelo Ministério do Império por aviso desta data*, a proposta principal é o aumento do controle sobre os indivíduos e a rotina na cidade reorganizando todos os elementos para combater a epidemia.

O ano de 1850 parece ser decisivo para a ação e exibição, por parte da medicina social, de todos os elementos pelos quais lutou para ser reconhecida. Assim, buscam esquadrinhar e disciplinar todo o espaço urbano, tendo na peste um elemento de legitimação e justificativa para exibição de seu poderio. (MACHADO, et al, 1978).

Nesse momento, os elementos constitutivos da polícia médica no Brasil são:

- 1) Existência de um órgão dirigente da saúde pública. A primeira medida governamental é a nomeação, por aviso de 5 de fevereiro, de uma Comissão Central de Saúde Pública encarregada de coordenar o combate à epidemia.
- 2) Esquadrinhamento urbano: divisão da cidade em paróquias e destas em distritos; criação das Comissões Paroquiais de Saúde Pública compostas de subdelegado, do fiscal e de três médicos. Tática, portanto, de ocupação do

terreno indispensável ao exercício local do controle sanitário.

- 3) Assistencialismo: Serviço de assistência gratuita aos pobres, atendimento médico, remédios, dietas, recolhimentos de mendigos.
- 4) Inspeção sanitária. As comissões visitarão periodicamente os navios, mercados, prisões, hospitais, conventos, colégios, oficinas, quartéis, teatros, estalagens, matadouros, cavalariças, cocheiras, cemitérios, igrejas, etc, estabelecimentos passíveis de transmitir a doença, com o objetivo de velar pelo seu bom estado sanitário. Esses estabelecimentos públicos, as casas particulares, as praças, as ruas, valas e esgotos devem ser conservados no maior asseio, caiados, lavados e fumigados.
- 5) Fiscalização do exercício da medicina, cirurgia e farmácia.
- 6) Registro médico. Acúmulo de informações, que vai da base à cúpula. Relatório dos médicos e dos hospitais sobre a marcha da epidemia e o tratamento para as Comissões Paroquiais que, por sua vez, elaboram a estatística mortuária e um relatório semanal para a Comissão Central. A ação médica produz um melhor conhecimento do fenômeno e esse saber empírico possibilita à medicina planejar melhor o seu combate. (MACHADO, et al, 1978, p. 244 245).

A concretização da medicina social decorre do deslocamento de seu objeto: da doença tratada isoladamente para a saúde pensada coletivamente. A função do médico passa a ser a prevenção sobre tudo aquilo que possa significar a doença para o indivíduo e risco à sociedade. A saúde é, aqui, ação sobre o bem estar físico e sobre a moral. Desta forma, a medicina social é fundamentalmente uma medicina preventiva, seu marco se dá no momento em que se pensa/planeja a prevenção e se organiza um dispositivo para efetuar-la, que resulta na atenção às causas da doença e não no corpo do doente, como também naquilo que o circula, ou seja, no meio ambiente. (MACHADO, et al, 1978).

Passa-se a constituir um saber coletivo, por via dos diversos profissionais habilitados a atuarem já pelas escolas de medicina.

Profissionais que, por via das instituições da classe médica e demais associações, recolhem a materialidade prática da experiência e passam a exercer certas formas de saber de maneira privada, utilizando-se de análises estatísticas, demográficas e topográficas.

Sobre as atribuições assumidas pela medicina é necessário reconhecer que não há espaço onde a medicina não ambicione adentrar, pois numa sociedade medicalizada, não há lugar onde essa não possa contribuir. A saúde da população é, assim, um problema da medicina e o Estado, por seus interesses na potência dessa população, legitima essas atividades, convertendo toda a sociedade em algo passível de regulamentação médica. E é essa necessidade de supervisionar não apenas a saúde do indivíduo, mas da população, para assegurar a prosperidade e a segurança do Estado, que se requisitará a medicina organizada sobre a égide de um poder político, sendo marcadamente uma medicina social.

Essa medicina será aliada aos valores iluministas, à liberdade e civilização, associando-se, incondicionalmente, a qualquer governo esclarecido que venha aderir às suas indicações através do projeto de polícia médica. Os médicos passam a ter um projeto de nação, nação que não pode ser pensada sem a contribuição do corpo médico que, como bem ilustra Machado (et. al, 1978), detém a verdade, sendo que essa verdade precisa ser transmitida à população e ao governo por suas ações.

Ensino, governo e nova população: essa tríade atravessa diferentes elementos e refunda todo um conjunto de práticas. O governo tem como cerne, agora, a preocupação com o bem comum e a razão é seu guia, ao objetivar o progresso da civilização. Civilização possível apenas quando apoiada na força da população e essa última comparece como somatória dos cidadãos, homens que cumprem seus deveres e contribuem ao esplendor da nação. A população torna-se alvo de um processo tenazmente organizado, em que o cidadão é um princípio apriorístico à legitimação dessas ações.

Machado (1978, et a., 1978, p. 225) explica que o cidadão resulta da transformação do povo - essa massa confusa, inteligível, guiada por instintos e sentidos. O cidadão vincula-se a uma ordem que possui enquanto prerrogativa à razão, ao conhecimento; a relação desse homem com os demais terá como centro a harmonia, e não o conflito. Em suas palavras, “O cidadão é forjado a partir de um projeto de ordem social; permite o funcionamento perfeito da sociedade, cumpre seus deveres e ajuda decisivamente a preservar o que é de todos”.

Dessa forma, a polícia médica é vinculada ao projeto da medicina social, que requisita uma ação permanente de controle, tendo

como alvo a sociedade e a população. O médico, além de ser detentor de um conhecimento e de exercer uma ação, é, também, uma autoridade: decide, executa, fiscaliza e pune. Trata-se de um processo de normalização, que objetiva expurgar as ameaças à sociedade e, ao mesmo tempo, assegurar o processo de formação e perpetuação do saber desse agente.

A normalização da sociedade expressa-se na higiene pública. Essa se constituirá como instrumento privilegiado pelos médicos, na tática utilizada para sancionar a medicina em seu estatuto próprio, o que lhe assegurará e requisitará a participação efetiva nas medidas de organização, controle e regularização da vida social. A promoção e manutenção da saúde pública - saúde da sociedade, que exige a ação e vigilância contínua da medicina social – ordena o meio natural e social e o próprio homem, situado em uma rede de relações por meio normatização do saber e exercício dessa função na sociedade.

Trata-se de um projeto concatenado à própria medicina social, da qual essa não pode abdicar, que é justamente a circunscrição ao médico do saber institucionalizado da medicina, que é sancionado por via de provas de competência. Combate-se, assim, o charlatanismo e assegura-se a legitimidade da ação, por via da rigorosidade do controle e exercício dos que atuam (MACHADO, et al, 1978).

Têm-se, assim, um desenho de cidade ascendente no final do século XVIII e plenamente consolidado ao longo do século XIX, que terá a influência e a racionalidade organizativa gestada com a contribuição ineliminável da medicina social, por via, principalmente, do sanitarismo e do higienismo.

A cidade desse período detém certas características e funções que Foucault (2008a) sinalizou por via de três elementos entre os séculos XVIII e XIX. Havia uma especificidade jurídica e administrativa que a diferenciava de forma singular dos demais territórios; um encerramento murado dentro de seus limites e, por fim, uma heterogeneidade econômica e social significativa, quando observada sob a luz da vida e organização social no campo.

Esses elementos suscitaram anteriormente diversos problemas referentes ao desenvolvimento dos Estados administrativos. Outro problema que emergiu no período foi o crescimento tanto do comércio quanto da demografia urbana. Afinal, como encerrar entre muros uma população crescente e o comércio que desponta? A necessidade de intercâmbios econômicos entre a cidade e seu entorno movia esses dois elementos, fazendo dos limites físicos e do fluxo nas cidades um problema. O que o século XVIII colocou à cidade: o desafio de

“ressituá-la como um espaço de circulação” (FOUCAULT, 2008a).

A solução encontrada para isso consiste na abertura de eixos que atravessem a cidade e ruas largas que assegurem quatro funções: a primeira é a higiene, com a eliminação de espaços muito restritos onde se acumulavam miasmas, permitindo, assim, o arejamento; a segunda é a garantia de que o comércio possa se desenvolver nas cidades, o que nos leva à terceira função; o despontar do comércio e o aumento demográfico, que exigiu articular as ruas no interior das cidades, com as que ligavam as cidades do exterior, o que permitiria a circulação de mercadorias e, ao mesmo tempo, a manutenção do controle aduaneiro. Por fim, a vigilância contínua e perpétua na cidade, já que após a supressão das muralhas e o entendimento de que não era mais possível fechar as cidades durante a noite seria necessário agir sobre os efeitos que essa abertura causaria, com a insegurança e afluxo de populações flutuantes, mendigos, delinquentes, entre outros (FOUCAULT, 2008a). Todo esse conjunto servia fundamentalmente ao esforço de garantir condições ao desenvolvimento da cidade.

A expectativa de futuro acerca da cidade é, por fim, o elemento que reconhece no seu interior um projeto, não exatamente controlado ou controlável, pois que a cidade é planejada para crescer e alterar-se. É esse conjunto de elementos que caracterizam o que Foucault chama de mecanismo de segurança no interior da cidade. Para que haja a possibilidade desse desenvolvimento é central o meio, definido por Foucault (2008, p. 27) como: “Necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É portanto o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio”.

O meio será, portanto, aquilo no que se viabiliza a circulação. Esse é um elemento constantemente trabalhado pelos dispositivos de segurança e constitui-se como um campo de intervenção que visa atingir os indivíduos em sua multiplicidade. O meio irá se voltar a essa multiplicidade da vida por meio da população, uma multiplicidade, que como afirma Foucault (2008a), vincula-se à materialidade do que são e que só existem na condição de parte desse conjunto.

A importância crescente da cidade no âmbito do comércio e de produção econômica, tal como sede do dispositivo central de administração política, apto a intervir em todos os níveis da vida social, requisita a construção de um funcionamento ordenado do núcleo urbano. São essa atenção e cuidado que permitirão a transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da ordem social.

A ideia da cidade como causa de doenças devido à desordem e

caos não é estranha à medicina social, ao contrário, está ligada a suas origens. O que a medicina social fará é a elaboração de um projeto de prevenção contínuo e ininterrupto contra o meio que seja hostil à saúde dos habitantes. Essa proposta resulta em uma teoria da cidade formulada pelos médicos, em que esses intelectuais refletem sobre a morbidade urbana e explicitam a necessidade da concretização de condições de vida ideais como meio de normalização da vida em sociedade. Para Machado (et al. 1978), aqui se evidencia a face da medicina social historicamente constituída no Brasil como essencialmente urbana.

Desta forma, a medicina torna-se fundamental para a cidade, constituindo um tipo de racionalidade que, basicamente, expressa uma boa política de governo, já que a medicalização da vida social é uma forma de controlar, vigiar e curar os malefícios da vida urbana.

Mas, afinal, qual é o efeito desse complexo de diferentes frentes e ações por parte da medicina social? Machado (et al, 1978) defende que o objetivo final da medicina social é formar ou reformar física e moralmente o cidadão. Entende que as possibilidades morais de um homem se vinculam às suas condições físicas, em uma mútua implicação; uma moral comprometida compõe um físico debilitado, um físico enfraquecido infringe malefícios à moral do homem.

No interior desse processo, o receptáculo da moral e do físico para a medicina social é o indivíduo. Compete à medicina social assegurar o equilíbrio entre essas duas. Para a medicina, esse equilíbrio é o que resultaria no próprio ato superior de civilizar, e aqui, civilizar é fundamentalmente urbanizar o homem. É importante ressaltar que esse discurso de reforma moral do homem, embora presente na medicina social, não lhe é exclusivo.

Essa afirmativa parece contrariar, em muito, a aceção que aponta como elemento central ao nascimento da medicina social o desenvolvimento da indústria e de um corpo produtor e dócil, o que estabeleceria uma relação intrínseca entre a medicina social e o trabalho. Para Machado (et al, 1978), esse processo se deu de forma distinta no Brasil, quando em comparação com outros países - principalmente a França e Inglaterra - já que em nosso país, a relação entre medicina e sociedade não teve como ponto fulcral, necessariamente, o corpo produtor, mas o corpo urbano, que traz em si a doença e a morte. A esse respeito, afirmam os autores: “A medicina é social por detectar na cidade as causas de um estado patológico da população e formular um projeto de normalização da sociedade como condição para produzir o estado positivo da saúde” (MACHADO, et al, 1978, p. 353).

Esse elemento traz outro fato para pensar o nascimento da

medicina social no Brasil e sua função: a forma como o escravo era considerado nesse projeto. Afinal, se a medicina social contribuiu para a instauração de uma sociedade civilizada, por via da normalização do indivíduo e da população, como essa encarava o escravo?

A escravidão colocava desafios ao projeto higienista. Um deles era justamente o modelo de sujeito que embasava esse projeto. Se o cidadão referência ao projeto da medicina social era alguém livre e trabalhador, como, afinal, articular o escravo com esse projeto? O escravo era aqui um empecilho, ainda que fosse a mão de obra mais abundante à época; ele não era livre e nem sujeito de direito liberal. E, ainda mais, representava um elo de resistência ao projeto de normalização que se espraiava por toda a sociedade.

O que emerge aqui é o que Castro (1983) considera como uma incongruência na ideologia liberal-escravista adotada pelos médicos. As promessas feitas à família branca em sua aderência ao projeto higienista não poderia ser ofertadas ao escravo. Não havia posição de removê-lo de sua condição e, ao mesmo tempo, ele era o elo entre as antigas práticas e os hábitos novos a serem incrustados nas famílias.

O desafio era então modificá-lo higienicamente, sem alterar sua posição social e seu estado, que de “animal” útil, precisava se tornar “ente” nocivo à saúde. Colocado ao lado dos miasmas, insetos e maus ares, o escravo converteu-se em um mal que agia na saúde física das famílias e também pelos desregramentos de conduta morais e sexuais. As ações extremas desencadeadas nas punições contra os escravos foram importantes para as manobras erigidas pelos médicos. Tratou-se de um ponto de apoio para a normalização da família, que percorreu todos os interstícios e sujeitos do modelo familiar colonial em transição ao moderno. A escrava foi usada contra a mulher, culpada pela infelicidade do marido, doença e morte dos filhos. Isso se espraiou também na conduta sexual, onde a mulher escravizada foi apontada como uma ameaça à boa saúde do homem. Em seu corpo, residia o perigo das doenças venéreas e da degeneração da prole. “Os escravos em geral, homens e mulheres foram manipulados de modo a criar na família repulsa à sua própria casa que, de lugar de abrigo e proteção tornou-se, com a higiene, local de medo e suspeição. (CASTRO, 1983, p. 123).

Outro elemento que contribuiu para isso foi a expansão da população vinda da Europa, por sua intolerância à presença e convivência com negros e demais afrodescentes, bem como a racionalidade filantrópico-liberal, que reprovava a escravidão. Esses fatores acabaram por afastar os negros de seus trabalhos nas casas e

atingiram de forma incisiva as condições de sobrevivência dos que viviam no meio urbano e exerciam suas atividades nas casas de famílias brancas²⁹.

Para Machado (et al, 1978), a possibilidade de normalização sobre o sujeito negro esbarra em sua condição de escravo, excluindo-o objetivamente da cidadania. As atividades a qual eram submetidos, sem qualquer racionalidade ou atenção às suas condições de saúde, o excesso de castigo físico e ausência de modulação nos esforços que precisava perpetrar era incompatível com o sujeito que emanava da racionalidade médica à época. A resposta para isso, ofertada pela medicina social era de que haveria a necessidade de melhor organizar essas práticas, afinal “O trabalho forçado produz também embrutecimento e idiotismo: seus efeitos se fazem sentir em todo o organismo humano”. (DUARTE apud. MACHADO, et al, 1978, p. 366).

Para José Rodrigues de Lima Duarte³⁰, a racionalização das tarefas é muito mais efetiva que os excessos e punições. Assim, sugere que os fazendeiros ofertem prêmios para os que tiverem boa conduta, pois esse mecanismo ajudaria a criar um bom trabalhador no lugar de um mero escravo, ou seja, substitui-se o excesso pela proporcionalidade e o chicote pelo prêmio.

Gradativamente, impõe-se um projeto de controle também sobre a vida do escravo, do nascimento até a morte, no seu repouso, trabalho e diversão. Deve-se combater as superstições – local onde os senhores não conseguem entrar –, educá-los, vigiá-los, pois que, ao ofertar saúde acabaria por convertê-los em “bom trabalhador”. Escutam-se os ecos da acepção do trabalhador europeu no interior da escravidão no Brasil³¹.

²⁹ Cabe ressaltar que essa não é a mesma situação dos negros no campo, que não se viam tão isolados em suas atividades e ainda conseguiam fomentar formas diversas de resistência e enfrentamento. Segundo Castro (1983), isso não ocorreu de forma tão premente com os escravos urbanos.

³⁰ José Rodrigues de Lima Duarte (1826 – 1896) foi um médico e político brasileiro que, em 1847, defendeu sua tese na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, intitulada *A higiene dos escravos*. Esse trabalho foi amplamente divulgado e inspirou certas passagens do texto de Freyre (2013).

³¹ Esta perspectiva parece replicar o projeto médico em relação ao operário livre europeu. A atuação proposta – que transformará o escravo em corpo dócil e útil – é semelhante àquela que, na Europa, os médicos realizam junto à mão de obra assalariada das fábricas. Segue trecho da tese de Duarte que corrobora com isso: “É de admirar que no século das luzes, em que tudo caminha em rápidos progressos, ainda não tenham surgido homens filantropos que empreguem seus

Ao mesmo tempo, é flagrante o que essa medicina aponta enquanto contradição entre a sociedade que almejam construir - a partir da liberdade e da igualdade, apoiada sobre a existência do contrato social - e os signos da escravidão. E, assim, tematizam o escravo do campo e urbano como se fossem membros da sociedade contratual: o tratamento sugerido aos fazendeiros junto aos escravos – proprietários desses “indivíduos” – seria o mesmo dado para aqueles que efetivamente participam desta sociedade na condição de “sujeitos livres” e que, sendo juridicamente livres, podem vender sua força de trabalho (MACHADO et al, 1978).

Essa forma de concepção sobre o escravo é mais refinada do que aquela que o associava a doenças e pestes difundidas nos portos, frequente no século XVIII. Todavia, não representa um avanço significativo às vésperas da formalização da abolição. Essa compreensão da medicina social sugere exatamente aquilo que Machado (et al., 1978) assevera: trata-se de uma medicina fundamentalmente urbana, ao invés de uma medicina vinculada ao trabalho. Ela está apoiada em um projeto higiênico e disciplinar em sua relação com a cidade e população, não atenta, assim, ao trabalho, não esboça preocupação fundante com a melhoria da saúde do trabalhador que ao ser tematizado é em razão do projeto fundamental de transformação urbana. O escravo, principal mão-de-obra da sociedade brasileira, não é considerado diretamente em sua condição, mas por via de uma ideiação que o atrela a condição de trabalhador livre submetido ao contrato social sem, como bem sabemos, o ser efetivamente.

Há, sim, situações na qual o escravo é considerado elemento atrelado à sua realidade e não a uma “fantasia contratualista”. Isso decorria, fundamentalmente, do exame crítico feito à constituição da família branca e do efeito deletério que os escravos causariam, como

esforços para o melhoramento de algumas classes da sociedade, que jazem no maior abandono e desleixo a este respeito, como por certo, a dos escravos no Brasil [...] Na civilizada Europa muitos médicos incansáveis no bem da humanidade sucessivamente empenharam suas forças para melhorar as circunstâncias de muitas classes, principalmente as da operária; o que infelizmente não acontece entre nós, onde entre os cativos não são observadas as mais comestíveis regras higiênicas, não dando-se consideração alguma às localidades em que são construídas suas habitações, suas vestimentas, alimentação, horas de trabalho, repouso, dormitórios, etc. objetos estes tão necessários a salubridade do indivíduo”. (DUARTE, 1847, apud MACHADO, et al, 1978, p. 369).

elemento corruptor moral e físico da família. A presença desse tipo de discurso acaba por recuperar e intensificar certos discursos existentes no século XVIII e que no nascimento da medicina social não foram expurgados.

Os escravos são também mencionados nas críticas que a própria medicina fará ao caos e desordem da cidade, aos miasmas e doenças propagados, sendo o principal corpo ambulante nesse espaço insalubre e perigoso. Ele carrega barris, cargas diversas e os dejetos das moradias para lançá-los à praia. A atenção perpetrada a esses pela medicina social volta-se, sempre, a problemas julgados mais relevantes, tais como a urbanização e limpeza dos locais, o que colocaria os escravos como um contínuo estorvo a esse projeto.

Outra faceta do projeto da medicina social é o empenho na tarefa social de regeneração. As crianças já no final do século XIX convertem-se em alvo para a ação competente dos médicos, por apresentarem altos índices de mortalidade e riscos que representavam para a segurança. Os médicos sanitaristas passam a discutir a “infância carente” e reconhecem que há interesses no Estado que precisam ser melhor atendidos nesse campo³². Afinal, era necessário evitar o despovoamento da nação e formar futuros cidadãos e trabalhadores. Algo importante ao Serviço Social, principalmente por se institucionalizar já em sua fundação no Brasil no campo jurídico, tratando justamente da “infância corrompida” (cf. PINHEIRO, 1985).

Desta forma, acrescenta-se ao discurso médico sanitarista um discurso político de defesa da nação. Pois, além de se tratar dos futuros trabalhadores do país, dar assistência e condições ao desenvolvimento seguro dessa infância era evitar o desenvolvimento da insatisfação e rebeldia. Confinava-se, assim, a infância em instituições de caridade e

³² Em sua análise sobre o tema do abandono de crianças, Donzelot (1986) oferta alguns elementos elucidativos dessa na relação que o Estado e a sociedade desenvolverá no trato com essa denominada “juventude abandonada e marginalizada”: “No que diz respeito à administração dos menores abandonados, eles reprovam os índices surpreendentes de mortalidade de menores recolhidos: noventa por cento morrem antes de poderem “se tornarem úteis ao Estado” essas forças que muito lhe custaram manter durante a infância e a adolescência. Todos esses memoriais se obstinam em mostrar como seria oportuno, não obstante salvaguardar os bastardos, a fim de destiná-los a tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefas para as quais eles estariam perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos ou obrigações familiares (DONZELOT, 1986, p. 16).

assistência, salvando essa jovem alma e defendendo os interesses da nação.

Existia, evidentemente, um corte social na forma como essa infância era tratada. Às crianças abastadas em seu tempo livre era recomendado pelos médicos que se ocupassem com leitura, atividade física – meios que contribuiriam para evitar o desvirtuamento e a prática onanista – assegurando o desenvolvimento de uma infância segura e higiênica. Já a infância pobre era relegada a instituições de assistência e, na maioria dos casos, à disputa entre os pares por uma vaga nas fábricas, para auxiliar no orçamento doméstico³³.

As escolas privadas e instituições disciplinares da infância desamparada passam por um conjunto de transformações, já que a antiga disciplina “quase militar”, punitiva e violenta, que recorria aos castigos corporais, era apontada por parte significativa dos técnicos atuantes – médicos, higienistas, pedagogos do começo do século XX – como ultrapassadas ou antiquadas.

Esse exército de técnicos competentes propunha as vantagens da educação voltada para a alma: a disciplina “inteligente”, imperceptível, sedutora, preocupada em constituir cidadãos modernos. Este regime disciplinar comparecia no discurso desses técnicos de forma orgulhosa, ao se inspirar em modelos pedagógicos de países europeus “mais civilizados” (RAGO, 2014).

Ao lado do abandono infantil, outro problema que alarmava os médicos já no início do século XX era a mortalidade infantil. O cenário herdado pelo século XIX sobre a situação da infância abandonada foi resumido pelo doutor Moncorvo Filho: até 1874, a higiene infantil jamais foi objeto de preocupação dos médicos, com raras exceções; os poucos asilos infantis que existiam no país muito mais abandonavam do que auxiliavam essas crianças; Estado negligente, desinteressado e

³³ “Dos 10.204 operários recenseados, em 23 fábricas visitadas, 2648 são do sexo masculino e 6801 do sexo feminino. Entre as 6.081 operárias, 1706 são maiores de 22 anos, 2966 têm de 16 a 22 anos, 1.885 têm de 12 a 16 anos e 244 tem idade inferior a 12 anos. Entre os operários, 1.825 são de idade superior a 16 anos, 696 têm idade compreendidas entre 12 e 16 anos e 127 são menores de 12 anos, no referido quadro, acha-se diminuído de uma pequena porcentagem oculta entre os classificados tendo de 12 a 16 anos. Esses menores de 12 anos, [...] trabalham na fiação, nas maçarocas, nas espulas e carretéis, exatamente na sessão que se depreende maior quantidade de resíduos. [...] Esses menores são aceitos em algumas fábricas, por empenho de seus pais, que desejam dessa maneira evitar que fiquem em abandono pelas ruas e sujeitos aos perigos da vagabundagem” (SÃO PAULO, 1912, p. 35).

conivente com o abandono das crianças, de recém nascidos depositados em rodas até os mendigos órfãos (RAGO, 2014).

Inúmeros estudos e análises médicas discutem o tema da mortalidade infantil no Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, contabilizando as vítimas, elaborando gráficos e estatísticas; enfim, utilizando métodos futuramente reclamados pelo saber sociólogo. Não devemos supor, no entanto, que esta preocupação se explique mecanicamente pelo interesse de grande parte dos industriais do período em utilizar a mão de obra infantil nas primeiras fábricas do país. Ao contrário, os médicos procuravam persuadi-los dos efeitos nefastos que o emprego fabril nessa tenra idade acarretava, e muitos, como o dr. Moncorvo, procuraram garantir que o Estado impedisse a absorção do trabalho infantil nas fábricas, criando condições para sua formação profissional até a idade adulta. Além do mais, a preocupação com a saúde das crianças e nos nenês não se limitava aos pobres. Muito pelo contrário, se as crianças se tornarem objeto privilegiado de atenção dos adultos, tal processo se inicia nas camadas ricas da população, na Europa, ou no Brasil (RAGO, 2014, p. 167).

O que se tem aí é uma aparente conexão entre a potência que essa vida pode representar ao esplendor do Estado na produção da riqueza e, ao mesmo tempo, um corpo que requisita ser tratado, circunscrito, cuidado e disciplinado. A reorganização dos componentes educativos no trato com esse sujeito, expressa nos organismos de atendimento e preparação, parece reconhecer a necessidade de melhor administrar essa infância.

Já a necessidade de preservar e ofertar às crianças uma infância segura, agora reflete em outros elementos na constituição da família. Dessa maneira, a questão do alcoolismo espraiou-se para além da literatura médica, comparecendo também entre os pedagogos, criminologistas, industriais e até mesmo entre os movimentos operários afirmando esses como destruidor do organismo e da família.

O que isso tudo expressa quando passamos a compreender a constituição da medicina social é o entendimento de que essa contribuiu, não apenas para a elaboração de um campo de saber e de práticas que

viriam a influenciar a racionalidade e intervenção de tantas outras profissões sobre o “social”, mas também um tipo de sociedade ascendente no ínterim do século XVIII e início do século XX.

Embora essa história parta do percurso da medicina social é, sobretudo, a constituição do social que nos interessa. A análise precedente demonstra que o social constituído por uma concepção acerca do urbano e higiênico, que incide sobre toda a sociedade, age de formas distintas entre as classes sociais. Trata-se de um amplo processo que deixa explícita a relação entre política e moral, pois que a primeira é “[...] uma luta a respeito de formas de vida e modos de existência. Ela não é apenas um problema de redistribuição mas um problema ligado à possibilidade de criar formas de vida novas” (SAFATLE, 2017, p. 75)

No próximo capítulo, apresentaremos alguns dos componentes centrais a emergência do Serviço Social enquanto profissão e que em sua consecução partiram de condições existentes à época para a emergência da profissão e práticas precedentes herdadas por outros ofícios, cujos alvos seriam tanto o domicílio da família pobre, como o local de intervenção; a centralidade que a mulher assumiu no interior do discurso médico-eugênico e sua contribuição ao desenvolvimento de uma nova concepção de família; a compreensão desenvolvida pela Igreja Católica acerca do social e a forma como essa conseguiu congregiar um complexo organizativo que forneceria uma parte do seu laicato a certas práticas específicas e, por fim; os primeiros trabalhos de conclusão de curso das escolas de Serviço Social - que traziam em seu interior uma compreensão acerca da questão racial marcadamente delineada por preceitos eugênicos -, bem como o trabalho desenvolvido pela assistente social Maria Eolina Pinheiro, no Laboratório de Biologia Infantil, entre as décadas de 1930 e 1940, que evidencia a presença da racionalidade eugênica em sua prática profissional.

4. O NASCIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

O projeto de sociedade encabeçado pela racionalidade eugênica conseguiu se vincular a diferentes áreas do conhecimento e incidir em diversas práticas sociais. Foi profundamente influente no direito, medicina, educação; participou ativamente do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX; contribuiu com o desenvolvimento da medicina social e influiu na constituição da saúde pública no país. Essa racionalidade racista que, sucintamente, propõe o branqueamento da população por via da “arianização” agregou diversos tipos de pensamento como o de Cuvier, Gobineau e Galton e no Brasil foi encabeçada por um conjunto expressivo de intelectuais como Belisário Penna, Monteiro Lobato, Silvio Romero e Oliveira Vianna.

Foi, em suma, uma ação política influente na América Latina, principalmente no Brasil, México e Argentina. Os eugenistas ansiavam elaborar e sancionar uma legislação que segregasse o social entre os “Bem Nascidos” e os disgênicos, que proibisse a reprodução e extinguisse a prole daqueles que não contribuíssem ou que comprometessem, por sua existência, os ideais raciais. Essa proposta de proibição se estendia aos portadores de moléstias infecto-contagiosas, taras hereditárias dos classificados como loucos, os criminosos e alcoólatras, em suma, os pobres reconhecidos como inúteis ao sistema. Esses eram considerados como degenerados, uma vez que a pobreza era vista como resultante de doença e dos vícios, sendo um mal patológico.

Stepan (2005) acena para o fato de que, ao se considerar em uma análise histórica a eugenia como uma mera “ideologia” racista passageira, uma febre compartilhada por intelectuais proeminentes em um momento histórico específico, acaba-se por amenizar a responsabilidade de muitos cientistas, intelectuais e letrados da época. Negar a pertinência histórica e científica do pensamento eugênico dos séculos passados é ignorar a forma como essa ainda repercute na constituição das ciências biológicas e humanas contemporaneamente, bem como na perpetuação dessa racionalidade no interior da sociedade. Reduzir a prática de seus principais pesquisadores, propagadores e defensores a uma espécie de equívoco na trajetória da ciência é ignorar a forma como seu discurso, atrelado a uma noção de hereditariedade humana, misturada ao desenvolvimento de uma raça superior, foi decisivo no rumo das ciências, políticas e na relação entre grupos étnicos e classes sociais nesse período.

Boarini e Yamamoto (2004), em um artigo que aborda a contínua presença do higienismo e da eugenia no evoluir da ciência e práticas profissionais ao longo do século XX afirmam que em várias instâncias da vida política e social – tais como educação, saúde e assistência social –, muitas vezes se justifica ou explica certas dificuldades e problemas que os indivíduos enfrentam na reprodução de sua existência como espécies de epifenômenos subjetivistas, desvinculando-os de qualquer proposição que reconheça-os como expressões resultantes da ordem societária, que assolam segmentos da população com cortes raciais e de classe muito evidentes.

O processo de individuação que desloca o social para o pessoal é uma forma de escamotear do coletivo questões que lhe são intrínsecas. Ou seja, o processo de individuação desenvolvido nesses termos produz não apenas o indivíduo inferiorizado, mas o social que será alvo da gestão estatal e de tantas áreas profissionais. Dessa maneira, produzido um social que vai adequar, normalizar e assegurar um tipo de prática profissional. No caso do serviço social, desprezar que social é esse que está sendo gestado é ignorar porque o serviço social brasileiro nasce com traços corretivos e moralizadores, bem como sua primeira inserção institucional no judiciário e nas práticas assistenciais.

Dessa maneira, a medicalização, criminalização e psicologização a qual certos segmentos da população são submetidos em virtude de sua condição de classe e etnia são expressões diretas desse processo. Para as autoras (BOARINI; YAMAMOTO, 2004), as instituições brasileiras tiveram, como contribuição à sustentação desse processo, bases teóricas de caráter higienista e, principalmente, eugenistas, no começo do XX, que permitiram a manutenção desse tipo de racionalidade.

Por via de sua influência entre advogados e juízes, entre médicos e técnicos sanitaristas e higienistas, a eugenia contribuiu para a proliferação de tecnologias políticas, que investiram sobre o corpo da população, saúde, alimentação, moradia e as condições de vida, convertendo todo o interstício de existência das classes menos favorecidas em algo colonizável e manipulável para essa racionalidade. No Brasil do final do século XIX, as pautas de moralidade sanitária foram instauradas e acompanhadas no início do processo de transformação política e econômica, com a ascensão de uma medicina social e com o intenso processo de urbanização que consolidou, ainda, a industrialização em certos territórios.

Em sua progressão histórica, a higiene centrou suas atenções inicialmente no controle do ambiente da cidade colonial e a educação

sanitária das elites, para mais tarde, no século XX, inserir os estratos mais pobres da classe trabalhadora. Nesse sentido, aponta Ducatti (2015, p. 259): “Como atribuições do higienismo foram consideradas a criação dos hábitos sadios, o combate às “*taras sociais*” e a realização das grandes aspirações sanitárias do Estado que eram a robustez do indivíduo e a virtude da raça”

Todavia, de que forma a higienização estava presente, objetivamente, no Serviço Social, desde seu processo de institucionalização até sua consolidação na época? A racionalidade eugênica serviu à legitimação de discursos racistas científicos, isso já afirmamos. Dessa maneira, áreas como o direito e a medicina foram, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, profundamente delimitadas por esse tipo de “interpretação” do social.

No âmbito do direito, como apresentado no capítulo 2, as faculdades desenvolveram todo um conjunto de estudos que associavam o racismo - oriundo dessa racionalidade - à criminalidade, o que caucionava e fortalecia um tipo de corte no interior da população, entre classe laboriosa e classe perigosa. Já na medicina, a influência que a eugenia terá para o desenvolvimento urbano-industrial, por via da ação dos sanitaristas e higienistas, reflete na forma como se associou segmentos inteiros da classe trabalhadora a perigos biológicos através da patologização da raça e da classe, que conformava os pobres, negros, imigrantes, doentes, criminosos, loucos como “rebotalhos” aos olhos da ascendente sociedade capitalista monopolista do início do século XX.

O Assistente Social se viu atuando enquanto profissional, a partir da década de 1930, em todos esses interstícios. No âmbito do direito, este trabalho se deu, principalmente, no Juizado de Menores, primeiro campo de atuação dos assistentes sociais no Brasil. Quanto à área de saúde, a atuação ocorreu não apenas por via de uma formação profilática, dividida em diversas escolas com a enfermagem, mas também na defesa de um discurso higienista, no trato com as famílias e sua organização e, ainda, na intervenção no meio urbano, principalmente, por via dos domicílios das classes mais pobres, com a moralização da família e a higienização da casa.

É perceptível que até meados da década de 1910, as instituições assistenciais possuíam um caráter vinculado a ações de caridade, exercidas de forma particular, com especial foco e atenção por parte da Igreja Católica. O que se podia apreender da intervenção estatal é que essa encontrava-se muito mais voltada ao desenvolvimento de dispositivos normativos. Esse começa a mudar na década de 1930, por meio do Estado Novo no Rio de Janeiro, com um significativo aumento

da participação de instituições públicas na área da assistência social, havendo apoio explícito da administração federal, da Igreja Católica e do movimento laico.

Na primeira década de institucionalização da profissão, como nos acena Iamamoto e Carvalho (1988), as atividades desenvolvidas pelos profissionais referiam-se a inquéritos familiares, pesquisas de condições de moradia e à situação sanitária e moral do proletariado. Dessa maneira, o exercício profissional do assistente social voltava-se às “deficiências dos indivíduos e coletividades”, com “discursos doutrinários e apologéticos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988). Aos profissionais – e isso se confirmará com a apresentação de trechos dos trabalhos de conclusão de curso das assistentes sociais à época – as péssimas condições de vida da classe trabalhadora eram decorrentes do “[...] desapego ao lar, a falta de formação doméstica da mulher.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 20).

Afirmar daqui que o Serviço Social apenas assumiu o social tal como produzido pelo pensamento racista em voga ao considerar os problemas sociais como advindos de uma anormalidade individual e que esta concepção da pauperização se vinculava às premissas eugênicas – o que, por sua vez, justificaria sua presença no interior da profissão no momento de sua institucionalização – não deixa de ser uma hipótese coerente. Todavia, pode-se resvalar aqui na constituição de um estudo sobre os fundamentos profissionais em seu processo de institucionalização que, no limite, afirmaria que o Serviço Social não era “crítico” ou “científico” em seu surgimento e que a incursão a certas racionalidades em voga em outros períodos específicos (neotomismo, funcionalismo, fenomenologia) foram meros desvios apologéticos.

É interessante pensar, quando se analisa a forma como o discurso eugênico esteve impregnado no nascimento da profissão em sua formação (BACK, 1994) e em sua produção teórica e prática profissional (PINHEIRO, 1985), que a profissão estava escorada sobre um tipo de racionalidade que parecia imperar em diferentes setores da época, o que não necessariamente depõe sobre um tipo de irracionalidade, mas sobre a adesão a discursos em voga no âmbito das ascendentes “ciências humanas” entre o final do século XIX e início do século XX.

Assumir que a adesão a certas racionalidades racistas foi um suposto “desvio”, “digressão” ou “equivocado” teórico em uma pesquisa que aborda os fundamentos da profissão é diminuir um conjunto de práticas e saberes que compõe a sua história. Parafrazeando Foucault (2008b), não se trata aqui de, no desvendamento de um regime de

verificação, evidenciar as “sandices” que os assistentes sociais teriam dito caucionados por uma racionalidade considerada científica à época e que hoje sabemos não eram assim tão corretas, éticas ou politicamente afinadas. Mas, de trazer certa luz aos elementos que explicariam e justificariam a forma como a profissão pôde dizer o que disse sobre a raça, a pobreza e a origem de seus usuários em um momento específico e, dessa maneira, permitir que a diferença – na terminologia genealógica do termo – nos diga que esses não são os discursos, racionalidade ou práticas que possam ser contemporaneamente justificados desde a profissão.

Neste capítulo, assumiremos alguns dos componentes das camadas heterogêneas apresentadas no Capítulo 1, para demonstrar a vinculação do nascimento do Serviço Social com a racionalidade eugênica. Abordaremos, assim, a casa pobre como um espaço a ser higienizado; a conquista gradativa da autonomia pelas mulheres no espaço doméstico e urbano; a incontestável influência e importância do Estado e da Igreja Católica no processo de institucionalização da profissão; a relação entre o processo de formação do Serviço Social, com cursos como a enfermagem e a emergência da racionalidade eugênica em seu interior; a presença de apreensões racistas em trabalhos de conclusão de curso no Serviço Social na década de 1930 e, por fim, o trabalho desenvolvido por Pinheiro (1985), no Laboratório de Biologia Infantil, orientado pela racionalidade eugênica. Esses elementos nos auxiliaram a delimitarmos de que forma a eugenia se fez presente no momento de institucionalização da profissão no Brasil.

4.1. – Certos campos de intervenção: a moradia a ser destruída.

A habitação onde o pobre e sua família vivem passa a ser alvo dos aliciamentos e dispositivos de poder partícipes do processo de higienização da sociedade já no século XIX. Esse é um lugar que interessa ao projeto médico, aos burgueses industriais e poderes públicos, para a instauração de uma nova gestão de vida à família pobre. Partindo de sua vida privada até os traços mais cotidianos, tudo teria como centro irradiador e organizativo o espaço da casa.

Rago (2014) aponta que a preocupação inicial com as condições de habitação do trabalhador urbano são oriundas dos higienistas sociais atrelados aos poderes públicos. Esses exerceram diferentes indicações

sobre as estratégias para a medicalização da cidade, como a desinfecção dos lugares públicos, limpeza dos terrenos baldios, drenagem dos pântanos, alinhamento das ruas e arborização das praças. Nesse contato constante com a organização da cidade, chama a atenção a frequência dos surtos epidêmicos principados nos bairros pobres que se alastram pela cidade. Era necessário intervir para, entre outras necessidades, impedir que esses surtos alcançassem as casas elegantes dos recentes bairros ricos.

O que não seria difícil de ocorrer em virtude da ausência de esgotos e instalações sanitárias privativas, exalação dos odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciososa da população pobre em cubículos estritos. Esses diferentes espaços – bairro pobre, bairro rico – tinham em comum justamente o fato de estarem situados na mesma cidade. Era necessário reformar o modo de vida da classe mais pobre para manter seguro os estratos mais ricos.

Em um momento de constituição do mercado livre de trabalho, há um projeto de desodorização do espaço urbano em ações inicialmente pontuais que, depois, tornaram-se permanentes e sistemáticas. Como parte dessa prática sanitária, a casa dos pobres deve ser um local acolhedor, que afaste seus moradores das ruas e bares e, ao mesmo tempo, permita demarcar os espaços de circulação a serem utilizados por diferentes grupos.

Esses eram temas tratados de maneira intensiva nos primeiros currículos dos cursos de Serviço Social: a organização doméstica, a higiene do lar, a composição de um ambiente salutar e agradável aos seus habitantes. Antes da adoção por parte da profissão desse compromisso, essa prática era exercida por meio de diversos outros agentes que incidiam sobre as diferentes classes sociais. Como exemplo, além das assistentes sociais existiam cursos de visitadoras sociais – uma especialização do curso de enfermagem – que envolvia todo um conjunto de disciplinas orientadas pela eugenia e higienismo que possuía na casa das famílias pobres seu espaço de intervenção (cf. SANTOS; JUNIOR, 2015).

O que importa ressaltar aqui é que a moradia foi um ponto nodal na organização familiar e reprodução da sociedade desde meados do século XIX. Tem-se, assim, um dos eixos centrais ao processo de institucionalização da profissão: a moradia popular e a chancela técnica para intervir nesse espaço. Todavia, o projeto de desodorização da moradia popular não estava isolado, trazia a reboque todo um processo de reforma urbana – já previamente apresentado no capítulo anterior – e de profunda alteração dos hábitos dessa classe mais pobre.

O esquadramento é um elemento central ao projeto de intervenção dos sanitaristas, não apenas na remodelação da cidade, mas em separar os corpos e definir-lhes locais específicos, tornando assim possível um controle científico-político do meio, agindo sobre classes, ruas e casas. Destruir os miasmas e agir sobre esses locais putrefatos de acumulação dos pobres constitui essa política sanitária, que define a produção do espaço no meio urbano (RAGO, 2014).

Há no início do século XX, um conjunto de ideias que influenciaram a forma como se percebe a sociedade e que refletiu nos projetos que ambicionavam desenvolver o modelo de casa exemplar para os trabalhadores. A sociedade nada mais seria do que um organismo vivo, que precisa ser preservado por via de métodos e cirurgias que extirpem suas partes doentes, seus cancros e tumores³⁴. Ao mesmo tempo em que se atrelava, pela primeira vez, à noção de condições de vida elementos exteriores, como o sol, luz, calor, ar, entre outros.

Dessa forma, se o meio ambiente é o responsável pela saúde do corpo social, a medicalização da sociedade contribuiria para a criação de condições ambientais salutaras que, favoreceriam a circulação de fluidos e uma nação mais próspera. Esse movimento era ainda reconhecido por impedir a desorganização da cidade, evitando que ações como o acúmulo de detritos, dejetos e substâncias estranhas pudesse prejudicar a vida de seus habitantes.

A teoria dos miasmas informa e auxilia nas campanhas que objetivam a eliminação das favelas e cortiços. A habitação insalubre precisa ser combatida e as táticas de correção do meio são aqui auspiciosas a esse fim por responderem, ao mesmo tempo, ao desenho obsessivo de distribuição dos indivíduos no espaço – o que impede a aglomeração –, e por fortalecer as relações familiares, ao propor a união dos membros da família em casas higiênicas e confortáveis, ou seja, o governo dos sentimentos e das vontades individuais (RAGO, 2014).

³⁴ “De acordo com a teoria dos fluidos, que dominavam o pensamento médico desde o século XVIII, o ar e a água eram considerados veículos mórvidos, portadores de emanções fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, transmissores da doença. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue, e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena. Assim, químicos, biólogos e médicos partiam, na Europa, desde meados do século XIX, a procura de antissépticos capazes de destruir os miasmas”. (RAGO, 2014, p. 220).

O pobre é um animal que cheira para a sensibilidade burguesa, e essa ameaça constante ao equilíbrio natural requisita uma política sanitária apta a impor normas reguladoras que intervenham na vida social.

Há uma série de leis e regimentos que evidenciam essa preocupação. No ano de 1886 é decretado o *Código de Postura do Município de São Paulo*, nesse documento, há um capítulo intitulado *Cortiços de Operários e Cubículos*, onde se prescreve uma série de medidas de atenuação e prevenção de doenças e que expressa, desde as construções habitacionais dos pobres, um conjunto de orientações de como proceder sobre esses casos, bem como descreve de forma pormenorizada as condições em que são construídas essas mesmas habitações.

Centralmente, nesse novo projeto médico, são as epidemias os principais alvos para a garantia do saneamento da cidade. Para os sanitaristas, as fossas, os esgotos, as prostitutas, os pobres, os doentes, os loucos e os negros são elementos constituintes de um mesmo fenômeno que demanda uma operação de reforma.

É após uma epidemia de febre amarela, ocorrida em 1893 que é formada uma comissão para inspecionar as habitações de operários e cortiços no bairro de Santa Ifigênia. A comissão assume a missão civilizatória de adentrar nas casas, observar e classificar os pobres. Os higienistas atuando sobre a orientação e poder político do projeto da medicina social, agem sobre a topografia urbana e sobre as mais diferentes formas de habitação, tais como casas, casebres, cortiços, entre outros.

Já em 1894, o Código Sanitário decretado pelo Estado de São Paulo estipula um capítulo sobre as “*Habitações das classes pobres*”, em que promulga a destruição de cortiços e a proibição de novas construções. Após essas, outras leis que objetivam a eliminação da instalação e aglomeração dos trabalhadores continuam sendo aprovadas.

O que existiu efetivamente, que expressa um tipo de solução ideal abrangendo higiene pública e a questão da habitação popular no Brasil desde o final do século XIX, foram as vilas operárias, construídas por iniciativa dos poderes estatais (cf. RAGO, 2016), por iniciativas de grupos da Igreja Católica (cf. SOUZA, 2002) ou por capitalistas particulares nos bairros periféricos da cidade (cf. DECCA, 1991). Essa solução combina a luta sistêmica contra a insalubridade da moradia com o utilitarismo, sendo ainda um negócio lucrativo para os industriais e companhias de saneamento.

A organização dessas vilas operárias se aproximam da discussão que Foucault desenvolveu acerca das cidades operárias. Essas são exemplares da articulação de um poder disciplinar com o biopoder, ambos agindo sobre o indivíduo e a população, articulando-se sem que se excluam um ao outro.

A cidade operária, tal como existe no século XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo, perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária. (FOUCAULT, 1999, p. 299).

Tem-se, assim, de uma parceria entre os higienistas e a burguesia no processo de fabricação da classe operária desejada. Ao contribuir para a construção das vilas operárias, reconhecendo-as como uma resposta ao problema de saúde da população na cidade, os higienistas conseguem organizar de uma só vez a defesa dos imperativos políticos e econômicos do que esse modelo representava. Como afirma Rago (2014), muito mais do que um local para morar essas vilas expressam a vontade e imposição de um estilo de vida.

A constituição dessas vilas, uma oposição gritante ao modelo dos cortiços, impõe todo um conjunto de códigos de conduta que atravessam o trabalhador em diversos espaços de sociabilidade, não importando se esse está no interior da fábrica ou em seu descanso semanal, exercendo um controle fino sobre as práticas cotidianas da vida do trabalhador e sua família.

Essa proposta burguesa, endossada pelos higienistas, destinada ao pobre instaura um novo campo de moralização e vigilância, que permite sua segregação em bairros periféricos, distantes das cidades, permitindo, assim, sua expansão e contornando, gradativamente, o problema da presença do pobre no centro nevrálgico das cidades.

Alguns dos grandes industriais da época construíram vilas operárias junto às fábricas, todavia, em muitos dos casos, cobravam

aluguéis altos, sendo que em certos casos essas destinavam-se aos operários especializados, cuja retenção e fixação era estratégica, por razão da necessidade que se possuía de assegurá-la. As moradias em vilas operárias que mostravam as condições mais salutaras eram as que se localizavam no interior, isso em virtude da necessidade de também fixar os operários, independentemente de seu grau de especialização ou não. (DECCA, 1991).

Ainda que houvesse todo esse cuidado e muitas vezes orientação por parte da medicina social de como proceder, essas iniciativas não eram a regra. O resultado disso era a aglomeração insalubre em bairros ocupados por operários. Em 1926, como relata Decca (1991), médicos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo registraram a situação das habitações operárias em um bairro massivamente ocupado por operários no estado de São Paulo:

Nesses cortiços não moram, amontoam-se pobres seres, em telheiros de zinco, em porões, nos quais seres irracionais não ficariam! E o preço exorbitante desses pardieiros! E a escala ascendente dos seus aluguéis, sem uma lei que coíba essa extorsão abusiva. [...] E note-se que visitamos um bairro relativamente central, em que as condições de vida não são de todo más. Se nesta inspeção, considerarmos quase esgotada a série de surpresas dolorosas quanto às condições de vida desses pobres entes, verdadeiros rebotalhos humanos, o que nos estará reservada lá para os bairros do Brás, Bexiga, com menor fiscalização, maior aglomeração, maior miséria! (MELLO apud. DECCA, 1991, p. 51).

Aqui cabe recurso justamente à distinção entre a cidade construída sob a égide da segurança - bairro operário, que exigirá um tipo de intervenção por parte dos médicos higienistas - e a cidade disciplinar - vilas operárias, idealizadas e construídas a partir de certas premissas orientadas pela medicina social, por via dos sanitaristas, burgueses e pelo poder público.

Para Foucault (2008a), no que consistiria a diferença desse modelo de cidade da segurança ao modelo da cidade disciplinar? O fato de que a construção planejada sob os moldes da cidade disciplinar (como o modelo das vilas operárias, por exemplo) não se apoiava mais na construção dentro de um vazio, um espaço inteiramente a ser

construído. A segurança trabalha em um certo número de elementos materiais já existentes. Trata-se de utilizar esses elementos, permitindo a circulação da melhor maneira possível e minimizar o risco e a inconveniência como o roubo e as doenças; ou seja, trabalha-se com as probabilidades. Surge, assim, como elemento que aponta os cálculos em torno de quantos, quais, em que quantidade de carroças, cavalos, pessoas são esperadas que circulem pelas ruas, por exemplo.

A vila operária é uma estratégia de disciplinarização que surtirá diferentes efeitos no interior da organização dessa classe. As disciplinas pontuais se exercem de forma coercitiva, direta e visível. O trabalhador encontra-se agora no interior das “prisões domiciliares”, onde é lhe ofertado em seu interior todo um equipamento coletivo para preencher as necessidades básicas.

No interior do domicílio, uma política de proteção às crianças e de tutela das famílias populares passam a ser empreendidos. Desde a teoria biológica passa-se a circunscrever a forma de construção das relações entre mães e filhos e a atacar no âmbito da constituição do espaço doméstico o “leito único”. Era inconcebível aos médicos, filantropos, pedagogos e criminalistas que se amontoassem pessoas em um mesmo cômodo sem considerar suas diferenças de idade e gênero, já que isso poderia viabilizar práticas promíscuas e contribuir à desintegração da família (RAGO, 2014).

Esse momento de profundas transformações para Costa (1983) é o que tornou mais fácil a aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos. O que a medicina social entendia é que o processo de urbanização, amplamente apoiado por essa, forçava essas mudanças no interior da família. Era certo que o Estado havia creditado certa confiança à medicina social no momento de consolidação e expansão da saúde pública, cabia então a máxima exploração e proveito disso por parte do corpo médico. A casa era um espaço de intervenção estratégico já que as transformações higiênicas empreendidas sobre a família precisavam ter um *locus* privilegiado apto a manipulação. Os médicos assim ganhavam espaços ao apresentar-se como úteis e indispensáveis à sanidade de todo e qualquer lugar no universo urbano, desde o esquadrinamento da cidade até a casa das famílias.

A tarefa que a medicina social se arrola continua em diferentes frentes. A defesa moral e higiênica da cidade, fábrica, família, homem e mulher encontra no ofício das visitadoras sociais um meio de assegurar a propagação desse ideal, que perpassa indivíduo e coletivo ascendente, no início do século XX. É por via da disciplinarização do trabalhador e sua família que se constitui um dos focos centrais do trabalho que

ambiciona agir sobre o “social” desse período. O que se tem aqui de toda forma é um tipo de prática social que, anterior à institucionalização da profissão de Assistente Social, reconhece no espaço de gestão privada da família um *locus* de atuação técnica.

Santos e Junior (2015) investigaram um curso de especialização em Visitadoras Sociais, destinado a mulheres formadas em enfermagem, iniciado em 1927 no estado do Rio de Janeiro e identificaram que em suas “cadeiras”, o higienismo e a eugenia eram eixos centrais a todo o processo de formação. Entre essas, havia “Hygiene social”, composta por doze subtópicos, onde assertivas higiênicas e eugênicas foram encontradas nos seguintes subtópicos: conceito de hygiene social; hygiene social da reprodução; hygiene social da infância, da adolescência e da juventude; hygiene escolar; hygiene social da maturidade, da velhice e da invalidez; hygiene social do trabalho e do desporto; prophylaxia das doenças nervosas e mentais; prevenção e repressão da delinquência; meio de propaganda em hygiene social (SANTOS; JUNIOR, 2015).

A cadeira de Puericultura com influência encontrada nos seguintes subtópicos: “concepção moderna da puericultura e eugenia, noções gerais”; “puericultura intrauterina: hygiene de gestação”; “puericultura intra-partum: prática obstétrica moderna”; “puericultura PSTnatal: hygiene do recém-nascido”; “princípios fundamentais da eugenia”; “hygiene escolar” e “exame pré-nupcial - regulamentação do casamento” (SANTOS; JUNIOR, 2015).

Outra cadeira do curso era Diagnostico, prophylaxia e therapeutica das doenças sociaes onde as autoras identificaram a presença da eugenia e higienismo nos subtópicos: Hygiene mental das Doenças Sociaes; Aspecto social das verminoses; Aspecto social dos distúrbios mentaes; Aspecto social dos egressos dos nosocomios, Aspecto social da epilepsia; Pauperismo e seu aspecto social (SANTOS; JUNIOR, 2015).

Noções geraes de psychologia possuía vinte subtópicos, com influência detectada em: consequencias methodologicas das novas bases scientificas; a utilização do methodo psychogenetico no estudo da psychologia infantil e do adolescente e no estudo da psychopathologia; estudo do factor humano no trabalho (SANTOS; JUNIOR, 2015).

Todavia, a matéria que mais se aproximava a temas que seriam posteriormente vinculados mais estritamente às Assistentes Sociais era a matéria de Organização da vida Social Legislação Social e da Assistência, que trazia os seguintes subtópicos influenciados pela racionalidade eugênica e higiênica: Noções gerais de educação, moral e

cívica; Moral, saneamento e educação; Seleção social no Brasil; Higiene e prophylaxia nas ruas e casa; Imigração; Direitos e deveres e Delinquentes (SANTOS; JUNIOR, 2015)..

Não é prematuro afirmar que esse curso oriundo da enfermagem para a formação de especialistas “Visitadoras Sociais” antecipa e apresenta certo substrato que será assumido, já a partir da década de 1930, no interior da formação em Serviço Social. A função e autorização como técnico a adentrar na casa, no espaço privado das famílias pobres, é anterior às Assistentes Sociais, todavia, foi nessa profissão que isso se converteu em uma técnica profissional específica, que perdurou e permanece, por décadas em sua formação.

A visita domiciliar será já na sua institucionalização uma prerrogativa central ao exercício da profissão e à consecução de sua prática. Um domínio legítimo a ser escrutinado de forma técnica, profissional e competente que a profissão assume e que ao mesmo tempo lhe é anterior.

4.2. – A influência da medicina social no interior da família.

A reflexão sobre a família nos interessa já que esse agrupamento perpassa os principais elementos organizadores dos primeiros cursos de formação de assistentes sociais. Um dos motivos para isso era a clara tentativa de impor um modelo de família aos segmentos mais pobres da população e pelo próprio processo de disciplinarização a qual as famílias das classes mais abastadas se submeteram e foram submetidas entre o final do século XIX e início do século XX.

São dessas famílias abastadas que partiram as primeiras assistentes sociais habilitadas, convocadas entre ações já encaminhadas pela Igreja Católica e seu laicato, da época. Esse conjunto agrega o fato de que a mulher foi instrumental nesse momento, primeiramente pela forma como será submetida ao julgo da racionalidade médica, ambicionando que sua influência chegasse na organização de sua família e, posteriormente, para que essa mesma influência emanada da ação ativa das mulheres chegasse às famílias mais pobres dos estratos urbanos, partícipes do processo de industrialização.

A família comparece como segmento privilegiado, que representa um elemento organizador do que se objetiva inquirir junto à população. Para Foucault (2008b, p. 139), a família representa “um modelo quimérico para o bom governo”; também quando se trata da

sexualidade das crianças, demografia ou número de filhos é pela família que se deve passar. Essa instrumentação é identificável a partir de meados do século XVIII, por via das campanhas sobre a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as vacinações, as inoculações etc. A família estará presente no que Foucault (2008b) define como um triângulo composto pela soberania, disciplina e gestão governamental.

A família do período colonial era, em muito, resultado da influência que a política econômica de Portugal exercia sobre a Colônia. Dessa maneira, fomentou-se no âmbito da estratégia mercantilista, a multiplicação de favores e privilégios aos senhores rurais, sendo que o único interesse da Metrópole era o lucro com poucos investimentos. O resultado disso é um certo campo de autonomia exercido pelos senhores rurais na elaboração de uma ordem social e econômica que lhes fosse mais vantajosa.

Isso permitiu, nos três primeiros séculos do período de colonização, que reinassem sozinhos como autoridades e administradores do território em que se encontravam adscritos. A Coroa, buscava regular alguns elementos, aos quais não conseguia exercer sua autoridade de forma mais incisiva e, na maior parte das vezes não obtinha êxito. Isso acabou por resultar numa concentração de poder por parte da família latifundiária que rivalizava a certa altura com o da metrópole (COSTA, 1983).

Sobre isso, Costa (1983) afirma que no Brasil Colônia, “família” era compreendida como organização familiar latifundiária. E essa compreensão não era por acaso já que qualquer outra formação social que se opusesse a esse modelo tendia a ser aniquilada. Fato que justifica a instabilidade acometida sobre a família escrava, por via da violência extremada, e a dos homens livres pobres, pelas teias de influência que envolviam corrupção, favor e clientelismo.

A forma como as famílias dos senhores rurais se organizavam nos permite vislumbrar o tipo de autoridade que exerciam. Uma parte disso se dava com o monopólio sobre as municipalidades e a influência da elite econômica na organização do poder jurídico-político sobre a cidade – autorizada pela legislação portuguesa. É por via de mecanismos formais de controle político, no caso as leis, que a família senhorial conseguia assegurar a manutenção de sua autoridade. O resultado disso era o afastamento das classes menos abastadas das Câmaras e o próprio desconhecimento do que esses órgãos representavam na natureza político-econômica da ordem.

Com isso contribuíram o analfabetismo e a criação de dispositivos de poder que utilizavam o parentesco como elemento

definidor de direitos e deveres jurídicos, apoiados no dispositivo “informal” de solidariedade da família senhorial. Esses elementos teriam contribuído para o nepotismo. Somado a isso havia a “santificação” da família senhorial junto a Igreja Católica e a atitude racista dessa instituição, que ao discriminar negros e demais afrodescendentes, salientou que o parentesco só seria reconhecido pela etnia e mandato religioso, pois que a família branca era a única portadora do ministro e da palavra divina. (COSTA, 1983).

Por mais que existissem modelos de famílias, tais como a “família proprietária”, “família comerciante”, “família letrada”, todas essas compartilharam traços comuns com o senhorismo rural, em sua organização.

A medicina terá um papel importante na organização moderna da família entre o final do século XIX e início do século XX. Dirigindo-se aos diversos grupos de famílias, sem considerar as estratificações entre essas – ainda que se utilizando de estratégias distintas entre famílias abastadas e famílias pobres – a medicina ansiava pela universalização de novos valores e trazia consigo a convicção de que o Estado era mais importante que o próprio grupo familiar. Parecia haver uma suspeita, por parte da medicina, que por detrás das “castas” oriundas da ordem colonial, a família burguesa estava se constituindo.

Da mesma forma que a família moderna herdará certos elementos da família senhorial, a medicina também se utilizará de antigos dispositivos oriundos da militarização e da pedagogia jesuíta, reaproveitando-os e utilizando-os para outros fins, enquanto outros dispositivos serão criados. O que ocorreu, todavia, é a não aderência dessa medicina à lei, mas à norma. Como afirmou Costa (1983, p. 48): “A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria”.

Costa (1983) demarca que é a partir do século XIX que o discurso do “brasileirismo” recebeu um enorme impulso, já que a ausência de nacionalismo, um reflexo do sistema colonial, precisava ser superado para a constituição de um projeto de nação. Esse “reflexo” remete aos primeiros colonos portugueses que não desenvolviam vínculos com a terra que não fosse a exploração e a extração da riqueza³⁵.

³⁵ Sobre o colonizador que chegou anteriormente ao século XIX no Brasil, é interessante se atentar aos apontamentos realizados por Chiavenato (2012), em uma espécie de defesa acerca de sua moral e os motivos que o traziam ao Brasil:

A dispersão por todo o território contribuía ainda mais para isso, com o monopólio do exercício do poder sendo detido formalmente por Portugal o que tornava o intercâmbio entre as regiões quase desnecessário e às vezes proibido. Em virtude disso, há uma espécie de construção de identidade política sem um traço comum de nacionalidade. Ou seja, até o século XVIII, os hábitos do país não haviam incorporado o civismo ou concepções acerca da pátria e nação.

Já no século XIX, a construção do amor pela família e Estado passou a ser tema dos higienistas visando a necessidade que o Estado detinha de assegurar a não revolta da população. Era necessária a domesticação familiar e obediência ao Estado. Para isso, a propaganda nacionalista contribuía à construção desse sentimento de civismo.

A família dentro dessa proposta se deixaria manipular acreditando ser isso um meio de assegurar sua vitalidade e força. Abandonaria antigos hábitos e converteria cada um de seus membros em um agente de saúde ao mesmo tempo individual e estatal. Nesse momento, a medicina deixou muito evidente: qualquer atitude que lese o Estado em sua força e esplendor é antinatural e anormal. Saúde e prosperidade da família são componentes da equação que assegurariam o esplendor do Estado. O amor, por exemplo, “[...] anteriormente percebido pela família através do filtro religioso ou das formas dessubjetivadas e abstratas da literatura clássica, transformou-se pela ação higienista num evento adequado à manipulação médico-estatal” (COSTA, 1983, p. 64).

Num estudo sobre a educação física e moral das “paixões e afetos d’alma”, Figueiredo Jaime mostra o funcionamento desta teoria. Inicialmente o autor se apossa de maneira higiênica do fato emocional através de extensa e imprecisa noção de “medicina moral”. A medicina moral, como o nome sugere, seria a especialidade médica que,

“Os homicidas, ladrões e criminosos sexuais, desde que protegidos de algum nobre influente, ficavam tranquilamente homiziados nos muitos coitos que existiam em Portugal. Já os que se revoltavam contra as injustiças, os que se levantassem contra os crimes cometidos pelos homicidas, ladrões e criminosos sexuais protegidos pelos nobres – crimes às vezes executados a mando da nobreza -, quando não tinham o azar de ter a língua arrancada pelo pescoço ou de arderem nas fogueiras purificadoras da Inquisição (1536 - 1821), eram “degradados” para o Brasil. Era, portanto, pelo menos uma gente de grande vontade e caráter que se aventurava no Brasil” (CHIAVENATO, 2012, p. 28).

por delegação científica, teria direitos sobre a moral privada e pública dos indivíduos. Em seguida, o caráter gratuito e expropriatório desse argumento é atenuado pela inclusão do sentimento no campo da biologia da reprodução. Não bastava afirmar peremptoriamente que cabia à medicina moral zelar pela saúde do amor. Essa captação médica de um fenômeno até então estranho à medicina poderia ser abusiva. Para que a lógica higiênica ganhasse caução e credibilidade científica, fontes de seu poder sobre a moral, era preciso que o amor se convertesse em sinônimo de “instinto de propagação”. A partir desse suporte biológico, a higiene, livre de escrúpulos teóricos, podia então investir seus verdadeiros objetivos” (COSTA, 1983, p. 64 65).

Dessa maneira, o “amor à pátria” passa a ser para os higienistas algo central, um sinal de sanidade e, por consequência, falta de patriotismo era inscrito na ordem médica como deficiência físico-moral. Essa assertiva possuía, para Castro (1983), duas premissas básicas: a incapacidade de amar o Estado é uma doença e a submissão do indivíduo ao governo estatal não era anulação política, mas prova de boa saúde.

Nesse quadro, havia a centralidade da família como meio de conduzir a prática dos indivíduos. Os higienistas seriam assim os intérpretes da vontade do Estado em sua relação com a família. Se os pais erravam na criação dos filhos, não era por maldade, mas por ignorância. A condição de intérprete da ignorância aliado à lucidez técnica, na figura dos higienistas, é adotada nessa relação ao afirmar que é por via da higiene que o Estado conseguirá a completa servidão (COSTA, 1983).

No processo de intervenção médico-estatal, desde a materialidade da cidade, é necessário ressaltar que a higiene, no desenvolvimento de uma medicina doméstica, interferiu particularmente em dois elementos importantes: a casa e a intimidade. A casa com as alterações arquitetônicas e a intimidade para permitir um fluxo afetivo entre os membros familiares. Se até o século XIX essa era um misto de unidade de produção e consumo com a gerência direta da mulher - somado a isso a quantidade significativa de pessoas a serviço da família e a falta de conforto como elementos constitutivos do domicílio -,

passou-se a valorizar a intimidade e as relações entre os membros legítimos. (COSTA, 1983).

A família com a contribuição da medicina social, gestada em contraposição à família de traços coloniais, possui no senso de privacidade algo central. Há uma valorização do convívio íntimo e exclusivo entre eles, o que afetaria diretamente aos agregados e serviços. Outro elemento é o interesse dos pais pelo desenvolvimento físico-sentimental dos filhos, educando-os de forma mais individualizada e, ainda, o amor entre pais e filhos tornando-se o componente moral que asseguraria a coesão familiar, o que viria a substituir a ética religiosa e os imperativos de sobrevivência material (COSTA, 1983).

Essas mudanças decorrem da presença de dispositivos normalizadores oriundos da higiene que adentram na casa e alteram a concepção de intimidade como até então era partilhada transitando assim da família “colonial” à família “íntima” e ao indivíduo “psicologizado” (COSTA, 1983).

A mulher, desde o período colonial, foi um componente central à organização da vida familiar. Ela cumpria várias funções e deveria zelar pelo patrimônio do homem. Sendo dependente juridicamente, contribuía na organização doméstica e econômica da casa, dentre outras coisas, supervisionando o trabalho dos escravos. Havia no isolamento feminino uma expressão direta do papel instrumental que as mulheres exerciam na reprodução do regime econômico. “Agentes passivos na multiplicação das riquezas do marido, elas perpetuavam a máquina de opressão, ao mesmo tempo que a ela se submetiam” (COSTA, 1983, p. 104).

Essa mão-de-obra gratuita é o que permitiu a auto suficiência das residências. O escasso mercado de trabalho era também suprido por essas mulheres. Elas eram enfermeiras, médicas, curandeiras e professoras. Sua condição vinculava-se diretamente às necessidades da casa em virtude dos poucos recursos urbanos (COSTA, 1983).

Todos esses elementos localizados na família colonial expressavam ainda uma outra característica a qual a mulher se encontrava submetida: o isolamento. Em virtude dos períodos de gravidez e “resguardo” e demais fatores que recaíam sobre a mulher em uma sociedade patriarcal como a da época, esses fatores resultavam na escassa autonomia, o que acabava por ratificar o próprio entendimento da mulher enquanto propriedade do homem. Já no caso das filhas o isolamento era decorrente do receio de que essas desenvolvessem

vínculos com homens sem fortuna ou posição social desvantajosa, além da necessidade de preservar sua boa imagem.

No século XIX, será por via da mulher, das exigências que lhe foram impostas e de todos os sistemas de restrição e cerceamento que se constituirão os elementos que permitiram a entrada do médico na família, tornando-a a primeira parceira nesse processo e reforçando seu poder junto ao marido e filhos. Em um momento onde a sociabilidade urbana já apresentava sinais de mudança radical, isso gerava um impasse, o que exigia da família mudanças comportamentais. Abria-se agora um processo de competição entre as famílias pela reprodução de sua existência, ou seja, a desestruturação da antiga forma familiar já estava em curso, a questão era como elaborar respostas às novas relações sociais emergentes.

Em sua extensa análise sobre o nascimento do social por via da gestão do Estado no interior das famílias, Donzelot (1986) se refere ao que acontecia na França no século XIX: uma mudança de tom no âmbito dos textos médicos que versavam sobre a administração familiar. O autor salienta que, no interior de todos esses processos comparecia o imperativo do conselho, enquanto construção de uma discursividade no trato direto com as famílias. Esse é um elemento chave para a construção de relações de confiança entre o médico e a mulher, que deveria administrar a intimidade dessa família.

A dificuldade encontrada pelos médicos no início do século XIX, como relata Donzelot (1986), dava-se, principalmente, pela contribuição de Lavoisier, que permitiu a superação da concepção maquinista do corpo. Isso repercutiu no interior da discursividade médica com uma crise entre sua doutrina e a moral educativa. A ausência premente de um discurso homogêneo e a presença simultânea dos preceitos da medicina sobre a higiene pareciam levar suas propostas a uma vulgarização que acabaria por difundir esse poder, que deveria ser exclusivamente médico, para além de seu corpo técnico³⁶.

³⁶ Um exemplo do que enfrentava a medicina em finais do século XIX pode ser lido em trecho da obra do higienista Fonssagrives, em seu *Dictionnaire de la santé*. O autor começava seu trabalho com duas advertências principais: “Advirto às pessoas que possam procurar neste dicionário os meios para exercer a medicina em seu próprio detrimento ou em detrimento dos outros, que nada encontrarão aí de semelhante. Proponho-me unicamente ensinar-lhes a dirigir sua saúde em meio aos perigos que a ameaçam, a não se ocuparem da saúde de outrem, a se preservarem dos danos mortais da rotina e dos preconceitos, a compreenderem o que pode a medicina e o que ela não pode, a estabelecer suas

A superação desse impasse foi justamente pela relação fomentada entre família e medicina. Construir uma relação de confiança dialogada afastou não apenas a ameaça dos charlatões e médicos não qualificados, como ainda possibilitou a aliança privilegiada entre médico e mulher (DONZELOT, 1986).

Dessa forma Donzelot (1986) nos fornece algumas pistas dos motivos que teriam impulsionado o corpo médico a buscar na relação com a mulher um meio não apenas de difundir um discurso e práticas higiênicas nas famílias, mas de assegurar sua propriedade acerca desse saber.

No processo de transição da família colonial para a família moderna no Brasil, em síntese, o desequilíbrio que afligiu a família com o desenvolvimento urbano encontrou na medicina social a resposta para sua reorganização e de sua casa. Com o investimento perpetrado sobre a mulher, peça fundamental no dispositivo médico-higiênico, de uma só vez se conseguiu integrar a família na cidade e enfraquecer o poder paterno.

Essa figura, a mulher da alcova, como denomina Castro (1983), foi assim a maior aliada para esse dispositivo médico-higiênico. O confinamento doméstico, todavia, possuía uma demarcação bem clara, era destinado à mulher de elite, pois a rua na Colônia era lugar reservado a homens, mendigos, prostitutas e penitentes. A distinção entre as funções que as mulheres de classes mais abastadas e as de origem popular deveriam cumprir é bem ilustrada por Deleuze (1986), quando esse explica o processo de captura do “social” pelo Estado utilizando, para isso, a mulher como personagem central

O social se centrará em torno da conjugalidade, sua aprendizagem, seu exercício e seus deveres, mais do que da família, seu caráter inato, seus deveres. Mas aqui ainda essa mutação vai ressoar

relações com o médico de maneira razoável e proveitosa para todos. *Por outro lado proponho-me ensinar às mulheres a arte da enfermaria doméstica.* As guardiãs mercenárias estão para as verdadeiras enfermeiras como as nutrizas de profissão estão para as mães: nada mais são que uma necessidade. Tenho a ambição de fazer da mulher uma guardiã completa para o doente, capaz de compreender tudo e, sobretudo que é este o seu papel, e que ele é tão elevado quanto caridoso. Os papéis de mãe e o de médico são e devem permanecer nitidamente distintos. Um prepara e facilita o outro, eles se completam, ou melhor, deveriam se completar no interesse do doente. O médico prescreve, a mãe executa”. (FONSSAGRIVES, apud. DONZELOT, 1986, p. 23).

diferentemente entre ricos e pobres: pois o dever conjugal da mulher pobre é referido ao marido e aos filhos (impedir o marido de ir ao cabaré), enquanto o da mulher rica lhe confere funções expansivas de controle e um papel de “missionária” no domínio das “obras pias” (DELEUZE, 1986, p. 4).

Décadas depois, seria desse último grupo de mulheres que se constituiriam as primeiras assistentes sociais na Europa e, posteriormente, no Brasil. Para Donzelot (1986), essa ligação orgânica entre o médico e a família irá repercutir profundamente na vida familiar e induzir sua reorganização a partir de três eixos.

O primeiro é a circunscrição da família contra as influências negativas por meio da educação, contra os métodos e comportamentos oriundos da presença de serviçais -o que no Brasil seriam, basicamente, os criados e agregados - e demais promiscuidades sociais; protegia-se a família de dentro para fora. A segunda é o reconhecimento da mãe como figura centralizadora e porta voz do que o médico busca e almeja para essa família. A mulher tem uma função educativa, uma aliada a qual o médico não pode prescindir em sua missão civilizatória. E, por fim, a instrumentalização dessa família contra qualquer estrutura antiga que ameace a autoridade médica, principalmente a disciplina religiosa ou o poder patronal, quando esse entra em conflito com o poder médico autorizado pelo Estado (DONZELOT, 1986).

A mulher dessa forma é uma aliada e a mãe a única capaz de conter as ameaças representadas na figura dos criados e de impor sua autoridade sobre a criança e, gradativamente, no reino da casa, também sobre o patriarca. Tratava-se de constituir a mulher como veículo de propagação da normalização necessária a um tipo de “social” já em franca ascensão.

Essa aliança, que Donzelot (1986) remete ao final do século XVIII e que aqui no Brasil parece ter ocorrido um pouco mais tardiamente em virtude, principalmente, da diferença na constituição de uma medicina social por aqui, não conseguirá ainda assim ameaçar a autoridade e centralidade da figura patronal no interior da família, mas representa um início de construção de autonomia para a mulher no interior da família³⁷.

³⁷ Peuchet em artigo intitulado “*Enfant, police et municipalité*” ao escrever sobre a responsabilidade que os pais detêm em virtude da fragilidade e

Todavia, essa parceria se limita, nesse momento, muito mais às mulheres abastadas. No âmbito das classes populares isso não ocorreu da mesma forma. A intervenção sobre as famílias populares passa por outros canais, sem a difusão de estudos ou livros que tratem do tema ou uma aliança orgânica entre família e medicina. No final do século XIX, o analfabetismo entre essas camadas é regra e o médico de família um luxo, mas, acima de tudo, os problemas com os quais lida a família popular são totalmente diferentes ainda que as premissas sejam as mesmas: conservação das crianças e preceitos higiênicos idênticos aos da família burguesa.

Ou seja, os dispositivos de intervenção para assegurarem isso são distintos. Restringindo, assim, liberdades previamente exercidas, como o abandono de crianças em hospitais ou na “roda dos expostos”; controle das uniões livres, o que exigia atacar o concubinato e casas de tolerância, que proliferavam nas cidades ao longo do século XIX e século XX; sufocar possíveis linhas de fuga que levassem à vagabundagem dos indivíduos. Como afirma Donzelot (1986, p. 27) “Em tudo isso não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim, de estabelecer vigilâncias diretas”.

A diversificação econômica do país permitiu uma reorganização do investimento que as famílias deveriam proceder para seu sustento. O que se percebia já na segunda metade do século XIX é que as habilidades profissionais eram, em suma, mais lucrativas do que a exploração da mão-de-obra desqualificada. Nessa cidade, em constante processo de modernização, já “corria à boca solta” que um filho saudável e educado valia mais que dois escravos. Em vez do dinheiro ser gasto com escravos, ele deveria ser gasto em educação e saúde. A higiene ensinou a família a aplicar com discernimento parte de seu capital e administrar competentemente as possibilidades abertas pelo processo de urbanização (COSTA, 1983).

Um dos efeitos da exaltação higiênica do corpo no interior da família foi, justamente, o desenvolvimento de todo um conjunto de mecanismos aptos a detectarem elementos que pudessem prejudicar ou contribuir na saúde. Alguns desses mecanismos são o intimismo, medo

dependência dos filhos enquanto esses crescem, afirma que “A mulher, a quem a condição de mãe, nutriz, protetora, prescreve deveres que os homens não conhecem, tem, portanto, um direito mais positivo a obediência. A melhor razão de afirmar que a mãe tem um direito mais verdadeiro do que o pai à submissão do filho é que ela tem mais necessidade desse direito (PEUCHET, apud. DONZELOT, 1986, p. 25).

de agressões físicas e morais e a avaliação acerca dos investimentos a serem feitos no capital representado pelos filhos.

Essa atenção ao sujeito fez crescer o valor individual que cada um detinha no interior da família. Essa racionalidade está presente justamente na constituição da família moderna e nos processos de rompimento que essa exerceu ao modelo familiar anterior apoiado massivamente na economia escravocrata. Agora, entendia-se que o tratamento na infância refletiria diretamente na constituição adulta: é necessário bem cuidar, pois assim se poderá ser um adulto higiênico e excelente.

O que se tem aqui é, como define Castro (1983), um sistema de interpretação da conduta humana. A causalidade acerca do indivíduo e sua história passa a delimitar a qualidade global desse, suas potencialidades, comportamentos e desvios. Não se trata mais de uma concepção sacra do comportamento, mas de imprevidência educativa por parte da família. Há um princípio educativo das condutas pessoais possibilitada pelo intimismo familiar no projeto higiênico oriundo da medicina social.

A conduta social e emocional começava a ser explorada e explicada psicologicamente. Ao mesmo tempo, a interioridade era pintada como um imenso reservatório de surpresas e matizes sentimentais. O psiquismo deixava de ser habitado pela grosseira dicotomia do mal e do bem, da graça e do pecado, de Deus e do diabo. A alma higiênica era incomensuravelmente mais fina que a alma colonial. Diluía-se em infinitos mistérios, anseios indizíveis, lembranças evanescentes; em movimentos frágeis, balbuciantes quando tocados. Ou, inversamente, em monstros abissais, em instintos perversos, em paixões desordenadas que compunham o painel das “anomalias psicológicas”. [...] Só o médico conhecia os caminhos desse labirinto. Só ele sabia que meandros davam acesso à sua quinta-essência. (COSTA, 1983, p. 146).

Passa-se a um exercício de sinonímia entre Estado e Família em qualquer tema que verse sobre a saúde. Produzir uma família saudável seria assegurar ao Estado seu esplendor. A política, economia e o desenvolvimento no âmbito societário de um sentimento nacionalista

dependia para sua consecução dessa família higienizada e apta a responder às necessidades desse ente.

Esse processo resultou num crescente estado de “intimização” e “estatização” dos indivíduos por via da higiene que acoplou seus interesses no Estado e na família. “Fracionando as velhas relações de “casta”, religião e propriedade, a medicina higiênica preparou a família para acomodar-se e participar na criação dos valores de classe, corpo, raça e individualismo, característicos do Estado burguês”. (COSTA, 1983, p. 151).

Os interesses higiênicos possuíam na criança – antes manipulada pela religião - um foro privilegiado, mas essa era apenas um passo para chegar ao adulto. No âmbito da interiorização das normas, alguns elementos chaves são centrais na produção das prescrições higiênicas dessa criança: a aceitação do valor do trabalho e o respeito à propriedade privada (COSTA, 1983). Vale retomar a análise de Donzelot (1986, p. 29 30):

Mas essa harmonia entre a ordem familiar e a ordem estatal é produto mais de uma convivência tática do que de uma aliança estratégica. [...] O que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis. [...] Mas se, para as famílias, essa concentração é encarada como exclusão, alívio, para o Estado ela vale como interrupção das custosas práticas familiares, como ponto de partida de uma vontade de conservação e de utilização dos indivíduos. Superfície de absorção dos indesejáveis da ordem familiar, os hospitais gerais, os conventos, os hospícios servem de base estratégica para toda uma série de intervenções corretivas sobre a vida familiar. Esses lugares de reunião dos infortúnios, das misérias e dos fracassos facilitam a mobilização das energias filantrópicas, fornecendo-lhes um ponto de apoio, servindo-lhes de laboratório de observação das condutas populares, de base de lançamento de táticas próprias para contrariar seus efeitos socialmente negativos e reorganizar a família popular em função de imperativos econômico-sociais. (DONZELOT, 1986, p. 29 30).

Dessa forma, essas organizações assumiriam em nome das famílias parte do ônus do cuidado que alguns dos seus indivíduos demandavam e que por consequência poderia resultar justamente no enfraquecimento do coletivo familiar.

Donzelot (1986), assim, trata dessas como alianças efetivas e operações eficientes que, na segunda metade do século XIX, encontraram-se composta por um feminismo de promoção da mulher e pela filantropia moralizadora, com o objetivo de combater os atos imorais (casas de prostituição) e os modelos retrógrados de ensino às mulheres (conventos) na França³⁸.

Às famílias populares tratou-se de assegurar o controle interno de todos sobre todos, auxiliando e impedindo perigos externos materializados no caos presente nas ruas – o álcool é uma ameaça constante, bem como as casas de tolerância enquanto espaços de perda das economias e de difusão de doenças nos relatos dos médicos analisados por Donzelot (1986).

Esse isolamento da família embora objetivasse fortalecê-la internamente, acabou por contribuir para a perda de parte das relações de força que exercia e utilizava na sociedade. Quando foca sua atenção aos desvios internos e nas relações externas a serem obstruídas, também parece se afastar de relações endógenas que asseguravam e contribuíam à sua coesão e reprodução.

Para isso, há uma acentuada diferenciação das táticas de poder exercidas entre a mulher burguesa e a mulher popular. Esse processo de revalorização das tarefas educativas oferta à mulher da alta classe uma nova continuidade entre suas atividades familiares e sociais. Essa mulher descobre agora uma “[...] missão, abre para si um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais” (DONZELOT, 1986, p. 47). Quanto à mulher das famílias mais pobres, cabe o recurso a trabalhos como operária; ou a permanência no espaço doméstico, para exercício das funções de mãe e esposa; a inclusão dos filhos em fábricas para trabalharem ou o pagamento a amas de leite para amamentarem enquanto trabalham, sendo essas as opções mais viáveis.

A família passará a auxiliar no combate à revolta dos pobres e, ao mesmo tempo, aceitando as direções que o Estado ambiciona para

³⁸ Para Donzelot (1986), essa parceria efetuada entre médico e mulher que lhe solicitou a ação como educadora, auxiliar médica, entre outras, é que irá contribuir ainda para a constituição de algumas correntes do feminismo do século XIX, ao menos na França.

ela, tanto para a preservação dela quanto para seu esplendor. Por isso, a semelhança nevrálgica entre o que apontamos de Donzelot (1986) sobre a família francesa do século XIX - na ascensão da sociedade industrial - e a transição da família de modelo colonial para o moderno, no âmbito brasileiro no final do mesmo século. Não se trata, em ambos os casos, de sua conservação, mas de sua transformação. A família é, assim, um componente positivo de soluções aos problemas que emanam do Estado liberal, e não representa apenas mera resistência às mudanças sociais necessárias.

A respeito da filantropia, a questão que importa ao Estado é como combater qualquer politização, garantindo o desenvolvimento de práticas de conservação e formação da população, por via da sua missão de dominação, pacificação e integração social. Dessa maneira, a filantropia foi um importante apoio a isso.

Vale destacar também que a filantropia não é uma forma ingênua e apolítica de intervenção não planejada na esfera privada dos problemas sociais. Trata-se de uma estratégia que reproduz modos de agir e pensar deliberadamente despolitizantes sobre a vida social. Para isso, conta com o apoio de equipamentos das mais diversas naturezas, que não respondem necessariamente a um setor privado, nem diretamente ao direito emanado do Estado.

As atividades filantrópicas datadas do XIX possuem enquanto uma de suas mais importantes características a distância calculada entre as funções que emanam de um Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e gestão da população. A centralidade que a Igreja Católica assumiria nesse processo lançou não apenas um conjunto de práticas que seriam a base posteriormente assumidas pelo Estado em sua ação direta, mas ainda, os precursores de um conjunto de práticas posteriormente herdadas pelas visitadoras sociais, superintendentes de fábricas e assistentes sociais.

Há dois polos que servem a essa estratégia. O primeiro é o polo assistencial, apoiado sobre a definição liberal de Estado que remete à esfera privada, demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência. Esse primeiro polo possui o Estado como meio legitimador de certo número de conselhos e preceitos de comportamento, convertendo, assim algo político em mera moralidade econômica. Como diria Donzelot, por sermos agora todos iguais perante o Estado (1986, p. 56) “já que não há, de direito, hierarquia social, já que o Estado não é mais o cume de uma pirâmide de opressões feudais, [...], não deveis reivindicar, de direito, vosso encargo pelo Estado, mas

também não tende razões para recusar nossos conselhos, pois já não são mais ordens”.

O Estado busca, assim, não a constituição de servos dependentes em todos os aspectos de sua vida na relação com o soberano, mas fornecer os meios para que os indivíduos sejam autônomos - com o ensino de virtudes, como a poupança. Busca, também, assegurar no mínimo necessário, espaços em sua vida a qual possa recorrer ao Estado em caso de necessidade. De toda forma, serão esses “apoios” sinais flagrantes de falta de moralidade.

O segundo, o polo médico-higienista, não almeja uma ação excessiva do Estado, mas instrumentalizá-lo como meio de conjurar os riscos de destruição da sociedade. Esses riscos decorrem do enfraquecimento físico e moral da população, das lutas que emergem na sociedade, conflitos emanados do livre agenciamento das relações sociais, que ameaça, por princípio, o que o Estado teria como missão garantir. Sua instrumentalização do Estado irá na direção de conjurar os riscos de destruição, através da inspiração para as intervenções estatais, onde a liberalização da sociedade econômica ameaça sofrer certo tipo de inversão.

É a totalidade dos problemas relativos à gestão da população no que compete à higiene pública e privada, educação e proteção ao indivíduo, que desencadeiam essa necessidade de elaboração acerca de um espírito de conservação por parte da sociedade na adaptação dos indivíduos a esse regime. É isso que leva os higienistas e sanitaristas a implicarem o Estado para intervir por meio da norma e da esfera do direito.

Nem caridade ou repressão, a alternativa seria a atribuição de certas funções que permitam a transição da relação entre as classes, de dependência para influência legítima. Essa influência legítima seria assegurada por um certo tipo de conduta que, embora simples, é tenazmente responsável por um conjunto de práticas sociais que seria melhor delineado por todo o século XX, por via das mais diferentes profissões, tais como o assistente social, educador, psicólogo, entre outros. Como ilustra Donzelot (1986), por via de um higienista em 1828:

O conselho é o ato que melhor caracteriza a igualdade, pois resulta, ao mesmo tempo do desejo de influenciar, da parte daquele que o dá e da perfeita liberdade da parte de quem o recebe. É difícil fazer com que o homem pobre compreenda

que as vantagens do homem rico lhe conferem não um poder material, mas sim uma influência moral legítima, quando não existe o exercício dos direitos políticos (DUPIN, 1828, apud. DONZELOT, 1986, p. 64).

Sobre a emergência do social, Donzelot (1986) afirma que haverá duas vertentes. A primeira é a assumida pelo movimento social e paternalista que conduzirá, através da iniciativa privada, o que se pode chamar de conjuração de uma problematização estatal acerca do pauperismo. Essa opção acabará encontrando nas normas sanitárias e educativas o princípio de legitimação para sua ação e, ao mesmo tempo, a possibilidade de abandoná-la em nome de uma gestão administrativa que é, por si, privada.

Isso resulta no reconhecimento das habitações sociais, escolas, caixas econômicas, salários famílias – dispositivos implantados por um patronato paternalista e humanitário – em ações de utilidade pública que podem ser ou não assumidos pelo poder público. Contribuem assim à organização e higienização da população e, o mais importante, à salubridade da família, trabalhador e sociedade. Não se trata diretamente de um processo de estatização, mas de organização do já existente sem alterar sua finalidade.

Tem-se, assim, uma estratégia que modifica a maneira como os padrões são vistos por seus operários e que está vinculada, em parte, à requisição posta ao Estado em certas frentes. O Estado, assim, não é convidado a implementar, mas apenas assegurar as condições para seu bom funcionamento. O social aqui se libera parcialmente do pobre, ao permitir que a economia liberal de Estado administre esse setor da sociedade.

Somado a isso, ainda há a emanção do Estado nas práticas de normalização que recebem da filantropia econômico-moral meios de intervenção que permitiram sua difusão através de normas articuladas em duas modalidades. A primeira é o entendimento de que a pobreza possui como binômio a imoralidade. A suspensão do poder patriarcal facilitará o estabelecimento de um processo de tutela que articulam em seu interior os objetivos sanitários e educativos com os métodos de vigilância econômica e moral.

Em um momento onde se avista um “aumento” da autonomia familiar em sua gestão econômica, vê-se a constituição de diferentes dispositivos que servem, justamente, a seu cerceamento em sua

reprodução interna Dessa maneira, a assistência pública, a justiça de menores, a medicina e a psiquiatria servem ao que Donzelot (1986) chama de “redução da autonomia familiar”. A família é agora campo de intervenção direta, e possui no âmbito desse poder exterior emanado do Estado meios de administrar os insubmissos à sua própria família.

Por outro lado, a iniciativa privada se coloca à disposição do Estado em virtude de sua experiência na gestão dos pobres, fazendo-os respeitar as normas que desconhecem ou ignoram. Ou seja, “dupla linha, cuja conjunção anuncia o caráter de tutelarização social de que revestirá a gigantesca campanha sanitária e moral das classes pobres, lançada no final do século XIX”. (DONZELOT, 2016, p. 85).

O processo de transformação do qual a “família colonial” se viu submetida em meados do século XIX é o que nos permite salientar a influência que a medicina social, por via principalmente dos higienistas, exerceu em seu interior. Para a transformação da família, como já mencionado, foi assumida a figura da mulher como meio de assegurar e propagar tais transformações. A seguir nos voltaremos especificamente ao papel da mulher no interior desse processo.

4.3. – A produção da norma sobre a mulher do lar e operária.

A medicina social em seu desenvolvimento ao longo do século XIX conseguiu, por via de sua política higiênica, inserir no interior da família um conjunto de transformações, permitindo, assim, que a higiene se insinuasse em sua intimidade. É a partir da terceira década do século XIX que a família passa a ser categoricamente classificada como capaz ou incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Como explica Costa (1983), isso passou a ser justificado em virtude dos estudos demográficos que apontavam para altos índices de mortalidade infantil e da precária saúde dos adultos. Era o uso das informações na composição de um discurso sobre a saúde da família que legitimou esse tipo de diferenciação no interior da população.

Esse elemento contribuiu à imposição sobre a família de uma educação física, moral, intelectual e sexual apoiada nos preceitos morais sanitários que estavam em vigor. Essa educação voltava-se essencialmente às crianças e objetivava romper com hábitos herdados da desordem higiênica da Colônia. Assim, encontrava na mulher a figura difusora ideal.

Historicamente, um dos efeitos disso é a conversão da família

nuclear e conjugal que, ao se submeter a esses preceitos, converteu-se em sinônimo de família burguesa. Esse processo de “aburguesamento” da família teria contribuído, ainda, para o desenvolvimento do afeto da “superioridade biológico-social do corpo e da família burguesa”, o que, por sua vez, contribuiu para os julgamentos balizados por preconceitos sobre cor ou origem (contra crioulos, paraibás, caipiras, etc.) entre esses sujeitos de consciência burguesa que fascinados pelo corpo burguês, urbano e disciplinado, não necessariamente estavam alojados no estrato social classificado como “burguesia”.

A necessidade de inculcar sobre a família proletária hábitos moralizadores e costumes regrados permanecia como um desafio à ordem vigente. Era de seu interesse remover qualquer traço de práticas populares promíscuas e anti-higiênicas. Isso se referia tanto aos hábitos do trabalhador fora de sua casa, como também os dentro de sua habitação. Dessa forma, era necessário ofertar ao pobre um modelo familiar que requisitaria uma dupla ação por parte da medicina: a moradia popular e a higienização dos papéis sociais emanados no interior do espaço doméstico a se consolidarem.

A família nuclear precisava assim não apenas ser funcional no domicílio, mas tornar atraente e confortável a presença e estada desses indivíduos nesse espaço. Para isso, a promoção de um novo modelo de feminilidade foi elaborado: esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, que atuava na manutenção do espaço doméstico, primando pela intimidade da família e desenvolvendo uma especial preocupação com a infância, pois que essa já era percebida como riqueza potencial da nação e do próprio núcleo familiar. Essas são peças-chaves no jogo de agenciamento da família proletária, em muito resultado da razão governamental já imperante.

Há, concomitantemente, a busca e conquista cada vez mais significativa de espaços pelas mulheres fora do domicílio, ao mesmo tempo em que se potencializa e refina seus imperativos e funções no interior da família. Todavia, a penetração no espaço urbano pelas mulheres não resultou em um abrandamento das exigências morais impostas a essas. Em verdade, quanto mais essa escapava da vida doméstica mais se via circunscrita ao anátema do pecado, culpa pelo abandono do lar, filhos carentes e marido extenuado pelas horas de trabalho impostas.

Trata-se de um discurso moralista e filantrópico, que acena às mulheres de diversos pontos do social – esse ainda não é o discurso da vocação feminina ao Serviço Social, diga-se de passagem – com o perigo da prostituição e da perdição facilmente alcançáveis nessa

sociedade do final do século XIX. Como questiona Rago (2014, p. 89), “Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões que sucumbe sem resistência ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor?”.

São dessas supostas preocupações sobre a mulher que emanam os procedimentos estratégicos masculinos e certos acordos tácitos que visam impedir sua livre circulação nos espaços masculinos ou o impedimento de certas práticas que o ideário burguês alocou na fronteira entre liberdade e interdição.

Nesse quadro, um elemento a se considerar é a escassez de oportunidades de trabalho para as mulheres, ao mesmo tempo em que no processo educativo e de preparação para a vida em sociedade, elas eram forjadas para servirem ao lar e ao marido.

Essa escassez de oportunidades de funções remuneradas na sociedade e esse projeto de uma nova mulher fora da alcova e mais sociável eram configurado com diferenças gritantes entre as classes. As mulheres abastadas tinham à disposição a educação para o lar e educação física em centros como o *Mackenzie College*, que desde 1870 ofertava cursos de diferentes modalidades; já às mulheres pobres e miseráveis as opções se restringiam às fábricas e à Companhia Telefônica, sempre com diferenças massivas de salários e funções, quando comparadas aos homens que trabalhavam nos mesmos espaços (RAGO, 2014).

Quando a mulher se torna força de trabalho e engrossa as fileiras dos operários no Brasil, do final do século XIX e início do século XX, há um outro obstáculo a se superar: a composição majoritariamente masculina do movimento operário. Embora no começo do século XX, mulheres e crianças já fossem a maior parte da classe operária, os espaços de direção política por parte da classe operária eram ocupados pelos homens. O que Rago (2014) aponta é justamente uma tendência ao fortalecimento da intenção disciplinadora, que se voltava à mulher tentando removê-la da esfera pública do trabalho, como nas fábricas, comércio e demais serviços, transferindo-a em direção à esfera privada do lar.

Não parece haver discursivamente tanta diferença por parte do discurso burguês e do movimento operário quando se trata de projetar sobre a mulher um ideal feminino – a mãe afetuosa/a vigilante do lar – o que resultou, justamente, em obstáculos diversos à participação das mulheres em entidades de classe, sindicatos e no espaço da produção. Ela deveria voltar-se ao espaço que, historicamente, lhe foi assegurado e que melhor condizia com os anseios masculinos: “O espaço da atividade

doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade” (RAGO, 2014, p. 90).

Ainda que Rago (2014) reconheça a presença de vários artigos na imprensa sindicalista e anarquista, cobrando maior participação das mulheres no interior do movimento operário, politicamente, a verdade é que esses movimentos eram encabeçados quase exclusivamente pelo sexo masculino e, por isso, gozavam de alguns privilégios, tais como maior liberdade de circulação, acesso à informação e organização entre si.

A existência das mulheres deveria atrelar-se a papéis específicos de mãe e esposa. E, no caso das operárias, vincular-se à submissão ao patrão ou à liderança sindical. Esse fator serviu aos homens para fortalecer e defender seus interesses como mão-de-obra masculina, seja essa qualificada ou não, justificando-se, assim, a retirada das mulheres e crianças desses espaços de produção. O que se intentava era, justamente, reverter o quadro que havia na época, já que mulheres e crianças no início do século XX eram maioria no espaço das fábricas (RAGO, 2014).

É como se fosse propagada a ideia de inviabilidade acerca da conciliação entre esses dois modelos. Por um lado, a mãe devotada e, por outro, a mulher operária. O primeiro representou a desvalorização profissional, política e intelectual a qual a mulher se viu submetida com o avançar da ordem capitalista e constituição do espaço doméstico e atividades “do lar” como naturais a essas.

O resultado desse extenuante processo é que a mulher não deveria ser nada além da provedora do equilíbrio doméstico, sentindo-se realizada com o sucesso do marido e dos filhos. Não se trata apenas de uma concepção herdada e de um modelo vitoriano da mulher, que pouca ou nenhuma correspondência tem com a realidade do final do século XIX e início do século XX – e isso para a mulher de qualquer estrato social – mas de reconhecer que não havia opções para sua formação e capacitação. Os cursos de especialização estavam encerrados e as carreiras profissionais tinham cortes sociais muito evidentes: para mulheres com alguma instrução, a carreira de professoras e enfermeiras; no caso das mulheres mais pobres e menos instruídas, domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, entre outros.

Já o segundo modelo – o da mulher operária – sofria reveses por diversas frentes. Entre os operários, havia o reconhecimento de que a mão de obra feminina e a infantil serviam ao rebaixamento do valor da

mão de obra masculina. Marx (2013)³⁹ já apresentava de forma incontestada esse dado na segunda metade do século XIX. Da parte das classes dirigentes, há os valores conservadores que recusavam a aceitar mulheres de sua classe submetidas a condições degradantes no interior das fábricas, abandonando sua missão sagrada e civilizatória de parideira e domesticadora. Por outro lado, esses mesmos burgueses, na figura dos industriais, não se incomodavam pelo baixo salário que acabavam por pagar às mulheres.

Os resultados desse campo de conflito foram, justamente, os lugares destinados às mulheres nesse momento do processo de industrialização e crescimento urbano no início do século XX. Rago (2014, p. 91), aqui, tem uma fina percepção sobre isso: “[...] o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório”. Mesmo em ocupações onde as mulheres eram majoritárias - como o têxtil - as opções oferecidas aos homens eram maiores e mais vantajosas. Eles podiam ocupar espaços majoritariamente femininos, como a costura de sacos ou maçoqueiras. Por outro lado, vários trabalhos eram impedidos a elas, em especial os de chefia.

As denúncias divulgadas pela imprensa operária sobre a exploração da mulher nas fábricas referem ao problema moral da sexualidade e os impedimentos advindos desse tipo de trabalho para a sua função materna. A integralidade do dever maior da mulher está em risco quando essa se corrompe física e moralmente. Esse discurso se fortalece e ganha repercussão principalmente pela superioridade hierárquica encabeçada pelos homens. A fábrica é a antítese do lar. O discurso masculino sobre a condição da mulher é paternalista e visa a proteção dessa que é considerada, por sua constituição “frágil”, mais vulnerável à contaminação nesses locais (RAGO, 2014).

Os movimentos operários, até mesmo os anarquistas, se arrolam como os representantes e porta-vozes das mulheres e reproduzem nos jornais anarco-sindicalista da época os convites à sindicalização e a importância de que as mulheres resistam diante da exploração perpetrada pelos patrões. Com sua análise, Rago (2014) evidencia a forma como as mulheres são referenciadas por esses jornais em que, discursivamente, não parecem distinguí-las de crianças. Isso expressa o grau de infantilização e submissão imposto a essas em uma relação

³⁹ Ver capítulo 13 de O Capital: “Maquinaria e grande Indústria (MARX, 2013).

paternalista, tanto no espaço da fábrica, quanto no espaço doméstico. Nesses jornais, a fábrica é considerada como um lugar pouco indicado à mulher, muitas vezes, pela necessidade de retorno dessa operária ao lar, o que, ao mesmo tempo, representava um meio de valorizar a força de trabalho masculina.

Gradativamente, há a conquista de alguns direitos que assegurariam condições mais “razoáveis” para sua permanência no espaço fabril. Isso é materializado nas legislações referentes ao trabalho feminino, como o código sanitário de 1919, que proibia o trabalho de menores de 14 anos e o trabalho noturno feminino. Já o Regulamento Nacional de Saúde Pública, de 1923, fornecia licença maternidade por 30 dias antes e depois do parto e propunha a criação de espaços para a amamentação no local de trabalho (RAGO, 2014).

Ainda assim, tanto na legislação trabalhista quanto no discurso operário, a mulher comparece desde um imaginário romântico por parte das classes dominantes, fundamentadas pelo saber médico, como encarnação das emoções, dos sentimentos, irracional e incapaz de resistir.

Por outro lado, os documentos da época nos revelam que as mulheres foram participantes ativas das mobilizações. Muitas paralisaram as fábricas, foram demitidas por serem consideradas “indesejáveis” segundo os padrões comportamentais almejados pelos patrões, acusadas de roubos, sabotagem ou boicote. O que importa ressaltar aqui é a imensa participação das mulheres e crianças nas greves, paralisações e levantes urbanos no interior de um proletariado em que esses eram a maioria. Não são poucos os exemplos trazidos por Rago (2014) e Fausto (2016), que provam que toda essa docilidade e serventia é muito mais uma criação masculina patronal ou proletária⁴⁰.

É importante mencionar os efeitos que a Greve Geral de 1917 alcançaram na organização do proletariado por via das ações políticas organizadas pelos anarquistas. Uma das mais marcantes expressões da greve foi utilização da cidade pelos trabalhadores como um instrumento para sua reivindicação. Segundo Paula (2017) o que se observou naquele

⁴⁰ “Acredito que mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando sua solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso patronal ou operário afirmou”. (RAGO, 2014, p. 101).

momento foi a conversão das ruas e avenidas em espaço de luta e reivindicação. Trata-se assim de uma forma de combate sistemático ao modelo excludente gestado desde o modelo higiênico de cidade e evidencia que independente da feitura dos modelos de segregação entre pobres e ricos essa não era uma solução eficiente as classes dominantes, uma vez que a produção e circulação da riqueza ainda requisitava esse operário no espaço da cidade. A Greve de 1917 foi assim auspiciosa quando se trata de estratégia topográficas de afrontamento a ordem posta com a ocupação e assembleias em bairros, a obstrução de formas de transporte coletivas tais como os bondinhos, a formação de colunas. Ou seja, a ressignificação dos espaços normalmente instrumentalizados como meio para a concretização da luta e não mais vias de acesso fácil ao lucro (PAULA, 2017).

É importante reconhecer o papel privilegiado de serem essas a maioria entre os trabalhadores na época. A verdade é que no período denominado de Primeira República (1889 – 1930) as mulheres constituíam a maior parte da força de obra fábri em São Paulo, principalmente no setor têxtil. Todavia, isso foi utilizado pelo empresariado paulista para a propagação de discursos conservadores referentes a fragilidade e função social das mulheres, o efeito direto disso era o rebaixamento de seus salários e de toda a classe operária (MENDES, 2017).

Todavia, assim como os industriais e poderes públicos, o movimento operário participou da definição do lugar da mulher na sociedade, privilegiando a esfera sagrada e privada do lar, construindo e impondo uma identidade que muitas vezes as mulheres aceitaram ao interiorizarem a representação masculina e burguesa de sua figura.

O que isso parece expressar é uma dupla imagem que se complementa, construída pelos jornais operários sobre a mulher em que, por um lado, era descrita como submissa e inapta à luta, mas, ainda assim, trabalhadora e combativa, com capacidade de enfrentar sem reservas as autoridades públicas e policiais. Isso sugere uma espécie de reconhecimento, por parte da racionalidade masculina, da resistência e potência feminina, que em suas ações questionavam a disciplina hierárquica no interior da produção e reivindicavam melhores condições de trabalho. Esse “papel duplo” – o retratado nos jornais e o materializado na ação concreta dessas mulheres – exigia dos homens adequarem essa concepção vitoriana de mulher com a operária que emergia no final do século XIX e início do século XX.

Esse aparente conflito de representação comparece como tendência nas pesquisas historiográficas, como aponta Rago (2014), por

relacionarem a não participação das mulheres em organizações sindicais ou partidárias à inconsciência política. Todavia, esse suposto descomprometimento com certas instituições políticas eram, em muito, resultado da presença massiva de homens nesses espaços, o que resultava na obstrução da participação da mulher. Soma-se a isso, no interior das famílias, o impedimento perpetrado por pais e filhos à participação das mulheres nas manifestações.

De toda forma, é importante desmistificar certas imagens predominantes acerca das mulheres nesse período. Desde o começo do século XIX, por exemplo, as mulheres já eram as principais demandatárias em pedidos de anulação de matrimônio ou divórcio, isso em um período onde o casamento parecia ser a única opção de sobrevivência às mulheres. Em outros casos, mulheres assumiram o lugar de seus maridos na administração de fazendas, pequenos negócios ou na própria casa em situações de abandono ou falecimento e, nesse quadro, enfrentando todo tipo de pressão por parte da sociedade.

O tipo de resistência e enfrentamento a qual as mulheres se lançam nesse quadro se complexifica na medida em que não se trata apenas do direito ao trabalho. Há outros componentes tão importantes quanto e que precisam ser elencados. Muitos desses vinculam-se à questão moral e ainda se fazem presentes, modulando as condições em que as mulheres usufruíram e gestaram sua existência na esfera do trabalho privado ou doméstico, tais como a amamentação, a prática do aborto, a recusa pelo papel de esposa-mãe-dona-de-casa, a constituição de relacionamentos homoafetivos, entre outros. Essas são questões que demandaram à época e ainda hoje demandam resistências e enfrentamentos. Tampouco, restringiram-se às disputas no interior da concepção de mulher do lar e/ou mulher operária.

O importante nesse quadro, como sugere Rago (2014), não é a construção de uma figura heróica da mulher, pois que muitas foram coniventes com a construção do imaginário da mulher dócil e servil, mas de identificar as formas de resistência e enfrentamento desenvolvidas por essas diante dos diversos agenciamentos e instrumentalizações tecidas por diferentes relações de poder. Um desses agenciamentos foi, justamente, o discurso médico. Esse afirmará que seu instinto natural e sua responsabilidade diante da sociedade passa pela sua realização no âmbito doméstico, diferente do homem que terá na esfera pública do trabalho seu espaço privilegiado de realização.

As campanhas pelo aleitamento materno são um exemplo que inclui todas as mulheres, independentemente de sua classe social. Criticava-se as mulheres ricas que, por desejarem continuar belas,

utilizavam de empregadas para o aleitamento dos filhos. Assim, as campanhas buscavam despertar nas mulheres ricas o desejo de não abandonarem seus filhos aos cuidados de outrem.

Há todo um conjunto de teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia no século XIX que ressalta a vocação da mulher para o aleitamento. Com as críticas ao que chamavam de “amamentação mercenária⁴¹” salientava-se os riscos das crianças de origem abastadas serem amamentadas por mulheres de outras classes sociais. Essas campanhas passaram a defender que as mulheres se tornariam mais atraentes e belas se amamentassem (MACHADO, et al. 1978).

Todavia, ao perceberem que as mulheres continuaram contratando nutrizas para amamentar seus filhos devido a necessidade de trabalhar, os médicos buscaram a regulação dessa prática. Então a “amamentação mercenária” que não consegue ser suprimida, nesse momento, na classe operária e persiste também nas classes mais abastadas, deveria ser fiscalizada por médicos, higienistas, puericultores, pediatras, filantropos e administradores (COSTA, 1983).

Eram comuns à época campanhas e projetos que propunham intervir nesse quadro, como exemplo o “Projeto de Regulamentação do Serviço de Amas de Leite” apresentado em 1927, pelo médico Pitagoras B. Lima. Esse projeto exigia, dentre outras coisas, que a candidata a nutriz só exercesse essa função após passar por fiscalização médica, quando, então, receberia um certificado. Caso contrário poderia ser multada.

O aleitamento materno parece agregar, nesse momento, diferentes interesses: a saúde da criança, o desenvolvimento da força produtiva do país e o papel a ser cumprido pela mulher na sociedade. Nesse conjunto, sobressai nos argumentos médicos, a presença de um moralismo que visa obstruir a prática da amamentação mercenária por ser ela um obstáculo à constituição da família saudável e moderna⁴².

⁴¹ “Amamentação Mercenária” era a forma como os médicos classificavam o ofício de algumas mulheres (negras ou brancas) que vendiam seu leite como amas. Os médicos a acusavam de abandonar seus próprios filhos, para lucrar sobre as mulheres que se recusavam ou não conseguiam amamentar. Sobre o tema, ver artigo de Koutsoukos (2009).

⁴² “O aleitamento materno entre nós é um cancro roedor de nossa fortuna em virtude do alto preço por que é hoje exercido, do nosso sossego no íntimo da família em razão da qualidade das pessoas que nele se empregam, e das inúmeras moléstias que afligem nossos filhos” (MONCORVO FILHO, apud.

No século XX, haverá toda uma legislação no âmbito do trabalho que assegurará à mulher operária um espaço para amamentar durante seu expediente sem que seja descontado da remuneração do dia (RAGO, 2014). Isso encontraria repercussões diversas no interior do patronato e em sua estrutura assistencial. Somente as grandes empresas possuíam mecanismos assistenciais como vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas e, ainda, uma política de incentivo ao aleitamento materno (as operárias que amamentavam seus filhos não tinham esse tempo descontado).

A oferta desses equipamentos, quando não era gratuita, tinha preços irrisórios e muitos dos benefícios concedidos estavam vinculados dentro e fora da fábrica. Assim, todo o seu cotidiano encontrava-se devidamente conhecido pelo empregador. O objetivo era alcançar, através de uma vida regrada, uma maior produtividade. Mais que ofertas de equipamentos de lazer e educação formal é necessário o culto ao lar por parte do operário. Isso requisita o ensino da organização e higiene. Buscava-se, assim, elevar o proletariado a um padrão ético-moral influenciado, como bem assinalam Iamamoto e Carvalho (1988, p. 140), “[...] por uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista”. Pode-se perceber que, mais que um instrumento de cooptação ideológica ou paternalista, os equipamentos assistenciais possuem nessa história a tarefa predominante de constituição do indivíduo em trabalhador disciplinado.

Estimular a amamentação e consolidar o papel da mulher no centro da família: distintos dispositivos cujo arranjo precisava de um corpo profissional para fortalecê-los. O que se está assistindo é, ao mesmo tempo, práticas dispersas, ações governamentais e reivindicações que preparam/organizam as condições para a convocação e consolidação de uma profissão como o Serviço Social em solo brasileiro.

No caso do Serviço Social, a questão da amamentação era um componente da prática profissional presente em seus primeiros anos de institucionalização. Através do relato de 1941, “Uma experiência de Serviço Social na Indústria”, elaborado pela assistente social Yolanda Maciel (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988), é possível observar que

RAGO, 2014, p. 107). Em 1902, o doutor Moncorvo Filho, médico de renome e fundador do Instituto de Proteção e Assistência a Infância, no Rio de Janeiro, lançou o “Concurso de Robustez” que premiaria as mães pobres que amantassem seus filhos naturalmente até o sexto mês.

dentre as principais medidas tomadas está a preocupação da assistente social quanto ao tempo utilizado pelas mães para amamentarem seus filhos, que não poderia ultrapassar o previsto legalmente, sob pena de perda das horas de trabalho, em prejuízo dos “interesses legítimos da empresa”. As horas destinadas ao aleitamento materno eram utilizadas pelas assistentes sociais através de palestras que pretendiam “a melhoria na higiene e formação moral: regularização de casamentos, abertura de cadernetas de poupança e apreensão de métodos bons e econômicos de tratamento às crianças”, caracterizando não só uma postura ou intervenção nos aspectos diretamente vinculados ao trabalho ou sua produtividade como, também, uma relação disciplinar da vida comum das trabalhadoras, através dos serviços assistenciais.

Todo o processo de aliciamento, disciplinarização e controle sobre a mulher resultará naquilo que Rago (2014) denomina “nova mãe”, um projeto encabeçado pelas classes dirigentes e profissionais de diversas áreas.

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo, e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. Assim, o discurso médico concede-lhe uma autoridade na esfera doméstica que pretende quebrar o poder do pai, enquanto aquela que trabalha fora do lar é incumbida da atividade de civilização da classe operária: ela deverá impedir que o marido frequente o bar, que se embebede, que tenha más companhias e que todos fiquem na rua até tarde (RAGO, 2014, p. 109 110).

Além disso, havia a responsabilização sobre a mulher quando essa demonstrava desconhecimento de métodos higiênicos para

cuidados dos recém-nascidos. Esse tipo de ignorância era vinculado à pobreza, e isso “[...] justificava por si mesma a interferência da medicina no agenciamento do cotidiano dos pobres, na conformação de seus atos às regras científicas elaboradas pelo saber competente” (RAGO, 2014, p. 168).

O que se evidencia é a função do discurso médico que, emanando das classes dominantes, condenava práticas populares vinculadas aos cuidados da infância, esse tipo de saber autônomo exercido pelas mulheres, que iam de remédios caseiros até a utilização de farinha para “engrossar” o leite materno.

Não existe pluralidade de saber - quando o saber médico colide com esse tipo de prática, ele precisa ser soberano e exclusivo. No discurso era claro: não cumprir com essas orientações poderia resultar na morte ou deformidade do bebê. Dessa maneira, como aponta Rago (2014), a presença desse saber e autoridade, por meio de visitas às mulheres pobres, servia à proteção da infância, fortalecimento de uma família mais sadia e contribuição ao crescimento da nação. Todavia, o mais importante era a submissão à autoridade médica, autoridade que era porta-voz do próprio Estado naquele momento.

Um elemento chave para viabilizar isso é a pedagogização da maternidade, estratégia que serviu como meio de superar as resistências encontradas entre as classes populares. A alta taxa de mortalidade infantil comparecia, assim, como justificativa para a reestruturação dos hábitos e costumes da família operária.

É já no final da década de 1920, e início de 1930, que a medicina redefine sua relação com o Estado, colocando-se como condição de possibilidade de normalização da sociedade, no que concerne à questão da saúde, e, para isso, sua função não será apenas curativa, mas também preventiva. No interior da educação higiênica emanada da medicina social, é possível afirmar que a norma familiar, produzida pela ordem médica, requisita a ação disciplinar de um conjunto de agentes normalizadores, que incluem os médicos, enfermeiras, visitadoras sociais, superintendentes e, um pouco depois, assistentes sociais.

De toda forma, no que constitui essa norma e qual a função desses agentes normalizadores? A norma será o meio pelo qual se poderá articular tanto um indivíduo que será disciplinado quanto uma população que se ambiciona melhor conduzir. O elemento que articula o disciplinar e o regulamentador, permitindo assim o controle da ordem disciplinar e os acontecimentos aleatórios da multiplicidade biológica. Nas palavras de Foucault:

A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço - essa não é acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 1999, p. 302)

Os agentes que serviram à propagação desse conjunto de ações partiram de locais circunscritos, tais como a fábrica, a escola, o quartel, o hospital e, por via dos diversos pontos de agenciamento dessas relações de poder, exerceram um certo tipo de “orientação” acerca das condutas, sejam elas individuais ou coletivas. Esse saber, apoiado pelo discurso médico e da segurança, funcionará como elemento organizador da racionalidade administrativa, que se ambiciona exercer sobre a família.

Todavia, essa ação, perpetrada pela norma educativo-terapêutica, não se efetiva apenas por meio de um mero convencimento comportamental, filosófica ou política dos agentes sobre as famílias. Para Costa (1983), afirmar isso seria o mesmo que dizer que todos os profissionais da área de assistência familiar são politicamente conservadores⁴³. A normalização de condutas e perspectivas de mundo

⁴³ Algo que o próprio Foucault recusava em sua análise sobre esses processos e os agentes envolvidos. Quando comentou sobre a rede de agentes envolvidos no Grupo de Informação das Prisões, afirmou que: “É um fenômeno muito interessante; é a história de todos os controles sociais que produziram essa categoria de pessoas chamadas de trabalhadores sociais; com frequência, individualmente, são pessoas muito sérias que, no interior de seu trabalho, compreendem o que fazem e se encontram em uma situação de grande

que interessa investigar opera em outro nível. O que assegura essa prática normativa é a despolitização do cotidiano, em arestas próprias dos indivíduos, tais como corpo, sexo, entre outros e que permite a implantação da norma terapêutica e sua ação, algo ilustrado pela história da higiene familiar.

Tem-se assim um complexo quadro que gradativamente evidencia as condições de possibilidade para a emergência de uma profissão como o Serviço Social. Do mundo do trabalho à vida doméstica tece-se uma rede que cobre todos os aspectos da vida do indivíduo, de forma educativa, produtora de comportamento e não, ou não só, para encobrir os conflitos sociais. Mais que velar o processo de exploração, trata-se da exigência de outro tipo de indivíduo, em que a assistência, junto com outros mecanismos disciplinares, se propôs a “criar”.

A ação assistencial, desde já, define seu alvo principal: a mulher pobre, que deveria organizar a casa e, ainda, incentivar a solidariedade interclasse. Esse arquétipo de mulher assume um papel estratégico para tornar o “lar” um espaço educacional. Para a mulher do povo fica a tarefa de ser a *guardiã do lar*, movendo o círculo de uma vigilância contínua e, ainda, ser a operária explorada e submetida às pressões emanadas do espaço da fábrica e do lar em virtude do duplo papel a qual se vê submetida: dona da casa/operária. E, simultaneamente, através da assunção dessas atribuições educativas se estabelece, para a mulher burguesa - localizada em outro prisma de classe - uma nova organização entre suas atividades familiares e sociais. Essa mulher tem nesse domínio, um novo campo profissional para si, por meio da divulgação das novas normas assistenciais e educacionais. Dessa forma, não seria peremptório afirmar que, nesse momento, o trabalho assistencial é uma

dilaceramento; muitas dessas pessoas [...] fazem um trabalho político extremamente importante. [...] Não acho que se possam encostá-los na parede dizendo-lhes simplesmente: vocês consolidam o sistema exatamente na medida em que nele permanecem. Encontramos sem cessar pessoas que são educadores de prisão, psicólogos em instituições vigiadas, assistentes sociais, etc. que fazem um bom trabalho político e que, ao mesmo tempo, de fato, sabem muito bem que, a cada vez que fazem alguma coisa, reconduzem todo esse setor do trabalho social; mas não é tão simples assim. Uma vez que o segredo é uma das formas importantes do poder político, a revelação do que se passa, a “denúncia” vinda do interior, é uma coisa politicamente importante. [...] Muitas das informações dadas por nós vieram dos próprios detentos, mas muitas informações pontuais dadas por nós aos jornais nós as obtivemos através dessas pessoas, os “trabalhadores sociais” (FOUCAULT, 2012c, p. 77).

atividade de mulheres a mulheres, percorrendo uma linha educativa-normativa.

Todavia, essa mulher foi inicialmente convocada de espaços específicos vinculados à Igreja Católica. O que nos leva a um componente incontornável: a presença que essa instituição possui na história da profissão da(o) assistente social. O próximo item tratará justamente da Igreja Católica e seu papel nesse processo de institucionalização. A opção por essa instituição, todavia, não se dará pelas organizações específicas que essa fomentou no período, mas na emergência de um tipo de racionalidade iniciada no século XVI e que teria alcançado sua plenitude já no século XX, resultado do que poderíamos chamar de “mundo do trabalho”. O foco da análise também estará na forma como a Igreja Católica buscou se adaptar às transformações oriundas das disputas políticas entre os séculos com as parcerias, por fim, providenciadas entre essa instituição milenar e o Estado brasileiro.

4.4. – A relação entre o Estado e a Igreja Católica na institucionalização do Serviço Social.

A sociedade do trabalho é, de certa maneira, a grande utopia criada no século XVI, em um extenso desenvolvimento que alcançará plenitude no século XVIII, com o disciplinamento social exercido por meio de uma extensa rede institucional, que envolve fábricas, prisões, hospitais, fábricas-prisões e conventos que, em sua consecução, permitiu a expansão das forças produtivas ao longo dos séculos. Todo esse processo que fez do trabalho algo legítimo, grandioso e moralizador não poderia ocorrer sozinho, dependendo de diversas estratégias de aliciamento e apoio para o seu desenvolvimento. Se a ligação do homem ao trabalho é sintética (FOUCAULT, 2003) não o é no sentido de ser “falsa” ou “simulada”, mas por depender para sua obtenção de um conjunto de instituições, normas e processos disciplinares.

O avançar dessa racionalidade acerca do trabalho atravessou os séculos junto a expansão das sociedades humanas e, nesse contexto inclui-se a Igreja Católica (IC), que assistiu de maneira impassível à consolidação do Estado Moderno e à glorificação do trabalho fabril.

O que convém destacar aqui é, justamente, a ascensão de uma espécie de catolicismo social, um elemento cultural e político definidor da construção das políticas sociais encabeçadas pela IC, bem como parte de seu apostolado na relação com a classe trabalhadora, enquanto resposta à “sociedade do trabalho”. Esse processo tem início mais

acentuado no final do século XIX, com a divulgação da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891. Essa impôs-se no Brasil ao longo de décadas, até se tornar presente no discurso de lideranças de classe e nos textos normativos das relações trabalhistas, assistenciais, previdenciárias e sindicais.

A Igreja Católica e seu apostolado desenvolveram historicamente uma parceria muito próxima do Estado, apoiando-o na difusão de suas ideias e práticas, mas, também opondo-se a esse, quando eram seus meios de influência sobre a sociedade que estavam em risco.

Nesse sentido, a pesquisadora Souza (2002) busca demonstrar como a IC – enquanto um corpo místico dotado de coerência própria, designada pela autora de “projeto teológico-político” – construiu um determinado princípio teológico e racional acerca do trabalho. Trabalho esse que era o principal problema da sociedade industrial em desenvolvimento.

Um elemento importante que precisa estar presente na análise que se faz da concepção e ação da Igreja Católica sobre o mundo do trabalho é, justamente, seu intenso senso de permanência. Essa é uma instituição milenar, que assistiu ao avançar dos anos buscando assegurar, por meio de sua “imobilidade”, sua profunda dominação. Para Souza (2002), não se trata apenas de discurso, mas de práxis, o que assegura certo *status* à Igreja Católica.

Dessa forma, é possível já elencar alguns pontos, como o fato da Igreja Católica em suas formulações rejeitar a ideia de luta de classes, utilizando em seu lugar algo como corporação e designando os indivíduos como trabalhadores e, eventualmente, utilizando o conceito de classes produtoras, evitando, assim, a adesão a um léxico mais crítico ou politizado.

Ainda assim, o catolicismo social tentou dar um novo significado ao conceito de classe, conferindo-lhe o sentido de classe trabalhadora, que se constitui a partir do ato de produzir, de trabalhar. Com isso, buscou criar uma nova identidade, mediante uma releitura dos valores e tradições católicos, que consideram todos os homens iguais perante Deus, sendo a vontade divina que determina quem desses homens são patrões ou operários. Nesta tradição, o ato de trabalhar tem um duplo sentido: o ato que redime e o que, consequência do pecado original, pune (SOUZA, 2002).

Um marco desse processo foi a atuação realizada pelo Papa Leão XIII⁴⁴ que, em sua busca de reconciliação entre o catolicismo e a

⁴⁴ Período de papado, de 1878 a 1903.

nova era, demonstrou interesse e realizou esforços para que a atuação da Igreja Católica fosse uma força real e não apenas defensiva mediante às transformações do mundo moderno. Possuía um projeto de transformação social para a IC por via de sua inserção em movimentos sociais, reafirmando seu caráter carismático de instituição eclesial e buscando legitimar seu discurso, afirmando-a como detentora da palavra de Deus.

Os administradores terrenos da “vontade de deus” possuíam características diversas, mas uma dessas é comum a todos: a avaliação do presente sob a luz do passado. Para Leão XIII, havia lá um núcleo de verdades fundamentais que serviam de parâmetro ao conhecimento e organização do novo mundo e, ainda, à recuperação de uma tradição teológica fundada em normas e leis que contribuíram na produção de valores comportamentais e também na produção de certa moralidade.

A discussão acerca de um sujeito moral alastrava-se por todo o século XIX e trazia em seu cerne diferentes formulações de intelectuais, como Kant, Marx e Weber. Essas reflexões serviram à constituição de projetos distintos que influenciaram – no âmbito das resistências ou contribuição – a constituição dos instrumentos disciplinares voltados aos trabalhadores no âmbito da ordem liberal e defesa da propriedade privada.

A IC é uma instituição conservadora:⁴⁵

⁴⁵ Como sugestão de leitura sobre a distinção entre conservadorismo e reacionarismo o livro de Mark Lilla *A Mente Naufragada*. O livro esforça-se por compor uma análise ascendente que parte do sujeito moderno identificado entre revolucionário, reacionário e conservador e avança até as instituições que o moldaram, tais como a Igreja Católica ou o Estado Moderno e os acontecimentos históricos nesses distintos prismas, com destaque para a Revolução Francesa. Sobre a Igreja Católica a partir da análise o romance *A Estrela da Redenção* de Franz Rosenzweig afirma Lilla: “A maneira como os cristãos entendem sua revelação e esperam a redenção transforma sua vida individual e coletiva numa jornada. O cristão está sempre a caminho, evoluindo do nascimento pagão ao batismo, superando a tentação, disseminando o Evangelho; e assim também é a Igreja, que considera todos os homens como irmãos, e conseqüentemente, se sente na obrigação de convertê-los, ou, se necessário impor-se a eles. Por ser um eterno peregrino, o homem cristão é alienado, sentindo-se dividido [...] entre Siegfried e Cristo, e, portanto, nunca está plenamente à vontade no mundo. Mas essa tensão na alma cristã foi altamente produtiva. Lutando consigo mesma, a cultura cristã moveu as ondas da história para a frente, da antiguidade para o mundo medieval, depois para os séculos do protestantismo e afinal para a era moderna, quando, sendo

A ação conservadora depende de um conjunto de circunstâncias. No caso da IC, surge pelo medo ao futuro, como resultado das revoluções burguesas. O conservadorismo é, portanto, uma configuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida. Podemos dizer que o comportamento conservador é reativo e significativo. Quando um conservadorismo político consciente e funcional surge como uma força evidente e transcende a esfera da ação social, passa a significar uma forma particular de experiência e de pensamento, tornando-se um movimento (SOUZA, 2002, p. 55).

O conservadorismo no caso da IC reveste-se, também, de elementos tradicionais, nesse caso tradicionalismo como tendência à identificação e defesa de padrões vegetativos do passado, o que nem sempre significa conservadorismo político; tradicionalismo é, aqui um tipo de característica de todo sujeito – em menor ou maior grau – enquanto uma atitude conservadora que depende de um conjunto concreto de circunstâncias.

Desde Santo Agostinho a Igreja tinha como modelo de sociedade a *Civitas Dei* – a cidade de Deus -, perante a qual o Estado secular só podia ser imperfeito. A missão da Igreja consistia em aproximar o mundo dessa instituição ideal e, para isso, julgava-se autorizada a exercer sua supremacia sobre os monarcas leigos, tentando colocar em prática a teoria medieval segundo a qual Deus transmitira à Igreja os dois gládios do poder, o espiritual e o temporal, e a Igreja cedera um deles – temporal – aos soberanos deste mundo. Porém, a *potestas temporalis* deveria estar subordinada a *potestas spiritualis*, corporificada no papado. Este é um dos grandes conflitos na relação da Igreja com os poderes temporais a partir do primeiro milênio da Era Cristã (VIEIRA, 2002, p. 61).

secularizado, o cristianismo triunfou. Desse modo, o cristianismo prepara a redenção do mundo pela atividade no tempo” (LILLA, 2018, p. 32)

É após a eleição de Leão XIII que essa atitude do Vaticano sofre algumas modificações em relação às potências políticas. O conjunto de possibilidades onde o sujeito pode agir com liberdade o permite traçar uma espécie de limite entre os direitos do Estado e os da Igreja. O que Leão XIII faz é reconhecer que há para o Estado um campo de autonomia do exercício que não necessariamente se submeteria à vontade da IC.

A esse importante passo soma-se a concepção que a IC desenvolveu sobre a questão social. Na leitura dessa instituição, o livro Gênesis traz todas as explicações teológicas sobre a questão social. Sendo a doutrina da IC, uma reflexão moral influenciada pelas ciências e pela experiência empírica de seus seguidores, a ordem social acaba por compor a ordem moral. Isso, por consequência, habilita a IC a julgar elementos de natureza social e econômica por serem temas que se referem à moral. A *Rerum Novarum*, publicada em 1891 por Leão XIII, representa uma síntese tomista que defende a ordem harmoniosa na hierarquia social e a propriedade como fundamento do bem comum.

Todavia, o ponto de partida dessa concepção do bem comum é o indivíduo com seus direitos predefinidos antes de sua incorporação à vida social. Isto sugere certa concordância na medida em que o adversário principal da *Rerum Novarum* era o socialismo.

Outro momento da doutrina da IC sobre o papado de Leão XIII, que se debruça sobre a questão social, é a releitura da propriedade privada e propriedade dos meios de produção arraigada à noção de pessoa e comunidade. A IC nessa lógica reconhece que o homem não deve considerar as coisas externas como próprias, mas como comuns. O que isso expressa é a sociedade como constituída pela pessoa moral e o Estado como possuidor dos bens públicos. Esses elementos são confirmados quarenta anos depois pela IC com a publicação da *Quadragesimo Anno* em 1931, pelo Papa Pio XI.

Essa encíclica - *Quadragesimo Anno* - é fruto de um momento de profunda transformação da sociedade. Os processos de mudança herdados pelo século XX preocupam a IC pelo questionamento da estrutura social por parte das massas. O que Pio XI busca é analisar criticamente a situação e mostrar, ao mesmo tempo, a necessidade de restauração da ordem social com reforma das estruturas e mudanças nos costumes, mas preservando as prerrogativas básicas da sociedade e da IC.

A forma como o trabalho é compreendido pela IC é inspirada pelo Gênesis quando esse afirma: “Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra, submetei-a e dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu”. De que forma empreender essa tarefa se não pelo trabalho? Ou seja, ao homem foi fornecido o direito divino de modificar a natureza e desenvolver sua potencialidade. Mas o homem, ao trabalhar, deveria fazer a glória de Deus, compondo sua história e a civilização, sendo o divino constitutivo do ser humano. É seu dever trabalhar, todavia, esse trabalho não se desenvolve de maneira isolada, vincula-se a uma sociedade e Estado, por isso é necessário organizá-lo de forma digna.

O trabalho na sociedade onde os meios de produção são privados contribuirá na constituição da questão social. A questão social tem sido, sobretudo para os papas, uma questão que não ignora ou oblitera a centralidade do trabalho na sociedade humana. Um exemplo mais contemporâneo disso é a encíclica *Laborem Exercens*, promulgada em 1981, em que o papa João Paulo II afirma que o trabalho humano é a chave, provavelmente essencial, de toda a questão social⁴⁶.

O que isso expressa é a sacralização do trabalho na sociedade capitalista em desenvolvimento e aproximação da IC ao Estado, no necessário processo de disciplinamento de uma mão de obra apta a vender sua força de trabalho.

Perto do final do século XIX, cinco problemas preocupavam a IC, assim os enumera Souza (2002): os progressos na indústria, a alteração nas relações de trabalho, o papel preponderante assumido pelo capital, o conceito que os operários tinham de si, bem como a união entre eles.

A maior dificuldade para enfrentar esses problemas decorria da necessidade de estabelecer os direitos e deveres que deveriam reger as relações entre os proletários, o capital e o trabalho – e os perigos que esses problemas representavam eram consequência da ação de indivíduos mal-intencionados. Mas a IC reconhecia a existência

⁴⁶ As encíclicas que abordaram a questão social foram as seguintes: *Rerum Novarum*, Papa Leão XVIII, 1891; *Quadragesimo anno*, Papa Pio XI, 1931; *Mater et Magistra*, Papa João XXIII, 1961; *Pacem in terris*, Papa João XXIII, 1963; *Gaudium et spes*, Papa Paulo VI, 1967, *Octogesima adveniens*, Papa Paulo VI, 1971; *Laborem exercens*, papa João Paulo II, 1981. Todas essas encíclicas possuem como referência a *Rerum Novarum*, documento considerado fundamental; algumas, inclusive, foram produzidas em comemoração a ela.

de causas imediatas para o conflito, relacionadas com a supressão das corporações, com o desaparecimento do sentido religioso – e, por consequência, com a perda do sentido moral das leis, das instituições públicas e das relações privadas – além, do crescimento da usura e da ganância, do monopólio do trabalho e do comercio nas mãos de uns poucos (SOUZA, 2002, p. 80 81).

Mediante esse conjunto de preocupações, Leão XIII reconhecia duas saídas possíveis, uma nomeada por ele de socialista e a outra, católica, inspirada no evangelho. A socialista apoiava-se na supressão da propriedade privada e na concepção de homem portador de uma moralidade não mais dependente de Deus. Essa era uma solução por si irrealizável, todavia, a IC reconhecia que a solução para os problemas sociais exigia múltiplas colaborações, mas todas submetidas ao Evangelho, fora disso, nenhuma solução seria eficaz.

O que Leão XIII conseguiu foi livrar-se das utopias românticas que arriscavam impregnar o catolicismo social para deslocá-lo a um campo reformista, com a proposta da ação operária nos marcos institucionais, o que repercutiu na aceitação – ainda que tímida – do sindicalismo, reconhecimento dos direitos operários nos cânones da justiça liberal.

Em suma, embora a *Rerum Novarum* tenha sido considerada um documento tardio no âmbito das lutas, disputas sociais e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores – sua publicação vem após 50 anos da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* – ela proclamava o reconhecimento da questão operária nos tempos modernos e inseria a IC na disputa política emanada pela questão social.

Quanto à *Quadragesimo Anno*, essa foi publicada por Pio XI em 15 de maio de 1931, em comemoração aos 40 anos da *Rerum Novarum*. Com seu período de papado ocorrendo entre as guerras mundiais, essa encíclica constituiu uma resposta às novas inquietações dos católicos envolvidos na ação social. Nesse documento aparece, pela primeira vez, a reivindicação por justiça social, que propunha a construção de uma ordem jurídica e social que se contrapusesse ao projeto liberal, com uma distribuição equitativa da renda produzida. Como aponta Souza (2002), trata-se de uma justiça diferente da proposta por Leão XIII, por

contemplar, além das relações individuais, os fenômenos globais da vida socioeconômica.

O Quadragésimo ano propôs uma reforma total dos costumes, a ser realizada por uma série de atitudes humanas que, por sua vez, se inspirariam e limitariam as ordens social e econômica, eliminando os conflitos sociais. Apresentou, também, um método de reflexão do social, apoiado na filosofia natural e na mensagem cristã, a partir da ideia de que entre a ordem natural e a ordem evangélica sempre haverá uma concordância de princípios que nunca as levará ao conflito. Além disso, propôs a ação pastoral firmada no pressuposto de que não se deveria delegar à autoridade civil a execução de todo o projeto de restauração social, pois era a própria Igreja que deveria arbitrar esse processo, por meio de militância laica a ser construída nos meios operários. Tal projeto deveria ser executado pela Ação Católica, porque essa organização personificava uma nova forma de ser Igreja na sociedade por meio da militância apostólica. (SOUZA, 2002, p. 89 90).

Esses são alguns dos elementos que nos permitem compreender a forma como a IC irá aportar esse projeto no Brasil no final do século XIX - quando reconhece o caos social gerado pela infiltração do laicismo nas instituições políticas e sociais, bem como a ignorância religiosa do povo - e ao longo de todo o século XX - quando a Igreja refinará seu projeto religioso para o país e participará ativamente do expurgo das influências anarquistas e comunistas que ameaçavam a ordem liberal⁴⁷.

O que se ressalta na forma como a IC se coloca no país, em relação ao Estado e à sociedade, é o reconhecimento da existência de duas instituições basilares em nossa formação social, econômica e cultural, cujo efeito principal seria uma espécie de dupla identidade: cidadãos brasileiros e católicos (SOUZA, 2002). Dessa forma, ser

⁴⁷ Inclui-se, aqui, a perseguição perpetrada contra os membros da Igreja Católica filiados à Teologia da Libertação, no Continente Latino-americano (cf. BOFF; BOFF, 1985).

cidadão nessa sociedade era ser católico, um traço que unifica o discurso oficial e a comunidade. Os diversos problemas com os quais a IC se deparou nas primeiras décadas do século XX não diferiam muito daqueles a qual Igreja europeia se deparou no mesmo período. Todavia, no Brasil havia o problema da inconsistência institucional, sem haver necessariamente uma sólida estrutura material e organizacional onde se apoiar. Isso comprometia a sua intervenção doutrinária. A resposta da IC foi a realização de uma leitura da realidade socioeconômica, onde se desenvolveria um diagnóstico sobre a sociedade brasileira. Esse diagnóstico evidenciou que a perversão básica existente nesse país concentrava-se na extrema injustiça dos mecanismos deficitários de distribuição de renda e a permissão da concentração de renda para poucos privilegiados, o que resultava na vegetação miserável do povo.

O período de 1890 e 1930 representou um período de extrema vitalidade por parte da IC, em virtude do conteúdo presente em suas cartas pastorais, com a estruturação de sua expansão institucional e elaboração de um discurso doutrinário marcado pelo processo de renovação e legitimação na sociedade brasileira.

Um exemplo disso é a pastoral de 1915, que apresentava preocupações com a questão operária e a mobilização dos trabalhadores. Todavia, essas preocupações no documento são expressas de maneira moral. Solicitava aos empregadores que a jornada de trabalho não fosse excessiva e que fosse pago aos operários um salário mais justo. (SOUZA, 2002).

Outra ação específica da IC eram os congressos católicos, que passaram a ocorrer no Brasil no início do século XX. Esses congressos abordaram a questão operária, em muito influenciada pelos debates que ocorriam na Europa, onde a ênfase recaía sobre os erros dos patrões e dos operários. Vale mencionar o trecho reproduzido por Souza (2002), sendo os erros dos patrões assim referidos:

[...] ao esquecimento dos sãos e puros princípios de justiça e caridade; ao princípio de exploração injusta e iníqua do trabalho do homem como se trata-se de uma simples máquina; à ganância, que levou os industriais a procurarem para si grandes lucros; ao mais revoltante desprezo pela dignidade moral dos homens, impedindo-lhes todos os meios de desenvolvimento, como sejam: a manutenção do espírito da família, à educação dos filhos, a liberdade de cuidar de suas almas pelo repouso e santificação do domingo, pelo tempo razoável

concedido ao operariado a sua vida moral, na família e na sociedade. (MENEZES⁴⁸, apud. SOUZA, 2002, p. 128).

Quanto aos erros dos operários:

[...] esquecimento do princípio de conformidade com a situação sobre o qual repousa toda a economia divina; o abandono do terreno calmo, de justa e santa reivindicação de seus direitos conculcados para se atirarem nos braços do socialismo, com todo o seu cortejo de princípios falsos e práticas violentas; a negação do direito de propriedade, o nivelamento social, o esquecimento do princípio de autoridade, os assassinatos, as revoluções, as greves barulhentas para reclamar o justo e o injusto (MENEZES, apud. SOUZA, 2002, p. 128).

Nesse Congresso, em 1900, Menezes reconhece que esses erros por parte do proletariado são fruto da ignorância desses sujeitos e não de levantes socialistas, visto que, na análise desse, ainda não havia influência dos operários europeus de maneira significativa no Brasil. Em seu depoimento, critica, ainda, as condições de trabalho no campo - próximas à escravidão - e elogia o trabalho nas indústrias, inclusive em virtude dos equipamentos de assistência que essas mantinham em apoio aos trabalhadores, ainda que persistisse uma podridão moral em virtude da baixa educação religiosa entre os operários.

Ou seja, vê-se, aqui, propalada mais uma vez, uma oposição entre cidade (civilização) e campo (selvageria), com foco nas condições de trabalho de segmentos específicos da classe trabalhadora.

Como alternativa, propõe-se a construção de associações na IC,

⁴⁸ Como nos informa Souza (2002, p. 131) “Carlos Alberto Menezes, presidente do I Congresso Católico Nacional, realizado em 1900, e diretor-geral da Usina de Açúcar de Goiana e da Fábrica de Tecidos e Camaragibe, em Pernambuco, tornou-se o mais importante católico social do Brasil por ter implantado em sua usina um modelo de organização operária inspirado nas experiências belgas. Foi também parlamentar durante a Primeira República e teve destacada atuação no sentido de dotar o Estado de uma legislação previdenciária e trabalhista”.

para abordar questões vinculadas à educação, voltadas a seus aspectos morais e religiosos; para responder às necessidades materiais; e, por fim, outras visando o desenvolvimento do lazer. Acreditava-se que, com essa rede de associações, o “perigo operário”, que rondava o mundo à época, não afligiria o Brasil (SOUZA, 2002).

De certa maneira, essas associações que visavam a qualificação do laicato da IC - ao combater o desenvolvimento de uma visão de mundo comum aos operários e à reprodução de sua existência - são um dos gérmen que fornecerá não apenas os primeiros espaços de formação para as “visitadoras sociais”, “superintendente de fábricas” e “assistentes sociais”, mas o próprio alicerce racional vinculado aos ideários da IC, que influenciará profundamente as pioneiras do Serviço Social no Brasil.

A posterior vinda das assistentes sociais belgas é de suma importância para pensarmos esse processo. Entretanto, já havia um solo fértil ao desenvolvimento dessa profissão, devidamente preparado pela IC em suas respostas às necessidades do Estado e pela manutenção de sua influência no país.

Uma década mais tarde, no Congresso de 1910, propunha-se como tema central a mobilização do laicato na questão da moradia operária. Essa proposta unia IC ao Estado, já que esse dispunha de verba especial para a construção de vilas operárias. Período a qual a grande ampliação urbana e a ação de sanitaristas no planejamento do meio urbano já eram sentidas.

A partir da década de 1930, o grupo dirigente do Estado e a Igreja Católica possuíam uma preocupação em comum: o problema social e a luta de classes. O grande avanço por parte do Estado, nesse período, foi a compreensão da questão social não mais como caso de polícia, moral ou de ordem sanitária - já que essas leituras só permitiam soluções com uso de força para sua resolução -, mas de um fenômeno que exigia um tipo de ação calcada em uma racionalidade organizativa e diretamente interventiva sobre a realidade.

O caminho de resolução a esse problema entre os “revolucionários de 30” convergia com a solução proposta pelos católicos que também procuravam despir da questão social qualquer conteúdo de caráter político, fornecendo-lhe uma centralidade teológica e pastoral. É esse componente que permite à Igreja compor parcerias com o Estado. Uma prova dessa parceria é a desistência por parte da Igreja de compor um sindicalismo confessional para, a partir da segunda metade da década de 1930, apoiar o processo de sindicalização presente

no Estado. Souza (2002) ressalta que essa foi uma das maiores conquistas do movimento circulista⁴⁹.

De certa forma, é dessa apreensão e parceria, nesse momento específico que se lançam as condições de possibilidade ao desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão no que tange à convocação das pioneiras dos estratos altos e médios da sociedade vinculadas à IC. Não bastava, apenas, superar uma visão criminalizante das expressões da questão social mas, ainda, a composição de um sindicalismo confessional que permitiria a entrada da profissão nos diferentes espaços produtivos, com a missão civilizatória amparada pelo Estado e orientada pela IC.

Todavia, a partir do processo de institucionalização da profissão, evidencia-se cada vez mais uma tentativa do Estado de afastar a influência direta da IC no processo de formação desses profissionais. Como demonstra a análise de Yamamoto e Carvalho (1988), a partir do trabalho exercido pelo movimento católico laico, funda-se em 1936 a primeira escola de Serviço Social,⁵⁰ em São Paulo. Cada vez mais, sente-se necessidade de pessoal qualificado para atuar nas agências de formação e na demanda crescente aberta por instituições estatais.

É importante salientar que o Departamento de Assistência Social⁵¹ do Estado de São Paulo foi criado um ano antes da fundação da primeira escola de Serviço Social e, dentre suas competências (Lei n.º 2.4497, e 24-12-1935), estava a de “orientar e desenvolver a investigação e o tratamento das causas e efeitos dos problemas individuais e sociais, que necessitam de assistência, organizando para tal, *quando oportuna*, a Escola de Serviços Sociais” (grifo nosso). Note-se, ainda, a imprecisão do nome da profissão, escrito no plural, e a

⁴⁹ O Movimento Circulista do Brasil teve seu início com a fundação do Círculo Operário Pelotense – COP, em 15 de março de 1932, pelo padre jesuíta Leopoldo Brentano, em resposta ao apelo do Papa Pio XI, o qual, um ano antes, havia publicado a Encíclica *Quadragesimo Anno*. Nesta encíclica, dada a público em comemoração aos 40 anos do lançamento da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, Pio XI atualiza a análise dos problemas sociais, advindos da Revolução Industrial do século 19, principalmente os relacionados ao mundo do trabalho e à questão do operariado. Na solução destes problemas, o Papa pede que a Igreja Católica participe ativamente, incentivando a fundação de associações cristãs de operários e na formação de suas lideranças.

⁵⁰ Na Europa, as escolas de Serviço Social surgem e se multiplicam, no início da década de 1920.

⁵¹ Em 1938, o dept.º. de Assistência Social passa a se chamar dept.º. de Serviço Social.

declaração explícita do Estado pela criação de agências formadoras devido à urgência sentida em imprimir uma intervenção racionalizada na questão social, não se submetendo exclusivamente à iniciativa da Igreja ou aguardando-a.

Dessa forma, o Estado coloca-se como importante ator no processo de institucionalização da profissão, exigindo uma postura mais técnica, próxima de uma racionalidade governamental e não exclusivamente escorada sobre os preceitos cristãos dos trabalhadores sociais.

A partir da crítica às obras de caridade emanada por setores da intelectualidade e ordem política, por estimular a mendicância e por sua ineficiência, propõe-se a formação técnica para aqueles que pretendem atuar frente à questão social. Não havendo como esperar a estruturação de uma instituição de ensino para garantir essa formação, o próprio Estado se encarrega de fazê-la: o processo de preparação de profissionais se dá de forma pulverizada em diversos cursos a partir de demandas específicas: em 1936, com duração de 03 meses, o Curso Intensivo de Serviço Social; em 1938, o Curso Regular da Escola Técnica de Serviço Social; em 1940, Curso de preparação em Trabalho Social. Este último curso dá origem à Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil (RJ) e origina-se da Escola de Enfermagem. A origem desse curso atrela-se à Emenda ao Projeto 595 nº 595 de 1936, encaminhada em 1937 pela Deputada Carlota P. de Queiroz.

Na justificativa de tal projeto, encontra-se o aproveitamento da base comum do ensino de enfermagem e de serviço social, com a criação no terceiro e último ano das especializações de Assistente Social Investigadora, Assistente Social Educadora, Assistente Social da Indústria e Assistente Social da Infância. Essa Emenda serve para ilustrar a aproximação do Serviço Social junto a certas profissões. Talvez pelo seu caráter profilático e moralizador e por serem ambas as profissões essencialmente femininas, dá-se a proximidade entre o Serviço Social e a Enfermagem, podendo, inclusive, seus processos de formação assentarem-se nas mesmas bases. Cabe mencionar, ainda, sua suspensão em virtude do golpe de Estado que originou o Estado Novo e, posteriormente, sua reativação pelo poder executivo.

Posterior a criação das escolas de Serviço Social, nota-se uma preocupação relativa ao rigor técnico da preparação desses novos profissionais, que deveria estar submetida à urgência dos atendimentos em primeiro lugar.

Para a Igreja Católica, a intervenção estatal na esfera assistencial só deveria se dar quando solicitada, cabendo esta,

privilegiadamente, às iniciativas particulares. Caso ocorresse, a ação do Estado deveria limitar-se à tutela dos trabalhadores a partir de definições legais e ao subsídio para outras instituições (particulares, registradas, com caráter semipúblico). Nessa concepção de trabalho conjunto com o Estado, durante a 1ª Semana de Ação Social no RJ, destaca-se a criação da Associação Lar Proletário e o Instituto de Educação Familiar e Social. Evidencia-se, aqui, uma partilha entre ação estatal e atuação por parte da IC, uma divisão entre a assistência que deveria se voltar aos pobres trabalhadores e a caridade que deveria ser direcionada aos segmentos mais vulneráveis da população.

A partir de 1937, aos católicos não preocupava apenas “o perigo comunista”, em relação à organização sindical, mas à necessidade de educar moralmente o trabalhador, fazendo-os entender que todo homem é convidado ao céu e que tem direito a um certo bem estar, sendo, portanto, crime a sua não realização.

A IC centrava-se no fomento de relações que beneficiassem os trabalhadores e permitisse sua vigilância e controle constante para que esses agissem e pensassem de acordo com a defesa e manutenção da harmonia social. Como meio de assegurar isso, os círculos operários eram respostas que davam assistência às demandas materiais e espirituais dos trabalhadores, como organização educativa-formadora: orientação cristã, instrução, defesa, várias espécies de beneficência e portanto representavam, ainda, “o melhor antídoto contra o comunismo” (SOUZA, 2002).

A extinção da liberdade sindical, em 1937, era apontada como algo positivo pela IC, por possibilitar o disciplinamento das relações de trabalho. Havia certa desenvoltura por parte da Igreja quando essa precisava negociar com o Estado, principalmente após a escolha em 1933 do tema da pobreza para legitimar-se no espaço público.

Já para o Estado, a questão social transformara-se no principal problema da modernidade e da urbanização. Isso requirava o desenvolvimento de uma legislação social, de modo a proteger o capital e o trabalho, compondo, ainda, uma ideia de sociedade harmoniosa e fundada na ordem corporativa.

O que se evidencia é que a questão social para ambas – IC e Estado – centrava-se fundamentalmente na questão do trabalho como fundamento civilizatório. A Igreja tornou-se um ator fundamental para o Estado, ao trabalhar desde a “espiritualização das classes”, sendo o porta voz de suas demandas junto ao Estado, ao mesmo tempo em que o Estado não se furtou a exercer sua autonomia, ao assegurar espaços de formação não tão atrelados à Igreja Católica.

Pinheiro (1985) descreve em sua obra, de forma pormenorizada, não apenas toda a legislação gestada ao longo da década de 1930 e que se voltava à ação do Estado junto a segmentos da classe operária, mas, ainda, deixa claro que os personagens centrais que permitiam tal articulação eram, justamente, a ação médica – e seu trabalho no Laboratório Biológico Infantil corrobora com isso – e a própria ação do laicato católico, tanto no que tange à infraestrutura inicialmente, como também com a convocação de segmentos específicos da IC, para atuarem junto às famílias trabalhadoras.

Para a autora, em sua implementação no Brasil, o Serviço Social é adscrito como uma estratégia política da Igreja Católica, em assegurar sua influência e garantir seus privilégios, por via da mobilização de seu apostolado, com a missão de intervir na “questão social”.

Durante o final da República Velha, a Igreja aproxima-se do Estado reforçando seu caráter autoritário. Com forte nacionalismo, a Igreja apresenta propostas antiliberais e antidemocráticas. Através de sua revista, “A Ordem” busca mobilizar o laicato e a intelectualidade a seu favor. Durante as décadas de 1920-1930, a tônica dos artigos dessa revista estava longe dos problemas sociais. Quando muito, através de análises moralistas, constata as péssimas condições de trabalho de crianças e mulheres. Inicialmente, sua aproximação com o Estado não representou reconhecimento jurídico na demarcação de sua influência na sociedade civil, encontrando-o somente a partir da década de 1930.

A década de 1930 tem como uma de suas características, um governo que chama para si as diferenças inter e entre as classes sociais de modo a “solucioná-las”. A partir da concepção que o trabalho representava, sobretudo, à ordem social, as reivindicações populares precisavam ser disciplinadas e repolitizadas.

A Igreja continua seu intento em conseguir uma posição segura e vantajosa na sociedade. Em 1931, têm-se duas demonstrações da tentativa de se colocar dentro do Estado.

A primeira se dará em maio, a pretexto da entronização de N.S. Aparecida – proclamada pelo papa como padroeira do Brasil [...]. Em outubro, na inauguração do Cristo Redentor, com a presença de quase toda a hierarquia e dos principais representantes do Estado, Dom Leme explicita ameaçadoramente a posição da Igreja: “[...] ou o Estado [...] reconhece o Deus do povo

ou o povo não reconhece o Estado⁵²
(IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 159).

É certo que com a instauração da República, os poderes temporais da Igreja foram limitados pela ação das elites cultas da época, influenciadas pelo positivismo e pelo liberalismo. Um dos marcos legais desse enfraquecimento é a constituição de 1891 que separou a Igreja do Estado. Essa constituição assegurou a todas às religiões a liberdade de culto e de crença, bem como a liberdade de aquisição de bens, desde que adquirissem personalidade jurídica; tornou-se obrigatório o casamento civil e foi extinta a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, bem como interditado ao Estado cobrir as despesas da Igreja, excetuando-se as subvenções às obras de caridade e hospitais.

A Igreja Católica já vinha externando preocupações sobre a perda de sua influência junto a setores diversos da sociedade. A instituição milenar recomendava aos chefes de Estado que favorecessem as condições dos trabalhadores por via da força e da proteção das leis como meio de deter as massas insubordinadas e influências consideradas nefastas aos costumes dos trabalhadores. Para a Igreja, tais medidas evitariam que os trabalhadores fossem mobilizados e cooptados por ideologias adversas que, dentre outros perigos que representavam, podiam “despertar” o espírito revolucionário das massas.

Foi através da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC) que D. Leme mobilizou massas eleitorais em torno de suas ideias e propostas na Constituição de 1934, após intensa luta com os educadores liberais. Dentre as reconquistas, encontra-se o ensino religioso, ainda que de forma facultativa, nas escolas públicas, no horário das aulas; o retorno dos subsídios do Estado às atividades desenvolvidas pela Igreja, consideradas de interesse público; a proibição expressa do divórcio e retorno do reconhecimento do casamento religioso pela lei civil. Nesse conjunto, cabe ressaltar que a Igreja assumiu uma posição mais combativa pela conquista de maiores espaços na sociedade civil, mobilizando, para isso, sua tradicional atuação no campo social.

É nesse jogo político que tanto a Igreja como o Estado contribuíram diretamente com o nascimento do Serviço Social. É, portanto, fruto do processo de organização do laicato católico, de suas ideias e intervenção, ao mesmo tempo em que por parte do Estado não

⁵² Citado por Ralph Della Cava, “Igreja e Estado no Brasil do século XX”. Estudo CEBRAP, n. 12, São Paulo, 1975.

tarda a inquirir certa influência e requisição técnica para a formação dessas mesmas profissionais, chamando para si as bases para a consolidação dessa profissão.

Se o Estado deve intervir na questão social, por ser o responsável pela garantia do bem-comum, através de uma legislação baseada na justiça social, a Igreja será responsável em estabelecer vínculos de amizade entre as classes sociais. A proposta liberal do Estado, a Igreja propunha o comunitarismo ético-cristão, perseguido pelo movimento católico laico durante a década de 1930.

Esse capitalismo que acena à Igreja católica tem interesses nas possibilidades de conciliação ofertadas por essa religião, a medida em que as suas obras contribuíram ao processo de adesão das classes oprimidas ao sistema, o que por si explicaria/justificaria sua aproximação com o espírito comunitário e caritativo do catolicismo. Pode-se considerar, ainda, sua relação com elementos atrelados à hierarquia, organização e disciplina, o que contribuía e assegurava o consentimento e a obediência. “Disso decorre sua contiguidade com o espírito autoritário e dogmático da Igreja em que – como no capitalismo – esses dois aspectos sempre foram indissolúveis⁵³” (IAMAMATO; CARVALHO, 1988, p. 167).

Um exemplo de parceria entre Estado e Igreja Católica útil a posterior consolidação da profissão é a Associação das Senhoras Brasileiras (RJ, 1920) e a Liga das Senhoras Católicas (SP, 1923). Instituições assistenciais que são compostas por famílias ricas, possuem recursos e contam desde sua fundação com o apoio do Estado (por exemplo: a doação do terreno para construção de suas sedes). Preocupadas em divulgar o pensamento social da Igreja, destinam-se não só ao cuidado dos indigentes, mas, também, desenvolvem um trabalho junto ao operariado, principalmente, mulheres e crianças. Em 1922, com a fundação da Confederação Católica, a Igreja centralizou suas iniciativas assistenciais. Posteriormente, surge em seu lugar a Ação Social.

Todo esse processo prepara o campo material, organizacional e humano para o nascimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. A necessidade de imprimir maior eficiência ao trabalho assistencial faz com que a Igreja coordene a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Observa-se nesse período a

⁵³ Citado por Hugues Portelli. Gramsci et. La question religieuse, Paris, Antrophos, 1997.

preocupação com as “influências subversivas” junto ao proletariado. Ainda, pode-se dizer que o CEAS:

1º - São campos de observação e de prática para a trabalhadora social, que aí completa e aplica os seus estudos teóricos. 2º - São centros de educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepara-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão. 3º - São núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens uma fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também despertamos o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhes incubem nesse terreno⁵⁴” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 175).

Dessa forma, tem-se um conjunto de ações emanadas da IC que teriam consubstanciado as condições de possibilidade para emergência da profissão no Brasil. Partindo da concepção que a IC desenvolveu com o avançar dos séculos acerca do trabalho, até a criação de associações e o combate a racionalidades e práticas políticas que pudessem contrariar seu interesse e relação junto ao Estado Moderno, há todo um marco normativo, que veio a fornecer o substrato humano, que comporia as primeiras agentes que encabeçariam o que podemos chamar de pioneiras da profissão.

É dentro desse complexo quadro societário que Backx (1994) irá localizar o Serviço Social e sua contribuição específica em seus primeiros anos de institucionalização e constituição de seus quadros profissionais. Quadro profissional que parece profundamente influenciado pela amálgama de diretrizes e concepções oriundas dos certos setores, que possuem no Estado e no ideário católico pontos centrais ao discurso da “missão civilizatória”, tão impregnada nas estratégias de construção de uma ideia de Nação e Povo.

⁵⁴ Tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS na sessão que se realizou no dia 13 de maio de 1933. São Paulo, Arquivo da Escola de Serviço Social da PUC.

Dessa forma, a tentativa de compreensão da autora sobre a história do Serviço Social busca esclarecer os mecanismos através dos quais se forjou e se reproduziu uma forma de dominação nos moldes do modo de produção capitalista, nos períodos iniciais deste século, com ênfase nos anos pós-30 e a maneira como a profissão providenciou estratégias a isso. Trata-se, pois, de buscar entender não apenas a consolidação de um Estado-colaborador da expansão capitalista no Brasil, mas também os diferentes mecanismos e agentes sociais que, intencionalmente ou não, participaram desse empreendimento. Em suma, essa participação se deu através de uma intervenção em diferentes dimensões da realidade social, visando a constituição das camadas populares em força de trabalho integrada e útil à lógica econômica-política dominante.

Backx (1994) assume como marco inicial para a profissão no Brasil, a criação da Escola de Serviço Social de São Paulo (que data de 1936) e do Instituto de Educação Familiar e Social (posteriormente designado de Instituto Social), inaugurado em 1937, no Rio de Janeiro.

Acresce a essas, outras escolas fundadas no período, como no Rio de Janeiro, que entre 1936 e 1947, viu fundadas mais cinco escolas, por intermédio de iniciativas diferenciadas: Escola Técnica de Assistente Social (1938), Curso de Serviço Social da escola Anna Nery (1936), mas com funcionamento efetivo a partir de 1940), Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944), Escola de Serviço Social das Faculdades Católicas (1944) e a Escola de Serviço Social de Niterói (1945).

O contexto de das escolas de Serviço Social no Brasil possui como um dos traços definidores, a industrialização tardia. Nesse caso, o processo de acumulação capitalista deparou-se com as lutas sociais pelos direitos já conquistados pelas classes trabalhadoras em sociedades mais desenvolvidas, como meio de subordiná-las à lógica do capital. Face à inexistência de uma base material para a produção do consentimento, o processo de acumulação e reprodução do capital no Brasil erigiu-se por via da exclusão das classes populares do pleno exercício da cidadania liberal. Backx (1994) acentua que essa exclusão foi possível por meio do controle estatal e da coerção institucionalizada exercida à época.

Se durante a República Velha, o Estado fomentou a repressão contra aqueles que não se conformavam às leis de mercado - tratando a questão social como “caso de polícia”, uma vez que não se conseguiu produzir um consenso que garantisse sua própria dominação -, no período iniciado em 1930, um processo de hegemonização do

capitalismo urbano-industrial estava em pleno desenvolvimento e a legitimidade do regime foi buscada junto às massas populares urbanas e aos setores sociais ligados à industrialização a partir da estratégia que visava a reprodução do regime. Estrategicamente, o Estado buscou a incorporação das instituições representativas e promoção da desmobilização dos movimentos sociais, controlando e reprimindo a manifestação autônoma das classes.

O resultado disso é a constituição da estrutura corporativa sindical, a partir de 1930, servindo a um duplo papel: viabilizando a tutela das classes populares pelo Estado e representando um meio de mobilização desses setores (em troca do atendimento a determinadas reivindicações do movimento sindical), destinadas a dar sustentação política a esse mesmo Estado, em função das disputas internas no bloco do poder.

Isso ressalta uma certa tendência nas pesquisas historiográficas sobre a profissão que remete às suas origens as decisões da Igreja Católica em defender seu projeto de “re Cristianização” da sociedade, por meio da ampliação e modernização das funções que exercia na área da assistência. Essa possibilidade se dá, em grande medida, por via da contribuição dos primeiros assistentes sociais diplomados nas escolas fundadas sob os auspícios da Igreja Católica. Isso aponta justamente para uma tendência à reconstituição da profissão, por meio das vivências e experiências desses grupos, o que tende a restringir as análises ao próprio contexto da produção onde se inseriram.

Esses componentes adscvem a da profissão no âmbito da formação social brasileira à secularização do Estado, aos efeitos dos processos de industrialização e à legislação social emanada do Estado na década de 1930. Esses componentes se desdobram em certas ações vinculadas à Igreja Católica, tais como o trabalho desenvolvido pelas congregações religiosas, instaladas no Brasil a partir de 1900; o trabalho filantrópico desenvolvido por algumas “senhoras da sociedade”; o movimento, promovido pela Igreja, que visava a re Cristianização da sociedade; a publicação e ampla circulação da Revista A Ordem a partir de 1921, a fundação do Centro Dom Vital em 1922 e da Confederação Católica, bem como a vinda da Mllé Adelle de Loneux⁵⁵ (1932) ao Brasil, difundindo a ideia do Serviço Social.

⁵⁵ "Adele de loneux definia serviço Social como “O conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou adaptar condições da vida social às necessidades dos indivíduos”. Ao retornar a Bruxelas, Adele de loneux leva consigo duas jovens brasileiras, Maria Kiehl e

Adorno (1990), ao estudar a assistência institucionalizada em São Paulo no período de 1880 – 1920, sinaliza a existência de vários mecanismos de controle social, que surgem a partir dos últimos anos do século XIX, com base na ideia de reforma social e moral dos pobres urbanos. Para o autor, esse movimento de “reforma social e moral”, que foi operacionalizada por vários agentes (denominados genericamente “reformadores sociais”), tinha como discurso uma preocupação com a devassidão dos costumes, a indisciplina cívica e a desobediência civil, que se instaurou a partir da ruptura com a ordem escravocrata; seu objetivo era o isolamento dos desajustados em espaços educativos e corretivos – uma estratégia considerada como segura para manutenção física da parte sadia da sociedade e que se afinava com a modernização do país.

Dessa maneira, há uma tríade articulada, que envolvia a ação da filantropia, a intimidação policial e a sanção emanada do judiciário, que contribuíram para a consolidação não apenas de certas práticas ordeiras e disciplinares sobre a classe trabalhadora, mas ainda à constituição de uma ideia de social pulsante e presente em diversos setores da sociedade: a forma mesma como se deve tratar as classes perigosas a partir de uma cisão, reconhecendo a centralidade da classe laboriosa nos encaminhamentos, enquanto uma espécie de recompensa pelo que fazem ao desenvolvimento.

Valendo-se de várias modalidades e instrumentos de controle social, o Estado construiu a figura do cidadão trabalhador. Não mais erigindo a figura social do trabalhador sobre o binômio criminalidade-ociosidade, a sustentação ideológica desse período foi construída a partir da concepção do trabalho como instrumento de riqueza pessoal (ou familiar) da nação. A partir desse princípio, o trabalhador – pessoa útil, laboriosa, cooperadora – passou a constituir o ideal de cidadão que tornar-se-ia uma pessoa humana, portadora de direitos, à medida que trabalhava e cumpria com a obrigação cívica de levar o país ao pleno desenvolvimento (BACKX, 1994, p. 23).

Albertna Ramos, que foram as primeiras a receberem formação na área e que, posteriormente, retornariam ao Brasil como referências para a propagação do Serviço Social (YASBECK, 1977).

Com um discurso de valorização do trabalhador de forma individual, o regime avançou com suas propostas de disciplinamento das classes populares para o mercado de trabalho. Foi, ainda, a constituição de uma política social cindida entre trabalhadores e não trabalhadores que viabilizou a proletarianização ativa do segmento masculino e adulto. O que se tem aí é a ação ativa dos Assistentes Sociais, formados pelo Instituto Social, que defendiam, por um lado, um projeto de recristianização do mundo, sob a égide da doutrina social da Igreja e, por outro, trabalhar em favor do capital, através de uma “ação educativa”, normatizadora e moralizadora dos trabalhadores urbanos (BACKX, 1994).

O Instituto Social era constituído por duas escolas: a Escola de Serviço Social que formava especificamente assistentes sociais e a Escola de Educação Familiar, que formava agentes sociais, cuja função era formar educadores familiares. A manutenção de ambas as escolas era assegurada pela Associação de Educação Familiar e Social criada após a primeira Semana de Ação Social, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1936, pelo empenho do laicato – com destaque para Stela de Faro e Alceu Amoroso de Lima e a Confederação Católica – e do Cardeal-arcebispo Dom Sebastião Leme. Já em 1943, foi fundada a Escola de Serviço Social das Faculdades Católicas para alunos do sexo masculino. Essas escolas possuíam como pilar central ao processo de formação, os princípios da doutrina social da Igreja.

Essa mesma doutrina objetivava agir sobre a ética do trabalho para a construção do trabalhador urbano. A ociosidade do trabalhador era aqui caracterizada pelo desprezo ao trabalho e à indignidade; já os sujeitos que não exerciam atividades, mas possuíam meios de assegurar sua subsistência, não eram tipificados dessa maneira, como ociosos. “Somente a união daquelas duas condições afetava o senso moral, à medida que era entendida como um estágio preliminar, invariável e natural para se chegar ao crime” (BACKX, 1994, p. 31). Para a autora, é essa concepção que evidencia a relação entre ociosidade e repressão destinada a certos segmentos da sociedade urbano-industrial brasileira.

No Brasil, há gradativamente, a adoção do termo “classes perigosas” - cuja origem inglesa se remete exclusivamente às pessoas que já haviam passado pelo regime carcerário e que obtinham seu sustento através de outras práticas que não a do trabalho – para o equivalente de classes pobres.

O Estado no pós-30 foi assumindo uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes e as

reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social, do desenvolvimento e da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las. Para alcançar esse objetivo, a política e a legislação social ocuparam um papel de destaque.

Os efeitos disso sobre a questão social foi o reconhecimento dessa como um problema fundamental do Estado, tendo sido elaborado enquanto resposta uma política social que representava ideológica e politicamente a defesa dos interesses e promoções burgueses.

Esse processo visava, simultaneamente, a estruturação de mecanismos organizadores do consentimento e controladores do conflito social, garantindo, através da legislação social, a “dimensão sócio-econômica” desse projeto. Vemos, então, a transfiguração das “classes perigosas” da República Velha, em “construtores da Nação”, em “trabalhadores do Brasil”, em “sustentáculos da Nação”. As “classes perigosas” transfiguraram-se, assim, em “classes operárias” (BACKX, 1994, p. 33).

Para Backx (1994), a República Velha absorveu as classes populares à nova ordem, por via da filantropia privada, associada com a nascente medicina social, à polícia e judiciário, que possuíam, centralmente, a missão de “civilizar” tais classes. No período pós-30 e, particularmente, no Estado Novo, foi a chamada “Justiça Social” que ajudou a operar tal transmutação. Foi a própria constituição de uma noção de “social” arraigada aos interesses do patronato, Igreja e Estado que viram a composição de um conjunto de estratégias, que encontrariam em diversos agentes sociais, incluindo o assistente social, um meio para sua legitimação e direção.

Dessa forma, pode-se considerar que, no pós 1930, a questão social se inscreveu em um processo de legislações de direitos; ao ser estabelecida a figura do cidadão, estabeleceu-se também seu oposto, isto é, o não cidadão. Este foi remetido para o espaço da assistência social, onde se normatizava sua “inferioridade”. Esse período inaugurou, em substituição à “pobreza desvalida” da República Velha”, a “pobreza incivil” do Estado Novo. O trabalho assalariado conferiu ao proprietário da força de trabalho, um status de cidadão-trabalhador fixo, regular e assalariado que conferiu legitimidade e reconhecimento social aos indivíduos. Nesse quadro, a população impelida ao trabalho viabiliza o próprio combate à pobreza; construir a figura do cidadão trabalhador,

responsável por sua riqueza individual e pela riqueza da nação, passou a ser um projeto assumido pelo Estado.

A proletarização passiva (isto é, a destruição das formas de trabalho e de subsistência até então habituais) não é suficiente para garantir um trânsito espontâneo para a proletarização “ativa” (que significa a oferta da força de trabalho no mercado). Para enfrentar esse problema se lança mão da implementação de mecanismos de controle social que extrapolam o mercado de trabalho “strictu sensu”: por um lado, reprime-se toda e qualquer forma de subsistência que se apresente como alternativa ao trabalho assalariado e, por outro, se constroem e transmitem normas e valores organizados pelo Estado que garantiriam condições sócio-estruturais para que o trabalho assalariado se imponha efetivamente (BACKX, 1994, p. p. 35).

Para Backx (1994), um dos mais importantes atores desse processo foi a Igreja, pois, apesar de ter perdido seu papel totalizador, que passou a ser exercido pelo Estado, ainda cumpria funções como centro universalizador. Sua importância como força normativa e disciplinadora de instância informal e de controle social não foi desprezada, principalmente pela sua aparente autonomia em relação ao Estado. A doutrina social da Igreja Católica⁵⁶ e sua relação com a ação dos agentes sociais, que falavam em seu nome, e da população alvo de suas ações, eram, assim, um centro irradiador dos processos de normatização em voga sobre a família trabalhadora. Essa doutrina viu a fundação de diversas instituições de ação e formação de profissionais. Desde a década de 1920, com início na Confederação Católica (no Rio de Janeiro em 1922, posteriormente designada de Ação Católica Brasileira), a Associação das Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro,

⁵⁶ “No Brasil, esse movimento (catolicismo social) condensou-se nos primeiros anos da década de 1920, concomitantemente à fundação do Partido Comunista Brasileiro, com a realização da Semana de Arte Moderna, com o início do movimento “tenentista”, com a aceleração do processo de crise do complexo cafeeiro e com as transformações sociais decorrentes do aprofundamento do modo de produção capitalista a nível nacional e mundial” (BACKX, 1994, p. 37).

1920) e a Liga das Senhoras Católicas (São Paulo, 1923), que visavam a divulgação da doutrina católica, através de uma prática assistencial que, progressivamente, reclamava por uma formação específica para fazer face aos problemas sociais então enfrentados. Internacionalmente, foi criada, em 1922, a União Católica Internacional de Serviço Social, com sede na Bélgica, que reunia escolas de Serviço Social, associações católicas de assistentes sociais e membros individuais, visando a divulgação da doutrina e do humanismo cristão, que subsidiariam as ações desses profissionais.

O trabalho passa a ser associada à “pessoa humana” e serve ainda como meio de combater o inimigo materializado pelo comunismo. Esse combate apoiava-se nas Encíclicas Papais; a “ida às massas”, com vistas a uma intervenção no meio operário a fim de que a vida do povo se tornasse “mais humana, menos precária”. Para o pensamento social da Igreja, o convívio com as massas e a intervenção direta sobre seu modo de vida, resultaria na melhoria objetiva de suas condições de existência e possibilitaria uma espécie de ascensão pela “cultura”. Dessa forma, o pensamento católico se aproximava ao das classes dominantes do período, com relação às camadas populares e à necessidade de uma cruzada civilizatória.

Como pode ser verificado no trecho extraído da obra do líder católico Alceu Amoroso Lima, a raça se faz presente no próprio discurso da Igreja.

Estamos, neste ponto, aqui no Brasil, em condições ao mesmo tempo melhores e piores que em outros lugares. Melhores porque a concentração das riquezas ainda não alcançou o grau de outros países. Porque a miséria não se cristalizou de modo tão intenso. Porque as classes não se odeiam tão vivamente. Porque a índole do povo é boa e dócil. Porque a paciência e a delicadeza trabalham contra as soluções violentas. Porque o fanatismo é ainda o triste privilégio de pequenos grupos. E ainda é tempo de se corrigir caminhos errados com a visão das experiências alheias. Piores, também, porque não temos convicções definidas, caráter, riqueza coletiva e tenacidade criadora. Piores, porque estamos ainda na fase das repercussões sociais e somos ainda aqui, em grande parte, o que são aqueles de quem ainda dependemos, em todos os sentidos. Piores,

porque somos um país pobre, vivendo, desde o período colonial, de uma economia de desperdício, um povo indolente, uma raça subalimentada, tuberculizada, que não conhece o estímulo do trabalho pela produção e gasta em superfluidades o que ganha em excesso sobre o que basta para o estrito cotidiano (LIMA, 1947, p. 40 41).

Essa cruzada civilizatória seria o campo em que se encontraria o discurso da Igreja Católica, já amplamente influenciada pela racionalidade do “mundo do trabalho” e a relação que essa passaria a usufruir junto ao Estado Moderno. Concatenado a isso, a constituição de um discurso racista, que combinaria a visão sacra de mundo com preceitos e indicações modernas emanadas da eugenia.

A verdade é que a IC se posicionou diversas vezes em sua história de forma racista, vide as justificativas que utilizava para a escravidão no período colonial, ao mesmo tempo em que os indivíduos em seu interior não se furtaram em lucrar com o sistema escravocrata – vide os “criatórios” de escravos fomentados por essa no Brasil.

A respeito dos criatórios é interessante apresentar uma breve explanação – ou digressão - para deixar mais claro de que forma apoiamos a assertiva de que a IC possui fortes marcas racista em sua história. Ainda no século XIX, pouco antes da abolição, entre as ordens religiosas, existiram preocupações pelo crescimento vegetativo da população escrava.

Como apresenta Gorender (2016a), os frades incentivavam a procriação, ao ponto de permitirem casamentos de homens livres com escravas, tornado também os filhos resultado dessa relação, livres. Obrigavam também os negros de pele mais clara a casarem com as escravas de pele mais escura. O que essas ordens religiosas possuíam era um tratamento discursivamente mais ameno, comparada a dos senhores de engenho, todavia, a forma como levavam a cabo essas práticas reduziavam negros e negras a condição de “reprodutores”, cujo objetivo era servir aos interesses dos representantes da Igreja e à reprodução calculada. Sobre isso escreve Gorender:

A ordem de São Bento mantinha um criatório centralizado num estabelecimento rural da ilha do Governador, donde os negros nativos eram cuidados até atingir certa idade, partiam para trabalhar nas

propriedades da Ordem no interior do país. As carmelitas [...] possuíam na fazenda de Macacu, no Rio de Janeiro, um criatório de escravos, que dali eram enviados à cidade e empregados no exercício de alguma profissão, com o que rendiam duas vezes mais do que no cultivo da terra (GORENDER, 2016a, p. 377).

Entre diversas ações, incentivavam a reprodução entre as “peças” mais fortes e belas e o “cruzamento” entre homens brancos e mulheres negras. Nesse conjunto de normas e planejamento, jamais, mulheres brancas poderiam ter coito com homens negros, pois que o resultado além de não ser um escravo legalmente, “contaminaria” o sangue branco.

E, cabe registrar a resistência – na falta de termo melhor – que esses criatórios representavam, pois que em um momento onde a estratégia de branqueamento já dava passos significativos enquanto resposta ao temor de que o Brasil se tornasse um país de negros, os padres promoviam – novamente, na falta de termo melhor – “preteamento”, priorizando sempre, que possível, o coito de negros com negras e obrigando os negros de pele mais clara a exercerem o coito com negras, o que evitava a possível perda da “cria escrava”, por presença de brancura excessiva em sua pele.

Dessa maneira, é possível afirmar um cariz eugenico na intenção de “preteamento” dos escravos sendo, ao mesmo tempo, uma preocupação econômica na exploração dos negros e seus descendentes e um cuidado na produção do fenótipo entre as “cruzas” e “crias”, oriundo de ordens religiosas da Igreja Católica.

Findando essa breve contextualização, o que se tem a partir do final do século XIX e início do século XX, todavia, é a aproximação de certos líderes dessa instituição no Brasil a discursos também em voga, em áreas como a medicina e o direito, que justificavam o racismo, por via da eugenia.

Dessa maneira, quando passa a disputar e a negociar espaços de legitimação e de atuação junto ao Estado à Igreja, passará a referir a sociedade brasileira a partir de sua concepção teológica de mundo, mas, em muito, parametrizado por indicações oriundas dos estudos eugênicos da época.

Sabe-se que a IC teve como objetivo a construção de uma sociedade harmonica e conciliada. Se por um lado o eugenismo não

visava diretamente a construção de uma sociedade harmonica como o conservadorismo moral católico, certamente, essa formulação dialoga positivamente com a proposta do aperfeiçoamento da população.

4.5. – A reprodução do ideário eugênico nos primeiros anos do Serviço Social no Brasil.

A partir das indicações anteriormente apresentadas, pode-se elencar três fatores presentes no processo de institucionalização da profissão em suas primeiras décadas: a “ideologia do trabalho”, a defesa de um projeto de família para os segmentos mais pobres da população e a adoção de uma racionalidade eugênica na compreensão da realidade social.

A ideologia do trabalho fazia-se presente em virtude do processo de urbanização e industrialização da sociedade. O trabalho comparecia, assim, como elemento central à organização e progresso inculcido na defesa de nação. Tratava-se de um país cujos processos produtivos foram delimitados, durante séculos, pelo modo de produção do escravismo colonial (cf. GORENDER, 2018a). Com a abolição da escravatura e a ascensão de um modelo de trabalhador “livre”, para vender sua força de trabalho no mercado, foi necessário reverter toda racionalidade que perpassava o trabalho. Passou-se a defender e exaltar o que antes era motivo de vergonha e estigmatização. O Serviço Social veio no interior dessa readequação da “ideologia do trabalho” no interior da sociedade.

Já o projeto de família era oriundo de um extenso processo histórico, que permitiu que a concepção de família se modernizasse junto a sociedade. Não se tratava mais do modelo da “família colonial”, mas, de uma família civilizada, íntima, em que cada indivíduo possuía papéis e funções bem estabelecidos. Há, no interior desse processo, uma centralidade aderida à mulher, seja como dona-de-casa, seja como trabalhadora. Há, em seu centro, sempre a intensa moralização da mulher, convidada a assumir certas funções no interior da sociedade que, a partir de certo momento, extrapolavam as funções domésticas. Inicialmente, convocada no laicato católico, as primeiras assistentes sociais eram mulheres de uma certa classe social que se viram com a missão de civilizar os trabalhadores nas fábricas, as crianças abandonadas e os pobres na cidade.

Por fim, a racionalidade eugênica a qual o Serviço Social adere é em muito fruto do que podemos considerar como um compósito

eclético, que envolvia da produção de médicos sanitaristas e higienistas até sermões de líderes católicos, o que essas diferentes indicações acerca da racionalidade eugênica tinham em comum porém era a adoção de uma interpretação do social por via de fenótipos, que explicavam e justificavam o lugar que certos sujeitos detinham no interior da sociedade. As assistentes sociais eram vistas como parceiras por esses profissionais e figuras religiosas que, gradativamente, foram tensionando a essa profissão cada vez mais espaço entre instituições públicas, empresas e ações orientadas pela própria Igreja.

Em seus primeiros anos, após sua institucionalização, o Serviço Social voltou sua ação profissional e estratégias de intervenção para a família – então considerada como célula básica de estruturação da ordem e da sociedade. Porém, nas análises elaboradas pelos alunos concluintes do Instituto Social relativas ao modo, bem como condições objetivas de vida das classes populares, destaca-se, de forma premente, a ideologia do trabalho. Em síntese, as análises levadas a cabo pelos alunos formandos reproduziam as especificidades do conteúdo do discurso dominante, que vigorava na época no que tange ao trabalho e ao local que os sujeitos deveriam ocupar no interior desse processo: o de submissão à ordem imposta. E, ainda, assumia como referência principal um modelo católico de comportamento, ao nível da vida familiar e da esfera da vida social em geral, que reforçava um modo de vida burguês. Essas características contribuíam à construção de uma “ética” do trabalho com a dominante figura social do trabalhador subordinado à lógica do trabalho assalariado e a família nuclear como emanada da burguesia e que deveria ser adotada pelas classes subalternas.

O que se destaca, todavia, é a mistura desse discurso da moralização do trabalho com certas apreensões racistas sobre os sujeitos atendidos. É como se, para além do discurso biologizante, típico das ciências médicas que influenciaram o Serviço Social, no âmbito da produção da profissão em seus trabalhos de conclusão de curso, ascendesse um tipo de apreensão que conseguia vincular na defesa da moral do trabalho um tipo de racismo, que associava às figuras, seu fenótipo, com as condições de reprodução de sua existência.

Há certa relevância do tema trabalho no interior da composição da profissão nesse período e, ao investigar os trabalhos de conclusão de curso dos alunos do Instituto Social, reconhece-se que o trabalho comparece como tema central, mas sempre mediatizado pela questão da família e da raça.

O trabalho regular e a família eram o centro ideal para o modelo de legitimidade e reconhecimento social a qual os indivíduos

precisavam alcançar. Esse modelo foi socializado tanto pelo Estado quanto pela Igreja. O Serviço Social, em função de seu objetivo de dignificação da pessoa humana, deveria, assim, desenvolver uma ação “educativa” junto às classes populares de inserção de valores compatíveis à ordem burguesa. A qualificação desse trabalhador comparecia, assim, no interior da profissão como meio de assegurar ações destinadas à dimensão moral do “bom trabalhador”. A ação exterior à fábrica, destinada à unidade familiar dos trabalhadores urbanos, angariada pelo Serviço Social, assegurava a disseminação de um comportamento, tanto individual (o trabalhador, a mulher, as crianças) quanto coletivo (as famílias), ambos instrumentais à ordem capitalista.

Dessa forma, há diversas passagens nesses trabalhos de conclusão de curso que Backx (1994) apresenta para dispor sobre a relação entre trabalho e família. Servem, também, para identificar a presença da racionalidade eugênica entre os estudantes de Serviço Social.

Vindos do interior, habituados ao trabalho empírico do campo e à vida dos vilarejos, chegam à cidade sem nenhum requisito para desempenhar trabalho estável. Por isso, muitos dos moradores da Praia do Pinto vivem de “biscates”. Dizer biscates é o mesmo que dizer mulheres e homens sem profissão definida, predispostos à malandragem, senão mesmo entregues a ela. A libertação concedida aos escravos sem nenhuma formação profissional ou doméstica, imprevidentes, ávidos de uma liberdade de que não sabiam usar, foi o que mais determinou a vadiagem, o vício e a grande miséria que existe no nosso interior (BARCELLOS in BACKX, 1994, p. 42).

Comparece, assim, o discurso sobre o liberto seis décadas após a abolição como forma de caracterizar a conduta das famílias e sujeitos, ao mesmo tempo em que a função civilizatória do Serviço Social sobre as classes populares, a fim de submetê-los ao trabalho assalariado, é fortemente defendida. Não trabalhar, na racionalidade defendida pelos alunos, era entendido como atitude voluntária de falta de colaboração, que se traduzia numa incapacidade política, econômica e social – aspectos que marcavam a concepção dos alunos sobre os “vadios”. Estes

eram, sobretudo, ignorantes que desconheciam seus deveres e direitos. O Serviço Social, assim, desenvolvia tal discurso e, quando necessário, associava o mesmo à questão racial, de forma a ilustrar, ou contrapor, o trabalhador ideal do “liberto”, que tende à vadiagem.

Somado a isso, mais uma vez, a contraposição entre o campo e a cidade comparece de forma clara, com a cidade sendo associada ao processo civilizatório e o campo à selvageria e indisciplina.

A abolição da escravidão enquanto componente elucidativo dos males sociais não para por aí, é utilizada também como forma de explicar certas estratégias de sobrevivência exercidas por essas classes:

Nossas leis sociais, das mais adiantadas do mundo, não tiveram ainda o êxito esperado, pela falta de preparação não só do meio patronal e operário como da fiscalização do governo, cuja função de orientação desaparece diante da maneira coercitiva com que se apresentam. [...] Que dizer de um empregado que depois de ter garantida sua efetivação no serviço, trabalha com desinteresse e aborrecimento? E daquele que pede férias para pegar um biscate mais rendoso? De um que vai a Clínica Médica pedindo uma receita e, servindo-se desta, obtém um empréstimo, mas o desvia de sua verdadeira finalidade, utilizando-se do mesmo para fazer um negócio? [...] Diante de tal situação somos levados a indagar: Não estaremos ainda sentindo as consequências da Abolição, lei justa e necessária porém prematura no sentido de que os beneficiários não estavam aptos a usar de suas prerrogativas? Não foram graves os problemas políticos, econômicos e sociais que dele resultaram? (CHAGAS in BACKX, 1994, p. 43).

A aluna do Serviço Social conclui que a solução para esse quadro é a educação intensiva desse povo, por via dos Cursos Familiares de Educação Popular.

A partir do conflito entre capital e trabalho se justifica certas ações por parte dos trabalhadores como mera “incompreensão dos diretos” ao mesmo tempo em que traz à tona o fato de que o Serviço Social se identificava com as ideias do empresariado, principalmente pela maneira como versa sobre as estratégias de sobrevivência dessa classe.

O discurso discriminador, todavia, é aqui o ponto central. Os alunos do curso reconheciam em diversos momentos o acontecimento abolição e o compreenderam como algo importante, todavia, ocasionador de diversos problemas. A maneira de reconhecer a existência desse marco demonstra que não há uma completa obliteração desse no interior do discurso produzido pela profissão à época, todavia, evidencia que o “liberto” e seus descendentes são resultados residuais e problemáticos desse. O que cabe é educar esse povo, fazê-los entender qual a sua função na sociedade, para aceitar que embora a abolição tenha vindo muito “cedo”, seus problemas reverberam ainda seis décadas depois por sua própria imprevidência.

Ressalta-se que não é pouco para uma profissão tão recente, à época reconhecer essa problemática como campo legítimo de sua reflexão e ação profissional. Talvez consiga se propor a isso, justamente, por reconhecer no sujeito a problemática a qual se encontra e não na sociedade de forma global o que seria aqui um componente simplificador desse fenômeno: o individual como meio de obnubilar o social e um social tomado como resultado de condutas individuais.

Quando menções mais amplas com referências à sociedade compareciam, era para argumentar sobre a ignorância popular e, a partir dessa, reivindicar a legitimidade na divisão sócio técnica do trabalho da profissão, como também pela sua importância como promotor na harmonia entre o capital e o trabalho, o que teria como efeito direto sobre a produção e reprodução um aumento quantitativo e qualitativo da produção. A educação desse trabalhador, a organização dessa família por via de seu orçamento e domicílio e a atenção a essa mulher dona de casa e operária são constantes na análise desenvolvida pelos trabalhos de conclusão de curso.

Ademais, há um conjunto de temas abordados no trabalho que expressam a configuração da profissão recém-institucionalizada à época, tais como a função social da mulher, na administração do lar e os efeitos deletérios que seu afastamento desse espaço causa para a família (JOBIM apud. BACKX, 1994); a necessidade de se fazer bom uso do salário e a forma como se pode administrá-lo, independentemente disso ser suficiente ou não para a manutenção da família (SODRÉ apud. BACKX, 1994); e, até mesmo, a distinção entre o trabalho no comércio para o das fábricas, já que o trabalho no comércio não seria indicado às mulheres, sendo o trabalho na fábrica muito mais seguro.

Isso, em virtude, principalmente, dos espaços de “simulação”, fomentados pelo comércio, da proximidade não apenas com um estilo de vida estranho às mulheres pobres mas, ainda, do contato direto com

mercadorias de alto valor. O risco que isso acometia a essas trabalhadoras era justificado pela possibilidade dessas se “perderem” em suas ambições (cf. CINELLY apud. BACKX, 1994).

É curioso que esse conjunto de trabalhos brevemente apresentados reproduza, justamente, uma assertiva que tende a afirmar que o melhor lugar para a mulher era em sua casa. A mulher deveria, assim, cumprir sua função como reprodutora dos valores burgueses, independentemente das condições materiais de existência a qual se encontrava submetida.

Na verdade, o papel da mulher na família operária, mais do que nas outras, é primordial [...] A mulher competente e moralmente bem orientada fará da família uma verdadeira escola, onde os cidadãos poderão adquirir, pelo exemplo e pela convivência, todas as qualidades necessárias para desempenhar o papel social [...]. Se o salário do chefe de família é insuficiente, é preferível que a mãe trabalhe a domicílio, como lavadeira, costureira, etc [...], embora ganhe menos, tem seus filhos sob a sua vigilância (CHAGAS in BACKX, 1994, p. 49).

De certa maneira, isso evidencia o corte social no qual estavam autorizadas a atuar a assistente social nos estratos da classe trabalhadora. O discurso nesses trabalhos de conclusão de curso está claramente voltado às mulheres mais pobres, bem como às suas famílias, onde se destinava a ação das assistentes sociais. Com a gradativa absorção das assistentes sociais nas fábricas e indústrias, essas profissionais eram convidadas a organizarem palestras e orientações às mulheres trabalhadoras, para tratarem de temas como economia doméstica, regularização de casamentos e a importância de uma poupança para a organização da família.

É na condição da mulher operária ou cumprindo o papel de “serva do lar”, que a mulher da classe operária era o alvo central do Serviço Social. Reproduzia, assim, um processo de disciplinarização, que possuía como alvo privilegiado a mulher. A profissão justificava e legitimava sua ação, usando como argumento a “ignorância popular” e a necessidade de reforma sobre o homem. Portador de uma visão elitista sobre as classes populares, a possibilidade de domesticar a mulher era uma constante na análise dos trabalhos apresentados por Backx (1994), seja no exercício da mulher como responsável pelo lar e família (a partir

de sua missão como produtora de valores de uso – que “ampliaram” o salário do chefe de família - como também reprodutora ideológica) ou na sua condição de operária (desenvolvendo na mulher uma “consciência” de sua responsabilidade também no processo produtivo de forma direta). Dessa maneira, “a verdadeira mulher deveria seguir um modelo ideal de perfeição (enquanto dona-de-casa), de submissão (enquanto mulher) e de conformação (enquanto membro das classes operárias e reprodutora ideológica de um modo de ser e de viver)”. (BACKX, 1994, p. 52).

Isso confirma-se no foco que os trabalhos lançam também sobre a própria organização da família. Como identificou Backx (1994), entre as sessenta e nove monografias localizadas, dezessete abordavam a família como objeto privilegiado de estudo, enquanto que, em quarenta e cinco do total, a questão da família era tratada através do estudo de outros objetos, como por intermédio de análises relativas à situação do menor, do trabalho como o operário na fábrica ou nas vilas comerciárias. Somente em sete trabalhos a família não foi abordada. Para Backx (1994) isso é explicado pelo fato de que no período, o Estado e a Igreja se fundiam e se autonomizavam em relação à família, num movimento que assumiu configurações distintas na trajetória histórica brasileira.

Colocava-se no âmbito da ação dos reformadores sociais da República Velha, que tinham em mira a construção de uma nação para o futuro, o padrão de “família higiênica” em oposição a “famílias populares” que eram postergadas ao âmbito da patologia social, à medida que o procedimento adotado era o de reconhecer como civilizados os padrões de comportamento das classes dominantes. A conduta manifestada pelas classes populares era vista, por esses atores, como anômica, patológica, promíscua e imoral, contribuindo para a desagregação da família e para a impossibilidade do progresso do país (BACKX, 1994, p. 56).

O desejo de valorização da força de trabalho masculina adulta continha também a questão da dominação da mulher, da normatização da habitação e da transformação da família em espaço de produção da força de trabalho e, posteriormente, como unidade de vida social, isto é, como mediadora do consumo e do trabalho, já totalmente submetida ao

modo de produção capitalista. A isso a Igreja e o Estado contribuíram ativamente, com a adoção de valores oriundos da eugenia e por via da prática concreta dos “reformadores sociais”.

Pena (1981), objetivando compreender o significado da legislação sobre o trabalho feminino no período compreendido entre 1932 (época em que o Estado passou a intervir decidida e claramente nessa questão) e a promulgação da Consolidação das Leis de Trabalho - tendo como base o modelo de família dessexualizada adotado pelo regime que se instaura em 30 -, afirma que essa legislação se constituiu em instrumento de privatização das mulheres na família. O Estado atuava, assim, por dois lados: pela restrição legal (porém velada) do acesso feminino ao trabalho e pelo investimento ideológico num novo papel, em uma nova função para a mulher.

Ou seja, é a partir de 1932 que o Estado passou a intervir deliberada e decididamente sobre o trabalho feminino. Isso ocorria desde o Código Civil de 1916, em que se ratificou o modelo patriarcal de família, no qual a mulher casada deveria tomar o sobrenome do marido e ficava interdita para atividades fora do lar sem sua autorização prévia. O homem ocupava, assim, o lugar de chefe da sociedade conjugal e a mulher como sua auxiliar, deveria manter uma submissão justificada em nome dos interesses do lar. O que se colocava como imperativo nesse caso era a força de trabalho das mulheres casadas condicionadas à vontade de seus maridos, que detinham o direito de autorizar, ou não, sua venda no mercado. A legislação que se formulou a partir de 1932 seguiu a mesma lógica, mas garantiu uma especificidade com “a ordem privada no domínio público”, limitando o acesso feminino ao trabalho.

Em contrapartida, com a outorga da Lei Orgânica no Ensino Técnico de 1941 foram criados cursos que visavam o treinamento da mulher para fins do melhor cumprimento de suas funções enquanto donas-de-casa. Sua qualificação para o mercado de trabalho formal era mínima e uma provável melhora não se colocava no horizonte dos legisladores e ideólogos daquele regime. Dessa maneira, sem um respaldo legal mais incisivo e políticas de fomento à inserção no mercado de trabalho, fortaleceu-se a concepção do lar como “lugar” feminino por excelência. A família seria a ponte que ligaria o Estado ao indivíduo, transformando-o em nova pessoa ou em novo trabalhador-cidadão e a figura feminina era, para o lar, o que a pátria seria para a nação: pátria-mãe. Já o “valor do homem” seria definido por seu trabalho e sacrifício em favor da família, da pátria e da sociedade (BACKX, 1994).

Dessa forma, o discurso relativo à regulamentação do trabalho feminino fortalecia a organização da família patriarcal, que reproduzia os valores necessários à reprodução ideológica do modo de produção capitalista, através das lições de poder e obediência que transmitia.

Esse modelo de família encontrará na racionalidade da Igreja Católica, um importante ponto de irradiação, já que os postulados da Ação Católica atravessavam a todos os aspectos da vida humana, abordando desde sua vida doméstica, profissional, pública até a intelectual e espiritual.

Para a Igreja e o Estado, a família comparecia dessa forma por ser considerada como vital, à medida que através dela se garantia a perpetuação da espécie e, por sua vez, da ordem e dos hábitos. Assim, o problema da família era entendido como “um problema de vida ou de morte para as sociedades e as civilizações”; a partir deste raciocínio, os católicos justificavam a intervenção sobre ela e sobre o meio na qual se desenvolvia e se organizava.

Como “primeiro fundamento da Nação”, devia ser tutelada face os riscos aos quais estaria submetida pela ação do individualismo (cuja expressão jurídica mais típica seria o divórcio) e do coletivismo (que entendia defender o amor livre). Esses eram identificados como alguns dos maiores inimigos da família, à medida que comprometiam os valores morais de fidelidade e pureza.

Os nossos assistidos do morro são poucos menos que civilizados. Se lhes sobram algumas tinturas grotescas de hábitos civilizados, quase sempre lhes falta o senso moral, a noção do dever, o conhecimento das leis mais mezinhas da arte de viver. Unem-se os casais levados pela simples atração natural, sem pesar as consequências. Muitas vezes sem procurar a sanção da lei civil e religiosa, por ignorante descaso, ou porque uma das partes já não é livre. Constituídas com base tão frágil, sem nenhum outro elemento de coesão, não admira a facilidade com que muitas dessas famílias se desagregam [...] Mas, por amor à verdade, convém anotar que há nesse meio infeliz bom número de famílias normalmente constituídas [...] A condição de separados resulta, na maioria dos casos de uniões estáveis. A classe das uniões estáveis é constituída por esse tipo de família natural, que até certo ponto decorre ainda

de influências africanas, e cujos chefes se comportam socialmente como casados. (GURGEL in BACKX, 1994, p. 67).

Uma das características que se sobressaem nesse universo de trabalhos é a ausência da figura masculina nas análises dos alunos, essa ausência era sentida nas menções ao seu papel na família e no casamento. As propostas de normatização para esse gênero adulto pouco foram explicitadas. Sua importância para a manutenção dos “costumes morais” praticamente não foi sinalizada, apesar da defesa da fidelidade e pureza conjugal comparecer de forma premente. Isto significa que existia uma condenação da dupla moral e sexual e uma valorização do papel masculino na família ao nível normativo-ideal; porém, havia uma condescendência ao nível das situações reais em relação ao homem que cumpria com seu papel de provedor.

O que isso parece evidenciar, desde algumas indicações da racionalidade eugênica, é o fato de que a família sempre possuiu na mulher seu centro de irradiação e organização interna. O homem quando assumido como objeto de análise o era por um processo de autonomização que não necessariamente o vinculava à sua família mas à sua existência, como construto biológico. Evidencia-se, ao mesmo tempo, que a estratégia da medicina social de adentrar na família moderna por via de sua relação com a mulher projetou raízes mais profundas no radial que conformava suas condutas, fazendo-a ser referência e desenvolvendo toda uma racionalidade acerca dessa. Ao homem isso não ocorreu, sendo-lhe remetido meramente o papel de provedor, em sua presença e em “fracasso da mulher e família” na sua ausência.

Além disso, é importante ressaltar a forma que se referencia as condições de reprodução dessas famílias e a manutenção dessas uniões a suas heranças africanas. Algo que já comparecia nos estudos de Slenes (2011) se repete aqui, justamente a tendência a se remeter a dissolução das famílias a um tipo de vinculação autonomizada – ou herdada - com a escravidão, e posteriormente, com a alforria. Não há, aqui, uma interpretação que reconhece certas determinações vinculadas à realidade das famílias, mas o fortalecimento de estigmas e preconceitos, que apontam a incivilidade dessas, enquanto traços constitutivos, ao mesmo tempo em que fortalece a necessidade de intervenção de um profissional com a missão a qual o Serviço Social declamaria para si.

A questão racial comparece ainda em outros trechos de trabalhos.

Família composta pelo casal e uma filha de 3 anos. O casamento realizou-se contra a vontade da família da noiva. O marido é mulato, possui o vício da bebida e deixa a desejar quanto à estabilidade profissional. Seu péssimo círculo de relações é causa de constantes aborrecimentos para a esposa. Esta é loira, atraente e boa dona-de-casa. A situação econômica de sua família é boa, o que a torna convencida da superioridade que tem sobre o marido. Possui um gênio irascível e violento. Nas horas de trabalho, chega a ser bastante descuidada com a sua pessoa e com a filha, mas, à tarde ou quando sai, se transforma, não se esquecendo da pintura excessiva e dos mais variados penteados. (JACKSON in BACKX, 1994, p. 70).

A distinção entre os fenótipos e a forma como se expressa o sentimento de superioridade que a mulher exterioriza serve, justamente, para ratificar um corte de gênero no interior do discurso. No caso de que a mulher não deveria aderir a certas condutas, sendo esse tipo de comportamento irascível e inaceitável vindo da servidora principal do lar.

Dando-se ao vício do álcool, o sr. Nestor falha na sua autoridade de chefe de família, tratando a mulher e os filhos com grosseria. Isso faz também com que ele não cumpra com os seus profissionais, vivendo, assim, numa certa malandragem... A “companheira”, apesar de ser de cor e não ter educação é, no entanto, bem orientada e deseja vê-lo reajustado [...] tomou a iniciativa de pedir ao Serviço Social para providenciar a mudança de horário dele. (FILGUEIRA in BACKX, 1994, p. 70).

A mulher e “companheira” – as aspas devem ser resultado do caráter não formal da união do casal – é apontada como esclarecida, por buscar o Serviço Social, apesar de ser de cor. Fortalece-se, assim, um discurso moralista que, reconhece na mulher, a capacidade de deter certo esclarecimento, apesar “da cor” e de não ter educação. Ou seja, concatena-se aqui dois elementos centrais, que convocavam diretamente a ação do assistente social: os desvios oriundos da raça desses sujeitos

assistidos e a necessidade premente de educar esse povo.

Apesar da questão racial não ser o elemento central da análise de Backx (1994), sobressai a maneira como se utiliza de referências raciais para descrever os sujeitos e famílias atendidos. A África ou as raízes dos libertos e seus descendentes comparecem toda vez que se trata de descrever hábitos e práticas incivilizadas por parte dessas famílias e sujeitos. Todavia, toda vez que se trata de ressaltar algum traço de comportamento ou caráter considerado positivo – principalmente quando se trata da abertura para a intervenção do Serviço Social – o termo utilizado se restringe à “pessoa de cor” ou mulato. O fenótipo é positivamente mencionado quando se trata de desvincular esses sujeitos de suas origens africanas. É como se o Brasil, se a construção do Brasil no Estado Novo, gerasse frutos que “libertam” para além da alforria, da própria origem desses, restando apenas a cor como componente a ser contornado por via de uma postura e caráter palatável.

Seguindo com nossa análise acerca da produção intelectual nos primeiros anos do Serviço Social após sua institucionalização, cabe referenciar, ainda, o livro *Serviço Social, Infância e Juventude Desvalidas*. Esse texto é, segundo a autora Maria Esolina Pinheiro, a primeira obra sobre o Serviço Social editada no Brasil e foi publicada originalmente em 1939. Prefaciada pelo educador Lourenço Filho⁵⁷, ele apresenta de forma sucinta o que representava o Serviço Social naquele momento:

De fato, já se admite e já se experimenta o estudo da determinação individual ou social dos casos de desajustamento; e conseqüentemente, ensaia-se a organização dos meios mais eficientes para a sua compreensão ou debelação. O Serviço Social não visa outra coisa. Ele compreende o estudo dos males coletivos para, com base no conhecimento de sua determinação, congrega esforços no sentido de adaptar e pôr em funcionamento os órgãos que os possam minorar, ou mesmo

⁵⁷ Um educador brasileiro que atuou no governo de Getúlio Vargas, um defensor das ideias eugenistas, que afirmava que brancos eram superiores aos negros, que a cor da pele tinha relação direta com a capacidade intelectual e apregoava a estratégia de ensinar crianças negras e brancas separadamente, em virtude das capacidades distintas das raças (SGANDERLA; CARVALHO, 2008).

eliminá-los, desde os pontos de origem. Na essência, o seu espírito é o da fraternidade entre os homens. Mas, em sua forma, reclama a inteligência ao serviço do sentimento: quer a caridade iluminada pela verdade. Do ponto de vista das modernas tendências do Estado, interessa aos fins de governo. É um fator de equilíbrio e concórdia social, para não dizer já uma condição de democracia. (FILHO in PINHEIRO, 1985, p. 11).

“Compreensão” ou “Debelação”, palavras que sugerem ações que não necessariamente as excluem estrategicamente, mas as incutem de uma racionalidade que possui no social seu campo de batalha. A busca por referências teóricas já existia no período para desvendar os fenômenos postos pela sociedade, como bem apontamos em capítulos precedentes, assim como as estratégias para combatê-los e expurgá-los do meio social. O Serviço Social já respondia a essa lógica de encontro dos meios mais eficientes, encabeçada por um tipo de racionalidade que, em muito, era oriunda das ideias prevalentes da época, o que inclui a eugenia.

Dessa forma, os males coletivos são subscritos a necessidade de adaptação dos sujeitos para sua superação, por meio da requisição de uma ação essencialmente fraterna. Para Filho (in PINHEIRO, 1985), o Serviço Social “iluminaria” a caridade por meio do recurso à verdade – ação técnica consubstanciada por ideias modernas e racionais – sem perder de vista, justamente, as tendências a qual o Estado se vinculava. Defender o governo por via dessas ações era, em suma, uma arte democrática a ser exercida pelas profissionais de Serviço Social.

O Laboratório Biológico Infantil onde Pinheiro desenvolvia parte de suas atividades profissionais era orientado pelos princípios eugênicos e se voltava ao tratamento das crianças e adolescentes abandonadas, doentes e delinquentes. Nesse conjunto acabava por identificar, classificar e internar também os filhos de tuberculosos, sífilíticos e epiléticos.

Essas atividades se atrelavam diretamente a um dos objetivos centrais do laboratório, o exercício da profilaxia criminal como meio de identificar crianças e adolescentes, que por sua constituição biológica e fenótipos, tenderiam a atividades criminosas. Em seu período de existência (1935 – 1941), o laboratório passou por algumas modificações e uma das mais significativas foi justamente a centralidade que as ações desencadeadas pelo Setor de Serviço Social assumiria, o

que permitiu a incorporação de ações mais assistenciais dirigidas a crianças abandonadas e infratoras.

O internamento de menores foi na década de 1930 uma das responsabilidades assumidas pelo Estado. Para isso, foram criados asilos infantis, que ficariam sob a responsabilidade dos poderes públicos. O que Ferla (2009) ressalta disso é que a autoridade estatal estava acima da familiar, em relação ao destino dos menores na sociedade a partir dessa década.

A essas instituições para menores era depositada a responsabilidade pela recuperação e cura daqueles considerados delinquentes; tratamento e regeneração do menor internado; estudo sistemático, com apoio da medicina legal, para definir seu tratamento; e, por fim, um melhor conhecimento das causas da criminalidade. Como ressaltam Lima e Hochman (1995), muitas crianças e adolescentes foram internados sem qualquer motivo vinculado a atividades criminosas. Sua condenação era oriunda de sua herança biológica e pelo ambiente degradante a qual estavam submetidas.

O Laboratório de Biologia Infantil é fruto do contexto político do pós 1930, com a ampla implantação de políticas reformistas, voltadas às instituições que, à época, deram suporte ao Estado Novo. Essa década foi um período de reformulação de órgãos, departamentos e institutos que se voltavam ao processo de disciplinarização da população. Ações de assistência social foram em muito absorvidas no funcionamento de certas instituições, o que inclui o Laboratório.

Sua construção em 1936 teve amplo apoio do juiz de menores José Burle de Figueiredo e da deputada federal Carlota Pereira de Queiroz. Basicamente, o funcionamento do Laboratório para o juiz deveria se voltar ao estudo de crianças abandonadas e delinquentes, em que as informações ali colhidas seriam instrumentais para auxiliar no trabalho desempenhado pelo juizado de menores.

A tarefa dos médicos no laboratório era prescrever a forma de tratamento a qual as crianças e adolescentes deveriam ser submetidas e a produção de pareceres que contivessem informações acerca dos casos. O Juizado de Menores reconhecendo a presteza do trabalho efetuado pelo Laboratório condicionava suas sentenças às pesquisas e indicações do Laboratório.

Nesse contexto, houve uma intenção clara de dar à avaliação dos juízes um caráter mais objetivo, baseado em evidências científicas. A interação

entre medicina legal e Justiça, portanto, visava ao aprimoramento técnico do Judiciário. As crianças recolhidas pela polícia eram encaminhadas pelo Juizado de Menores ao LBI, responsável pela realização de exames e elaboração de pareceres para o Juizado. Os menores ficavam internados no ISS, que funcionou como local de triagem. Diariamente um contingente deles era para lá enviado, e passava pelos primeiros procedimentos: identificação e fichamento com base em exames médico-legais. Esses primeiros exames serviam para completar o 'inquérito social', constando de uma ficha com o histórico de cada menor. As informações sobre o meio social desses menores eram colhidas por assistentes sociais preparadas em cursos técnicos no próprio Laboratório. O serviço social era uma das principais seções do LBI (SILVA, 2011, p. 1117).

No início de suas atividades, o Laboratório de Biologia Infantil atuava como uma extensão direta do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, prova disso era o fato de ambos os órgãos compartilharem até o final da década de 1930 do mesmo diretor, Leonídio Ribeiro. O Laboratório se organizou como instituto de pesquisa científica, orientado com os conhecimentos biológicos e psicológicos da época, com grande afluência das pesquisas de cunho eugenistas e da antropologia criminal.

No artigo 131 do Código de Menores, que regulamentava os serviços do LBI, Burtle Figueiredo assim descreveu o funcionamento do Laboratório:

Refiro-me à organização do Laboratório de estudos de biologia e psicologia infantil e adolescente, e, através dos quais atingir-se-á a formação de especialistas, capazes de assumir a responsabilidade pela execução de uma organização técnica de assistência, de um centro de observação de menores, de uma clínica psicológica, de um Laboratório de pesquisas e de orientação profissional, de serviços sociais condizentes à observação e ao diagnóstico médico dos menores, à investigação das causas e fontes de desvios de conduta, à apreciação de suas

necessidades biológicas, psicológicas e sociais, o tratamento moral e social, através dessa grande tarefa da compreensão das necessidades da vida infantil e das maneiras de satisfazê-la e finalmente, de um serviço vivo de estatística, em que se manifestam os resultados de todos esses estudos, com o fim especial de sintetizar e orientar os rumos da pedagogia educacional da criança e da juventude brasileira, em benefício da formação, defesa e aperfeiçoamento da própria raça (FIGUEIREDO apud. SILVA 2011, p. 1117).

Por via dos exames psicotécnicos e clínicos, associados aos radiológicos e laboratoriais, os menores aguardavam a decisão do Juizado de Menores. Por via dos pareceres fomentados pelo Laboratório, o juiz ordenava a transferência das crianças para estabelecimentos específicos de recuperação. Nesse processo, o Laboratório buscava adequar cada menor à realidade dos institutos de recuperação que poderiam recebê-los. Como aponta Silva (2011), a ficha de cada criança era fornecida a esses espaços junto com as indicações individuais de tratamento, para que os locais para onde fossem transferidos pudessem fornecer os cuidados que se julgavam adequados para cada criança.

Os objetivos do Laboratório dialogavam diretamente com as intenções do governo Vargas. Se a criança abandonada, delinquente e doente era um problema a perdurar por tempo na nação, era necessário de alguma forma contorná-lo para que não ameaçasse a modernização. O meio para atingir essa mudança era defendido por médicos, magistrados, políticos e educadores, através da generalização do trabalho industrial e urbanização. Para isso, era necessário o consumo de uma juventude forte, disciplinada e saudável. O Laboratório e toda a rede de instituições que recebiam esses jovens deveriam servir a isso.

Se a delinquência infantil era uma ameaça à ordem social, econômica e política do país, era reconhecido que esses jovens infratores poderiam ser reformados com a ação da ciência. O Laboratório foi assim destinado ao estudo do comportamento, à correção dos desvios infanto-juvenis e ao fomento à “profilaxia criminal – cuja inspiração direta originava-se do Centro Médico-pedagógico de Observação de Roma, projeto do governo italiano que se destinava à medicalização do crime na infância e juventude.

Gradativamente, todavia, as péssimas condições de vida das camadas pobres da população acabaram se sobressaindo ao discurso até

então defendido pelo Laboratório. Entre os técnicos, passa a ser defendido o tratamento adequado a todas as doenças apresentadas pelas crianças e jovens, antes de seu encaminhamento aos institutos de recuperação. O que ocorria nos primeiros anos do Instituto é que justamente a realidade do grupo a quem o Laboratório se destinava era desconsiderada ou desconhecida pelas autoridades e médicos ligados ao Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Se o objetivo central era a promoção da profilaxia criminal, através da identificação do público alvo que tivesse propensão à delinquência, foi necessário fomentar, antes do final da década de 1930, cursos e seminários que abordassem a assistência social, o ambiente familiar e o meio social em que viviam esses jovens.

Dessa maneira, as práticas que passaram a orientar o Laboratório, passaram a se articular de forma premente a ações assistenciais e terapêuticas, com a realização de diversos exames para tratamento odontológico, de tuberculose, sífilis, entre outros (SILVA, 2011).

A criação de serviços sociais comprometidos com a questão das crianças abandonadas e delinquentes fez parte da dinâmica de transformação do LBI. No início, o serviço social foi responsável pelo levantamento histórico do ambiente familiar das crianças. Numa segunda etapa, a prática do serviço social ganhou novos e amplos contornos. [...] É interessante destacar o processo do desenvolvimento do serviço social em um instituto criado para identificar e reprimir os chamados atos antissociais da infância. O serviço social aí se desenvolveu associado às políticas de controle e repressão do Estado varguista. Essa é uma pequena parte do desenvolvimento dessa disciplina, também presente nas políticas de cunho assistencial do Estado (SILVA, 2011, p. 1020).

Passa-se a requisitar de forma mais intensa a ação de um profissional com perfil específico, alguém com sensibilidade, passividade, paciência no trato com os jovens desajustados e instinto materno. A mulher, na figura de enfermeiras, educadoras e orientadoras sociais passam a ocupar locais estratégicos no interior do Laboratório, já antes do final da década de 1930.

Cabe destacar que, desde a década de 1920, as mulheres já eram convocadas para auxiliarem nos serviços de cuidado à infância, como no projeto “Damas da Assistência à Infância”, que incorporava mulheres da classe médica e alta à ação pública. De certa maneira, o Laboratório representou uma continuidade em sua convocação das mulheres a esse tipo de racionalidade e prática social. Os cursos ministrados à época pelo Laboratório para as ações de assistência social conseguiram preparar uma especialidade com trânsito livre entre as camadas mais pobres da população, orientada pela racionalidade médica e do direito e, ao mesmo tempo, concatenada à criação de profissões orientadas por preceitos acerca de uma “natureza feminina”, como as Assistentes Sociais.

Na nova estrutura do LBI, a Seção de Investigação Social teve papel expressivo. Nela realizava-se o histórico da vida social das crianças, e, para isso, as assistentes sociais circulavam no ambiente em que vivia a maior parte dos menores abandonados e delinquentes. Elas utilizavam um questionário para coletar informações que serviriam para a montagem das fichas dos menores. A influência do meio social como causa das falhas dos menores passava cada vez mais a ser entendida como fator determinante dos atos delinquentes. Nesse contexto, pode-se considerar que, embora a influência das causas biológicas não fosse de todo afastada, sua prevalência começava a ser revista (SILVA, 2011, p. 1123).

Pinheiro (1985) se preocupa em apresentar as aplicações dessa nova prática conhecida como Serviço Social e os efeitos que tinha sobre a realidade. Para isso, parte de diferentes tópicos, que serviriam não apenas para explicá-la, mas para dizer quais respostas a profissão pode providenciar a esses problemas.

Dessa maneira, o ajustamento do indivíduo e família à sociedade era explicado por via da formação somática-psíquica dos indivíduos, do meio em que devem agir, das circunstâncias que os cercam, das oportunidades que se apresentam e, ainda, das condições gerais, sobretudo econômicas, da própria sociedade.

Para Pinheiro (1985) essa sociedade demonstrava um conjunto de transformações que influíam diretamente na organização social, das descobertas científicas, passando pela presença cada vez mais massiva das máquinas nos processos produtivos, que acabam por modificar sensivelmente o quadro civilizatório. Isso acontecia com mais intensidade em países mais industrializados, mas era inegável que a marcha a qual o Brasil se lançava o colocava no mesmo rumo. Esse quadro possuía efeitos deletérios na sociedade e no interior das famílias: “As fábricas, ocupando não só os homens mas também as mulheres e os menores, tornaram, afastando-os do lar, mais frágeis os laços de comunidade familiar. Disto resultaram no campo industrial, as aglomerações urbanas, advindas da tendência, sempre crescente, da agregação social” (PINHEIRO, 1985, p. 15).

É o tempo da marcha civilizatória contra o da reprodução familiar, que coloca em cheque as condições de existência dos sujeitos. Para Pinheiro (1985), esse progresso não teria permitido uma adaptação e, sem esse necessário tempo de ajuste, não se consegue identificar e tão menos afastar os perigos presentes nessa nova condição de vida. “Daí não advêm todos os desajustamentos sociais; mas todos os do trabalho mal adaptado, quer sob o ponto de vista individual e profissional, quer do familiar ou social”. (PINHEIRO, 1985, p. 15).

O trabalho detém, assim, centralidade na forma como Pinheiro encaminha suas atribuições profissionais, comparecendo como o produtor de efeitos deletérios no interior da família. Isso decorria não da sua natureza, já que esse era um componente civilizador da sociedade, mas da ausência de meios que afligiam as famílias que não conseguiam se adaptar às constantes e profundas transformações societárias. A migração do campo para a cidade, a falta de estrutura no meio urbano para acolher essas famílias, as alterações advindas do processo produtivo em virtude da ascensão tecnológica e a falta de educação e organização das famílias eram componentes que afligiam os sujeitos que demandavam a ação das assistentes sociais na época. Por sua vez, a ação do profissional voltava-se, basicamente, ao grupo familiar e aos ajustes que esses precisam incorrer para sua melhor adaptação à sociedade.

Segundo Pinheiro (1985), quando esse processo falhava, o resultado era o que presenciava no Laboratório de Biologia Infantil: famílias desestruturadas e seus efeitos sobre as crianças e adolescentes.

Para a autora, o quadro societário era inegavelmente caótico, incluindo aí o alcoolismo e a tuberculose como ameaças à vida dos sujeitos; para além disso, as ideologias extremas (comunismo e liberalismo) que ameaçavam o equilíbrio da ordem social. Sobre as

famílias, o efeito disso é a desagregação colocando em risco a própria humanidade, pela “sede insaciável da nova vida que leva o homem moderno a esquecer-se de si mesmo para si mesmo” (PINHEIRO, 1985, p. 16).

A camaradagem entre os operários e operárias, a ânsia de melhoria de um padrão de vida, a independência da mulher pelo trabalho assalariado, determinaram, por sua vez, novas condições morais, cujas consequências, dado o seu vulto e a sua intensidade, são de fácil observação. Iguais fenômenos, sob aspectos diferentes, com as mesmas consequências, se verificaram em outros campos de atividade social. [...] Para evitar que as relações e alterações decorrentes dessas atividades produzam a desordem, é necessário que a esse progresso, oriundo das descobertas científicas, venham unir-se iniciativas para a melhoria da vida humana, em socorro das necessidades materiais primárias, oferecendo ainda um mínimo de educação social que permita a compreensão da eficácia dos auxílios recíprocos. (PINHEIRO, 1985, p. 16).

Para a autora, a necessidade de instituições que realizem o serviço de apoio e estímulo aos desajustados contribuiria não apenas à harmonia social mas beneficiaria o indivíduo em sua relação com a sociedade. Os tipos de desajustamento identificados pela autora partem de Delgado de Carvalho (CARVALHO in PINHEIRO, 1985):

- Desajustamento da condição (miséria e pauperismo);
- Desajustamento do espírito (alienação);
- Desajustamento dos sentidos (cegueira, surdez, mudez);
- Desajustamento da saúde (alcoolismo, lepra, moléstias e vícios);
- Desajustamento do amparo (velhice, infância);
- Desajustamento da economia (desemprego, greves);
- Desajustamento da conduta (delinquência e crime);
- Desajustamento político (revolução e guerra).

A autora acrescenta a esse conjunto aquele que seria o desajustamento central ao Serviço Social: o da família. Esse conjunto de

males, que contribuíam para a decadência econômica e social, para serem combatidos não podia-se restringir à ação das “[...] leis e reformas administrativas apropriadas; não são bastantes melhoramentos materiais; não são bastante as cogitações da ciência em torno da eugenia. Precisamos mais: educar nossa gente” (PINHEIRO, 1985, p. 17).

Agora podemos definir o que é o Serviço Social. Ele, decerto, não reforma a sociedade a ponto de fazê-la feliz, inteiramente esquecida dos sofrimentos, mas dá-lhe a compreensão de que a luta pela vida é natural e que dentro dela se pode, relativamente, ser feliz. As reformas decorrentes das legislações produzem resultados futuros; o Serviço Social é de resultado imediato, com repercussão no futuro (PINHEIRO, 1985, p. 17).

Ao Serviço Social caberia, o controle e ação sobre esses desequilíbrios, por agir dentro das necessidades sociais, reconduzindo os desajustados à vida normal. O Serviço Social, por meio do inquérito e das pesquisas, seria ainda “a parte metodológica da sociologia aplicada, da qual, os desajustamentos sociais constituem parte descritiva” (PINHEIRO, 1985, p. 19).

Assim, a ciência social teria na profissão, meios de exercer sobre a realidade uma transformação racional, com uma direção pré-estabelecida que, sucintamente, seria a manutenção da ordem social. Sua vinculação intrínseca ao serviço público é ressaltada mesmo quando exercido desde o setor privado (fábricas), pois o fim é o reforço dos serviços públicos. Sua ação é, assim, adstrita à execução da legislação social, com foco na assistência em geral, proteção de menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes (PINHEIRO, 1985).

Ocupa um espaço importante na obra da autora temas relacionados, ainda, sobre os efeitos das transformações societárias sobre a mulher e os riscos que isso poderia representar para as famílias. A habitação é outro componente que surge por meio da defesa da organização e higienização das famílias, considerando, ainda, as dificuldades materiais que enfrentavam para aderir a esse projeto de casa e família. Todavia, diante do crescimento desse quadro alarmante, a autora questiona: “Decerto, sempre existiu essa classe infeliz, mas o que assusta é o seu crescimento” (PINHEIRO, 1985, p. 22).

Dessa maneira, no que se refere à habitação dos assistidos, o Serviço Social cooperaria ao lado de técnicos, como o engenheiro social, responsável por estabelecer os planos das cidades, jardins sociais, bairros operários, habitações populares e, ainda, com a difusão do seguro social, de caixas de previdência e do desenvolvimento do espírito associativo-cooperativista.

O trabalho da autora como assistente social, desenvolvido no Laboratório de Biologia Infantil, desdobrava-se em atenção às mães que demandavam auxílios e orientações diversas; o sofrimento impresso no cotidiano das famílias atendidas, para Pinheiro (1985, p. 26) é algo difícil de lidar. A fome, a desesperança, a falta de energias “[...] o signo da dor que nos dão a consciência de que o sofrimento é o pão de cada dia da maioria das criaturas”.

Essa preocupação se desdobrava justamente em uma questão central para Pinheiro (1985), afinal, como essas famílias seguirão os tratamentos recomendados se possuem tanta dificuldade em garantir o básico como comida e um teto para viver? Ainda que a autora coloque uma questão que aponta para alternativas mais críticas, as respostas que providencia vão na direção da racionalidade em voga naquele momento.

As medidas de amparo médico-social à infância se multiplicam com os institutos de puericultura. Ao lado de tudo isso, tornam-se necessárias também as medidas educativas domiciliares, para difundir os princípios da eugenia e da puericultura; só assim a nati-mortalidade, a mortalidade infantil e as causas que influem maleficamente na formação somático-psíquica das crianças seriam reduzidas (PINHEIRO, 1985, p. 32).

Dessa forma, dados como a mortalidade infantil são explicados e justificados por via do discurso de médicos em harmonia também com os preceitos higiênicos:

Não somente a falta de cuidados materiais, isto é, cuidados com a alimentação, com o vestuário, preservação contra doenças, etc. influem poderosamente para o aumento da mortalidade infantil, como também a falta de cuidados morais, isto é, deficiências psíquicas da mãe, falta de desvelo desta pelo filho, falta de carinho. É bem conhecida a alta cifra de mortalidade infantil que

se verifica nos hospitais infantis, nos asilos e recolhimentos infantis, cifras que, mesmo depois de melhoradas consideravelmente as condições higiênicas desses estabelecimentos, não baixaram tanto quanto fora de esperar. E isso porque faltava à criança o estímulo psíquico, o carinho da mãe” (GESTEIRA in PINHEIRO, 1985, p. 33)

Fatores como geografia, estradas de ferro, problemas econômicos e características meteorológicas são condensadas em uma tabela, para associar os diferentes determinantes (causas pré-natais, distúrbios gastroenterotróficos, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas, entre outras causas) às predisposições – que possuem na raça e aspectos geográficos, componentes elucidativos – dividido em três grupos: meteorológicos (temperatura, luz, umidade, pressão atmosférica), higiênicos (habitação má, alimentação defeituosa, falta de cuidados – materiais e morais) e econômicos e sociais (ilegitimidade, ignorância, miséria).

Pinheiro (1985) sobre a mortalidade infantil e o risco que essa representava à ordem social, concluirá afirmando, através do médico Oscar Clarck :

Esse é o maior problema a reclamar solução no Brasil. Não só humano; é também econômico. Em pleno século XX, compreendeu-se que o homem tem mais valor do que o Capital ou, mais propriamente, que o homem sadio é o melhor capital. Combatendo, portanto, a mortalidade infantil, cuidamos da mais preciosa economia nacional (CLARCK in PINHEIRO, 1985, p. 37).

Apoiada nesses preceitos defendia Pinheiro que “O conhecimento exato das leis da hereditariedade e de suas consequências pode melhorar o capital humano. A educação pré-nupcial orientada pela eugenia, educação sexual e higiene mental, prepara os jovens casais para a nova vida” (PINHEIRO, 1985, p. 37).

Precisamos levar aos dispensários, pré-natais, intra-natais e post-natais, cantinas maternas, lactários etc. uma população conscientemente educada, tanto na procura de auxílio, como na maneira de se servir dele. Verificamos, entretanto, diariamente, o contrário; a maioria leva o filho

para receber o auxílio, mas dele usufrui pouco proveito, e muitas vezes só o procura em caso extremo. De tudo isso, ressalta a necessidade de um elemento ajustador – a educação familiar (PINHEIRO, 1985, p. 37).

Essa educação da família passava pela disciplinarização da mãe, por via da responsabilidade materna a ser despertada nas mulheres, com críticas ainda às “criadeiras”, mulheres que assumiam a função de cuidadoras das crianças na época e que, em sua maior parte, auxiliava para que a mulher pudesse ter uma renda fora de casa.

Nesse projeto, de redução da mortalidade infantil e combate à imoralidade familiar, a escola era compreendida como um espaço que compensaria as defasagens ainda gritantes dos lares e famílias, que precisavam ser reformados e seus membros educados. Isso se daria pela disciplinarização e higienização que, ensinando as crianças chegaria, gradativamente, ao coração do lar.

A influência escolar auxiliada pelo Serviço Social penetra na família e a mobiliza para servir à criança com orientação mais própria. Toda essa atividade incide, também, sobre a organização e orientação das associações escolares. Todos os recursos ao seu alcance são mobilizados em auxílio das famílias e dos alunos, de maneira a poderem as classes menos favorecidas usufruir de reais vantagens da escola; o que diminui os desajustamentos. Para tanto, é preciso desde logo criar-se um conjunto de medidas de ajuda às famílias, provendo o lar do mínimo de base econômica, de vida higiênica e sadia, despertando na pobre gente ignorante que o povoa a consciência do caminho natural da existência humana, dentro dos diferentes quadros sociais. (PINHEIRO, 1985, p. 45).

Um meio de assegurar isso era compondo um conjunto de técnicos responsáveis pela elaboração dos inquéritos sociais no âmbito das escolas, o que incluiria um corpo de visitadoras sociais, cuja função seria “zelar pela saúde dos escolares e visitar as famílias dos alunos, a fim de conhecer o meio em que estes vivem, e incentivar nos pais hábitos sadios” (PINHEIRO, 1985, p. 46).

Além das escolas, as fábricas também requisitavam a ação técnica do que se denominava na época de “Orientadora social”, enquanto suas funções:

Nas fábricas, é seu dever: auxiliar a escolha criteriosa dos candidatos por meio de inquéritos sobre a saúde, conduta e a anterior atividade profissional de cada operário. Cumpre-lhe, também, velar pela higiene do trabalho, propugnar pelo desenvolvimento dos centros educativos, das creches e escolas públicas no meio proletário. A orientadora social da indústria deve procurar assegurar as condições favoráveis ao trabalho coletivo, dentro das normas legais. Sua ação vai além da fábrica ou estabelecimento comercial. Investiga as condições da habitação, os costumes, o número de filhos, a saúde física e mental da família, as suas obrigações, as preferências, a receita, o gasto, o orçamento possível. De fato a orientadora social deve procurar acompanhar a situação dos trabalhadores, não apenas no trabalho, mas no conjunto de sua vida, da família e seus problemas e moléstias, vícios e educação (PINHEIRO, 1985, p. 52-53).

Quanto à produção de inquéritos, esses poderão ser dos mais variados tipos, que incluem desde inquéritos sobre o padrão de vida, centrados na vida urbana, rural ou industrial; inquéritos sobre salários nas mais variadas indústrias; inquérito sobre frequência escolar dos filhos de operários; inquérito sobre a mulher mãe que trabalha, como atua na condução dos filhos; inquérito sobre a organização dos casais, analisando de forma pormenorizada os efeitos do trabalho em ambos os casos, ou só quando o homem trabalha; saúde dos filhos quando as mães trabalham fora do lar; inquérito que aborde o trabalho de menores, filhos de operário, a organização do orçamento doméstico e os gastos com diferentes necessidades, tais como: lar-casa, roupa, alimentação, farmácia, escola; tomando como padrão regulador o mínimo possível das condições normais de existência (PINHEIRO, 1985).

Existiam ainda as inspetoras de higiene nas fábricas que, no ano de 1936, teriam inspecionado cerca de 3.018 fábricas e oficinas. Para Pinheiro (1985), os fiscais do Ministério do Trabalho e os sanitaristas se

diferem das orientadoras sociais, pois que o trabalho da orientadora voltava-se para uma espécie de mediação entre operários e patrões e que possuíam como função “[...] levar a classe patronal ao conhecimento das necessidades particulares de seus empregados; é o de fazê-lo tomar parte nas medidas de melhoria para os operários; é o de proporcionar ao patrão a alegria de ver os benefícios que sua ação produziu no lar operário”. (PINHEIRO, 1985, p. 54).

Ainda que Pinheiro (1985) reconheça a pertinência do trabalho feminino nas fábricas, não deixava jamais de ressaltar que o lugar dessa figura na sociedade deveria ser outro e ressaltava, ainda, que a educação familiar era a chave para a condução da sociedade para uma melhor organização.

A nossa legislação atual exige, nas fábricas onde trabalha um certo número de menores e de mulheres-mães a instalação de escolas e creches. Isto, entretanto, não é ainda suficiente, precisamos de orientadoras sociais, que realizem a educação familiar, preparando a mulher para exercer seus encargos com alegria e gosto, no lar ou fora dele. Os resultados dessa educação podem ser verificados nos países de melhor aparelhamento industrial. A desorganização na vida familiar operária traz graves consequências para as empresas e conseqüentemente para a economia nacional. Precisamos, portanto, começar por educar a dona de casa e depois a operária, a fim de que o trabalho da fábrica não prejudique o ambiente familiar. A casa mal arrumada, a alimentação mal escolhida, a irregularidade de horário nas refeições, a falta de educação das crianças perturbando a tranquilidade, levam os chefes, na maioria das vezes, para o botequim, onde a bebida faz esquecer o peso da vida... na madrugada seguinte, mal alimentados, desestimulados, começam um novo dia, dentro de um mesmo círculo vicioso (PINHEIRO, 1985, p. 55).

Ou seja, se a mulher não pode regressar à casa para cumprir com seu mais importante papel, que haja, então, um remédio para evitar a perda da família, com o desenvolvimento de toda uma rede assistencial no interior do espaço da fábrica. Uma das estratégias para o

fomento dessa prática era a realização de cursos domésticos nas horas livres das operárias. Esses cursos abordavam de forma prática as atividades domésticas, com a economia do lar, preparo do ambiente, disposição dos móveis, dos utensílios, da mesa para o jantar, aula de corte e costura, entre outros. Nesse ambiente, a orientadora social possuía como função a observar as mulheres e despertar nelas o gosto por essas atividades domésticas.

Pinheiro (1985, p. 74) reconhece, ainda, a centralidade que as ações perpetradas na medicina e a religião conjuntamente tiveram, para a formação da profissão de Serviço Social. Para a autora, “podemos apreciar quão profundas são as raízes que ligam a religião, a medicina e o Serviço Social. A primeira cuida diretamente da alma, a segunda do corpo, o terceiro do corpo e da alma, do indivíduo e da coletividade”.

Em sua segunda parte, a obra trata da “infância e da juventude desvalidas”. A autora aborda esse tema como um recente despertar da sociedade para os problemas e para a seriedade que envolve o abandono e os descuidos perpetrados sobre a infância. Os cuidados, assim, deveriam partir da gestação, avançando pela infância e de forma mais intensa moralmente na adolescência. Para além dos cuidados, carinho e conforto, há um ponto central ao desenvolvimento, essa seria a educação.

Sobre as atividades desenvolvidas no Laboratório de Biologia Infantil incluía-se:

- Exames médico-legais dos menores;
- Orientação e seleção profissionais;
- Estudos e pesquisas de caráter científico, relacionados à infância;
- Cursos teóricos e práticos, destinados à formação técnica de funcionários do Serviço Social.

Para o atendimento a esses fins, o Laboratório de Biologia Infantil dispunha dos seguintes serviços:

- Identificação e fotografia dos menores, apresentados em juízo;
- Análises químicas, hematológicas e serológicas, microbiológicas e parasitológicas;
- Diagnóstico de clínica geral, radiológicos e ginecológicos;
- Exames de olhos, nariz, garganta, ouvido e boca;
- Exames antropológicos;
- Clínicos, psico-neurológicos e psiquiátricos;

- Serviço de investigação social.

Um perigo que chama atenção da autora são os internatos “desaparelhados”, ou seja, sem a administração direta do Estado. Nesses locais, a tendência desses jovens é de apenas se segregarem, o que tenderia a produzir desequilíbrios nesse “homem” em formação. “Todos os recalcimentos viciam a personalidade. É preciso dar liberdade à criança para o conhecimento do homem de amanhã. É preciso na expansão das qualidades ativas que as negativas se desarticulem para desaparecerem” (PINHEIRO, 1985, p. 81).

A partir de sua experiência como assistente social no Laboratório de Biologia Infantil, a autora afirmara que “[...] os complexos dos desajustados sociais gravitam em círculo vicioso” (PINHEIRO, 1985, p. 81). O comportamento errante dos pais é inspiração e afetação direta à constituição das crianças. A resolução a isso é o debruçar intenso dos profissionais, o que inclui o Serviço Social, e a produção de inquéritos sobre a realidade dessas famílias.

A autora, então, apresenta uma série de casos de internações de crianças e adolescentes e discute, de forma pormenorizada, causas e justificativas para a internação, versando sobre a origem étnica, o tipo de desajuste familiar do qual era oriundo e doenças que havia contraído. Os exames no Laboratório envolviam os inquéritos sociais, mas também os psicológicos, psiquiátricos e médicos. Alguns dos inquéritos que envolviam a ação de diferentes profissionais explicavam, por exemplo, a orientação sexual de uma jovem lésbica em virtude de “insipiência nos ovários” ou, em outro caso, como mera “perversão sexual”. Para isso, solução era a seguinte:

Todos esses menores vivem em promiscuidade, no mesmo internato. Os males que daí decorrem são manifestos, contágio e propagação de vícios, ampliando o campo das perversões e atraso escolar pela disparidade da situação mental de cada uma. [...] Na educação dos anormais sobretudo, nesses casos impõem-se a seleção em grupos homogêneos de acordo com os exames que determinam as situações respectivas para a internação de cada grupo em estabelecimentos especializados. Nos Estados Unidos, existem 450 escolas de anormais com 4.000 professores e 80.000 alunos. Na Rússia, 680 escolas com 1.200 professores e 300.000 alunos. Estas informações

nos mostram a importância que certos países dão a educação dos anormais. (PINHEIRO, 1985, p. 101).

Quando passa a versar sobre os jovens considerados delinquentes, a autora se esmera em apoiar suas considerações apenas em conceitos cientificamente consagrados e devidamente comprovadas pelo exercício de sua função como assistente social do Laboratório de Biologia Infantil e na atuação junto ao Juízo de Menores. Para a autora, o crime começava pela organização e influência do meio familiar e social onde vive o menor e afirmava: “Daí poderemos afirmar, em tese, que a causa da delinquência infantil é o abandono, nas suas diferentes modalidades – moral e material.” (PINHEIRO, 1985, p. 102).

Submetidos a todo tipo de má influência, esses jovens delinquentes têm seus destinos traçados em razão do álcool, sífilis e demais fatores predisponentes ao crime. “Por outro lado a pocilga sem higiene, sem ar, sem luz, onde se vive, em promiscuidade, predispõem as crianças aos hábitos maus, atirando-as à rua, que é o seu paraíso e sua perdição”. (PINHEIRO, 1985, p. 104).

Não temos a intenção de valorizar o nosso esforço, mas evidenciar a necessidade de ser organizado, com urgência, o corpo de assistentes sociais, como auxiliares imprescindíveis à justiça para menores. Os menores processados são enviados ao Laboratório de Biologia Infantil, para os exames médico-psicológico-pedagógicos e para as investigações do inquérito social. Estando a nosso cargo esta última parte, [...], constituem os resultados dos inquéritos sociais a que procedemos, e enviados ao diretor do Laboratório para os fins de direito. (PINHEIRO, 1985, p. 109).

Os Trabalhadores Sociais são apresentados em sua extensão a partir das diferentes funções e frentes em que atuam. É pela extensão e importância dos Serviços Sociais bem como a competência e dedicação desse pessoal especializado, com orientação profissional adequada, que se fornecia visibilidade a essas mesmas práticas, na época. Pinheiro (1985) identifica as necessidades postas pelo país a época e aponta as seguintes profissões como vinculadas a noção de trabalhadores sociais: Assistentes Sociais; Superintendentes de estabelecimentos industriais;

Enfermeiras; Enfermeiras visitadoras; Assistentes sociais polivalentes e Assistentes polivalentes-itinerantes.

Para além das distinções entre essas, Pinheiro afirma que a polivalência, presente em algumas das ramificações dos trabalhadores sociais, é um conjunto oriundo da medicina social, técnica sanitária, assistência material e assistência educativa.

Dessa maneira, a partir do exposto, tem-se elementos que confirmam não apenas a presença do pensamento eugênico no processo de institucionalização do Serviço Social, mas, ainda, a forma como esse tipo de racionalidade influenciou a configuração de um social vinculado a apreensões profiláticas e moralizadoras do social. A isso, o discurso da raça e do perigo biológico que a pobreza representava contra o fortalecimento e esplendor do Estado serviu exemplarmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Compreender a história com todas as suas alas, desde as mais remotas ou “insignificantes” até as mais nobres e espaçosas é tarefa estimulante, mesmo que muito já tenha sido feito nesse sentido, principalmente, se pensarmos a gênese de uma profissão tão nova e já tão cheia de ditos que de tão repetidos chegam a parecer verdade.

A história do Serviço Social, como sabemos, privilegia como ator principal a Igreja Católica, por sua influência que embalaria essa novidade com seu viés humanitário. O que se pretendeu mostrar é que apesar de sua importância, esse ator não se constitui isoladamente como fundamental. Não se tratou nessa tese de deixar de lado ou desconsiderar essa influência na gênese do Serviço Social no Brasil, mas atentar para outras práticas fundamentais, para a compreensão da formação dessa profissão.

Essa tese teve como questão norteadora a presença da racionalidade eugênica - uma ciência do aperfeiçoamento racial - nas primeiras décadas do século XX e sua influência nas estratégias de controle da vida, que de modo colateral produziram as condições de possibilidade do “social” que exigiu um tipo de intervenção pródigo a institucionalização do Serviço Social. Sabe-se que essa racionalidade, ao contrário do que aconteceu na medicina e no direito, não formulou uma episteme na orientação teórica dos fundamentos do Serviço Social. Quer dizer, essa tese não formula uma proposição teórica que afirme o que é o Serviço Social desde a eugenia, mas de que modo esse, como prática interventiva, é requisitado para combinar a moral como potente vetor dos processos eugênicos.

É necessário, ainda, assumir que a finalidade do Serviço Social não resume e nem explica, por si, a trajetória e os eventos que concorreram para seu nascimento no Brasil, se levarmos em conta a multiplicidade dos atores envolvidos. Como se a antecipação de seu destino funcionasse como atitude premonitória, que desprezasse a precisão dos investimentos realizados. Agir assim é acreditar que sua finalidade antecede às condições objetivas de seu nascimento e, ainda, significar a história por um só de seus aspectos.

Essa tese tratou das condições de possibilidade para a emergência do Serviço Social, orientada pelas advertências adscritas acima. Perseguiu-se a constituição de um social fomentado por formas de saber e relações de poder que explicam e justificam a formação de um campo de moralização e vigilância, pródigo às práticas profissionais

como a do Serviço Social. Ou seja, a formação de um “social” que endereça a uma profissão o público a ser atendido e as técnicas a serem usadas, muitas dessas devidamente herdadas de outros ofícios e profissões no momento de sua institucionalização. Essas técnicas anunciavam o que fazer e não se furtavam em afirmar o porquê e os objetivos da intervenção profissional.

“Intervenção”⁵⁸, aqui, apresenta-se como o termo mais adequado, pois que se tratava não apenas de estar presente ou assistir, mas se ingerir; interferir; interceder, de modo a interpor autoridade, usar de poder de controle (sobre), através de instrumentos e técnicas diversas. A chancela que a profissão receberia de certos atores, tais como o Estado e o patronato, é essencial ao desvelamento da profissão. Somado a esses, há atores diversos muito mais proliferados de forma dispersa ao longo dessa história e que delimitaram, também, a constituição do Serviço Social em seu processo de institucionalização no Brasil. Os cursos de visitadoras sociais são um exemplo, bem como as superintendentes de fábricas e seus inquéritos sobre os/as trabalhadores/as e suas famílias.

Se por um lado esses três atores – eugenismo, Igreja Católica e Estado – não se comportavam igualmente na definição de seus objetivos, que pareciam muitas vezes se distanciar, por outro lado, reuniam-se nos efeitos produzidos por suas práticas. Isto é, o Estado como interventor na produção da cidade higienizada, a Igreja através da moralização da conduta dos pobres e o eugenismo como oferta de sua saúde e aperfeiçoamento. Essa articulação, por meio de práticas tão distintas, reuniam-se no controle da população pobre alvo da prática profissional do assistente social.

Não se trata aqui de almas pias que por exercerem uma ação caritativa, por meio da orientação emanada pela Igreja Católica, viram no Serviço Social uma estratégia de profissionalização. O que se tem é um conjunto de ações, algumas delas vinculadas à medicina, ao direito, bem como às especializações requisitadas no interior das indústrias e fábricas, que em seu evoluir teriam fornecido o substrato prático-racional assumido pelo Serviço Social.

Para compreender a legitimidade fornecida pelo Estado ao Serviço Social é necessário entender o que o Estado ambiciona com isso. Este não apenas discrimina e identifica os casos de falta de moralidade, mas, também, produz e oferta o gabarito de inteligibilidade

⁵⁸ Intervenção. Disponível em <https://www.dicio.com.br/intervencao/>, acesso em 21/01/2019.

que funciona para demarcar as condutas desejáveis e atuar sobre as reprováveis. Esse regime de verificação proporciona aos assistentes sociais a forma de definir, em seus atendimentos, quem e o que é anormal. Quer dizer, o Estado, ao mesmo tempo que congrega a produção de quem são os incapazes, utiliza-se do Serviço Social como aquele que vai atestar e corrigir os desvios cometidos pelos pobres. A eficácia do Estado é assegurada na medida em que atrai os pobres para o seu interior, confiando seu atendimento ao assistente social, como o profissional responsável não apenas por atestar a incompetência dos pobres, mas por tornar o Estado lugar legítimo de socorro, ainda que fiscalizador. O indivíduo socorre-se, buscando-o e submetendo-se.

Nessa história, a mulher foi instrumento da normalização desse social e, ao mesmo tempo, alvo e conduto que deveria assegurar uma ação descendente: da mulher dos estratos médios à mulher pobre e da mulher pobre para sua família. Importante ressaltar, ainda, que as próprias pioneiras belgas que auxiliaram no processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, proferindo os primeiros cursos, também escreveram sobre o papel da mulher na sociedade, no caso, a função pacificadora e educativa que poderiam cumprir ao processo de disciplinarização dos costumes.

Nesse quadro, o assistente social se converteu no profissional responsável por arrolar as provas, por via de visitas domiciliares, entrevistas, conselhos e inquéritos que escrutinam a vida dos sujeitos a quem se destinam sua ação profissional, na constante produção de informações sobre a população alvo de sua intervenção.

Em síntese, tratava-se de um “social” que delimitava quem era o pobre, essa figura como emanção e fonte dos males biológicos e problemas sociais. A oferta da eugenia foi a biologização do social como grande campo de intervenção profissional que ia da infância abandonada à vigilância da vida privada da família dos setores pobres da classe trabalhadora.

A eugenia foi, parafraseando Foucault⁵⁹, um peixe dentro da água, inclusive a racionalidade eugênica parece respirar muito bem nos tempos que vivemos e nos que se avizinham. Apenas para citar um exemplo da presença da racionalidade eugênica tem-se a ocorrência da

⁵⁹ “O marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água, o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar” (FOUCAULT, 1990, p. 277)

esterilização compulsória de uma moradora de rua em 2018⁶⁰. Este exemplo evidencia que a eugenia “respira” de forma prodigiosa e encontra ressonância no cotidiano de uma profissão como o Serviço Social.

Compreender a racionalidade eugênica na formação do Serviço Social no Brasil permite ou torna inteligível a presença de práticas em que os inquéritos servem para averiguar a necessidade do demandante, se ele é merecedor e se consegue aderir às orientações fornecidas.

Na ascensão do que chamamos de eugenia moderna, é perceptível sua relação com a concepção iluminista do mundo, ainda que uma relação enviesada e problemática. Era o homem no centro do mundo, era a crítica à filantropia por permitir que os elementos mais torpes da sociedade pudessem sobreviver, caso não corrigisse a indolência dos incapazes, que fazia com que a eugenia – indiretamente – suscitasse a demanda por outro tipo de prática.

A eugenia, ao invés de ferir o iluminismo, é uma de suas filhas. A racionalidade na qual se apoia, nutre-se de um ideal de igualdade. Nesse ideal todos devem ser fortes, saudáveis e aptos. A “diferença” aparece como produtora de déficits no organismo social, seja pela cor da pele, o local de origem, a classe social que ocupa ou as debilidades físicas e psíquicas que o sujeito traz inscritas em seu corpo.

Por fim, não coube a essa investigação questionar a intencionalidade das assistentes sociais daquele período – isto é, se estavam movidas pela reprodução do ideário racista ou pela sua crítica – mas atentar para os efeitos dessas práticas. Nesse sentido, o longo silenciamento dessa profissão em relação a questão racial é elucidativa da infiltração sutil da racionalidade eugênica que permitiu, já tardiamente, que o racismo não fosse considerado ou, que no limite, fosse tomado apenas como expressão da questão social.

O cenário político e institucional somado ao discurso científico presente no eugenismo não requisitaram um papel central ao Serviço Social, embora garantissem a ele uma inserção subordinada. Esse lugar subordinado deve-se, também, ao fato que a profissão não traz um saber central para a saúde da população, embora possa cumprir um papel de colaborador fundamental para as práticas educativas de higiene e

⁶⁰ O caso da moradora de rua que teve sua esterilização ordenada por um Juíz em 2018 é um exemplo contundente de uma ação encabeçada pelo jurídico. Janaína teve sua esterilização ordenada sem direito à defesa e foi arrastada por condução coercitiva ao hospital, onde foi executado o procedimento cirúrgico (VIEIRA, 2018).

cuidado com a casa. E, ainda, a condição feminina que até hoje caracteriza o Serviço Social pode ser considerado um fator determinante para o seu caráter subordinado, pois como confiar um objetivo tão importante, como o aperfeiçoamento da raça, a simples mulheres. Nesse quadro seu trabalho era confiado apenas tarefas colaboracionistas para o êxito do eugenismo. O terceiro, a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho e sua condição de não-ciência, logo a sua relação com o conhecimento produzido foi derivado de outros saberes cujo *status* foi conferido à medicina e ao direito.

Mais do que compreender a racionalidade eugênica e as tarefas que ela atribuiu ao Serviço Social, é necessário enfrentá-la na reorganização dos objetivos e dos meios adotados no exercício profissional. Ou seja, é necessário desenvolver uma desconfiança ao discurso normalizador, ao invés de adotá-lo só porque vem travestido de bem estar da sociedade. Quer dizer, ao conhecer sobre as campanhas anti alcoolismo organizadas pela LBHM, buscar identificar como estas influenciaram as práticas e a inserção institucional do assistente social e de que modo ainda são reproduzidas; ao entender o processo de definição de quem é o criminoso, perceber as marcas raciais que lhe conformaram; ou, simplesmente, atentar para a conduta das visitadoras sociais e perceber como o Serviço Social, ainda, guarda semelhanças com essa prática. A tese de que a eugenia produziu o “social” que marca a institucionalização do serviço social brasileiro é uma história que, ao nos mostrar o passado, pode ensinar muito sobre o presente dessa profissão.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Prefácio In: MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Unicamp, 1994. 168 p. (Ciências Médicas).

BACKX, Sheila de Souza. **Serviço Social: Reexaminando sua História**. Rio de Janeiro: Jc, 1994. 118 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013. 172 p.

BERTANI, M.; FONTANA, A. Situação do Curso. In: **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. / São Paulo: Martins Fontes, 1999: (Coleção Tópicos).

BOARINI, M. L.; YAMAMOTO, O. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 59-72. 2004.

BOFF, Leonardo; REGIDOR, J.R.; BOFF, Clodivis. **A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.

BRASIL, Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm >
acesso em 08 set. 2017.

CARVALHO, Ana Bela; MOURO, Helena. **Serviço Social no Estado Novo**. Coimbra: Centelha, 1987.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 480 p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 290 p.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

COSTA, Jurandir. Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983 (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. nº 5).

_____. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. 190 p.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991 (História em Documentos).

DELEUZE, Giles. Prefácio: A ascensão do social. In: DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 160 p.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

DUCATTI, Ivan. A Eugenia no Brasil: uma pseudociência como suporte no trato da “questão social”. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

FAUSTO, Bóris. **Trabalho Urbano e Conflito Social: 1890 – 1930**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)**. São Paulo: Alameda. 2009.

FILHO, Lourenço. Prefácio. In: PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social** – Documento Histórico. São Paulo: Cortez, 1985.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus: Ed. Univ. S. Paulo, 1965. 2v. (Ciências sociais; 3).

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976 (Biblioteca de Ciências Sociais).

FONTENELLE, José. Paranhos. **Compendio de Higiene**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1940. 771p.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 5a ed., São Paulo: Martins Fonte, 1990.

_____. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P. DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Genealogia del Racismo**. Argentina: Caronte Ensayos, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. / São Paulo: Martins Fontes, 1999: (Coleção Tópicos).

_____. **História da Sexualidade: I - A vontade de Saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 154 p. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências).

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 513 p. (Tópicos).

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 570 p. (Coleção Tópicos).

_____. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 475 p. (Coleção Tópicos).

_____. Estruturalismo e Pós-estruturalismo. In: **Michel Foucault:** Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2008c. Cap 26. p. 307 – 334. (Ditos e Escritos II). Organização de Manoel Barros da Motta.

_____. **Vigiar e Punir:** História da Violência nas Prisões. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009a. 295 p.

_____. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009b. 81 p.

_____. **Microfísica do Poder.** 25. ed. São Paulo: Graal, 2012a. 433 p.

_____. A Ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault:** Ética, Sexualidade, Política. 3. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2012b. Cap. 19. p. 258-280. (Ditos e Escritos V). Organização de Manoel Barros da Motta.

_____. Sobre o internamento penitenciário. In: FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault:** Estratégia, Poder-Saber. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2012c. Cap. 11 p. 67-78. (Ditos e Escritos IV). Organização de Manoel de Barros da Motta.

_____. Dos suplícios as celas. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e Prisão.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d. Cap. 10. p. 32-35. (Ditos e Escritos VIII).

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura:** na Idade Clássica. 2ª reimp. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 551. (Estudos; 61)

_____. O jogo de Michel Foucault. In: **Michel Foucault:** Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Rio de Janeiro:

Gen/Forense Universitária, 2014. Cap. 6 p. 44 – 77. (Ditos e Escritos IX).

_____. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2015. 327 p. (Obras de Michel Foucault).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime patriarcal**. 52. ed. São Paulo: Global, 2013. 729 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

GELEDÉS. Vencedor do Nobel perde títulos após comentários racistas. **Geledés**. São Paulo, 16 jan. 2019. p. 1-1. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vencedor-do-nobel-perde-titulos-apos-comentarios-racistas/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GERALDO, Endrica. **Entre a Raça e a Nação: A família como alvo dos projetos eugenista e integralista de Nação Brasileira nas décadas de 1920 - 1930**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_27527729048abe92826c3667776d1228>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GORANDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016a.

_____. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016b.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 385 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 3. p. 209-334.

IANNI, Octavio. Capitalismo, escravidão e trabalho livre. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras**

básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil. Editora Nacional / Editora da USP: São Paulo, 1972.

_____. **Escravidão e racismo.** São Paulo: HUCITEC, 1978. 142p.

_____. **A Ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992. 186 p.

KEHL, Renato. A eugenia na prática individual. **Boletim de Eugenia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p.80-83, 1 out. 1932. Disponível em: <<http://old.ppi.uem.br/gephe/index.php/arquivos-digitalizados/14-sample-data-articles/84-boletim-de-eugenia>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.305-324, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702009000200002>.

LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros: 1919 – 1945.** Petrópolis: Vozes, 1978. 188 p. (Coleção História Brasileira; vol. 2).

LILLA, Mark. **A Mente Naufragada:** sobre o espírito reacionário. São Paulo: Record, 2018.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982. 114 p.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: O Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MACHADO, Roberto, et al. **Danação da Norma:** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 560 p. (Saber e Sociedade nº 3).

MACHADO, Roberto (Org.). Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012. p. 7-34.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994. 168 p. (Ciências Médicas).

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editora Escala, 2007. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – vol. 77).

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011. (Marx-Engels).

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política- Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. 896 p. (Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 10. Ed. ver. São Paulo: Global, 2006. 123 p.

MATTAR, Denise (Ed.). **José Antônio da Silva**: A Vida Não Basta. 2018. Disponível em: <<http://www.infoartsp.com.br/agenda/jose-antonio-da-silva-a-vida-nao-basta/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MÉDICO de Roça. In: **ENCICLOPÉDIA** Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5270/medico-de-roca>>. Acesso em: 21 de Fev. 2019. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MENDES, Samanta Colhado. A atuação e importância das mulheres anarquistas na Greve Geral de 1917 na cidade de São Paulo. In: GODOY, Clayton Peron Franco de. **A Greve Geral de 1917**: Perspectivas Anarquistas. São Paulo: Terra Livre, 2017. Cap. 4. p. 81-98.

MONTELEONE, Pedro. **Cinco problemas da eugenia brasileira**. 1929.[s.n.], São Paulo, 1929.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. 120 p. (Passado Presente).

PAULA, Amir El Hakim de. São Paulo 1917: os operários fizeram história... e também geografia! In: GODOY, Clayton Peron Franco de. **A Greve Geral de 1917**: Perspectivas Anarquistas. São Paulo: Terra Livre, 2017. Cap. 3. p. 61-80.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. 334 p.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3 ed.ampl. São Paulo: CORTEZ, 2001. 176 p.

PEARSON, Samantha. Demand for American Sperm Is Skyrocketing in Brazil: Explosive growth spurred by more wealthy single women and lesbian couples turning to U.S. donors. **The Wall Street Journal**. Nova York, 22 mar. 2018. p. 1-1. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/in-mixed-race-brazil-sperm-imports-from-u-s-whites-are-booming-1521711000>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PENA, Maria Valério Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 237 p. (O Mundo Hoje, v. 40).

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 398p.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social** – Documento Histórico. São Paulo: Cortez, 1985.

RABINOW, Paul ; DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890-1930**. 4 ed. Rio de Janeiro & São Paulo: Paz e Terra, 2016.

RIBEIRO, Darcy. O Problema Indígena Brasileiro. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil**. Editora Nacional / Editora da USP: São Paulo, 1972. 982p.

ROMERO, Mariza. **Medicalização da Saúde e exclusão social: São Paulo, 1889 - 1930**. Bauru Sp: Edusc, 2002. 182 p. (Saúde & Sociedade).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1978 (vol. 22).

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Foucault e a resistência**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SANTOS, Thayana Nascimento; JUNIOR, Osnir Claudiano da Silva. Higienismo e Eugenia no curso de especialização em visitadora social. In: **Rev. Enfermagem UFPE**, Recife, 9(2):701-9, fev., 2015

SÃO PAULO – estado. Condições do trabalho na indústria têxtil no estado de São Paulo. **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**, 1912.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 375 p.

_____; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, n.26, p. 173-190, 2008.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752008000100010&script=sci_arttext> acesso em 16 set. 2018.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **O negro no Brasil: história e desafios**. São Paulo: Editora FTD, 1987.

SILVA, Renato da. O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez. 2011, p.1111-1130.

SIMINONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 2. ed. Florianópolis / São Paulo: Editora da Ufsc / Cortez, 1999. 281 p.

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava**. 2. ed. corrigida. Campinas: Unicamp, 2011. 305 p. (Histórias do Brasil).

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj editoria, 2002. p. 319.

STEPAN, Nancy Leys. **"A Hora da Eugenia": raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2005. 228 p. (História e Saúde).

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador Social: Prática, Hábitos, Ethos e Formas de Intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986. 207 p.

VIEIRA, Antônio. **Sermões do Padre Vieira**. Porto Alegre: LP&M, 2006. 144 p.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Justiça, ainda que tardia: moradora de rua teve esterilização ordenada sem direito de defesa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 jun. 2018. p. 1-1. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenvieira/2018/06/justica-ainda-que-tardia.shtml>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

YASBECK, Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de S.Paulo no período de 1936 a 1945**. Tese de

Doutorado. Disponível em < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17965> >